



VOLUME 12

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Ensaio de Geografia Histórica e História da Geografia





Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Zenólia Christina Campos Figueiredo

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria
Silva, Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena
Freire Martins, José André Lourenço, Marcos
Vogel, Margarete Schat Góes, Rogério Borges
de Oliveira, Sandra Soares Della Fonte, Sérgio da
Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena Pires

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Natalia Natalino |
Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Glauco Coelho | Victória Sacagami

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil
Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil
Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil
Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique
Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia
Luciano Brito | UFRB | Brasil
Maria Alice Resende | UFRB | Brasil
Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona
Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil
Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Glauco Coelho

Revisão de texto

Roberto Azul
Natalia Natalino

Imagem Carta Geográfica del Bresil, da Coleção Cartográfica da Biblioteca Nacional obtida em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/carta-geografica-del-bresil/>

Esta obra foi composta com a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

N778 Nogueira, Carlo Eugênio, 2021.
Ensaios de geografia histórica e história da geografia / [recurso eletrônico] / Carlo Eugênio Nogueira. – Vitória : EDUFES ; Rio de Janeiro : MC&G, 2021.

Dados eletrônicos (e-pub) . -- (Coleção Pesquisa UFES ; 12)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88077-00-9 (coleção)

ISBN: 978-65-88077-42-9

1. Geografia - História. 2. Geografia Humana. 3. Geografia Histórica. 4. Geografia - Brasil. 4. Brasil - Descoberta e exploração - História. I. Título. II. Coleção.

CDD : 918 . 1

Elaborado por Priscila Pena Machado – CRB- 7/6971

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Ensaio de Geografia Histórica e História da Geografia



 **EDUFES**

Vitória, 2021

Para Antônio Carlos Robert Moraes (1954-2015).

Mestre.

Amigo.

Inspiração.

Lista de figuras, quadros e tabelas

FIGURAS

Figura 1: Uso e ocupação do solo – séculos XVII/XVIII	44
Figura 2: Uso e ocupação do solo – séculos XIX/XX.....	46
Figura 3: Uso e ocupação do solo – século XX.....	48
Figura 4: Localização das Missões Espanholas – século XVIII	71
Figura 5: Caminhos e rotas para o Mato Grosso – século XVIII.....	74

QUADROS

Quadro 1: Expedições do CNG ao rio Doce capixaba (1943).....	240
---	-----

Sumário

Apresentação.....	10
--------------------------	-----------

Capítulo 1

A Geografia Histórica como ferramenta de análise nos estudos de História do Pensamento Geográficos.....	15
--	-----------

Nos sertões do poente: um estudo de caso de Geografia histórica.....	22
--	----

A geografia histórica como base de uma história do pensamento geográfico.....	28
---	----

A sensibilidade historiográfica das monografias regionais brasileiras.....	33
--	----

Considerações.....	49
--------------------	----

Referências.....	52
------------------	----

Capítulo 2

Geografia Histórica de uma fronteira: a borda oeste da América Portuguesa (1700-1800).....	58
---	-----------

Fronteiras, limites e formação territorial.....	59
---	----

O ouro e a valorização política do espaço.....	65
--	----

A construção da fronteira ocidental luso-brasileira.....	73
--	----

A consolidação da ocupação da fronteira oeste.....	81
--	----

Considerações.....	85
--------------------	----

Referências.....	90
------------------	----

Capítulo 3

Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e Geografia no Brasil (1900-1930).....	102
---	------------

A questão pedagógica, o nacionalismo e a importância do discurso geográfico.....	105
--	-----

A visão geopolítica e a integração do território.....	110
---	-----

A apropriação tecnocientífica do território: as Expedições Civilizatórias.....	113
--	-----

Considerações	122
Referências	126

Capítulo 4

A fluidez do território: capitalismo e fronteira na obra de Pierre Monbeig.....	134
Formação territorial e conquista de terras no Brasil.....	135
O pioneirismo segundo Pierre Monbeig.....	144
Expansão da fronteira, urbanização e a formação de regiões	153
Considerações	165
Referências	171

Capítulo 5

A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia brasileira (1930/1950)	176
Geografia histórica e formação territorial	183
Os gêneros de vida e os tipos tradicionais.....	190
A importância das técnicas: o café como fator de regionalização.....	194
Referências	209

Capítulo 6

Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943).....	214
Ideologias geográficas e políticas territoriais no Espírito Santo	217
O sentido sul-norte da “Marcha para o oeste” capixaba	226
As expedições científicas do IBGE ao rio Doce capixaba	236
Considerações	253
Referências	255

Índice	261
---------------------	------------

Sobre o autor	268
----------------------------	------------

Apresentação

O livro que aqui se apresenta ao público tem também sua história, pois espelha minha trajetória de pesquisas (e de vida) nos últimos 15 anos. Como consequência, reúnem-se nestes *Ensaio de Geografia Histórica e História da Geografia*, seis artigos que, embora escritos em tempos e em lugares diversos, que vão de São Paulo a Mato Grosso e chegam ao Espírito Santo, guardam em comum um esforço aprofundado de reflexão sobre o processo de formação territorial do país, articulando estudos voltados para a análise do processo de produção material do espaço brasileiro com outros em que o destaque vai para a apreciação dos discursos e representações produzidos em diferentes momentos desse processo.

O primeiro capítulo, publicado originalmente na revista *Terra Brasilis* a partir do material que serviu de base para a comunicação apresentada durante o “I Colóquio Brasileiro de Geografia Histórica”, ocorrido em 2019, entre 25 e 27 de março, nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes (RJ), trata das potenciais relações entabuladas entre os campos da Geografia Histórica e da História da Geografia. Após propor na introdução uma definição operacional de análise dos processos históricos a partir de um viés geográfico, descrevem-se as possibilidades de utilização desse enquadramento em dois momentos: no primeiro momento, a

definição sugerida é colocada como fio condutor de um estudo sobre o papel do espaço construído herdado durante o período colonial quando da emancipação política do Brasil; no segundo momento, discute-se como essa proposta de apreensão geográfica dos processos históricos pôde ser empregada como ferramenta de análise num estudo de História da Geografia. Ao final, mirando a construção de uma abordagem metageográfica, toma-se como objeto a obra de um autor —Renato da Silveira Mendes — com o objetivo de verificar se existem, em seus textos, elementos que permitam qualificá-los como trabalhos de Geografia Histórica.

O segundo capítulo, publicado em 2020 no *Boletim Gaúcho de Geografia*, faz uma análise do processo de conquista e colonização de Mato Grosso no século XVIII. O objetivo é o de construir uma interpretação acerca da constituição de uma linha de fronteira entre os territórios coloniais português e espanhol que serviu como baliza para os atuais limites políticos do Brasil. Utilizando-se de fontes primárias, ou reinterpretando conjuntos documentais coligidos por outros estudiosos, o capítulo intenta demonstrar, num estudo de Geografia Histórica, que o processo de valorização política do espaço mato-grossense cumpriu papel não desprezível na consolidação da ocupação da região. Em outras palavras, defende-se a hipótese de que a situação geográfica dos achados auríferos ocorridos em Cuiabá, que conferiu ao Mato Grosso a condição única de ser uma capitania mineradora e de fronteira, fundamentou o desenvolvimento de políticas territoriais deliberadas que revelam uma finalidade geopolítica nas ações intencionais da metrópole lusitana para a fixação da região.

O terceiro capítulo, saído na revista *Geosp*, em 2018, toma como pano de fundo o processo de formação territorial do país para apreciar a relação entre a trajetória de consolidação da geografia como campo disciplinar e as imagens e concepções de base espacial presentes nos debates sobre a questão nacional no pensamento político-social do início do século XX. Especificamente, problematiza-se no texto o ambiente intelectual em que se organizaram algumas expedições que

perscrutaram o antigo território de Mato Grosso, sobretudo no que tange à conformação das noções de *sertão* e *espaço vazio*, associadas recorrentemente ao território mato-grossense, uma vez que, funcionando como ideologia geográfica, tais noções poderiam ser operacionalizadas para justificar e legitimar as políticas territoriais oficiais de colonização e povoamento que o integrariam ao resto do país.

Na sequência, apresenta-se um texto que apareceu pela primeira vez em 2019 na *Revista da Anpege*, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. A partir da análise da noção de frente pioneira explicitada na obra do geógrafo francês Pierre Monbeig entre as décadas de 1930 e 1950, o texto avalia a relação existente entre a expansão espacial do povoamento ocorrida no Brasil na primeira metade do século XX e o processo de formação territorial do país. Em pormenor, a argumentação visa apontar de que maneira a descrição explicativa das áreas de movimentação de fronteiras dinamizadas pela expansão espacial da colonização, que impulsionou a fundação de cidades, o desmatamento de florestas e a abertura de campos de cultivo e pastos, comporta uma análise sobre o processo de construção dos sistemas de engenharia que conseguiram consolidar nexos de solidariedade entre distintos lugares, garantindo maior fluidez e integração a um território que modificava sua organização espacial para se adequar às novas necessidades surgidas com a expansão do capitalismo no Brasil.

No quinto capítulo, retoma-se o trabalho apresentado durante o “Simpósio Internacional Circulação das Ideias e História dos Saberes Geográficos: hierarquias, interações e redes”, realizado no Rio de Janeiro de 16 a 20 de dezembro de 2014, por iniciativa da Comissão de História da Geografia da União Geográfica Internacional (UGI) e da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica (Rede Brasilis). No texto, que já havia sido publicado em 2015 na revista organizada por essa rede de pesquisadores, a análise da obra de Pierre Monbeig é o ponto de partida para se compreender em que medida alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos contidos

na noção de franja pioneira foram internalizados e retrabalhados pela primeira geração de geógrafos universitários formada em São Paulo, especificamente nos trabalhos de Nice Lecoq Müller e José Ribeiro de Araújo Filho. Sustenta-se, como hipótese, que as indicações metodológicas contidas na definição do fenômeno pioneiro forneceram aos autores um parâmetro avaliativo para a apreciação do processo de formação territorial de São Paulo e do país.

O livro fecha com mais um texto escrito para a revista *Terra Brasiliis*, no qual as expedições geográficas organizadas pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (CNG/IBGE) ao vale do rio Doce capixaba ao longo da década de 1940 vêm ao centro da análise. Em um primeiro momento, o capítulo prioriza a leitura de um conjunto de pronunciamentos de Jones dos Santos Neves (1901-1973), interventor federal que assumiu o governo estadual em 1943, que tratam da região norte do Espírito Santo. O objetivo foi apreciar a caracterização feita por Santos Neves sobre o vale do rio Doce, verificando a proximidade das imagens por ele delineadas com algumas das ideologias geográficas difundidas pelo pensamento político-social da época. A partir daí, discorre-se a respeito da importância dos trabalhos de campo no processo de consolidação da Geografia como campo disciplinar, apontando a proximidade entre o CNG e o curso de Geografia e História da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. O texto propõe, em conclusão, uma tipologia das diferentes expedições geográficas organizadas pelo CNG ao Espírito Santo, deixando em aberto a questão da participação do acervo de conhecimentos produzidos por essas excursões científicas como base na elaboração de políticas territoriais que foram efetivamente implementadas no estado.

Por fim, mas não menos importante, vale um agradecimento às instituições que de algum modo auxiliaram no desenvolvimento das pesquisas a partir das quais originaram-se esses capítulos, com destaque à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financiou o autor durante o mestrado (2005-2008) e

o doutorado (2009-2013), e aos Departamentos de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), minha casa entre 2014 e 2017, e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde me encontro desde então.

Capítulo 1

A Geografia Histórica como ferramenta de análise nos estudos de História do Pensamento Geográfico

De início, valeria tecer alguns comentários a respeito do campo de pesquisas da Geografia Histórica. Este rótulo, muito antigo e amplamente difundido, especialmente na bibliografia de língua inglesa, vem sendo alvo de renovado interesse desde o último quartel do século XX. A necessidade de definir e delimitar de maneira excludente o campo da História, tomada como disciplina autônoma, do da Geografia Histórica, visto como campo interdisciplinar de investigação, resultou no entendimento da primeira como o estudo dos processos e circunstâncias que motivaram objetivamente as ações humanas, ao passo que à segunda restaria a preocupação candente com as diferenças entre os lugares “sejam elas entre o mesmo lugar em momentos distintos, ou entre lugares distintos durante o mesmo período temporal” (CARNEIRO, 2018, p. 29).

Dentre as dificuldades sempre indicadas na prática da Geografia Histórica, avulta o uso de uma definição naturalizada do tempo, bem como um tratamento morfológico dispensado ao espaço. A concepção do tempo como evolução linear, como uma série de etapas que relaciona progressivamente passado e presente, ao lado da concepção de espaço como cenário, como uma paisagem que aparece como unidade significativa historicamente estática ou inerte, emerge sem dúvida como a forma particular a partir das quais as categorias de espaço e tempo foram tradicionalmente concebidas e utilizadas nos trabalhos de Geografia Histórica (PHILO, 1996).

Tal separação, apoiada na distinção insinuada por Richard Hartshorne (1939), que considerava a História como a ciência preocupada com fenômenos que se sucedem no tempo, e a Geografia como a ciência interessada em entender a diferenciação de áreas no espaço, reforça a tese de que à primeira caberia a análise dos aspectos internos dos fenômenos, enquanto a segunda concentrar-se-ia na descrição dos aspectos externos, visíveis, da realidade. Talvez estejam aí os motivos para uma postura assumida por muitos geógrafos históricos, que concentraram seus esforços de pesquisa na explicação dos diferentes tipos de localizações, configurações, associações e distribuições dos objetos dentro de uma área delimitada espaço-temporalmente (BAKER, 1997, p. 2003).

Essa preocupação com o aspecto material das geografias pretéritas, identificado como o objeto de estudo por excelência dos geógrafos históricos, resulta em uma excessiva necessidade de identificação de fronteiras disciplinares entre campos de pesquisa aparentados (KUCERA, 2008), turvando o entendimento da complexidade que envolve as conexões entre os processos históricos e as transformações do espaço:

Em outras palavras, desde que os pesquisadores ancorassem seus estudos nos objetos materiais de paisagens do passado (e com isso

investigassem onde estavam localizados esses objetos, e como eram combinados), o resultado era geografia histórica propriamente dita; mas, se desviassem sua atenção para acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, e se talvez quisessem dizer algo a respeito da geografia por trás desta história, o resultado então seria a história geográfica que pertencia à história e não à geografia (PHILO, 1996, p. 276).

Recentemente, diversas disciplinas das Ciências Humanas passaram a devotar sua atenção às distintas formas de relacionamento entre as temporalidades e as espacialidades, dando relevo às análises retrospectivas que entendem o passado como uma ferramenta na reconstrução explicativa da realidade¹. Essa nova característica é visível sobretudo a partir da chamada “virada cultural” dos anos 1990 e da ascensão dos debates encetados pelos estudos pós-coloniais, quando novos temas de pesquisas sedimentam-se. Surgem então trabalhos focados na discussão de questões de identidade e de gênero, pesquisas ocupadas com a história ambiental e investigações centradas no esclarecimento das relações entabuladas entre representação e materialidade no processo de formação territorial, entre diversos outros assuntos.

Desse modo, há um deslocamento do objeto de estudo da Geografia Histórica, com a atenuação do desejo cego pela reconstrução da materialidade das geografias passadas e o reconhecimento da

1 Conferir Said (1993, p. 34-36): “A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras [...] a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente”.

importância das representações nas ações de apropriação e transformação do espaço. Isto é, valoriza-se a análise do lugar dos discursos geográficos na elaboração de projetos que embasam políticas que visam ordenar a construção dos territórios, em um registro que se aproxima de um exame geográfico da experiência histórica (ZUSMAN, 2000).

Enfim, uma vez que a organização material do espaço numa secção temporal deixa de ser estudada como um fim em si mesmo, passando da condição de único objeto a parte constitutiva da explicação, a meta deixa de ser a mera descrição das paisagens do passado. Ao contrário, ganha relevo a circunstância de a Geografia Histórica ser parte ativa na explicação de acontecimentos e processos tidos, de resto, como campo de investigação de outros profissionais. A preocupação com esse detalhe tenta evitar que se tome o território apenas como pano de fundo neutro das ações sociais em seu processo de desenvolvimento histórico², verdadeiro anacronismo geográfico que acaba por reduzir o espaço a um mero reflexo estático da sociedade:

2 Em texto que versa sobre a configuração espacial dos engenhos de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro Seiscentista, Maurício Abreu (2006, p. 5) coloca alguns questionamentos que dizem respeito à dimensão espacial do processo de constituição econômica e social da época: “Onde estavam localizados os engenhos do Rio de Janeiro? Formavam eles áreas de produção claramente identificadas? Qual a participação dessas áreas produtoras na economia regional? Como se deu a construção da paisagem agrária fluminense nos primeiros tempos da colonização? Que impactos ambientais causaram as moendas e as relações sociais que lhes sustentavam? Como se constituiu e como se materializou, na paisagem, a relação campo-cidade? Até que ponto a materialidade da cidade e seu cotidiano foram influenciados pelas exigências e pelo ritmo da economia canavieira? As indagações de natureza espacial são, portanto, inúmeras. Todavia, ao contrário daquelas que dizem respeito ao processo social *stricto sensu*, nesse caso trilhamos território realmente virgem, ainda por desbravar. Dado que processos sociais e formas espaciais são dois lados de uma mesma moeda, pois as sociedades não transformam a natureza como se agissem no vácuo, e ao fazê-lo criam formas, materiais ou não, que influenciam o desenvolvimento desses mesmos processos,

[...] a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial [...]. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 81).

A Geografia Histórica daí depreendida constrói uma ótica geográfica de interpretação do processo histórico que o compreende como um movimento progressivo de apropriação dos meios naturais e transformação do planeta, tal uma reiterada antropomorfização do espaço (MORAES, 2002). Realizada em distintas épocas e diferentes sociedades por meio da mediação do trabalho, esse movimento de humanização das paisagens terrestres coloca o processo de valorização do espaço (COSTA e MORAES, 1984) como expressão genérica do contínuo ato de construção social do espaço. Por ser passível de uma localização histórica e geográfica precisa, podemos afirmar que a valorização do espaço assume diferentes formas, modificando suas características a cada período e lugar considerado:

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço também se modifica historicamente, variando de características em sua universalidade (abstrata). Suas manifestações concretas, como já mencionado, ocorrem guiadas pelas determinações gerais do período histórico em que estão contidas. A temporalidade submete, assim, a espacialidade, e esse

o descaso para com a dimensão espacial só dificulta a obtenção de um conhecimento mais completo das realidades que pretendemos estudar”

processo universal se torna denso de particularizações temporais e espaciais. Daí a possibilidade de poder falar de uma espacialidade própria a cada modo de produção, envolvendo formas de ordenamento do território e de apropriação de seus recursos, formas específicas de utilização da natureza e de repartimento dos espaços. Em suma, tem-se a possibilidade de ver a valorização do espaço como a expressão da lógica que organiza e identifica cada modo de produção, com suas relações essenciais se materializando em padrões espaciais recorrentes (MORAES, 2014, p. 29).

A afirmação da espacialidade como elemento particularizador do processo universal de valorização do espaço manifesta-se exemplarmente na análise da formação territorial, que tem como fim a apreensão do movimento de apropriação e uso de uma porção delimitada da superfície terrestre por uma sociedade. A cristalização territorial da sociedade efetuada por meio das formas-objetos, que são como que a objetivação sempre fugidia da história, coloca em evidência os diferentes momentos nos quais uma sociedade vai se inscrevendo reiteradamente numa paisagem que lhe é anterior. É que o passado, morto enquanto tempo, vive como espaço (SANTOS, 1997):

Enfim, a espacialidade se afirma como um elemento particularizador, uma mediação que quando aplicada sobre o próprio processo universal de valorização do espaço ajuda a qualificá-lo como o processo singular de formação de um território. Este resulta da relação de uma sociedade específica com um espaço também específico, sendo objetivado pelo intercâmbio contínuo que humaniza esse âmbito espacial, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade nela reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado pelo trabalho vai se tornando uma qualidade dos lugares, fazendo da constituição de um território um

processo sincrônico e cumulativo. As construções e destruições realizadas fazem parte daquela parcela de espaço, qualificando-a para as apropriações e usos futuros. Nesse sentido, o território aparece para a sociedade, a cada momento, como um resultante e uma possibilidade, como condição e meio de reprodução da vida social. Assim, pode-se dizer que o processo de formação territorial é a manifestação empírica da valorização do espaço, da mesma maneira que a formação econômico-social expressa o modo de produção numa situação singular (MORAES, 2014, p. 30).

Fazendo um ajuste de foco, vejamos como essa proposta de enquadramento geográfico dos processos históricos pode auxiliar na compreensão das especificidades que envolvem a formação territorial do Brasil. Partindo de pesquisa anterior, que tinha o objetivo de contribuir para a reconstrução do território brasileiro nos anos que antecederam a emancipação política do país, no início do século XIX, avoca-se que o espaço construído herdado quando da colonização portuguesa funcionou como elo que estabeleceu certa continuidade entre a Colônia e o Império (NOGUEIRA, 2008).

Ao assumir esse viés, que confere centralidade ao território no entendimento do contexto histórico do processo de independência, busca-se recuperar alguns ângulos e questões ainda não abordados de forma conclusiva pela literatura especializada. Dentre os pontos que aguardam solução, importam aqui os questionamentos acerca do processo de construção da materialidade sobre a qual o novo Estado politicamente independente viria a reclamar jurisdição. Desse modo, realçamos o fato de a variedade ser uma constante histórica, pois mesmo referidas a uma herança material até certo ponto comum, as territorialidades desenvolvidas ao longo da passagem do período colonial para o Império são, se vistas em detalhe, diferenciadas entre si.

NOS SERTÕES DO POENTE: UM ESTUDO DE CASO DE GEOGRAFIA HISTÓRICA

Meu envolvimento com a Geografia Histórica iniciou-se em 2002, quando o professor Antônio Carlos Robert Moraes recrutou um conjunto de alunos de graduação para iniciar um grupo de estudos sobre o papel do território na formação do Estado brasileiro. Participando de um projeto multidisciplinar, esse grupo de geógrafos-aprendizes, alocado no recém organizado Laboratório de Geografia Política (GEOPO) do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), buscava elementos para equacionar dúvidas que a historiografia brasileira até ali não havia resolvido a contento.

Questionava-se, em pormenor, a assunção, tantas vezes repetida, de que o Brasil havia herdado, sem rupturas e maiores turbulências, as fronteiras do antigo território colonial construído na América por Portugal (LYRA, 1994). A esse lugar-comum, que defende ser o território do Império — e depois o da República — mera continuação do território da Colônia, interpunham-se algumas indagações, tais como: no momento em que o Brasil se desvencilhava de sua condição colonial, quais eram as áreas efetivamente ocupadas e exploradas economicamente? Como avaliar a capacidade explicativa do território no processo de formação do Estado e da Nação brasileiros?

Apresentou-se então, pela primeira vez, o tema da formação territorial. Continuando os estudos no campo da Geografia Histórica durante o mestrado, cujas pesquisas de gabinete e de campo foram realizadas entre 2005 e 2008, certas questões de cunho teórico que haviam sido apenas tangenciadas anteriormente foram aprofundadas. Desenvolvendo uma pesquisa que tratava sobre a integração das antigas províncias de Goiás e Mato Grosso com o restante da América portuguesa na passagem do século XVIII para o XIX, ganhava cada vez mais importância o esclarecimento do papel da expansão da fronteira no processo brasileiro de formação do território.

Dentre os objetivos colocados na dissertação, ganhou destaque a possibilidade de compreender e qualificar o processo de construção e ocupação do mosaico formado pelos domínios portugueses americanos em suas fronteiras mais ocidentais. Na realidade, ao longo do século XIX, mesmo após a formação dos novos atores estatais politicamente independentes na América Latina, as contestações da legitimidade jurisdicional de exercício do poder foram frequentes, com conflitos armados internos e externos não raro dando o tom das disputas fronteiriças encetadas.

Assim, na análise do processo de expansão do povoamento português para a raia Oeste de sua colônia americana — que correu em paralelo a um movimento de aprisionamento de terras, povos indígenas e recursos naturais — foi possível identificar a existência de uma intencionalidade nas ações tomadas pela administração ultramarina. Essa intencionalidade, ao fim e ao cabo, desdobrou-se na finalidade geopolítica das políticas territoriais materializadas na ocupação das terras mato-grossenses e goianas, que resultaram na fundação de fortificações militares, vilas, estradas e aldeamentos.

Considerando a inércia dinâmica da configuração territorial surgida das disputas ocorridas na fronteira oeste, principalmente as tensões que opunham Espanha e Portugal em seus respectivos *fronts* imperiais na bacia do Prata, não é de todo equivocado supor a existência de um projeto expansionista que, informando uma razão de Estado do Império lusitano não abandonada pela diplomacia brasileira, acabou por influenciar, como herança, o processo de formação territorial do país.

A relação existente entre a expansão do povoamento para os sertões goiano e mato-grossense, impulsionada no Setecentos pela economia mineradora, e o desenvolvimento de políticas territoriais com o desígnio de consolidar a soberania da Coroa por áreas que excediam em muito as terras efetivamente ocupadas em seus três séculos de dominação, dão sustentação a esse argumento. Em destaque, há que se notar a diferença existente entre a região dinamizada pela

rede de cidades construída em Goiás, a borda que demarcava os limites do território usado da colônia, e as áreas de fronteira ligadas aos núcleos avançados de povoamento localizados em Mato Grosso, que conferiam certa materialidade ao espaço de soberania formal da América portuguesa, sendo alvo prioritário das ações de cunho geoestratégico (NOGUEIRA, 2012).

Tendo como referência a inflexão de 1822, conclui-se que o processo de formação territorial do Brasil foi uma construção que abarca e influencia a seu modo as múltiplas experiências e trajetórias dos agentes sociais envolvidos diretamente naquele momento de ruptura. Seja como for, sabe-se que, no início do XIX, a unidade política do espaço americano de jurisdição portuguesa era percebida e reconhecida somente a partir do interior da burocracia estatal metropolitana. Isso quer dizer que os súditos da Coroa que habitavam as terras do conjunto colonial luso-americano detinham sua força coesiva indiscutivelmente centrada na metrópole³. Em outras palavras, a capital portuguesa era o centro de referência tanto dos fluxos comerciais encetados quanto das ordens políticas emanadas a fim de se exercer um controle dos lugares (JANCSÓ e PIMENTA, 2000).

3 Conferir em Pimenta (2002, p. 49): “Os territórios dos impérios ibéricos distribuíam-se, nos séculos XV e XVIII, pelo continente europeu, pelo americano e pelo asiático (no caso português, também africano), formando unidades descontínuas e bem-delimitadas somente em suas porções europeias. Conheciam alguma homogeneidade somente no plano político-administrativo, com a articulação de grande diversidade física, social e cultural em torno de monarquias e monarcas que lhes davam coesão. A desagregação desse sistema no século XIX, transformando os referenciais que conferiam sentimento de identidade comum naquelas sociedades, trouxe evidentemente uma reorganização desses espaços, correspondentes a “redes” de lealdade política. A cada possibilidade de nova organização política – ainda que fosse pela reiteração dos velhos referenciais – corresponderia uma área de jurisdição, que poderia até ser semelhante ou mesmo idêntica a determinadas subdivisões dos impérios. Mesmo em tais casos, todavia, já se tratava de uma nova territorialidade”.

Na verdade, um dos primeiros desafios do projeto político vencedor em 1822 foi a construção de um novo consenso em torno da figura do príncipe D. Pedro. Para tanto, os articuladores do movimento independentista buscavam erigir, junto às elites dirigentes de todas as províncias que formavam o Brasil, a aceitação unânime dos termos desse projeto. Sublinham-se, assim, problemas de duas ordens: o da elaboração e defesa de um discurso a partir do qual a Nação e o Estado brasileiro iriam adquirir concretude, e o das ações que garantiriam a manutenção da integridade territorial das partes que formavam o conjunto disperso das colônias portuguesas na América.

Nesse contexto, a gestação da ideia de um Estado especificamente brasileiro, e o que era mais relevante, sua legitimação perante a comunidade política internacional, “passaria, necessariamente, pela adesão a ele de todas as províncias que, até 1822, formavam o Reino do Brasil” (PIMENTA e SLEMIAN, 2003, p. 87-88). De certa maneira, então, pode-se dizer que a legitimidade dinástica expressava uma tentativa de justificar, no plano internacional, a afirmação da soberania do Estado imperial brasileiro por sobre as antigas fronteiras pactuadas durante o período colonial. Nessa resolução do problema do reconhecimento do novo Estado que ascendia nos trópicos, subjacente à forma monárquica de governo a ser implantada, estaria a pretensão (e a necessidade) de se manter unido o antigo território colonial português:

Entre as heranças coloniais assumidas pelo novo país destacam-se a forma de governo e o patrimônio territorial: a estrutura administrativa e a área integral de soberania lusitana, desenhada nos tratados de limites entre as Coroas ibéricas [...]. Cabe lembrar também a legitimidade dinástica subjacente à forma monárquica de governo, que expressava uma justificativa de afirmação das fronteiras pactuadas e da soberania sobre toda a extensão do território colonial [...]. A permanência da Casa de Bragança no

trono do Brasil fornecia um argumento consistente de continuidade político-institucional para a diplomacia europeia da época. Tanto que o direito de domínio do governo brasileiro sobre tais espaços não foi — ao longo do processo de independência — questionado no plano internacional, sendo o novo estado que alimentava — de berço — ambições de ampliação territorial (MORAES, 2011, p. 78-79).

Neste cenário, a descrição das unidades espaciais de produção das províncias de Goiás e Mato Grosso, com a análise de seus círculos de cooperação com outros lugares, ajustava-se ao objetivo de investigar a herança material legada pela administração portuguesa a partir da concepção de Geografia Histórica aqui proposta. Destarte, ao apreciarmos o processo de emancipação política, que é uma das manifestações do processo de desagregação do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1979), ganhou destaque a circunstância de o território construído ao longo da colonização portuguesa poder funcionar como elo que estabelece certa continuidade entre a Colônia e o Império.⁴

4 Ao comentar a influência da época colonial na análise geográfica da formação territorial do Brasil, Antônio Carlos Robert Moraes (2000, p. 416) conclui: “Esta conforma integralmente as bases do atual território nacional, num processo que – como visto – avança de núcleos de difusão litorâneos que, ao realizarem ocupação dos espaços contíguos de seus entornos, acabam por construir regiões coloniais que em suas inter-relações definem uma divisão espacial do trabalho que, por meio de seus círculos de cooperação, consolidam uma estrutura territorial individualizada. Esta expressa o resultado da instalação portuguesa nas terras sul-americanas, atuando como suporte das atividades econômicas entabuladas e base da sociabilidade praticada pelo colonizador. O território colonial é, assim, a expressão espacial da formação social criada pela colonização. Suas determinações particularizam a via colonial de desenvolvimento do capitalismo, com suas singularidades e exotismos, entre estas o uso majoritário do trabalho compulsório, ressaltando-se a escravidão africana e indígena”.

Isso evidentemente não nega que os territórios colonial e imperial expressam, de modos distintos, diferentes estratégias de controle social do espaço e de exercício da soberania estatal. Entretanto, no momento da emancipação política do Brasil, o substrato material a partir do qual os grupos em disputa poderiam planejar os futuros territórios de realização de seus projetos de poder sem dúvidas era resultante, de alguma maneira, das ações colonizadoras realizadas por Portugal desde o século XVI.

Além do mais, a escolha do nome para o novo ente estatal, Império do Brasil, aponta igualmente para um equacionamento ímpar da questão da soberania e apropriação futura dos vastos fundos territoriais existentes. A territorialidade imperial, diversamente daquela do Estado-nação, nega a rigidez das fronteiras lineares fixas, convivendo bem com a imprecisão fronteiriça, com a falta de contiguidade e com a diversidade cultural (BADIE, 1996). Essa flexibilidade territorial da forma imperial de governo, que consiste num modo de reiterada reorganização de sua política interna, coloca interesses econômicos e estratégias políticas, militares e diplomáticas numa contínua recomposição de territorialidades de geometria variável, revelando o Império como uma construção política dotada de um singular uso do território.

Em suma, captar as sutilezas que envolvem cada uma das etapas de construção da territorialidade lusitana na América é fundamental para se entender a formação do Estado e da Nação no Brasil. Em detalhe, a análise do processo de produção do espaço longo do período colonial permite visualizar a maneira como a representação de uma unidade espacial foi forjada, ou melhor, recriada no XIX a partir de uma herança material concreta. Nesse arranjo, o exame dos nexos de integração de Goiás e Mato Grosso com o restante do território colonial permitiu a compreensão de como a afirmação da legitimidade dinástica está relacionada com a continuidade de exercício de uma “expansão para dentro” (MATTOS, 2005), que visava garantir às elites provinciais do novo Estado imperial brasileiro a dominação exclusiva dos fundos territoriais.

Contudo, é necessário concordar que, do ponto de vista econômico, o território colonial não passava de um conjunto de regiões tenuamente articuladas sobre o qual se pôde projetar, politicamente, linhas de fronteira que em muito ultrapassavam os limites reais das áreas efetivamente ocupadas e povoadas ao longo da colonização portuguesa. A continuidade identificada na passagem da situação colonial para a de Estado politicamente emancipado jazeria, assim, no processo de composição desse substrato geográfico construído, que é o que poderia funcionar como suporte a uma rede de relações articulando conexões territoriais em torno de virtuais centros políticos de poder, quaisquer que fossem os projetos políticos em disputa.

A GEOGRAFIA HISTÓRICA COMO BASE DE UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Ao final da dissertação, o interesse no conceito geográfico de fronteira ganhou corpo, e foi novamente por sugestão do professor Antônio Carlos Robert Moraes que saí da Geografia Histórica para enveredar no campo da História do Pensamento Geográfico. No caso, a obra de Pierre Monbeig foi de pronto definida como o objeto de estudo, visto que a exiguidade de estudos específicos sobre o geógrafo francês contrastava com sua importância para a consolidação do campo disciplinar no país.

Com efeito, até o início da década de 2010 podia-se contar nos dedos os livros e artigos em português que tinham Pierre Monbeig como objeto de estudo. Ademais, é relevante observar que os geógrafos de gerações recentes desconhecem quase por completo a noção de franja pioneira cunhada por Monbeig, não sendo incomum encontrar referências às definições que sociólogos, antropólogos e economistas fazem do fenômeno pioneiro na bibliografia de trabalhos geográficos que se utilizam do termo.

O caminho escolhido para o desenvolvimento do tema durante o doutorado, finalizado em 2013, foi a leitura integral dos textos do

francês que analisam o fenômeno da expansão pioneira ocorrida em São Paulo e no Paraná na primeira metade do século XX. Ademais, procurei igualmente avaliar em que medida os discípulos brasileiros que ele orientou durante sua estadia na USP, entre 1935 e 1946, apropriaram-se metodologicamente do modo de fazer ciência proposto por Monbeig em suas aulas, textos e trabalhos de campo.

Nesse ponto, o objetivo era estabelecer se houve, no Brasil, a formação de uma identificável linhagem intelectual dentro do campo geográfico. Dito de outro modo, a hipótese enunciada buscava saber se realmente é possível distinguir certos traços metodológicos comuns entre o mestre e os alunos que, sob sua orientação direta ou inspiração básica, defenderam trabalhos de pós-graduação ao longo das décadas de 1940 e 1950. Para a consecução desses objetivos, efetuou-se uma leitura dos trabalhos de Ary França (1951), Nice Lecocq Müller (1950), Renato da Silveira Mendes (1950), José Ribeiro de Araújo Filho (1950) e Pasquale Petrone (1966), todos futuros professores do Departamento de Geografia da USP.

Ora, como os discursos geográficos produzidos à época tinham como referência básica a materialidade expressa na organização, localização e disposição dos objetos no território nacional, a reconstrução da geografia histórica do capitalismo brasileiro da primeira metade do século XX foi o caminho escolhido como o mais adequado para acedermos a uma dimensão de feição metageográfica, que toma a produção teórica da geografia universitário-acadêmica por si como objeto de análise (MORAES, 2014).

Nessa direção, tomou-se como referência as indicações de J. B. Arrault (2007), que esmiúça o trajeto de construção de um problema intelectual dentro da comunidade de geógrafos na França. Em seu trabalho, esse autor questiona o modo como, entre 1890 e 1930, os geógrafos entretidos na estabilização dos *Annales de Géographie* elevaram o processo de mundialização, o qual percebe e concebe a Terra como uma totalidade, à condição de objeto de estudo. A definição de metageografia cunhada por Arrault completa o significado antes

descrito para o termo, pois não se trata apenas de tomar a produção acadêmica interna ao campo disciplinar como objeto, mas de problematizar a própria formação de certos modos de pensar e firmar imagens acerca da realidade.

As metageografias referir-se-iam, portanto, às inúmeras maneiras como os indivíduos e grupos, em diferentes épocas, e imersos em determinadas realidades socioculturais, organizam seu conhecimento do mundo por meio de categorias espaciais. Essa operação pode ser exemplificada na divisão dos Três Mundos originada no contexto da Guerra Fria, no atual redimensionamento da superfície terrestre em regiões globais ou mesmo nas clássicas divisões do planeta em continentes ou Estados-Nação. Em outras palavras, as metageografias seriam constituídas pelas categorias usualmente utilizadas, por vezes de forma inconsciente, para ordenar num quadro espacial o conhecimento que se produz sobre o mundo (LEWIS e WIGEN, 1997).

Em relação à pesquisa de doutoramento que então se desenvolvia, tomou-se como hipótese inicial o reconhecimento de que a noção de franja pioneira é a maneira pela qual a geografia acadêmica brasileira analisa o processo de expansão territorial do capitalismo no país (NOGUEIRA, 2013). Assim, para a construção de uma base contextual adequada para se efetuar a projetada análise metageográfica da noção de frente pioneira, recorreu-se a um exercício de geografia histórica. Novamente, a reconstrução do processo de formação territorial em uma visão retrospectiva visava fornecer os subsídios necessários para a compreensão do modo como os autores apreciados interpretaram, naquela primeira metade do século XX, as transformações estruturais pela qual passava o território brasileiro, influenciado então decisivamente pela expansão do capitalismo.

Ao se definir a periodização, ajustou-se o recorte temporal para o intervalo entre 1930 a 1960, que traz a lume uma época de grandes mudanças. Ao longo dessas décadas, o Brasil sofreu alterações em sua estrutura demográfica, com a diminuição da importância da população

rural, o crescimento das grandes cidades e a consolidação de um perfil populacional urbano. Ademais, o país também experimentou, nesses 30 anos, uma modificação no padrão de acumulação da economia, que passava por um processo de industrialização e deixava de ser fundamentada unicamente na exportação de produtos primários, na esteira das políticas do chamado nacional-desenvolvimentismo.

Em face dos objetivos postos, a ênfase dada ao período justificava-se na medida em que se sabe que a primeira geração de geógrafos brasileiros formados nas universidades foram alunos exatamente nesse momento, quando não havia separação entre as áreas da Geografia e da História. Essa circunstância pode estar na raiz do desenvolvimento de um apreço pelo viés histórico que influenciou sobremaneira a feitura das pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos paulistas orientados por Monbeig. Em uma visão de conjunto, tais trabalhos assumiram a forma de monografias regionais descritivo-explicativas, estilo de escrita tido como o cânone da geografia científica da época. Além disso, do ponto de vista da estrutura de apresentação dos conteúdos, as pesquisas de Ary França, Nice Lecocq Müller, Renato da Silveira Mendes, José Ribeiro do Araújo Filho e Pasquale Petrone não se distanciam dos clássicos estudos de geografia elaborados na França no início do século XX.

Ao final, o enquadramento por mim proposto explicitava uma tentativa de relacionar a realidade fático-material, identificada na organização dos objetos e seres na superfície terrestre, com as representações elaboradas acerca dessa mesma realidade – isto é, para analisar os discursos geográficos referidos ao território brasileiro em seu processo de formação, era necessário, antes, estabelecer as direções e a velocidade dos vetores de territorialização do capitalismo no país. Deveras, em seu movimento constante, a expansão territorial do capitalismo no Brasil atingia e hegemonizava, com intensidades distintas, diferentes pedaços do território, alterando o conteúdo das antigas regiões organizadas secularmente durante a dominância do escravismo vigente nas fazendas monocultoras.

Era essa geografia em movimento que os geógrafos estudados tentavam apreender, descrever e explicar em seus trabalhos.

Trocando em miúdos, era preciso saber **como** o território havia assumido as feições que eram observadas em campo para se compreender **o que** os geógrafos estavam a dizer sobre esse território. Nesse particular, a análise pormenorizada dos textos produzidos pela primeira geração de geógrafos formados na USP permitiu identificar com nitidez em que medida as indicações metodológicas legadas por Pierre Monbeig foram apropriadas e retrabalhadas a partir do caldo cultural então difundido no pensamento político-social brasileiro do período (NOGUEIRA, 2015).

Avançando no entendimento desse ponto, parece razoável propor uma nova questão: ao tomar a produção teórica da geografia acadêmica em si como objeto de análise, é possível discernir, no conjunto dos trabalhos dos geógrafos uspianos, a redação de um tipo de texto passível de ser qualificado como Geografia Histórica? Em outros termos, o que se sugere é colocar no escopo de uma análise metageográfica o reconhecimento do caráter eminentemente historiográfico de autores normalmente identificados com os paradigmas da geografia tradicional de viés regional.

Para tanto, elegemos como objeto de reflexão o trabalho do geógrafo Renato da Silveira Mendes. Aluno das primeiras turmas do curso de Geografia e História da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Renato da Silveira Mendes ocupou a posição de auxiliar de ensino da cadeira de Geografia Humana, comandada por Monbeig desde 1938. Tendo defendido em 1948 sua tese de doutorado, intitulada “Paisagens Culturais da Baixada Fluminense”, sob orientação de Pierre Gourou, Renato Mendes continuou exercendo suas atividades de ensino e pesquisa na cadeira de Geografia Humana ininterruptamente até 1956. Neste ano, deixa o posto de auxiliar de ensino, substituído por Pasquale Petrone, e é designado como professor responsável pela recém-criada disciplina Geografia Regional.

A SENSIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA DAS MONOGRAFIAS REGIONAIS BRASILEIRAS

No início do século XX, na esteira das disputas entre geógrafos e sociólogos que pipocavam no ambiente intelectual francês, estabeleceu-se um fenômeno de amálgama entre a Geografia e a História. Nesse momento, marcado pelo surgimento das grandes monografias regionais da primeira geração de alunos de Vidal de La Blache, assisteu-se a um processo de recíproca assimilação das técnicas de pesquisa entre ambos os campos disciplinares. Isso deu origem a uma “colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores” (DOSSE, 2004, p. 119) que, no campo da História, é perceptível sobretudo entre os partícipes da chamada Escola dos *Annales*.

Naquilo que mais nos interessa, vale apontar que Pierre Monbeig sempre foi muito próximo dos historiadores do grupo dos *Annales*. Nomes como os de Marc Bloch e Lucien Febvre, que o marcaram profundamente durante seu tempo de estudante, em Paris, são referências sempre lembradas na qualificação de seu fazer científico. Isso sem mencionar Fernand Braudel, com quem desenvolveu uma longa amizade desde os tempos de São Paulo, nos anos de 1930. Além do mais, cumpre igualmente lembrar que seu primeiro orientador, Albert Demangeon, colaborador assíduo dos *Annales*, desempenhou papel fundamental junto à editora Armand Colin para a publicação da revista que veio nomear esse grupo de historiadores (DOSSE, 2004).

Com efeito, a leitura das obras de Monbeig sobre o mundo pioneiro paulista revelam uma preocupação recorrente com a análise dos processos históricos na descrição explicativa das regiões. Esse apreço pelo passado na explicação do presente, que se deve em grande parte à sua formação universitária, até mesmo por conta da ascendência da Geografia e da obra de Vidal de La Blache na formação da geo-história dos *Annales* (BURKE, 1997; LACOSTE, 1989), certamente pesa na valorização atribuída por Pierre Monbeig à História

na estruturação das paisagens, ou melhor, na definição dos conteúdos e dinâmicas que as animam.

Essa simbiose entre a História e a Geografia, da qual a geo-história de Fernand Braudel vai ser, quiçá, a manifestação mais acabada (RIBEIRO, 2014), é traço que atravessa o Atlântico na companhia dos professores franceses que aqui lecionaram, expressando-se de forma nítida nas obras dos geógrafos brasileiros. No caso em tela, é admissível supor que Mendes tenha sorvido algumas dessas orientações ainda nos bancos universitários, quando frequentou os cursos de Braudel e Monbeig na USP.

Realmente, ao se retomar com vagar as obras dos geógrafos uspianos escritas nas décadas de 1940 e 1950, é possível notar reminiscências do enquadramento de Monbeig sobre o fenômeno do pioneirismo em inúmeras passagens. A expansão do capitalismo, que é pano de fundo das movimentações pioneiras, constituiu-se indiretamente em um padrão ideal para a apreciação do nível de desenvolvimento de diferentes regiões. Assim, quando qualificavam uma região como atrasada ou decadente, o que tais geógrafos tinham em mente era exatamente o processo de desenvolvimento econômico então considerado moderno experimentado pelas cidades dos planaltos ocidentais paulistas grassados pela vaga pioneira.

Por exemplo, em um dos primeiros textos que Monbeig escreveu sobre a zona pioneira de São Paulo, em 1937, não por acaso publicado na futuramente prestigiosa revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, o geógrafo francês dá uma contundente mostra da sensibilidade historiográfica que permeava a sua geografia. Ao comentar os casos das cidades de Marília (fundada em 1928) e de Londrina (fundada em 1934), ambas então no auge de seu desenvolvimento pioneiro, Monbeig ressalta o duplo caráter rural e urbano do processo de colonização que se efetuava no oeste de São Paulo e no norte do Paraná, indicando como seu entendimento do fenômeno do pioneirismo podia ser aplicado como um parâmetro de avaliação para se compreender as modificações que ocorriam em outras localidades:

Para o paulista a cidade pioneira é a porta do “bled”, a “boca do sertão”; sua febre, suas atividades foram conhecidas de quase todas as cidades do estado: Ribeirão Preto, Bauru, Botucatu, Jaú, Barretos, Rio Claro ou Franca. Dura dez, quinze, vinte anos no máximo, e passa quando os trilhos são levados para mais longe e nasce uma nova cidade pioneira. Os mapas do fim do século XIX e do princípio do século XX mostram-nos muito bem essas cidades-terminus e, a certa distância, como perdidas no sertão, aquelas que as destronarão. Elas definham então pouco a pouco; sua economia transforma-se também, ao que parece, menos ligada à vida rural e com indústria própria; em uma região de população estável e relativamente densa são focos de instrução com um bairro de escolas oficiais ou particulares. Há um ciclo urbano, com diferentes estágios, até mesmo o rejuvenescimento. Com efeito, se a zona fronteiriça onde, pela primeira vez, o homem tenta implantar suas culturas é nitidamente definida no norte do Paraná, ao longo da Sorocabana, a partir de Presidente Prudente e em redor, como para além de Marília, o termo zona pioneira poderia ser usado por muitas outras regiões paulistas: acompanhando o litoral, que foi o centro de povoamento na época colonial, mas que tinha adormecido, aparentemente para sempre, assiste-se hoje a uma retomada de posse do solo, ou, como seria mais certo escrever, uma tomada de posse do solo, porque a floresta cobriu inteiramente os antigos cafezais e plantações de cana; na costa norte, perto de São Sebastião, uma imensa plantação de frutas foi feita às expensas dos mangues, assim como no sul do estado; na costa meridional, a colonização japonesa faz reviver um dos antigos focos de colonização portuguesa. O vale do Paraíba, que foi a primeira grande zona cafeeira do estado, que se despovoou durante meio século, está de novo valorizado, quer pela criação, quer pelos arrozais, quer pelas plantações de laranjas, e suas cidades mortas ressuscitam (MONBEIG, 1940, p. 50-51).

Como se vê, mormente quando fala do litoral de São Paulo e do vale do rio Paraíba, áreas de ocupação muito antigas que renasciam no século XX pela nova exploração produtiva de suas terras, o geógrafo francês interpretava o movimento de apropriação, abandono e posterior reapropriação dos lugares como um processo não linear, que experimentava avanços e recuos. O termo “zona pioneira”, bem ou mal utilizado no sentido de avanço da civilização capitalista moderna por espaços considerados vazios e incultos, já que dominados pela natureza, fornece a régua da avaliação do desenvolvimento das regiões, tornando-se um padrão ou parâmetro da análise do processo de conquista dos meios naturais pela sociedade.

Com isso, as modificações introduzidas em determinadas regiões, seja pela implantação de um novo produto agrícola com fins comerciais, seja pela adoção de novas técnicas de exploração do solo, seriam consideradas como fatores de evolução das paisagens sempre a partir do que havia ocorrido nas áreas de movimentação de fronteira. Esse tipo de arranjo explicativo, fundamentado nos tradicionais inquéritos de campo, consegue integrar numa mesma chave os elementos mais representativos da proposta analítica de Monbeig, tais como a valorização das temporalidades e da história na organização das paisagens humanas, a importância das técnicas e o protagonismo das vias de comunicação para a integração do território.

O caráter integrador da *frontier*, vocábulo da língua inglesa que pode ser compreendido praticamente como sinônimo do avanço das frentes pioneiras em áreas tidas como sertões, é indicado principalmente pelo uso da palavra francesa *bled*, termo de origem militar que designava as terras interiores da África do Norte em vias de serem incorporadas pelas políticas colonialistas francesas. Interessante notar a convicção de Monbeig sobre o papel estratégico das vias de comunicação na apropriação de novas terras, que expunha a questão da integração territorial do Brasil e dos problemas colocados à circulação interna do país pela falta de estradas:

Ora, em todo o imenso continente brasileiro, uma das necessidades mais imperiosas é sem dúvida a de assegurar relações constantes entre todos os elementos da população. É preciso conseguir resolver — no sentido que dão à palavra os médicos ao referir-se a um abcesso — os agrupamentos que vivem nessas ilhas raramente atingidas pelos vapores, fora do mundo atual, num estágio de economia arcaica e cuja contribuição para a vida nacional se torna, em consequência, extremamente fraca. É preciso conseguir que a nação brasileira, toda ela, viva num mesmo ritmo e numa mesma época. Para tal, entretanto, é necessário suscitar o desenvolvimento das trocas entre todos os seus elementos e, antes de mais nada, criar os meios de efetualas: as estradas (MONBEIG, 1940, p. 141-142).

A integração territorial surge, aqui, como um pressuposto da modernização do país, sobressaindo-se, ainda, a visão padrão do Brasil como um arquipélago, formado no mais por ilhas isoladas que apresentam níveis muito distintos de desenvolvimento. Partes de um todo funcionando em ritmos desconexos, as regiões pertencentes a esse arquipélago revelam a convivência de um “mundo arcaico”, domínio do tempo lento, contraposto às ilhas de modernidade, numa concepção dualista da realidade brasileira que não era incomum ao pensamento político-social do momento.

Conforme se pode esboçar do que foi exposto, a análise das fronteiras colocadas em movimento pelo fenômeno do pioneirismo, tal como feita nos estudos geográficos sobre o tema, permite observar a maneira pela qual a modernização – ajuste sincrônico dos espaços periféricos à temporalidade do mundo capitalista – aparece como um componente da integração territorial. Essa integração, desdobrada em termos dos ganhos de mobilidade e fluidez que adviria da construção de uma infraestrutura de comunicações e transportes, alimentava-se, por sua vez, da existência de um movimento expansivo de colonização lastreado por uma atividade econômica de origem agrária. Incidindo

decisivamente na organização do território, a dinâmica dessa atividade funcionava como vetor de alteração de paisagens rurais e urbanas, colocando a consolidação das cidades como um pressuposto das movimentações pioneiras nos campos.

É a partir desse viés que se pode compreender os principais esteios do arranjo explicativo arquitetado por Renato da Silveira Mendes em suas análises das paisagens culturais da Baixada Fluminense. Sua tese, inicialmente orientada por Monbeig, foi defendida quando Pierre Gourou ocupava o cargo de catedrático de Geografia Humana na USP, em 1948. Publicada em 1950, o trabalho inicialmente se destacou por ter como tema uma área localizada fora dos limites administrativos de São Paulo, fato que destoava da norma comum seguida por quase todos os trabalhos produzidos pelos geógrafos uspianos até bem passada a década de 1960.

Apresentando mais de cem fotografias e cerca de vinte mapas e cartogramas elaborados manualmente pelo autor, o trabalho aparece como um modelo bastante fiel das clássicas monografias regionais francesas, expondo um traquejo historiográfico hoje incomum no tratamento de fontes documentais e na consulta de arquivos. Na avaliação do geógrafo José Bueno Conti, que foi seu aluno, Silveira Mendes produziu um trabalho que se tornou antológico pela forma como interpretou a diversidade das paisagens da Baixada Fluminense. Em sua obra, as paisagens socialmente modificadas eram interpretadas como o resultado das inter-relações: “das condições de tropicalidade, das características da cultura, da economia e das relações de produção dominantes [...] mostrando que a geografia, enquanto ciência do espaço transformado, é sempre produto do processo interativo entre sociedade e natureza” (CONTI, 2014, p. 243).

Odilon Nogueira de Matos, comentarista contemporâneo à feitura do trabalho, dá fé a respeito do caráter historiográfico da pesquisa, frisando o intenso uso das fontes documentais e cartográficas disponíveis na interpretação das paisagens antigas e atuais (dos anos 1940) da Baixada Fluminense. Efetivamente, em resenha escrita em

1951, o historiador, também ele professor da USP e ex-aluno de Monbeig, destacava que o objeto da pesquisa de Mendes “constitui indubitavelmente um dos mais empolgantes temas da geografia humana e econômica brasileira” (MATOS, 1951, p. 473):

O livro do prof. Renato da Silveira Mendes representa, pois, uma das mais valiosas contribuições para a bibliografia geográfica de nosso país. Geográfica e também histórica, pois tratando de assunto no qual o apelo ao passado foi tão frequente, soube o Autor levar avante, com espírito de historiador, uma pesquisa séria e exaustiva, que em diversas ocasiões tivemos o privilégio de acompanhar de perto em viagens e trabalhos que realizamos juntos pela Baixada Fluminense (MATOS, 1951, p. 475).

Em resumo, a tese de Mendes construiu sua hipótese da seguinte forma: a Baixada Fluminense, um dos mais importantes e antigos núcleos de povoamento da Colônia, caracterizou-se imemorialmente por ser uma região onde as paisagens decorrentes da exploração dos engenhos de cana-de-açúcar eram predominantes. Excetuando-se a planície campista, as outras áreas da região sofreram grande decadência a partir da passagem do século XVIII para o XIX. Essa involução da exploração econômica, com resultados visíveis no povoamento e organização das paisagens, somente seria modificada a partir das obras de saneamento realizadas pelo governo federal, no início do século XX. A reconquista da região pela sociedade brasileira, como então se dizia, deveria, portanto, ser facilitado pelo uso da ciência e da técnica, que, instrumentalizadas pelo planejamento do governo central, modificavam as condições adversas do meio.

Na verdade, Renato da Silveira Mendes interessou-se por estudar a evolução das paisagens da Baixada Fluminense tomando como ponto de partida as obras de saneamento e regularização da rede hidrográfica empreendidas pelo governo federal nas décadas de 1930 e 1940. Tendo em vista que a região sofria anualmente com

as chuvas, que causavam enchentes e epidemias, principalmente de malária e febre amarela, compreendia-se que as obras de engenharia encetadas na rede hidrográfica tinham sido projetadas para tentar recuperar um dos trechos mais povoados do território brasileiro, inserindo novos elementos técnicos numa área ocupada produtivamente com engenhos de cana-de-açúcar e currais de criação de gado desde o século XVI.

Em seu entendimento, as ações humanas teriam elaborado diferentes paisagens ao longo dos tempos. Logo, como a Baixada Fluminense havia assistido a várias fases de ocupação do solo desde o início da colonização lusitana em terras americanas, o objetivo do geógrafo seria a reconstrução das distintas estruturas paisagísticas a que corresponderiam cada um dos períodos históricos precedentes:

Um importante aspecto a ser encarado no estudo da paisagem cultural, aspecto esse acentuado pelos geógrafos que mais se dedicaram à conceituação da ciência geográfica, consiste na evolução da paisagem. Tanto Brunhes, ao tratar do “princípio da atividade”, como Sauer, abordando a morfologia da paisagem, são unânimes em reconhecer que assim como o quadro não pode ser considerado fixo, também a paisagem humanizada modifica-se com o decorrer do tempo, em função das diferentes civilizações que ocupam uma determinada região (MENDES, 1950, p. 18).

Replicando as indicações feitas por Monbeig quando da discussão acerca dos critérios de regionalização utilizados pelo CNG para o estado de São Paulo (NOGUEIRA, 2014), Renato da Silveira Mendes considerava que a delimitação regional da Baixada Fluminense em zonas fisiográficas, a qual se apoiava em critérios unicamente naturais, parecia artificial, presa aos muros da academia e muito distante da realidade. Colocando as ações humanas como centrais no processo de construção das regiões, questionava: “Devendo considerar-se nos estudos geográficos os dois elementos — meio e homem — não seria

preferível partir do elemento humano e não do quadro físico para se efetuar a classificação em regiões?” (MENDES, 1950, p. 38).

De fato, o autor notava que a noção de região existiria “na mente” dos habitantes de toda e qualquer área a despeito do conhecimento científico que a população instalada nessas localidades teria a respeito dessa mesma região. Essa sua opinião era justificada citando o que chama de caboclos brasileiros, que historicamente distinguem e denominam perfeitamente as diversas regiões em que habitam. Seria esse o caso da Zona da Mata de Minas Gerais, por exemplo, que teve tal denominação perpetuada nas tradições orais dos caboclos independentemente do fato de a floresta ter há muito de lá desaparecido. Por isso, nos estudos regionais, seria preferível “efetuar-se a classificação e subdivisão em zonas de acordo com o conceito local, isto é, com a noção de região ou ‘país’ dos próprios habitantes e não tentar enquadrar essas zonas considerando-se apenas os aspectos físicos” (MENDES, 1950, p. 38).⁵

Definindo os pressupostos nos quais se embasa, Mendes vai procurar localizar, nas fontes históricas, quais eram as denominações utilizadas e os limites reconhecidos das regiões internamente identificadas pelos habitantes da Baixada Fluminense nos tempos da colônia. Uma vez que as fontes disponíveis para o autor eram sem dúvida mais abundantes do que para seus colegas de Departamento

5 Em capítulo esclarecedor, François-Xavier Guerra (2003) comenta as modificações impostas ao sentido político de palavras como “pátria”, “nação” e “país” na passagem do século XVIII ao XIX, mostrando como tais termos poderiam identificar realidades locais e mais fluidas, e não, como nos acostumamos a pensar, Estados-nação com fronteiras fixas e imutáveis. Focando na América espanhola, o autor lembra as adaptações sofridas no léxico de tais palavras, que foram muito utilizada, por exemplo, para definir “nações” indígenas ou “países” de bárbaros nos mapas que representavam os pretendidos territórios de dominação colonial. Especificamente sobre as mudanças ocorridas no conceito de nação no contexto do continente americano, vide a contribuição de José Carlos Chiaramonte (2003).

que estudavam as paisagens paulistas, visto que sua área de interesse foi ocupada de maneira produtiva desde meados do século XVI, ele percebe que nos registros históricos havia referências a pelo menos três sub-regiões ou países, como então aparecia nas fontes: o Recôncavo do Rio de Janeiro, Cabo Frio e os Campos dos Goytacazes. Para ele, haveria uma consciência ou ao menos uma ideia vaga de unidade destas três áreas que aproximava o antigo sentido conferido ao termo país ao conceito geográfico que então se tinha de região:

Acreditamos, portanto, que a Baixada Fluminense deve ser dividida não apenas em “zonas fisiográficas” mas em verdadeiras “sub-regiões geográficas”, isto é, em “países”, termo atualmente em desuso, ou melhor, aplicado entre nós em relação a unidades políticas estatais. Uma região geográfica ou “país”, ao nosso ver, deve considerar não somente os elementos naturais que lhe são peculiares, mas principalmente o elemento humano que, utilizando-se dos recursos locais e dando a áreas fisicamente diferentes uma certa unidade pelo povoamento, ocupação do solo, vias de comunicação, é quem na realidade “cria” a região. Cada “país” pode conter mais de uma zona natural, pois justamente o aproveitamento de recursos de zonas diferentes é que determina a interpenetração e a unidade regional [...]. Com o progresso da humanidade e o desenvolvimento da técnica, mais unidas se tornam as regiões naturais em virtude da construção e do aperfeiçoamento das vias de comunicação e dos meios de transporte. Não é de se estranhar, portanto, que no estado de São Paulo a noção popular de zonas esteja associada às estradas de ferro que atravessam e unem regiões fisicamente diversas (MENDES, 1950, p. 39-40).

A referência que faz ao caso paulista, que segundo Monbeig (1952) somente conheceria regiões associadas às estradas de ferro, é fundamental para compreendermos como os geógrafos dessa geração relacionavam as atividades econômicas, o tipo de ocupação

humana desenvolvida e o processo de organização das paisagens. Sendo o elemento humano o fator que conferia às distintas unidades naturais um aspecto de homogeneidade, temos que o estudo das paisagens humanizadas se associava necessariamente à análise regional. As várias formas de apropriação e exploração do solo produzidas e reproduzidas pelos grupos humanos ao longo da história, dando sustentação a determinadas atividades econômicas, organizavam paisagens de conteúdos diversos que, ao entranhar contatos com outras localidades, consolidavam progressivamente certas diferenciações. Como nos escritos de Monbeig, a fixidez e a mobilidade se combinam, repondo os inter-relacionamentos entre fixos e fluxos, pois era a circulação garantida pelas próteses territoriais fixadas na paisagem o que garantiria a homogeneização diferenciadora do espaço.

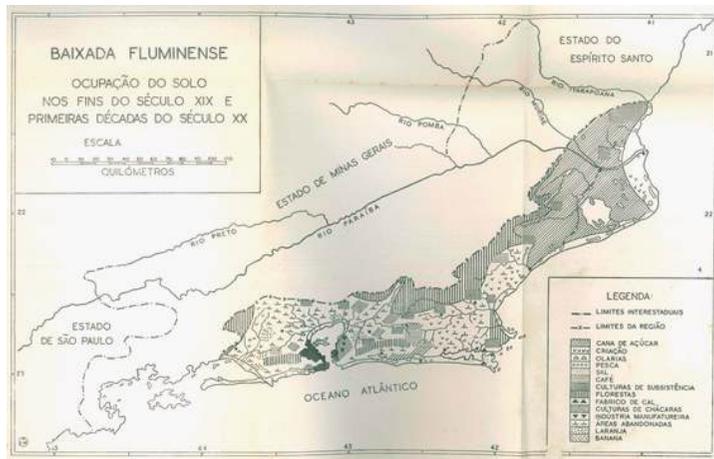
Na sequência dos capítulos, a importância dos ciclos econômicos passados e atuais na estruturação das paisagens fica bem evidente já nos títulos da segunda e terceira partes da tese, respectivamente, “As paisagens antigas” e “As paisagens modernas”. Falando do início da colonização portuguesa, Mendes lembrava que a Baixada Fluminense havia sido um dos primeiros núcleos fixos de povoamento a se tornar um centro de exploração comercial instalado na América portuguesa, formando “uma espécie de ilha de civilização, pois que a colonização portuguesa se caracterizou pela descontinuidade” (MENDES, 1950, p. 46).

Interessante notar o mapa de uso e ocupação do solo que o geógrafo apresenta (Figura 1), pois com as informações levantadas em arquivo ele conseguiu descrever as modificações ocorridas na região pelo desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e da pecuária entre o final do século XVII e início do XVIII, período em que a região assistiu a um surto expansivo da atividade canavieira. Ao final, o caráter comercial e especulativo da exploração agrícola, que persistiria com avanços e recuos até o momento da sua análise, na década de 1940, quando os antigos engenhos foram finalmente substituídos

Para o geógrafo paulista, por meio das cartas organizadas na tese seria possível verificar as alterações sofridas pelas paisagens da Baixada Fluminense desde o início da colonização europeia. Realmente, Silveira Mendes dá vazão ao clássico princípio geográfico da comparação ao tratar das “paisagens modernas” organizadas no início do século XX. De fato, ele parte da realidade de sua região de estudo no final da década de 1940 para estabelecer uma interpretação do movimento de construção das paisagens desde o século XVII. Através desse procedimento seria possível visualizar, com o auxílio dos mapas, os avanços e recuos das paisagens humanizadas em função da dinâmica que as explorações econômicas experimentavam em cada secção temporal.

O material cartográfico produzido, que tinha como base os documentos e fontes históricas levantados, possibilitava desse modo a comparação de dados entre diferentes períodos, uma vez que a burocracia portuguesa produziu documentação sobre a região desde o século XVI. Contudo, havia uma diferença fundamental entre os mapas que reconstroem as paisagens pretéritas e a carta-síntese dedicada à ocupação e uso do solo de meados do século XX: “as fontes em que nos baseamos para a elaboração dessa carta consistiram, principalmente, em observações pessoais feitas *in loco* no decorrer de diversas viagens que empreendemos pela região” (MENDES, 1950, p. 86).

Figura 2: Uso e ocupação do solo – séculos XIX/XX



Fonte: Mendes (1950).

Assim, dois novos tipos de povoamento imprimiriam marcas nas paisagens: as aglomerações suburbanas, que formavam uma verdadeira conturbação com o Rio de Janeiro ao longo da estrada de ferro, e o povoamento rural impulsionado com a citricultura. A introdução de uma nova atividade agrícola com valor comercial, a laranja, que dava nova vida para a agricultura da região, encontrava na cidade do Rio de Janeiro um grande mercado, impulsionando uma revolução nas antigas e decadentes paisagens rurais ligadas à economia da cana.

Contudo, embora novos fatores de valorização tenham modificado a combinação dos elementos do complexo geográfico, a região continuava a apresentar resquícios da antiga paisagem da economia açucareira. Essa feição era apercebida pelo observador na degradação das florestas, substituídas por uma vegetação de campos e capoeiras que cresciam em solos empobrecidos, e, principalmente, nos testemunhos dos engenhos e casarões, vestígios de antanho que sobreviveram como testemunhos a estruturas econômicas e sociais há muito desaparecidas, diríamos mesmo como

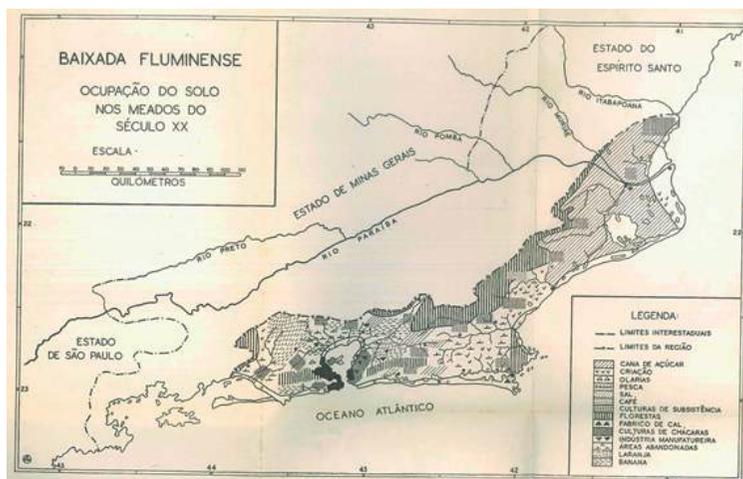
rugosidades que duram mais do que a estrutura social que lhes deu origem (SANTOS, 2002).⁷

Enfim, tratando das obras implantadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), diz que as ações planejadas pelo governo federal foram responsáveis por uma imensa modificação na organização das paisagens da Baixada, pois “ao lado dessas obras de engenharia hidráulica, outras construções modernas também imprimem à paisagem a marca característica da civilização contemporânea [...] elementos materiais de uma paisagem muito

7 Conferir Mendes (1949, p. 33-34): o estudo dessa nova atividade deu origem a um artigo intitulado “Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara”. Publicado no primeiro Boletim Paulista de Geografia, o texto aprofunda a discussão sobre a retomada das terras por um novo produto comercial de exportação, que ocasionara, por que não dizer, o surgimento de uma ativa frente pioneira que trazia novos elementos para a produção do espaço: “Embora as condições naturais fossem bastante favoráveis à implantação e ao desenvolvimento da citricultura na região da Guanabara, na realidade somente se processou essa expansão após o advento de uma série de fatores econômicos [...]. Na região da Guanabara, um fator que desempenhou importante papel no desenvolvimento da cultura da laranja foi, inegavelmente, a especulação comercial. Tal especulação teve seu início no açambarcamento das terras da Baixada da Guanabara, desvalorizadíssimas após a derrocada da economia açucareira no século passado, e consequente expansão da insalubridade da região. Alguns capitalistas, residentes na cidade do Rio de Janeiro, adquiriram dos descendentes dos antigos senhores de engenho as velhas propriedades rurais abandonadas, onde a malária dizimava e expulsava os mais recalcitrantes; tal aquisição de terras era feita a preços muito baixos, na expectativa de uma futura valorização [...]. Tal retalhamento propiciou fartos lucros aos negociantes, que passaram, então, a vender os lotes rurais, depois de uma inteligente propaganda feita nos jornais cariocas em torno das grandes oportunidades que oferecia a cultura da laranja para um rápido enriquecimento. O slogan — “laranja no pé, dinheiro na mão” — foi largamente difundido pela publicidade carioca [...]. Como resultado desse grande surto da citricultura, a paisagem da região da Guanabara modificou-se em poucos anos. As antigas áreas abandonadas, onde o mato tudo invadia e a malária afugentava todos, passaram a ser cobertas por milhões de pés de laranja”.

mais cultural do que natural” (MENDES, 1950, p. 114). Deveras, ações como as regularizações permanentes dos cursos d’água, a construção de diques marginais, os aterramentos e a abertura de canais, intervenções no terreno completadas com a profilaxia da malária e a construção de vias de comunicação foram políticas territoriais do governo federal que possibilitaram a instalação de fábricas e de torres de transmissão de energia elétrica.

Figura 3: Uso e ocupação do solo – século XX



Fonte: Mendes (1950).

Tidos como o equivalente do domínio das condições adversas até então apresentadas pelo meio natural, os trabalhos de saneamento seriam completados pela implementação de um programa oficial de colonização das áreas reconquistadas aos pântanos. Tal programa de colonização, que objetivaria a criação de “um sistema econômico que vise a fixação do homem à gleba e a formação de uma verdadeira classe de camponeses” (MENDES, 1950, p. 118), era uma mostra da maneira como certas correntes do pensamento político-social do período interpretavam as questões relativas à ansiada modernização

da agricultura, que seria levada a cabo com o auxílio da ciência e da técnica. De fato, defendia-se que a prática de uma agricultura racional, para a qual contribuiria em muito a instalação da Escola Nacional de Agronomia, valorizaria as terras localizadas ao redor da metrópole carioca, com o desenvolvimento da pequena propriedade e a expansão da policultura voltada para o abastecimento da crescente população da cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES

Como visto, embora não se utilize do pioneirismo como critério objetivo para proceder a avaliação do desenvolvimento pelo qual passou a Baixada Fluminense, Renato da Silveira Mendes emprega o enquadramento bem ou mal proposto por Monbeig. Como seu antigo mestre, Mendes também valorizava as atividades econômicas como o fator preponderante para a apreciação do processo de organização espacial e tomava a história e as mudanças das técnicas de exploração do solo como protagonistas da estruturação das paisagens.

Ademais, a Baixada Fluminense, além de ser área de exploração da cultura canavieira desde o século XVI, era parte da periferia imediata do Rio de Janeiro, a sede do poder político luso-brasileiro a partir do XVIII. Isso contribuiu para que a escolha do *terrain* por Renato da Silveira Mendes contasse com a circunstância única da disponibilidade de fontes históricas. Assim, o recurso aos arquivos documentais, como quadros estatísticos e mapas, permitiu-lhe elaborar um arranjo explicativo que sublinha o caráter processual da evolução das paisagens culturais, concebidas, ao fim e ao cabo, como as feições materiais impressas no espaço em cada época, os reflexos espaciais da estrutura econômica e social de tempos passados:

Inúmeras dificuldades (de muitas das quais fomos testemunhas) ofereceu ao Autor a reconstituição das paisagens antigas. A falta de documentação, cartográfica principalmente, que torne possível

conhecer o aproveitamento do solo e a distribuição da população no passado, não apenas na Baixada Fluminense, mas em qualquer região do país, constitui elemento capaz de levar ao desânimo o pesquisador que por tais caminhos enveredar-se. Soube o prof. Renato da Silveira Mendes vencer todas as dificuldades que o tema poderia oferecer, realizando acurada pesquisa histórica nos arquivos do Rio de Janeiro, servindo-se sobretudo de mapas, roteiros antigos, quadros estatísticos, manuscritos, memórias (Couto Reis, Araruama), o que lhe permitiu elaborar os quatro valiosos mapas referentes à ocupação do solo das primeiras décadas do século XVII até o século XX, os quais dão ao seu livro grande interesse histórico, tornando-o mesmo indispensável para qualquer estudo sobre o passado do Rio de Janeiro (MATOS, 1951, p. 473-474).

No geral, Silveira Mendes preocupava-se em apreciar o que chamava de evolução das paisagens a partir de uma série de procedimentos que eram adotados praticamente por todos os seus colegas de geração. Em primeiro lugar, fazia-se uma reconstrução temporal das relações sociais e das paisagens de antigamente. Para a consecução desse primeiro objetivo, iniciava-se pela descrição dos quadros físicos, tentando reconstruir aquilo que seria a imagem da região antes da chegada do elemento humano. O uso das descrições explicativas, conforme constava nas indicações dos manuais da geografia francesa, procurava relatar em minúcias a configuração territorial de seu espaço-objeto numa dada secção temporal, que ficava restrita aos períodos cobertos pelas fontes documentais disponíveis.

Após a identificação da estrutura econômica e das relações sociais que davam suporte a uma determinada configuração regional das paisagens em diferentes momentos, num esforço de reconstrução das geografias passadas bem próximo das indicações de H. C. Darby (1953), passava-se para a análise do modo como a dinâmica de desenvolvimento ou decadência das atividades econômicas ao longo do

tempo influía no processo de organização das paisagens. Esse procedimento era feito a cada recorte temporal significativo até se chegar no tempo presente, quando os dados estatísticos e cartográficos, por mais abundantes, poderiam ser problematizados, recusados ou validados nas excursões de campo mediante a observação direta da realidade.

Nesse registro, percebe-se que do ponto de vista do arranjo explicativo projetado, o interesse estava no presente, mas era a história que punha as paisagens em movimento, permitindo avaliar o nascimento e a formação de unidades regionais. Concluindo, por todos os elementos apresentados, assevera-se que a pertinência de uma sensibilidade geográfica frente aos processos históricos, que como se viu não era de maneira alguma estranha às antigas gerações de historiadores e geógrafos, mormente na França, ganhava novos contornos nos trabalhos dos geógrafos brasileiros, frutificando em um estilo textual que sem dúvida pode ser considerado como um exemplar genuíno de geografia histórica.

Referências

ABREU, M. de A. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, n. 218 (32), 1 ago. 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-32.htm>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ARAÚJO FILHO, J. R. A Baixada do rio Itanhaém: estudo de geografia regional. **Boletim da Faculdade de Filosofia**, Ciências e Letras (Geografia n. 5), São Paulo: USP, n. 116, 1950.

ARRAULT, J. B. Géographie et mondialisation. Les géographes français face à la crise des années 1930. **Ann. Géo**, Paris, n. 657, p. 493-512, 2007.

BAKER, A. “The dead don’t answer questionnaires”: researching and writing historical geography. **Journal of Geography in Higher Education**, v. 21, n. 2, p. 231-243, 1997.

BAKER, A. **Geography and History**: bridging the divide. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BURKE, P. **A escola dos Annales** (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CARNEIRO, P. A. S. Questões teóricas e tendências da geografia histórica. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, jan./abr. 2018.

CHIARAMONTE, J. C. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. *In*: JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitet; Unijuí; Fapesp, 2003.

CONTI, J. B. Geografia e paisagem. **Ciência e Natura** (Ed. Especial), Santa Maria (RS), v. 36, p. 239-245, 2014.

COSTA, W. M.; MORAES, A. C. R. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

DARBY, H. C. On the relations of geography and history. **Transactions and Papers of the Institute of British Geographers**, n. 19, p. 1-11, 1953.

DOSSE, F. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004.

FRANÇA, A. **A ilha de São Sebastião – estudo de Geografia Humana**. Tese (Concurso à cadeira de Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

GUERRA, F-X. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. *In*: JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/ FAPESP, 2003.

HARTSHORNE, R. **The nature of geography**. Washington: Association of American Geographers, 1939.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. M. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 2000.

KUČERA, Z. **Historical geography between geography and historiography**. Klaudyán, v. 5, n. 1, p. 5-13, 2008.

LACOSTE, Y. **Ler Braudel**. São Paulo: Papirus, 1989.

LEWIS, M. W.; WIGEN. K. **The myth of continents: a critique of metageography**. Berkeley (Los Angeles): University of California Press, 1997.

LYRA, M. L. V. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da Política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MATTOS, O. N. Paisagens culturais da Baixada Fluminense. **Revista de História**, São Paulo: USP, v. 3, n. 8, p. 473-475, 1951.

MATTOS, I. R. Construtores e herdeiros: a trama de interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

MENDES, R. S. **Cultura e comércio da laranja na região da Guanabara**. Boletim Paulista de Geografia – AGB, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31-39, 1949.

MENDES, R. Paisagens culturais da Baixada Fluminense. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras** (Geografia n. 4), São Paulo: USP, n. 110, 1950.

MONBEIG, P. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo: USP, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MÜLLER, N. L. Sítios e sítiantes de São Paulo. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade** (Geografia n. 7), São Paulo: USP, n. 132, 1951.

NOGUEIRA, C. E. **Os Sertões do Poente: conquista e colonização do Brasil Central**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, C. E. A conquista do Brasil central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 418(9), 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>. Acesso em: 6 mar. 2019.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NOGUEIRA, C. E. O saber geográfico e a prática política: a regionalização do estado de São Paulo (1930/1950). **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 43, p. 105-139, 2014 [2017].

NOGUEIRA, C. E. A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950). **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 5, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1480>. Acesso em: 6 mar. 2019.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PETRONE, P. A Baixada do Ribeira: estudo de Geografia Humana. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras** (Geografia n. 14), São Paulo: USP, n. 283, São Paulo, 1966.

PHILO, C. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PIMENTA, J. P. G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PIMENTA, J. P. G., SLEMIAN, A. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, G. Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço: o conceito de geohistória em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949 e 1966). **Confins**, n. 21, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/9654>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 54, jun. 1977.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia à Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002

ZUSMAN, P. **Tierras para el Rey**: tres fronteras y la construcción del territorio del Rio de la Plata (1750-1790). 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Autônoma de Barcelona, Bellaterra, 2000.

Capítulo 2

Geografia Histórica de uma fronteira: a borda oeste da América Portuguesa (1700-1800)

A obsessão das fronteiras. É este o título do livro escrito pelo francês Michel Foucher em 2012. Em suas páginas, Foucher (2012) demonstra que, a despeito da retórica do “fim das fronteiras”, o mundo observou, desde 1991, o surgimento de aproximadamente 28.000 km de novas linhas fronteiriças interestatais. Limites. Bordas. Fronteiras. Termos de uso cotidiano que, na linguagem técnica de geógrafos, cientistas políticos e diplomatas, ganham outros significados, sintetizando conceitualmente as espacializações de múltiplas relações de poder, resultantes das estratégias de territorialização utilizadas por distintos grupos sociais em diferentes escalas (NEWMAN, 2003; 2006; PAASI, 1998; 2003).

Por óbvio, isso não significa considerar as fronteiras apenas a partir de uma escala de análise que as transformam no equivalente dos limites estatais. A reconhecida multiplicidade de atores e escalas

intervenientes nos fenômenos fronteiriços, entendidos como processos (e práticas) de diferenciação espacial, não permite mais esse tipo de simplificação. Entretanto, é interessante observar como o recrudescimento do interesse acadêmico no estudo das fronteiras, desde o início do século XXI, de certo modo acompanha o aprofundamento da globalização, com todas as consequências que este processo traz para as práticas cotidianas do poder dos Estados (JOHNSON, JONES, PAASI *et al.*, 2011).

Mas de que modo essas novas abordagens sobre as fronteiras modificam o entendimento do processo histórico de construção dos territórios nacionais? Seria possível revisitar o clássico tema da formação das fronteiras do Estado-nação e não incorrer em problemas já debatidos exaustivamente alhures? Sem ter a pretensão de esgotar o assunto, busca-se aqui construir uma interpretação acerca da constituição de uma linha de fronteira do território colonial que serviu como baliza para os atuais limites políticos do Brasil. A partir de um estudo de caso focado na antiga capitania do Mato Grosso, a argumentação desenvolvida vai acompanhar como, a partir de um projeto de cunho geopolítico, a Coroa portuguesa foi bem-sucedida na construção de uma estrutura espacial sobre a qual pôde legitimar, com o recurso de mapas e a negociação de tratados de limites, a projeção de sua pretensão de soberania nas fronteiras ocidentais mais interiorizadas de todo seu Império colonial.

FRONTEIRAS, LIMITES E FORMAÇÃO TERRITORIAL

Em esforço coletivo recente, traduzido num livro dedicado a repensar as mudanças de significado dos fenômenos fronteiriços no mundo contemporâneo, há uma proposta de tipificar os estudos sobre as fronteiras dividindo-os em duas grandes correntes de análise. Por um lado, haveria os estudos dedicados aos processos e práticas sociais de territorialização consubstanciados em fronteiras específicas, os chamados *border studies*. Por outro lado, existiriam aqueles que tomam a

fronteira em um sentido metafórico, preocupando-se, pois, com uma construção teórica do fenômeno fronteiriço – *border theory* – a partir de suas múltiplas realidades (BAMBRILLA *et al.*, 2015).

A essa dualidade poder-se-ia adicionar outra: a que opõe, mormente em língua inglesa, o entendimento da fronteira como expansão espacial de uma sociedade, a *frontier*, ao seu uso como sinônimo dos limites oficiais entre dois entes legalmente constituídos, a *boundary* (NOGUEIRA, 2013a). O debate que permeia essa oposição discute, no fundo, se as fronteiras consistem numa linha ou, ao contrário, se elas se expressam espacialmente como uma região ou zona (BENEDETTI, 2018). Por sua vez, o relacionamento entre a fronteira-linha e a fronteira-zona, ao remeter à qualidade e intensidade dos intercâmbios estabelecidos por diferentes grupos sociais após a instituição dos limites entre eles, manifesta as propriedades de “ponte” ou “muralla” que as fronteiras podem assumir (FOUCHER, 1991).

Entendida basicamente como cumprindo uma função de barreira, a fronteira-linha expressa a territorialidade almejada pela forma estatal-nacional de governo – isto é, pode-se interpretar como convergentes os processos de consolidação da nação como fundamento de legitimação do domínio territorial e o correlato movimento de constituição das linhas de fronteira entre os Estados. Em contrapartida, a territorialidade difusa presente nas formas imperiais de controle do espaço, que convivem harmonicamente com a imprecisão de suas fronteiras e com a diversidade cultural, encaixa-se bem na definição que destaca o aspecto zonal das divisões fronteiriças, o que nos autoriza a dizer que, para os Impérios, o caráter móvel de seus limites não configura um problema de grande monta (BADIE, 1996).

Nesse trabalho, compreende-se as fronteiras como construções sociais sincronicamente relacionadas ao processo de formação territorial de uma sociedade em determinada época. Realidade a um só tempo material e simbólica, a fronteira, ao revelar uma faceta da dimensão espacial que recorta a formação histórica do Brasil, demanda uma articulação entre a consciência do espaço, as ideologias

geográficas, as políticas territoriais e o espaço produzido que conferem, a cada momento, conteúdo àquilo que chamamos de território (MORAES, 2000). Em uma primeira aproximação, portanto, define-se as fronteiras a partir das relações sociais entabuladas no exercício do domínio sobre uma porção do espaço. Logo, ainda que seja admitida a polissemia do termo, largamente utilizado em uma série de contextos e situações (fronteiras étnicas, culturais, simbólicas etc.), opta-se por retomar o tratamento conferido ao tema em parte substancial da literatura geográfica, enxergando as fronteiras como expressão espacial dos limites entre jurisdições e poderes socialmente constituídos (PRESCOTT, 1965; RUMLEY & MINGHI, 1991; PORCARO, 2017).

Desde esse ponto de vista, o estudo das fronteiras interestatais repõe o íntimo relacionamento entre território e soberania, afirmando-se como uma das mais explícitas manifestações da conexão existente entre geografia e política (GOTTMAN, 1973). Ou seja, é possível apreender o processo de formação, organização e controle dos territórios como o fenômeno de grande escala mais palpável da geografia política (MARTIN, 1993). Num estudo de geografia histórica, como o que aqui se propõe, essa circunstância retira o caráter inflexível e imóvel com que sempre foram pensadas as divisões interestatais, servindo de alerta para que se evite a projeção do caráter estático atribuído aos limites dos Estados-nação na primeira metade do século XX, para outras situações e conjunturas históricas.

Na verdade, a tentativa de se compreender as realidades surgidas na América Latina a partir da colonização europeia, por meio da mobilização do conceito de fronteira, não é exatamente uma novidade. Cite-se, a título de exemplo, a imensa contribuição de Sérgio Buarque de Holanda, fundamentalmente em livros como *Monções* (1990) e *Caminhos e Fronteiras* (1994). Em esforço de aplicar a tese de Turner num viés comparativo com o caso paradigmático dos EUA, Alistair Henessy (1978) aponta para a ausência, na história dos países latino-americanos, das condições necessárias para que a experiência

da fronteira cumprisse na região o exato papel descrito por Turner. A inexistência de tais condições – quais sejam, “terras livres” e uma legislação adequada que incentivasse uma política pública de imigração e ocupação, permitindo um amplo acesso à propriedade da terra – teria obstado, por corolário, que fosse desenvolvida em terras latino-americanas uma interpretação sobre a expansão do povoamento algo parecida com o mito da fronteira (HENESSY, 1978).

Na mesma direção, poder-se-ia citar a coletânea de textos organizada por David Weber e Jane Rausch (1994), a qual revisita textos clássicos, como o de Sarmiento, e traz contribuições de intelectuais de renome, como Emilio Willems e Clodomir Viana Moog. No caso do Brasil, Lígia Osório Silva (2001), estudiosa que trabalhara com a questão da formação da propriedade numa perspectiva histórica (SILVA, 1996), conclui que a fronteira, incorporada ao patrimônio territorial dos novos Estados politicamente emancipados no século XIX a partir de situações de domínio colonial muito distintas, não teria ocupado o lugar que teve em certa historiografia nacionalista norte-americana. Comparando as políticas públicas de apropriação de terras desenvolvidas ao longo do século XIX no Brasil, na Argentina e nos EUA, a autora lembra que a noção de vazio territorial ligada ao vocábulo “terras livres” não foi tomada na América do Sul como algo positivo (SILVA, 2001). Essa circunstância deu origem a mitos negativos, que qualificavam os espaços ainda não ocupados pelos representantes da “civilização” como lugares onde dominavam o primitivismo e a barbárie – eram os sertões, figura primordial na estruturação de uma longa tradição no pensamento político-social brasileiro (AMADO, 1995; OLIVEIRA, 2000; MAIA, 2008).

Ao final de suas observações, Silva admite que no processo de ocupação e apropriação territorial que incorporou espaços então qualificados como vazios ao patrimônio do Estado norte-americano, houve uma alteração no significado do termo fronteira. De fato, a partir de então, o termo deixa de se referir exclusivamente aos limites políticos entre duas áreas de jurisdição territorialmente delimitadas,

passando a designar algo novo, a saber, as áreas caracterizadas por movimentos migratórios associados à instalação e permanência de assentamentos com fins agrícolas (SILVA, 2001)⁸. Essa mudança de sentido, reforçada no início do século XX, aproxima-se mais de uma estratégia discursiva empregada por Turner para sustentar sua hipótese acerca da singularidade da civilização criada na América ante as nações da Europa. Com efeito, ao analisar o uso e o emprego da palavra *frontier* ao longo da história americana, Juricek (1966) confere menor importância à novidade representada por essa mudança de significado, ocorrida plenamente no final do XIX, pois desde o século XVI a *frontier* era utilizada para designar seja os limites políticos, seja os espaços de colonização agrária.

Em última análise, haveria até mesmo a possibilidade de se pensar os aspectos políticos e econômicos das movimentações fronteiriças de forma integrada, pois uma área poderia ser intencionalmente colonizada para se garantir sua soberania política, sendo igualmente possível ao Estado apropriar-se simbolicamente de correntes migratórias com o objetivo de reforçar ou criar identidades de base espacial politicamente orientadas.

8 Conferir Silva (2001, p. 138-141): “Sem perder de todo esse sentido [de limite político], a partir da experiência de ocupação dos ‘espaços vazios’ na América do Norte, a fronteira ganhou uma acepção própria para designar a zona móvel de assentamento ou colonização (implicando aproveitamento agrícola e povoamento) no limite das áreas ‘desconhecidas’, ‘não desbravadas’ ou até mesmo ‘selvagens’. Nesse sentido forte, a palavra fronteira designa a zona de contato entre uma região onde vigoram os padrões de ocupação considerados ‘civilizados’ e a região ainda a ser incorporada [...]. Mas a verdade é que a visão que se tem desses processos antigos de colonização como sendo ‘de fronteira’ é posterior ao estudo da fronteira americana. Quer dizer que foi preciso que o processo ocorrido em torno da ocupação de terras americanas ‘revelasse’ a peculiaridade dos fenômenos de fronteira, para que se começasse a tratar aspectos da história europeia em termos de avanço de fronteira”.

Outros autores que desenvolvem uma perspectiva comparativa, tentando atualizar a discussão conceitual para verificar a possibilidade de aplicar o referencial de Turner em outros lugares e contextos, como Gerhard (1959), Mikessel (1960), Katzman (1975) e Bassin (1993), e o debate travado por Hevilla (1998; 1999) e Escamilla (1999) sobre o conceito geográfico de fronteira, oportunamente resenhado por Perla Zusman (1999), que reforça a influência das representações e do caráter simbólico da fronteira na produção da realidade, servem para mostrar a contínua vitalidade da discussão sobre os fenômenos fronteiriços nos mais distintos campos de estudo (BRATICEVIC *et al.*, 2017; SALIZI e BARADA, 2019).

Por fim, seria oportuno sublinhar que, do ponto de vista da formação territorial brasileira, os “espaços vazios” a serem integrados ao espaço econômico do território são, desde o século XVII, identificados como “sertão” (LIMA, 1999; LOMBARDI, 1975; SOUZA, 1997). Ainda que, a cada momento histórico, o significado atribuído ao termo sertão seja algo diverso (MORAES, 2009), há certa vantagem operacional em se conferir um tratamento econômico ao problema, relacionando o avanço da fronteira com o aumento das terras efetivamente apropriadas e cultivadas dentro de um território. Nesse caso, aponta-se para a questão da valorização do espaço, pois entende-se as movimentações de fronteiras como parte de um processo de desenvolvimento econômico e demográfico mais amplo do país ou região onde estas ganham dinamismo.

Nesse sentido, o sertão, ou melhor, o processo de sua conquista por meio do avanço das fronteiras, estaria mesmo próximo do significado atribuído ao termo *frontier*, principalmente se atentarmos para a circunstância de que este termo pode ser tomado como expressão de forças centrífugas. Dito de outro modo, a *frontier* resultaria de correntes expansivas impulsionadas num território por alterações demográficas e econômicas em certa medida passíveis de serem intencionalmente orientadas de maneira estratégica para a manutenção de limites políticos (KRISTOF, 1959). Na geografia brasileira,

esse processo foi esmiuçado a partir dos estudos dedicados à análise das frentes ou franjas pioneiras, matéria já discutida e cuja amplitude excede em muito o tema aqui em observância.⁹

Diante disso, depreende-se que a estruturação intencional de correntes expansivas, planeadas com o fito de ocupar determinadas localidades, foram historicamente instrumentalizadas pelo Estado, seja como suporte no processo de negociação de limites entre dois ou mais contendores na arena política, seja como fonte para a elaboração de imagens que visam promover diferentes estratégias estatais de ocupação territorial. O presente artigo debruça-se precisamente sobre esse aspecto das movimentações de fronteiras, apreciando de que maneira os fluxos migratórios que atingiram as terras futuramente mato-grossenses, ao longo do século XVIII, foram apropriados e instrumentalizados pela Coroa portuguesa no processo de projeção de suas pretensões de soberania americanas vis-à-vis a Espanha.

O OURO E A VALORIZAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO

Numa visão retrospectiva do território, os contornos das fronteiras do Brasil contemporâneo tornam-se referência para a análise do processo de conformação da área de dominação estatal portuguesa na América. Isso não significa, de saída, coisificar a localização atual dos limites políticos do Brasil. Ao contrário, concebendo a própria geografia como “história territorial”, admite-se que o território é uma construção social explicável pelo processo de sua formação. Logo,

9 Por sua importância, destaca-se as contribuições de Otávio Guilherme Velho (1972; 1979) e de José de Souza Martins (1975; 2009), autores que diferenciam a frente pioneira da *frente de expansão*. Entre os geógrafos, inescapável falar de Pierre Monbeig (1952), Leo Waibel (1958), Ary França (1960) e Orlando Valverde (1958), bem como dos trabalhos recentes de história da geografia que lançam um olhar renovado sobre muitas das temáticas tratadas por esses autores. Ver: Adas (2006); Nogueira (2013; 2015; 2019).

intenta-se desenvolver uma análise capaz de “captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre” (MORAES, 2002, p. 52-53).

O ponto de partida é a definição da geografia humana como um reiterado processo de antropomorfização da superfície terrestre (MORAES, 2002). Animado por uma dinâmica constante de apropriação, transformação e valorização dos meios naturais, o processo histórico de produção de formas humanas dá origem a uma multiplicidade de espaços. Essa proposição, que aceita a existência de uma dimensão espacial no movimento histórico, implica considerar a relativa determinação temporal que preside a relação sociedade/espaço:

O modo pelo qual um grupo social organiza seu meio geográfico constitui parte da totalidade de sua vida social, sendo assim regido pela lógica e pelas formas de sociabilidade imperantes, o que propicia que os processos de relacionamento da sociedade com o espaço possam ser tipificados temporalmente, segundo uma referência temporal estabelecida. Isso permite considerar, por exemplo, a existência de uma espacialidade capitalista ou de outra própria da vida feudal, tomando no caso o modo de produção como categoria de macro periodização da história (MORAES, 2014, p. 25).

A fixação territorial das sociedades denota certa perenização dos processos produtivos que permite, no limite, a reiteração das relações sociais entabuladas. Essa lógica da relação sociedade/espaço indica uma materialização espacial de trabalho excedente sucessivamente agregado ao solo que acarreta na efetiva produção do espaço: é a conformação das rugosidades (SANTOS, 2002). Como história cristalizada no espaço, as formas construídas socialmente vão entalhando a paisagem, esculpindo um espaço construído que se torna qualidade do lugar, sobredeterminando sua apropriação futura (SANTOS, 1997).

A colonização em senso estrito, uma das mais evidentes manifestações da valorização do espaço, pode ser apreendida, em suas inúmeras particularizações, a partir do enfoque na fixação geográfica do valor. Em uma visão de longa duração, o protagonismo conferido à fixação geográfica do valor na definição da colonização permite articular a integração econômica à integração política do espaço, concatenando a lógica interna da produção do espaço ao desenvolvimento de diferentes formas de controle e soberania, as quais se traduzem espacialmente no processo de institucionalização e delimitação de fronteiras:

A generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios e dos Estados. Este já representa um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como espaço de reprodução da sociedade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização bem mais complexas. O Estado, por sua vez, é a institucionalização política não apenas da sociedade, mas também do próprio espaço dessa sociedade (COSTA e MORAES, 1999, p. 137).

Acercando-nos do objeto desse artigo, o entendimento da relação existente entre a colonização da capitania de Mato Grosso no século XVIII e a definição do alinhamento dos rios Guaporé e Paraguai como lindes fronteiriças que a diplomacia lusitana tentou impor para a América portuguesa, necessita ter em mente a totalidade do conjunto territorial luso-americano. As políticas de colonização desenvolvidas por Portugal corporificaram uma geopolítica característica, que se expressou nas diferenças encontradas no processo de ocupação de cada uma das regiões da América portuguesa. Desse modo, afora a óbvia função polarizadora de fluxos cumprida pela mineração, que iniciou o povoamento no entorno das jazidas

auríferas descobertas nas proximidades dos rios Cuiabá e Guaporé, deve-se notar que o processo de valorização política do espaço mato-grossense cumpriu papel não desprezível na consolidação da ocupação da região (NOGUEIRA, 2008).

Essa modalidade de valorização do espaço expressa-se de forma clara na montagem do aparato institucional do governo português. A valorização estratégica de uma localização tornada privilegiada em detrimento de outras localidades em posição geográfica similar, bem como o planejamento e criação de formas espaciais especificamente voltadas para a celebração do exercício do poder constituído, como cidades, postos fiscais, fortalezas e presídios, são exemplos eloquentes da valorização política do espaço que são abundantemente encontrados na análise do processo de ocupação de Mato Grosso:

Nesse caso, trata-se não da exploração econômica do espaço propriamente dito, mas de seu domínio. A história da humanidade nos aponta muitos exemplos de confrontos bélicos entre nações, cujo móvel em disputa era o domínio de um dado espaço, muitas vezes destituído de valor econômico diretamente [...] A relação imperativa entre os estados e o valor “estratégico” dos territórios, seja pra que fim for, conheceu uma variedade enorme de manifestações ao longo da história. (COSTA e MORAES, 1999, p. 141)

O alvoroço causado pelas notícias do ouro encontrado, em 1719, pela bandeira de Pascoal Moreira de Cabral, no rio Coxipó-Mirim, alimentando esperanças de enriquecimento fácil, inicia um dos maiores *rush* migratórios até então presenciados na América portuguesa. Os intensos fluxos populacionais seguiram durante toda década de 20 do Setecentos, animados pelas descobertas das riquíssimas lavras encontradas por Miguel Sutil no córrego da Prainha. Esse acontecimento fez com que o núcleo principal de povoamento fosse transferido para as imediações do morro do Rosário, nas cabeceiras do rio Cuiabá, onde se ergueu altar para a

devoção do Senhor Bom Jesus, base para a futura Vila Real. Até o final da década, novos povoados ligados à mineração de aluvião vão sendo construídos, com destaque para as Minas do Alto Paraguai (hoje Diamantino) e Cocais (atual Livramento), distantes não mais que 5 léguas do arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (SILVA, 1994; JESUS, 2006).

Com a povoação de Cuiabá sendo alçada à condição de Vila Real em 1727, a prospecção de novos achados ganhou força, adentrando a década de 1730. Em 1732, nas adjacências dos rios Galera e Sararé, ambos afluentes do Guaporé, foram feitas as descobertas de maiores consequências históricas para a região. Em 1734, após nova confirmação da existência de cascalhos com a presença do metal dourado, inicia-se a consolidação dos assentamentos localizados a noroeste da Vila Real de Cuiabá, com a fundação de inúmeras povoações, tais como os arraiais de São Francisco Xavier, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar e Ouro Fino, alguns de efêmera existência.¹⁰

O papel da Vila de Cuiabá como marco da presença portuguesa nas áreas centrais da América do Sul — então disputadas entre dezenas de etnias indígenas livres, missões jesuítas e colonos espanhóis — auxilia na definição dos contornos conferidos pela administração metropolitana para a configuração territorial da região. A situação geográfica das minas de Mato Grosso, marcada pela proximidade com os estabelecimentos hispânicos na outra margem do rio Paraguai,

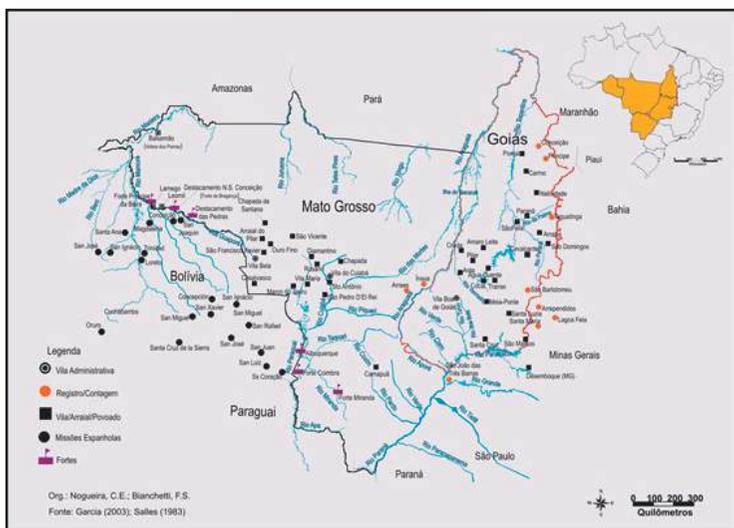
10 São a essas descobertas que devemos o surgimento do topônimo “Mato Grosso”, territorialização do domínio português sobre terras ameríndias invadidas que não existia antes de 1734. A respeito da generalização do termo para designar toda a capitania, ver o pioneiro trabalho de Rosa (2003), que cita um conjunto documental essencial, inclusive a “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá”, estado de umas e outras minas [c.1740]”, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1866, por José Gonçalves da Fonseca, que transcreve a documentação original manuscrita em que consta o surgimento do topônimo.

torna-se um diferencial no entendimento de sua organização territorial, dado a singularidade desta localidade ter surgido para os registros oficiais portugueses como uma área de mineração localizada numa zona de fronteira.¹¹

Com a perenização da ocupação, estruturavam-se os caminhos entre as diversas povoações, e o esboço do território colonial luso-americano ia ganhando contornos definidos. Ao ser construído, cada novo núcleo fixo de ocupação era integrado a um sistema de comunicações pré-existente, que ia solidificando e expandindo. Infere-se, portanto, que os núcleos urbanos estruturaram o domínio por sobre um conjunto espacial viabilizado pela rede de comunicações possível. Isso incluiria grandes extensões de terras ainda não conquistadas – as áreas de trânsito e os fundos territoriais –, pois a compreensão do todo que essa rede de comunicações permitia entrever revela uma estrutura hierarquizada de nexos entre lugares.

11 O imenso contingente indígena não submetido, e a vizinhança com as Missões jesuíticas espanholas, alertava as autoridades metropolitanas desde o início. Veja-se, como exemplo, uma consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1733, pelo Conde de Sarzedas, então governador de São Paulo e com jurisdição direta sobre as novas minas: “Devem ter grande cuidado os governadores em espiar pelos mesmos soldados se na campanha vizinha há algum movimento ou disposição para haverem de ser assaltadas as Minas ou pelos gentios ou pelos castelhanos, tendo este receio o maior fundamento no Cuiabá, por ficar este sítio muito distante de São Paulo e muito vizinha dos Domínios de Castela” (*apud* ARAÚJO, 2001, p. 26).

Figura 4: Localização das Missões Espanholas – século XVIII



Fonte: NOGUEIRA, 2008.

Para as metrópoles, o território americano fundava-se sob uma base contratual, “estabelecendo uma conjuntura em que a representação do domínio pesa tanto quanto o domínio em si” (ARAÚJO, 2001, p. 47). No período histórico em análise, Portugal concebia seu território colonial americano não apenas como um espaço referenciado a partir de Tordesilhas, linha negociada e compactuada que o fez surgir conceitualmente, mas como um espaço “que se define tanto pelo seu contorno como pelas suas ligações” (ARAÚJO, 2001, p. 48). Emerge dessa assertiva a visualização da importância que, para a história da região como um todo, recairá na estruturação dos caminhos (TEIXEIRA NETO, 1982; 2002), que terão a função não apenas de estabelecer meios para alcançar os lugares almejados, mas também, e sobretudo, de manter e defender as terras encontradas, oferecendo uma ideia relacional da totalidade em expansão do espaço colonial através do adensamento de informações coletadas ao longo dos percursos.

Isso posto e se apercebe sob outra perspectiva a relação estratégica que, no momento da negociação dos tratados de limites, estabeleceu-se entre a argumentação portuguesa e a consolidação das rotas de penetração que deram materialidade e viabilidade à colonização de Mato Grosso. Dentre as políticas territoriais idealizadas e desenvolvidas por Portugal para o Brasil, ganham relevo as ações de reconhecimento, ocupação e planificação do uso do território, que sublinham a importância da cartografia, que poderia representar graficamente a relação estabelecida entre o Estado e o território: “la sistematización e interpretación de la cartografía producida históricamente permite hacer una lectura particular de las acciones territoriales que el primero lleva adelante en coyunturas específicas. A su vez, ella aparece como instrumento de la política territorial” (ZUSMAN, 2000, p. 40).

A ação cartográfica portuguesa na América será de suma importância para o desenvolvimento das negociações diplomáticas ao longo do século XVIII.¹² Na passagem do século XVII ao XVIII, o debate que se fazia a respeito dos direitos de soberania por sobre terras e mares deu base para a elaboração de novos paradigmas de soberania territorial, com uma visão secular suplantando paulatinamente a concepção teológico-política que até então justificava a jurisdição legítima sobre territórios coloniais conquistados:

Desde a paz de Westfalia (1648), os mapas tornaram-se parte do argumento jurídico de definição de fronteiras e limites territoriais entre diferentes Estados imperiais europeus. Está em gênese uma nova concepção de soberania articulada com um território

12 O desenvolvimento das pesquisas de Cartografia Histórica, e os diversos trabalhos que versam o relacionamento entre a cartografia portuguesa sobre Mato Grosso e o Tratado de Madri, de 1750, em muito supera os objetivos dessa comunicação. A respeito, sugere-se a obra de Jaime Cortesão (2006), bem como os trabalhos de Araújo (2015); Garcia (2002); Ferreira (2007); e Silva e Vieira Neto (2018).

especialmente definido. Nesse sentido, os mapas tornaram-se testemunhos de uma tensão permanente entre o domínio nominal e o domínio efetivo e seus efeitos no plano internacional [...]. O Tratado de Westfalia inaugurava uma atitude secularizante frente ao problema do domínio e soberania territorial, esvaziando o direito de arbitragem papal (KANTOR, 2007, p. 77).

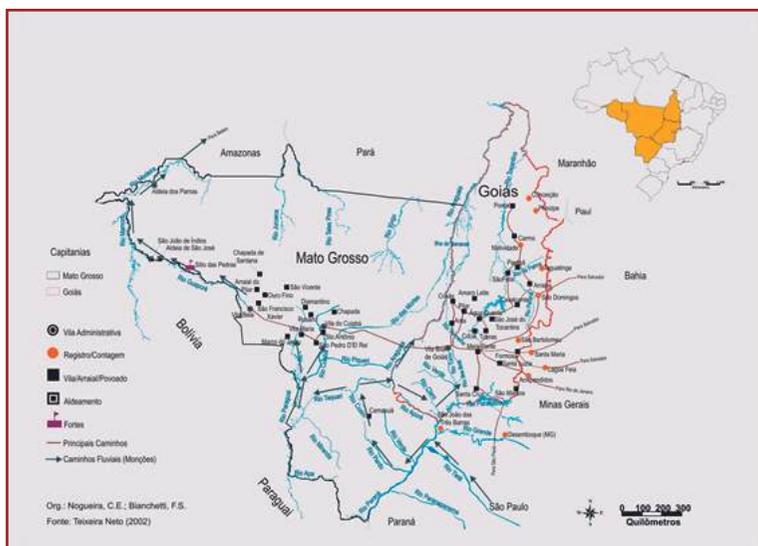
A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA OCIDENTAL LUSO-BRASILEIRA

Ao desfraldar a década de 1740, encontrava-se constituída uma rede de caminhos entre as zonas de mineração e as localidades especializadas na produção de víveres para o abastecimento dos colonos. Estas rotas de penetração, que cartografadas traçariam um rascunho de totalidade ao território colonial em formação, seriam, no rumo Norte, o caminho que saía de Vila Bela e seguia pelo alinhamento dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira, até este encontrar o Amazonas pela sua margem direita, daí demandando Belém (LAPA, 1973; GÓES FILHO, 2001). Já ao Sul, esse caminho fluvial estabelecia-se pela célebre via aquática entre Araratuaba e Cuiabá, tantas vezes evocadas nos clássicos estudos de Sérgio Buarque de Holanda (1990; 1994). Nessa rota monçoneira, seguia-se Tietê acima até o Paraná. Transposto o Paraná, rumava-se sertão adentro para o alinhamento dos rios Pardo e Coxim, no Pantanal, de onde seria possível atingir o Taquari, pelo estreito varadouro seco de Camapuã, e passar aos rios Paraguai e Cuiabá (FONSECA, 1866). O caminho terrestre para as minas de Goiás, oficializado ao longo dos anos de 1730, fecharia os contornos regionais.

A noção do Império presente em Portugal desde os primórdios da expansão ultramarina, consolidou a concepção de um Estado centralizado e unificado convivendo bem com um território ultramarino descontíguo. Em outras palavras, o Estado português era concebido,

ao menos para os formuladores de políticas do Conselho Ultramarino, como um imenso “corpo imperial” formado por partes desconexas ao redor do mundo (SOUZA, 2006). Nesse sentido, a posição central de Mato Grosso, cuja rede hidrográfica se comunica, simultaneamente, com as bacias do Amazonas e do Prata, poderia, em tese, possibilitar o trânsito de pessoas e mercadorias entre regiões muitíssimo distantes, solidificando, na América, um território colonial descontínuo, mas unificado.

Figura 5: Caminhos e rotas para o Mato Grosso – século XVIII



Fonte: NOGUEIRA, 2008.

Fica aqui colocada a singularidade da posição geográfica da capitania de Mato Grosso: ao mesmo tempo área de fronteira política e zona de mineração, ela irá, no decorrer do século XVIII, sofrer sucessivas valorizações estratégicas que tornará possível sua compreensão, no momento das negociações do Tratado de Madri, como “a chave” do Brasil. A função estratégica que essa área poderia desempenhar

era, ao mesmo tempo, defensiva e ofensiva. Defensiva, na medida que as povoações mato-grossenses poderiam funcionar como um anteparo em relação aos achados de ouro efetuados na capitania de Goiás, nos anos de 1720, e em Minas Gerais, cuja exploração iniciou-se em 1696. Ofensiva, pelo papel que poderia desempenhar no suporte das vias de integração entre as mais distantes partes do Império, já que o controle da navegação interior da bacia do Paraguai pressionava os colonos hispano-americanos ali localizados (BICALHO, 1999; ARAÚJO, 2001; JESUS, 2006).

Em pormenor, o recurso às fontes primárias, tais como as correspondências entre os administradores régios coloniais e a Corte, sugere, para além de qualquer determinismo, que de fato houve certa intencionalidade no processo de ocupação efetiva tanto das áreas no entorno de Cuiabá, como dos caminhos utilizados para se chegar às minas de ouro. Com efeito, em diversos desses documentos abundam a caracterização de Cuiabá e seu entorno como sendo a “chave e propugnáculo para todo o sertão da América”, donde decorreria a necessidade de fixação e povoamento que garantisse a configuração de um “antemural da Colônia”, entendido esse termo tal como se fosse uma barreira que funcionasse como freio a um hipotético avanço espanhol sobre essas áreas (VOLPATO, 1987).¹³

13 Poderíamos citar uma Consulta ao Conselho Ultramarino, de 1748, sobre a constituição do governo das novas capitanias de Goiás e Mato Grosso, na qual se diz sobre a última que esperavam que “por meio do estabelecimento do Governo, como por todos os outros que ocorrerem, se procure fazer a Colônia do Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo interior do Brasil” (apud ARAÚJO, 2001, p.71). Ou ainda a carta enviada ao rei, em 1757, por Antônio Rolim de Moura, primeiro capitão-general de Mato Grosso, que trata da fundação da nova capital da capitania, Vila Bela: “Parece-me que V.Magde. não mandou formar essa Vila ao cômodo e satisfação dos moradores do Matogrosso, nem eles tal Vila pediam e nem queriam. O motivo que V.Magde. toma para esta determinação é a vizinhança que este distrito tem com as terras de Espanha, por cuja causa lhe chama V.

Assim posta a questão e passaremos a vislumbrar, no ponto mais Ocidental de todo Império português, um inter-relacionamento entre diferentes fatores que dão a essa localidade uma situação geográfica totalmente única. Do ponto de vista do processo de formação de sua paisagem natural, a geologia lhe proporcionou, por meio de uma combinação totalmente particular de processos pedológicos e de estratificação do solo, a ocorrência mineral de ouro e diamantes. Considerada de um ponto de vista histórico e social, a área apresenta a singularidade de presenciar o encontro de dois *fronts* expansionistas distintos, o hispano-jesuítico e o luso-minerador. Esta expansão, por sua vez, não se dá no vazio, mas entremeia imemoriais territorialidades indígenas, o que faz surgir, por decorrência, ferrenhas disputas pelo controle das terras, vale dizer, confrontos fronteiriços (MALDI, 1997). Por fim, completa esse quadro a conformação de seu relevo, hidrografia e rede de drenagem, que para os colonizadores poderia até facilitar a descoberta de rotas de penetração, mas sobretudo permitir a estratégica ligação fluvial entre as bacias Platina e Amazônica.

No correr dos anos de 1740, a continuidade das disputas fronteiriças europeias, que sempre tinham um eco nos espaços coloniais, criou oportunidade para a resolução dos limites ultramarinos americanos, já que Fernando VI, rei de Espanha, era genro de D. João V, rei de Portugal. Em 1747, em Madri, iniciaram-se as negociações para um acordo pensado como definitivo, pois que envolveria a totalidade das fronteiras americanas, e não somente a região de Sacramento. A orientação da Coroa portuguesa para os negociadores apoiava-se fundamentalmente em dois princípios então considerados uma inovação para os costumes diplomáticos da época: a posse seria definida pelo uso e ocupação efetiva, conforme o instituto do *uti possidetis*, e as linhas fronteiriças a serem demarcadas deveriam ser

Magestade Chave e Propugnáculo do Sertão do Brasil pela parte do Peru, e assim o sítio desta Vila devia especialmente corresponder a este fim, ainda que daí resultasse algum incômodo aos moradores” (apud ARAÚJO, 2001, p. 41).

balizadas em acidentes geográficos naturais (VIANA, 1958; ESPÓ-SITO NETO, 2017).

É nesse contexto de acirramento das disputas entre as Coroas Ibéricas na América que há o desmembramento da capitania geral de São Paulo e a constituição de Goiás e Mato Grosso como novas entidades político-administrativas, enfim separadas de São Paulo. A primeira foi criada em 1744, tomando posse seu primeiro governador, D. Marcos de Noronha, apenas em 1749. Já o Mato Grosso teve sua criação definida em 1748, chegando em Cuiabá o Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura, no início 1751. Esse novo arranjo administrativo do Império ultramarino lusitano, que acompanha as reformas pombalinas (FALCON, 1993), evidencia uma nova hierarquização entre seus diversos pedaços constituintes que ocorria paralelamente à especialização produtiva dos lugares: no correr do Setecentos, há uma reformulação, na América, das rotas e caminhos percorridos por toda a sorte de fluxos (RUSSEL-WOOD, 1998).

Questão interessante a notar é a representatividade do topônimo “Mato Grosso” passar, a partir desse momento, a designar toda a capitania recém-constituída. Caso se tenha em conta a fundação, em 1752, da planejada Vila Bela, às margens do Guaporé, como nova capital, percebe-se a importância geopolítica conferida à área, antes submetida ao controle da Vila Real, pois há uma clara espacialização das estratégias de dominação na criação de uma nova vila que, como centro de poder, funcionaria como referência para uma apropriação política do espaço da nova capitania como um todo:

[...] a dimensão política daquele espaço ultrapassava as circunstâncias de defesa de uma área localizada, para vir a significar a defesa de “toda” a conquista. Assim, a área ganhou autonomia e, subvertendo a hierarquia a que estava submetida, passou a ter um governo próprio, ao invés de ser governada a partir de outro ponto. Esta simples deslocação de centralidade alterou consideravelmente as hipóteses de gestão do espaço [...]. A vila significava,

acima de tudo, a ocupação política do território que, neste caso, se revestia de prioridade sobre a física. Assim, enquanto a primeira vila dera lugar jurídico ao caminho do Mato Grosso, vinculando aquele espaço ao centro de poder já existente, a segunda vila daria lugar jurídico à região em si, nela criando um novo centro de poder (ARAÚJO, 2001, p. 102-103).

Como nos limites acordados no Tratado de Madri, Portugal cedeu a posse da Colônia do Sacramento a Espanha, em troca das terras ocupadas pelos Sete Povos das Missões. Vê-se com maior nitidez a importância da dimensão política adquirida pela fronteira Oeste, que representava, para os portugueses, a possibilidade de continuar alcançando as áreas comerciais espanholas, de onde fluía um rendoso comércio de prata e gado:

Esses indícios evidenciam a importância da fronteira Oeste nas negociações do Tratado de Madri, levando-nos a suspeitar que a Coroa já tinha conhecimento de que por essa via seria possível adentrar no território espanhol e dar continuidade às relações comerciais realizadas por meio de Sacramento, sendo a capital da capitania de Mato Grosso um dos pontos de articulação. Neste sentido, Portugal não sairia perdendo ao ceder a Colônia do Sacramento (JESUS, 2006, p. 30).

As finalidades geopolíticas das ações executadas por Portugal na fronteira oeste de sua colônia americana são apercebidas por meio da estratégia de dominação de áreas de soberania duvidosa ou em litígio. Em decorrência, a fundação da Vila Real de Cuiabá e de Vila Bela podem ser interpretadas como etapas diferenciadas das estratégias desenvolvidas pelos órgãos envolvidos na administração ultramarina (CANAVARROS, 1998). A partir dessa visão, a diminuição da extração do ouro cuiabano, ocorrida já a partir de 1730, parece marcar uma inversão das prioridades portuguesas no Oeste, pois haveria

uma mudança na percepção da região na ótica de Lisboa, expressada na superposição dos aspectos geopolíticos aos econômicos na formulação do conceito de “antemural da colônia”. Essa mudança de foco talvez seja mais evidente a partir de 1740, quando há um acirramento das disputas fronteiriças com a Espanha no extremo Oeste, pois daí em diante:

[...] o ouro que fora, de certo modo, o chamariz do avanço para o Oeste não era agora, a todos os níveis, o principal objeto das preocupações dos políticos relativamente ao Mato Grosso. As minas, como então se tornava claro, eram uma “miragem” que no entanto tinha revelado um tesouro maior, o próprio território. Mais do que o ouro é a terra que é convertida em objeto do desejo e o Mato Grosso passa doravante a ser identificado como a chave da conservação do domínio do vasto interior do Brasil e não apenas das suas próprias minas (ARAÚJO, 2001, p. 90).

O conceito de “antemural da colônia” compreenderia as ações teleológicas de configuração de uma zona protetora para as minas de ouro mais internalizadas (Goiás e Minas Gerais). Simultaneamente a esse propósito, a organização dos núcleos de povoamento poderia também facilitar uma expansão territorial em direção às áreas adjacentes tidas como de domínio incerto. A formulação de políticas territoriais específicas executadas pelas autoridades portuguesas desde os primórdios da fundação de Cuiabá dão sustentação a esse enunciado. Nessa ótica, a estruturação de núcleos urbanos exerceria na região uma função fixadora que caracteriza com mais detalhe o tipo de organização espacial engendrado em Mato Grosso, onde existiu uma política urbanizadora que claramente pretendia ordenar o uso e a ocupação do solo numa realidade colonial, escravista, mineradora e de fronteira.

As articulações entre esses vários componentes dar-se-iam pelas mediações existentes: a) as vilas, vistas como formações urbanas

específicas, e seu território subordinado, as aldeias, arraiais, povoações, jazidas minerais, unidades de produção agropecuária de tamanho variável, os destacamentos e fortes militares; b) entre esses subconjuntos e o sistema mais amplo formado pela rede urbana na qual as vilas estavam inscritas, quais sejam, o eixo paulista, atingido pelo caminho das monções, o eixo goiano-mineiro, acessível por estrada terrestre, e o eixo amazônico-paraense, interligado pela via dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira; c) entre essa rede urbana maior e o processo de urbanização configurado nos quadros do Antigo Sistema Colonial (ROSA, 1996; 2003).

Desse modo, os núcleos urbanos seriam elementos constitutivos de um sistema hierarquizado que tece uma rede articulada de consumo, produção e abastecimento, tornando possível o exercício da dominação e do poder em determinadas áreas espacialmente delimitadas. A construção de núcleos fixos de ocupação, enquanto expressão da valorização do espaço através do urbano, adquire uma centralidade que polariza um núcleo de relações de dominação social, revelando a prática do poder político na construção da territorialidade portuguesa na América. Com isso, confirma-se a existência de uma política territorial com evidentes intenções de fixação e permanência, e se pode apontar a existência de uma verdadeira “política de conquista” na qual as cidades cumpririam papel fundamental.¹⁴

14 A controvérsia sobre o caráter eminentemente rural da colonização portuguesa no Brasil, mencionado entre outros por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, ao qual seria justaposto uma despreocupação latente com a criação de ambientes urbanos, considerados quase anexos dos estabelecimentos rurais, foi discutido de maneira pioneira por Nestor Goulart Reis Filho. Para o caso de Mato Grosso no século XVIII, Roberta Marx Delson descreveu de maneira irrefutável como a intencionalidade da colonização portuguesa pode ser rastreada através do estudo do processo de criação de ambientes urbanos. Contudo, embora seja forçoso reconhecer a importância que essa argumentação teria para a nossa discussão, pela própria complexidade do tema não iremos tecer maiores comentários

A CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE

Em Mato Grosso, a objetivação do projeto colonizador em território colonial, manifestada pela difusão do povoamento por grandes extensões de terras que, mesmo prescindindo de contiguidade espacial, mantinham certa coesão política, pode ser mais bem identificada pelas ações deliberadas de valorização do espaço que originou os caminhos e núcleos urbanos fixados em pontos estratégicos da América do Sul. Deslocando a atenção para os aspectos geopolíticos que as ações desenvolvidas tiveram do ponto de vista da consolidação da ocupação na borda do território colonial expandido, necessário retomar a reorganização administrativa levada a cabo pelo Marquês de Pombal (FALCON, 1993). Trabalhando para solidificar os interesses de Portugal nas indefinidas áreas de fronteira com a América hispânica, as políticas territoriais desenvolvidas no período pombalino oferecem a visualização de algumas “frentes de apropriação territorial” que, configurando novos assentamentos, proporcionariam a criação de interesses concretos por sobre os vastos fundos territoriais disponíveis aos colonos.

Interessante avançarmos um pouco mais nas consequências que essas ações tiveram ou poderiam ter, na época, para a efetivação das fronteiras coloniais, tendo em vista que a projeção territorial sobre as bacias do Prata e do Amazonas, pensados como os limites “naturais” (e ideais) da América lusitana, jogou um papel de suma importância na edificação das ações da administração colonial¹⁵. Primeiramente,

sobre essas obras, indicando a consulta direta dos livros para os interessados num maior aprofundamento: Delson (1997); Reis Filho (1968; 2001).

15 Após o Tratado de Madri, a doutrina das “fronteiras naturais” passou a ser um dos princípios orientadores da política externa lusitana. Surgida e desenvolvida na França iluminista ao longo do século XVIII, essa doutrina funcionava como uma justificativa posterior dos limites do Estado, funcionando como um elemento organizador das relações deste com outros Estados limítrofes. Naquela época, afora as supostas facilidades práticas de sua demarcação

a centralidade exercida pelos núcleos urbanos consolidados e seu entorno para o sucesso da fixação colonial na região pode ser mais bem percebida se for dada devida atenção às deliberadas políticas de povoamento e população desenvolvidas e implantadas durante a segunda metade do século XVIII.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, ganha relevância as políticas de povoamento que objetivavam incorporar os indígenas como colonos. Em decorrência, algumas das fundações empreendidas por Rolim de Moura, que foram deixadas sob o controle espiritual de clérigos, como São José e São João, passam a ter uma administração civil que beirava uma estrutura militar, à feição dos destacamentos militares do Sítio das Pedras e de Nossa Senhora da Conceição, que embora contassem com forte influência religiosa para a atração de indígenas, tomaram um caráter mais defensivo.¹⁶

no terreno, considerava-se como uma das vantagens das fronteiras naturais em relação às fronteiras artificiais o significado imaginário que ela comportava, já que o apelo para a Natureza enquanto justificativa de um direito territorial poderia mascarar os aspectos sociais e históricos próprios a fenômenos humanos, tais como o processo de construção de fronteiras políticas. Porém, mesmo sabendo que, por definição, todas as linhas fronteiriças políticas são artificiais, já que são os demarcadores quem escolhem, normalmente após um tratado ou conflito armado, quais acidentes geográficos serão considerados como referência, ainda hoje, o direito público internacional distingue a fronteira “natural” da “artificial” (GÓES FILHO, 2001). Sobre o processo de construção do conceito de “fronteiras naturais” em França, ver: Pounds (1951; 1954); Foucher (1991).

16 O interesse que essas fundações teriam do ponto de vista de uma nova configuração político-militar a ser dada aos estabelecimentos indígenas pode ser acompanhado em um trecho contido em uma das “Instruções” recebidas por Rolim de Moura em 1757. Tratando de como proceder no contato, atração e aldeamento dos indígenas, indicava que os índios Bororo seriam os mais aptos para as funções militares “por serem os mais valorosos gentios desses Certoens”. Podemos também observar nessas “Instruções” a ideia do Império português como um corpo imperial que estabelecia, via administração, inter-relacionamentos entre suas distintas partes. Assim, a experiência e o aprendizado da

Mais adiante, já com D. Luíz Pinto de Souza Coutinho à frente do governo de Mato Grosso, também os nomes das povoações foram substituídos, passando a ter, com sinonímia calculada, nomenclaturas iguais a de cidades e vilas portuguesas, referência que indicava o evidente domínio pretendido. Assim, cumprindo fielmente o propósito de secularização dos nomes constante no Diretório dos Índios, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição passou a se chamar Forte de Bragança. A aldeia de São José, São João de Índios e o Sítio das Pedras foram denominadas, respectivamente, Lugar de Leomil, Lugar de Lamego e Destacamento de Palmela. O estabelecimento de Pamas, ponto de apoio para o caminho do Pará, na cachoeira do Girau, batizou-se como Lugar de Balsemão.

Para que se possa visualizar com nitidez como a Coroa exercia seu poder de mando a partir dos dois maiores centros urbanos projetados para esse fim, é interessante lembrar a importância que teve para a consolidação da capitania de Mato Grosso enquanto unidade política administrativa o chamado período Albuquerqueino (1772-1789). Com efeito, as ações tomadas pelo capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, como os incentivos para construção e consolidação de fortalezas, aldeamentos fortificados e arraiais, foram definitivos para a conquista da soberania da região pelos portugueses.¹⁷

colonização por continentes tão afastados como a Ásia e África eram de muita valia, tendo o Rei ordenado “que V. S.^a reduza aqueles úteis Índios aos termos dos Sipais que servem nas tropas da nossa Índia Oriental, formando com eles hum Corpo de Milícias, Ordenanças ou Tropas” (apud BOAVENTURA, 1987, p. 11, grifos nossos).

17 Nas “Instruções” dadas a Luiz de Albuquerque pelo rei, documento que compreende um bloco de quinze cartas enviadas a seus antecessores, identifica-se a existência de pontos de continuidade entre os administradores portugueses que governaram Mato Grosso. Realmente, ações que complementam estrategicamente as políticas de povoamento, como os parâmetros para estabelecimento dos “estados de paz” e dos “estados de guerra” com os povos indígenas,

No período em que atuou como governador do Mato Grosso, foi um grande incentivador das expedições científicas de exploração, reconhecimento e levantamento de informações. Isso permitiu que seu governo fosse pródigo na produção de mapas, cartas, roteiros e descrições, o que sugere uma vontade de controle do espaço consubstanciada simbolicamente nas abundantes representações cartográficas das áreas em litígio (GARCIA, 2002). A primeira das fundações empreendidas por Luiz de Albuquerque como que marca, por assim dizer, a ocupação da parte Sul da capitania, iniciada oficialmente em 1775, com a construção do Presídio de Nova Coimbra, na margem ocidental do rio Paraguai. Em 1776, lança a pedra fundamental do Forte Príncipe da Beira, algumas léguas rio acima de onde antes se encontrava o antigo Forte de Bragança, que por sua vez havia substituído a fortificação de Nossa Senhora de Conceição, ambas abandonadas devido às constantes enchentes.

Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, ano da morte de D. José I e da decisão pela queda de Pombal, subia ao trono D. Maria I, consagrando-se definitivamente na diplomacia portuguesa a doutrina do *uti possidetis*, introduzida no Tratado de 1750, a despeito da anulação completa desse tratado pelo posterior Tratado do Pardo, de 1761. Concernente à delimitação fronteira agora acertada, ao Sul do Brasil, a posse castelhana da Colônia do Sacramento é

ou ainda no incentivo ao comércio de contrabando como maneira de manter funcionando determinadas rotas fluviais, como a do Madeira-Mamoré são facilmente notadas: “Comprova-se assim uma tentativa de coerência, perseverança e racionalidade nos objetivos e fins pré-determinados pela administração do alémmar. Nas “Instruções” de Luiz de Albuquerque isto é mais evidente. As Cartas mais importantes enviadas a seus antecessores e reunidas propositadamente, além das recomendações expressas para se orientar dos assuntos mais imediatos com Luiz Pinto (a quem ia suceder) indicam essa preocupação” (BOAVENTURA, 1987, p. 2). A transcrição desse conjunto de documentos, alojados no Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (Livro de Registros e Cartas Régias – 1771/1803), pode ser encontrado em: BOAVENTURA (1987).

novamente confirmada, mesmo sem a compensação das terras pertencentes ao Sete Povos das Missões. Quanto às fronteiras a Oeste, o Tratado de 1777 praticamente revalida o de Madri, pois os limites, mesmo que ainda não demarcados, continuariam a ser balizados de modo geral pelos rios Paraná, Paraguai e Guaporé.

Nesse ínterim, Luiz de Albuquerque recomeça a executar seu plano de governo para o Mato Grosso, com a fundação, em 1778, da povoação fortificada de Albuquerque (mais ou menos no mesmo sítio da atual Corumbá), localizada na margem direita do rio Paraguai, onde já se encontrava estabelecida Coimbra. Nesse mesmo ano, manda erguer Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres), plantada a meio caminho entre Vila Bela e Vila Real. Além disso, continua, em 1781, a delinear no terreno a fronteira pretendida, com a elevação à condição de arraial do povoado erigido no entorno das minas do Beripoconé, que a partir de agora passaria a chamar-se São Pedro D'El Rei (atual Poconé). Por fim, em 1783, funda a “povoação regular” de Casalvasco, localizando-a 8 léguas ao Sul de Vila Bela.

Do ponto de vista da relação com os indígenas, as fundações empreendidas durante o governo de Luiz de Albuquerque inscrevem-se na política de assimilação dos nativos, que visava transformá-los em trabalhadores rurais sedentários, vassalos, ou aliados que poderiam ajudar a reconhecer como portuguesa a soberania de terras. Na prática, as povoações de Albuquerque, São Pedro D'El Rei e Vila Maria do Paraguai foram fundadas contando quase que exclusivamente com contingentes populacionais indígenas. O intuito, no final das contas, era que esses núcleos fixos pudessem influir nas migrações intertribais dos grupos indígenas, funcionando como polos de atração para os índios já aldeados nas missões jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, como mostra os 86 casais chiquitanos que migraram para o lado português quando da fundação de Vila Maria do Paraguai.

Posteriormente, Caetano Pinto de Miranda Montenegro continuou a efetuar o aparelhamento militar da fronteira, iniciando, em 1797, a construção do fortim de Miranda no rio do mesmo nome,

quase na embocadura do rio Apa. Esse capitão-general acabou por determinar o reforço das defesas dos fortes de Coimbra e Albuquerque, agora comandados pelos engenheiros militares Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco Rodrigues do Prado, sujeitos que se mostrariam de fundamental importância tanto para a manutenção desses sítios avançados de ocupação como para a reorganização defensiva da capitania. Tais fortalezas foram fundadas no entorno de aldeamentos de índios Guanás, Xamacoco e Terena, que estabeleciam relações de “vassalagem” com os poderosos Mbaíá-Guyakurus.¹⁸

Senhores absolutos da região compreendida entre os rios Jejuí e Taquari desde o destroçamento da antiga província de Itatins, no século XVII, o grupo indígena Mbaíá-Guaykurú revolucionou a distribuição demográfica por todo o vale do Paraguai, constituindo verdadeiro “território tampão” entre as minas de Cuiabá e a região sob domínio de Assunção. Daí ser relevante reconhecer a influência desses postos avançados para a consecução da paz que os portugueses buscavam estabelecer com os poderosos índios cavaleiros.¹⁹ A habi-

18 Conferir Garcia (2005, p. 20) sobre a estratégia de construção desses núcleos que deve ser tomada em conjunto, pois: “Se observarmos atentamente, o forte Coimbra, Albuquerque e Vila Maria estão localizados às margens do rio Paraguai mais ao sul; Casalvasco, Vila Bela, Viseu e o forte Príncipe da Beira estão localizados às margens dos rios Barbados e Guaporé, mais ao norte. Na entrada sul da capitania, na região mais próxima de Assunção, de domínio espanhol, o forte Coimbra; na entrada norte, mais próximo das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos, o forte Príncipe da Beira. A estratégia geopolítica é evidente: os dois fortes protegem as entradas sul e norte da região e a meia distância entre eles, entre Casalvasco e Vila Maria, se localiza o terreno onde supunha que as bacias Amazônica e Platina deveriam fazer a transposição de suas águas, entre os rios Aguapeí e Alegre. Navegando pela bacia Platina, rio Paraguai acima, passaria ao rio Jaurú e deste ao Aguapeí. Feita a transposição para o rio Alegre, já na bacia Amazônica, passaria deste ao rio Guaporé e daí aos rios Mamoré e Madeira”.

19 O grupo indígena Mbaíá-Guaykurú criou um gênero de vida inédito entre os povos ameríndios. Esse modo de vida era baseado no aproveitamento de animais domésticos de origem europeia (gado bovino, cavalari e ovino), na grande

lidade política dos Guaykurú, que avaliavam as estratégias a serem seguidas por eles dentro de seus objetivos, dão indicações de que os indígenas perceberam a importância de sua população no jogo político entre portugueses e espanhóis (BRIZOLLA SANTOS, 2002).

Após a assinatura dos tratados de paz de 1791, os Mbaíá-Guaykurú estabeleceram amizade com os portugueses, que odiavam menos e consideravam mais confiáveis do que os espanhóis. Visualiza-se assim o modo como os portugueses instrumentalizavam suas alianças com os povos indígenas, entendendo-os como possíveis vassallos que poderiam ajudar no aumento de áreas em que se planejava uma reivindicação futura de posse. Os indígenas, que expressavam sua territorialidade de maneira livre, habitando um espaço indefinível e flutuante, eram vistos como guardiões da fronteira, verdadeiras muralhas do sertão a conter os hipotéticos avanços espanhóis (MEIRELES, 1989; FARAGE, 1991).

CONSIDERAÇÕES

Ao darmos ênfase ao caráter intencional e estratégico das políticas portuguesas em sua atuação, qualificou-se os diferenciados tipos de ocupação que lograram expor, nas diversas formas que deixaram como herança, um certo ordenamento sociopolítico ao qual respondem funcionalmente. Vilas, estradas, fortalezas: formas coloniais de organização do espaço que se impuseram na consolidação de algumas áreas polarizadoras de fluxos. As formas coloniais de organização do espaço podem ser identificadas e distinguidas umas das outras pelas diferentes motivações que deram origem aos deslocamentos dos

mobilidade e na prática da transumância das aldeias volantes localizadas na linha de contato com as terras emersas dos pantanais. Pode-se sustentar a tese de que o domínio indígena seccionou as áreas hispânicas do vale do Paraguai, deixando a região ao Norte do Alto Paraguai propensa a um avanço português (BASTOS, 1972; MEIRELES, 1989).

colonos em cada caso. Em pormenor, tais formas vão imprimindo suas fisionomias na paisagem, condicionando o avanço do processo colonizador (MORAES, 2000).

A apreciação da sequência de construção de algumas formas coloniais de organização espacial em Mato Grosso permite que se visualize como a Coroa estruturou seu território colonial apoiada na necessidade de garantir a comunicação entre os diversos pontos descontíguos integrantes do patrimônio régio. Por sua vez, a constituição dos nexos de solidariedade territorial entre os lugares, que se realizava efetivamente por meio das formas construídas, pensadas como elementos reguladores do espaço, iam costurando relações entre os lugares, permitindo a continuidade dos fluxos, e rabiscando, no território colonial, uma imagem de totalidade do Brasil.

Além de permitir a ocupação de sítios considerados estratégicos, tais formas possibilitaram a representação cartográfica de seu uso, integrando-se, através da noção espacial de extensão, num conjunto territorial que seria graficamente contínuo. Em resumo, todas as construções empreendidas, além dos desenhos, mapas e levantamentos produzidos, pareciam sustentar por Portugal uma ideia de território na qual se conjugava um relacionamento entre as povoações fundadas, enquanto “portas” do território a defender, e a delimitação abstrata, representada nos mapas, dos limites formados por essa muralha imaginada, que seguiria por uma linha passível de ser traçada entre as várias novas fundações.

Nos mapas do século XVIII, o Brasil representado apresenta os resultados concretos (e os almejados) da colonização portuguesa de além Tordesilhas. Entremeados por espaços vazios e indicações de domínios indígenas, há “uma rede de caminhos, capelas, freguesias, vilas, cidades e fortificações – elementos que funcionaram como chaves de um território, cuja produção foi resultado de enorme investimento estratégico, minuciosamente projetado pela Coroa portuguesa” (BUENO, 2004, p. 231). A representação cartográfica sobre o Mato Grosso, objeto central dos tratados de limites negociados ao longo

do XVIII, dava à América Portuguesa uma noção de totalidade e conjunto, expressando a construção de uma nova consciência do território (ARAÚJO, 2015). Não por acaso, a fronteira-linha resultante de uma negociação entre partes que mutuamente se reconheciam, novidade na Europa no início do Setecentos (FUCHER, 1991), vai ganhando vida na realidade dos espaços coloniais.

Referências

ADAS, S. **O campo do geógrafo:** colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 2007. 491 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMADO, J. Região. Sertão. Nação. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, 1995.

ARAÚJO, R. M. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII:** discurso e método. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

BADIE, B. **O fim dos territórios:** ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Piaget, 1996.

BAMBRILLA, C. . **Borderscaping:** imaginations and practices of border making. Londres: Routledge, 2015.

BASSIN, M. Solov'ev, and the "Frontier Hypothesis": the nationalist signification of open spaces. **The Journal of Modern History**, v. 65, n. 3, p. 473-511, set. 1993.

BENEDETTI, A. Chaves para pensar sobre fronteiras a partir de uma perspectiva geográfica. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 22, n. 2, p. 309-328, 2018.

BICALHO, M. F. B. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. **Vária História** (Especial – Códice “Costa Matoso”), Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.

BOAVENTURA, T. de A. S. **A visão do governo português do Mato Grosso da segunda metade do século XIX: uma análise das instruções de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres**. Comunicação apresentada no V Seminário de Pesquisa – Deptº de História/ UFMT, Novembro de 1987, exemplar datiloescrito.

BRATICEVIC, S. *et al.* **Bordes, límites, frentes e interfaces: algunos aportes sobre la cuestión de las fronteras**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Alejandro Gabriel Benedetti, 2017.

BRIZOLLA SANTOS, G. Amansar os portugueses: representações portuguesas sobre os índios Guaykurus. **Ensaios Antropológicos**, Cuiabá: UFMT, v. 6, n. 6, 2002.

BUENO, M. B. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a Cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo: MP/USP, v. 12, jan./dez. 2004.

CANAVARROS, O. **O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo Oeste (1727-1752)**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COSTA, W. M.; MORAES, A. C. R. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte I, tomo I (1695-1735), Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, [s. d.].

DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil-colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1997,

ESCAMILLA, F. El significado del término frontera. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 140, 2 mar. 1999.

ESPÓSITO NETO, T.; CAVASIN, G. A importância do tratado de Madri na formação da fronteira oeste: a dinâmica social na fronteira do Mato Grosso do século XVIII. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p. 4-22, out./nov. 2017

FALCON, F. J. C. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1993.

FARAGE, N. **As muralhas do sertão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERREIRA, M. C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia". **Vária História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan./jun. 2007.

FONSECA, J. G. Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá', estado de umas e outras minas [c. 1740]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XXIX, pt. 1ª, 1866.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières**: un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

FOUCHER, M. **L'obsession des frontières**. Paris: Perrin, 2012

FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: CNG, 1960.

GALLETI, L. S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GARCIA, J. C. (org.). **A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa de Ínsua**. Lisboa: CNCDP, 2002.

GARCIA, D. S. C. **Território e negócios na “era dos impérios”**: os belgas na fronteira oeste do Brasil. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Política e História Económica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GERHARD, D. The frontier in comparative view. **Comparative Studies in Society and History**, v. 1, n. 2, 1959.

GÓES FILHO, S. S. **Navegantes, bandeirantes e diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1973.

HENESSY, A. **The frontier in Latin American history**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978.

HEVILLA, M. C. El estudio de la frontera. Una aproximación bibliográfica. Biblio 3w: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 125, 24 nov. 1998.

HEVILLA, M. C. San Juan (Argentina): el papel cambiante de una frontera. **Scripta Nova**, I Congreso Internacional de Geocrítica, 1999.

HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JONES, S. Boundary concepts in setting time and space. **Annals of the Association of American Geographers**, n. 49, p. 241-255, 1959.

JESUS, N. M. **Na trama dos conflitos**: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

JOHNSON, C.; JONES, R.; PAASI, A. et al. Interventions on rethinking “the border” in border studies. **Political Geography**, 30(2), p. 61-69, 2011.

JURICEK, J. T. American usage of the word “frontier” from colonial times to Frederick Jackson Turner. **American Philosophical Society**, v. 110, n. 1, 1966.

KANTOR, Í. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 70-80, jan./jun. 2007.

KATZAMN, M. T. The brazilian frontier in comparative perspective. **Comparative Studies in Society and History**, v. 17, n. 3, p. 266-285, jul. 1975.

KRISTOF, L. D. The nature of frontiers and boundaries. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 49, n. 3 (part 1), p. 269-282, 1959.

LAPA, J. R. A. **Economia colonial**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

LENHARO, A. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: UFMT, 1982.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LOMBARDI, M. The frontier in brazilian history: an historiographical essay. **Pacific Historical Review**, v. 44, n. 4, p. 437-457, nov. 1975.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 2, n. 40, 1997.

MARTIN, A. R. **As fronteiras internas e a questão regional do Brasil**. 1993. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S . **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 2009.

MEIRELES, D. M. **Os guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MIKESSEL, M. W. Comparative studies in frontier history. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 50, n. 1, p. 62-74, mar. 1960.

MINGHI, J. Boundary studies in political geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 53, n. 3, p. 407-428, set. 1963.

MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952.

MORAES, A. C. R. **Geografia, capitalismo e meio ambiente**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MORAES, A. C. R . **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R . **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R . **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A. C. R . Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

NEWMAN, D. Boundaries. *In*: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TOAL, G. (org.). **A companion to political geography**. Oxford: Blackwell, 2002.

NEWMAN, D. . On borders and power: a theoretical framework. **Journal of Borderland Studies**, v. 18, n. 1, p. 13-24, 2003.

NEWMAN, D. . Borders and bordering: towards an interdisciplinary dialogue. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 171-186, 2006.

NEWMAN, D.; PAASI, A. Fences and neighbours in the post-modern world: boundary narratives in political geography. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 2, p. 186-207, 1998.

NOGUEIRA, C. E. **Nos Sertões do Poente** – Conquista e colonização do Brasil Central. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NOGUEIRA, C. E. **Fronteiras e frentes pioneiras**: aproximações teóricas. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, v.7, n.1, 2013a, p.1135-1154.

NOGUEIRA, C. E. **A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930- 1950)**. Terra

Brasilis (Nova Série), n. 5, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1480>. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos**: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000

PAASI, A. Boundaries as social processes: territoriality in the world of flows. **Geopolitics**, v. 3, n. 1, p. 69-88, 1998.

PAASI, A . Territory. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard (org.). **A companion to political geography**. Oxford: Blackwell, 2003.

PORCARO, T. Perspectivas teóricas en el estudio de las fronteras estatales desde la geografía. In: BRATICEVIC, S. I. *et al.* **Bordes, límites, frentes e interfaces**: algunos aportes sobre la cuestión de las fronteras. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Alejandro Gabriel Benedetti, 2017.

POUNDS, N. J. G. The origins of the idea of national frontier in France. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 41, n. 2, p. 146-157, 16 jun. 2008.

POUNDS, N. J. G. France and “les limites naturelles” from the seventeenth to the twentieth centuries”. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 44, n. 1, p. 51-62, mar. 1954.

PRESCOTT, J. R. V. **The geography of frontiers and boundaries**. London: Hutchinson University Library, 1965.

PRESCOTT, J. R. V . **Political frontiers and boundaries**. Chicago: Aldine, 1987.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968.

REIS FILHO, N. G. **Evolução urbana do Brasil 1500-1720**. São Paulo: Editora Pini, 2001.

ROSA, C. A. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso – 1722/1808)**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

ROSA, C. A. O urbano colonial na terra da conquista. In. ROSA, C. A.; JESUS, N. M. **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: AE Editora, 2003.

RUMLEY, D.; MINGHI, J. The border landscape concept. In: RUMLEY, D.; MINGHI, J. (org.). **The geography of border landscapes**. London: Routledge, 1991.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. **Rev. bras. Hist.** vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

SALIZI, E. H.; BARADA, J. **Fronteras en perspectiva, perspectivas sobre las fronteras**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2019.

SANTOS, S. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, S. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002a.

SILVA, J. V. **A capitania de Mato Grosso: política de povoamento e população – século XVIII.** 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, L. M. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, L. O. **A fronteira e outros mitos.** Tese apresentada para o concurso de Docente Dept.º de Política e História Econômica, IE/ Unicamp, Campinas, 2001.

SOUZA, C. V. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro.** Goiânia: UFG, 1997.

SOUZA, L. M. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAYLOR, P. The state as container: territoriality in the modern world-system. **Progress in Human Geography**, v. 18, n. 2, p. 151-162, jun. 1994.

TEIXEIRA NETO, A. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia: UFG, v. 2, n. 2, jul./dez., 1982.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** Goiânia: IESA, 2002.

VALVERDE, O. Planalto meridional do Brasil. Guia da Excursão n.º 9. **XVIII Congresso Internacional de Geografia**, Rio de Janeiro: CNG, 1957.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA, H. **História diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

VOLPATO, L. R. R. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819**. São Paulo: Hucitec, 1987.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WEBER, D. J.; RAUSCH, J. M. **Where cultures meet: frontiers in Latin American history**. Wilmington: SR Books, 1994.

ZUSMAN, P. B. Representaciones, imaginarios y conceptos en torno a la producción material de las fronteras. Reflexiones a partir del debate Hevilla-Escamilla. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 149, 25 mar. 1999.

ZUSMAN, P. B. **Tierras para el Rey: tres fronteras y la construcción del territorio del Río de la Plata (1750-1790)**. 2000. 465 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Autônoma de Barcelona, Bellaterra, 2000.

Capítulo 3

Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e Geografia no Brasil (1900-1930)

A preocupação com o estudo da formação territorial não é dos temas que se pode considerar de interesse recente dentro da geografia. Ao contrário, a descrição das etapas de construção dos limites políticos desenhados entre entes juridicamente reconhecidos é um dos problemas mais tradicionais postos por esse campo disciplinar, sendo até mesmo possível aproximar certos registros e autores de um discurso de celebração acrítica do Estado-nação (MARTIN, 1993; NEWMAN, 2003). Entretanto, a visão de que o movimento da sociedade expressa uma dimensão geográfica da história humana, compreendida como um processo de reiterada antropomorfização da superfície terrestre, coloca a discussão a respeito do território em outros termos, pois assume que “o processo de formação territorial é a manifestação empírica da valorização do espaço, da mesma maneira que a formação

econômico-social expressa o modo de produção numa situação singular” (MORAES, 2014, p. 23).

Partindo desses princípios, propõe-se aqui apreciar o processo brasileiro de formação territorial a partir da análise pormenorizada da história de apropriação e uso de uma sua porção singular, o estado de Mato Grosso. Ao fazê-lo, pretende-se aprofundar o debate acerca da construção da territorialidade estatal no Brasil, revelando a dimensão espacial do movimento de construção social de um âmbito delimitado de exercício do poder (SACK, 1986; TAYLOR, 1994). Nesse enquadramento, a formação territorial surge simultaneamente como projeto de ocupação material e legitimação simbólica do avanço de uma sociedade sobre porções da superfície terrestre, sendo o território considerado realidade objetiva situada espacial e temporalmente (MORAES, 2000; SANTOS, 1997).

Em verdade, um dos pontos fundamentais cotejados neste texto é a conexão existente entre o processo de produção do espaço pela reiterada incorporação de valor ao solo e a posterior apropriação desse espaço socialmente produzido. Sendo assim, articula-se o entendimento da geografia como materialidade construída socialmente por grupos que conferem, a cada momento histórico, conteúdos distintos aos lugares (SANTOS, 2002), com sua definição como um discurso sistematizado sobre o espaço, isto é, uma representação referida genericamente à superfície terrestre que pode vir a participar do processo de produção da realidade que descreve (BOURDIEU, 1989; MORAES, 1988; ORTIZ, 2003).

De fato, diversos autores sublinham a importância das categorias espaciais na consolidação dos Estados nacionais, destacando-se como uma característica ímpar do caso brasileiro o papel ocupado pelas representações geográficas do país no processo de constituição da identidade nacional (MAIA, 2008). Efetivamente, pode-se apontar a constituição de uma tradição dentro do pensamento político-social que considera certos atributos naturais do território como a matriz fundamental na construção da identidade brasileira. Essa

linha de pensamento, que remontaria aos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil durante o século XIX, passaria pelos escritores do romantismo e desembocaria nos cientistas nacionais que, como Oswaldo Cruz e Cândido Rondon, perscrutaram os sertões no início do XX, revela uma ação recorrente que expressa a relevância, abrangência e permanência do tema da identidade nacional correlacionado à questão das representações geográficas (OLIVEIRA, 1990; 2000).²⁰

Nessa direção, é lícito reconhecer que a permanência de determinadas imagens e concepções sobre Mato Grosso (GALETTI, 2000; MALDI, 1992; 1997), ainda que com um conteúdo diverso ao longo dos anos, pode ter influenciado a elaboração de projetos que impactaram fortemente a configuração territorial (SANTOS, 1988) do estado. Põe-se então como fundamental a ligação que se tenta estabelecer entre as apropriações intelectuais do espaço e as ações empreendidas socialmente para sua efetiva produção. Portanto, destaca-se neste trabalho a preocupação de esclarecer as relações entre a execução das políticas territoriais, tidas como parte das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado (COSTA, 1988; 1992), e a formulação das ideologias geográficas (MORAES, 1988), concepções politicamente orientadas do espaço que podem vir a fundamentar esses projetos estatais.

20 Conferir em Oliveira (2011, p. 129): “Configurou-se uma identidade nacional que toma argumentos geográficos, territoriais, como centrais e que integra o imaginário nacional. Isto se faz presente em trabalhos e livros de historiadores como Capistrano de Abreu, em seu *Capítulos da história colonial* (1907), em livros fundamentais da cultura nacional, como *Os sertões* (1902) de Euclides da Cunha. Continuará a se fazer presente em obras voltadas à explicação do Brasil mesmo em épocas mais recentes, como em Celso Furtado, na *Formação econômica do Brasil* (1959), onde cada ciclo econômico se passa em distinto espaço geográfico do país [...] no Brasil, a nação foi pensada como espaço territorial, como natureza, cabendo ao Estado a responsabilidade por garantir as fronteiras nacionais, mapear as riquezas e fomentar sua ocupação, assim como pela manutenção da unidade entre diferentes áreas isoladas e, mais tarde, pela integração entre tais áreas no todo nacional”.

Detalhando o tema ora em análise, essa comunicação busca elucidar as possíveis associações existentes entre o desenvolvimento de um imaginário de conquista, que toma a integração territorial dos sertões como imprescindível para a consolidação da soberania nacional, e a generalização de conceitos de base espacial no pensamento político-social brasileiro das primeiras três décadas do século XX. Essa circunstância pode sugerir que, antes mesmo da institucionalização universitário-acadêmica da geografia, formou-se no país um momento histórico propício para o desenrolar do processo de afirmação deste campo disciplinar.

A QUESTÃO PEDAGÓGICA, O NACIONALISMO E A IMPORTÂNCIA DO DISCURSO GEOGRÁFICO

Empreendendo uma apreciação da conjuntura histórica do Brasil no início do século XX, valeria indicar a importância dos temas da integração territorial e da expansão do povoamento para o debate político e intelectual do momento. Nesse pormenor, é importante citar o papel que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) cumpriu na elaboração de um projeto de saber disciplinar que visava fundamentar o conhecimento geográfico num corpo teórico específico. De fato, o esforço de socialização dos valores pátrios com vistas à adoção de um imaginário nacionalista por novos grupos e setores da sociedade por meio do ensino demandava sua transmissão por disciplinas consideradas científicas e, por consequência, exigia a renovação da geografia (ESCOLAR, 1996).

A bem dizer, o período de 1910 a 1920, caracterizado decisivamente pela eclosão dos conflitos armados na Europa, em 1914, e pela Revolução Russa, em 1917, se distingue pela vulgarização do sentimento cívico e pela reafirmação dos interesses nas questões nacionais, que seguem identificando o sentimento de nacionalidade com o território. Tal condição explicita-se no chamado patriotismo à moda de 1914, que defendia o princípio das nacionalidades e a vontade de

autodeterminação dos povos, e podia ser encontrado tanto nas intervenções do presidente americano Woodrow Wilson como nas falas de Lênin nas conferências de paz de Paris, ocorridas entre 1919 e 1920 (WALLERSTEIN, 2002.)

No caso brasileiro, o período da I Guerra Mundial (1914-1919), que impulsionou uma revisão de nossos padrões intelectuais, reacendendo as discussões sobre o nacionalismo para além do simples ufanismo, marca o estabelecimento de um novo patamar de legitimação das intervenções nesse tema, agora definitivamente afastado dos cânones românticos. Imersa no clima generalizado de transformação cultural vivido no despontar dos anos 1920, que impunha a “necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro” (OLIVEIRA, 1990, p. 126), a SGRJ entra numa nova fase, com o fim da gestão de Francisco Marcondes Homem de Mello, o barão Homem de Mello, e o início de uma sucessão de militares na presidência do grêmio. Nessa nova fase da SGRJ, o foco de interesses não estaria de maneira alguma restrito às minudências da questão pedagógica, senão que a geografia se colocava exatamente como um elemento estratégico na defesa da soberania nacional, vista, essa soberania, basicamente como resultado da integridade do território. De fato, a Grande Guerra chamara atenção para o uso de argumentos históricos como justificativa das reivindicações territoriais:

A proporção tomada pelo conflito europeu suscitou interesse crescente pela confecção de mapas e outras formas de representação espacial, uma vez que a maioria das reivindicações políticas sobre territórios nacionais assentava-se em argumentos históricos [...]. No Brasil, desde o final do século XIX, as autoridades republicanas preocupavam-se com a soberania e a preservação do espaço nacional. Se, por um lado, a vasta extensão territorial era motivo de ufanismo, por outro, o isolamento de algumas regiões, afastadas dos grandes centros e situadas nas

faixas de fronteira, daria ensejo a diversos projetos de integração do território, a exemplo do da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas, formada por militares, que integrou as comunicações entre Rio de Janeiro, São Paulo e Triângulo Mineiro à Amazônia. Paralelamente, o governo passou a conferir maior importância a entidades como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, reconhecida como órgão de utilidade pública [em 1917] por decreto do presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes (CARDOSO, 2010, p. 73).

O pragmatismo dos trabalhos desenvolvidos e incentivados pela SGRJ, entre os quais destacam-se as expedições, que visavam esclarecer questões ainda sem consenso dentro da comunidade científica, se coaduna bem com as “obsessões geográficas”, segundo o ideário positivista predominante na época. A definição das nascentes dos grandes rios, a exaltação da beleza e unicidade de um acidente geográfico, ou a atenção à fixação dos limites fronteiriços internos e externos, ações caras a uma República recém organizada, são exemplos da maneira como, entre o final do XIX e início do XX, a objetivação do nacional passava pela geografia e por categorias espaciais tanto quanto a construção de uma memória comum passava pela história (PEREIRA, 2003).

Como quer que seja, embora houvesse flagrante heterogeneidade e falta de correspondência entre os objetivos e os resultados da maioria dos empreendimentos patrocinados pela SGRJ, uma vez que boa parte das iniciativas não foram encaminhadas conforme o pretendido,²¹ não se pode subestimar

21 Lembre-se, por exemplo, o *Dicionário de Geografia*, de Alfredo M. Pinto, discutido como obra grandiosa desde 1884, mas publicado, em modestos três volumes, entre 1894 e 1899, e o compêndio *Geografia do Brasil Comemorativa do Centenário*, projeto de natureza enciclopédica integrante das comemorações do centenário da Independência, planejado em 10 volumes para atingir o

o alcance dos projetos encampados pelo grêmio na difusão de um conhecimento geográfico sobre o país.

Para avaliar esse fato, bastaria fazer referência aos estímulos dados para a realização dos Congressos Brasileiros de Geografia (CBG), que costumam ser apontados como as iniciativas mais importantes da SGRJ. Forçoso é reconhecer que seus oito eventos, realizados entre 1909 e 1926, congregaram os esforços dos sujeitos interessados no desenvolvimento dos saberes geográficos, sobretudo aqueles passíveis de serem aproveitados pelo poder público.²²

Outra ação relevante foi a organização, em 1926, do Curso Livre de Geografia, que reunia em seu corpo docente figuras expressivas da SGRJ e do Colégio Pedro II. Tendo como principais artífices Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia, o plano pedagógico elaborado para guiar os trabalhos destacava a importância da relação homem-meio pela difusão das ideias de Ratzel e La Blache. Por isso, voltado para o aprofundamento da formação dos professores do ensino primário, o Curso Livre pode ser entendido como uma manifesta tentativa de organizar um projeto disciplinar para a geografia antes de sua efetiva institucionalização universitário-acadêmica (ZUSMAN, 1996).

Essa iniciativa científico-pedagógica da SGRJ, que envolvia de algum modo a modernização do ensino pela incorporação das

grande público, mas que foi editado, sem a periodicidade almejada, em incompletos apenas volumes.

22 Os dois últimos congressos, ocorridos em Florianópolis e no Rio de Janeiro, respectivamente em 1940 e 1944, inscrevem-se num contexto sobremodo diferente dos anteriores, já que então se assistia à convivência inédita da SGRJ com as universidades, a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), instituições que hegemonomizam a organização da geografia em moldes acadêmicos e profissionais ao longo da década de 1930.

novas teorias e conceitos da geografia, foi em tudo similar ao empreendimento educacional nacionalista tentado anteriormente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Entre 1916 e 1921, o IHGB tentou estabelecer uma Academia de Altos Estudos, transformada posteriormente na Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB. Embora ambas as iniciativas não tenham sido reconhecidas pelas autoridades, colocavam como objetivo comum a preocupação em desenvolver saberes geográficos passíveis de serem aplicados na explicação e resolução dos problemas nacionais.

A tentativa de entidades privadas – como a SGRJ e o IHGB – organizarem um curso de formação de professores permite ressaltar a inexistência de um sistema organizado de educação pública no Brasil. Realmente, somente a partir da década de 1920 os debates em torno da necessidade de se criar uma estrutura pública e universal de ensino adquirem maior expressão, como atesta a fundação, no Rio de Janeiro, em 1922, da Academia Brasileira de Ciências, e em 1924, da Associação Brasileira de Educação, ambas com ativa participação dos já citados Everardo Backheuser e Delgado de Carvalho (SCHWARTZMAN, 2001).

Ao fim e ao cabo, ainda que se possa apontar a descontinuidade dessas ações, bem como a falta da chancela oficial, ambos os projetos encapavam a ideia de que a educação feita a partir de um efetivo conhecimento do território nacional era um dos caminhos mais seguros para alterar as condições precárias do ensino da disciplina no país. Além disso, personalidades como Basílio de Magalhães e José Maria Moreira Guimarães, quadros integrantes da SGRJ, haviam participado ativamente do empreendimento educacional do IHGB, o que reforça a convergência entre os projetos. Evidenciando as tendências teóricas mais recentes da geografia praticada na época, a referência a esses projetos ajudam a identificar o estopim dado no início do século XX para a conformação de um ambiente estruturado de reprodução continuada dos saberes geográficos num campo disciplinar reconhecido e organizado.

A VISÃO GEOPOLÍTICA E A INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Sem embargo, para além do horizonte pedagógico de então, é preciso notar que a discussão estratégica e geopolítica é sem dúvida fundamental na caracterização do ambiente intelectual das três primeiras décadas do século XX. No geral, os discursos geoestratégicos tomavam o território e seus componentes — tais como a dimensão, as fronteiras, os recursos naturais, a população, a posição, a situação e as condições de deslocamento internas, entre outros — como temas centrais das discussões que intentavam elaborar verdadeiros projetos nacionais para o Brasil. Haveria até a coincidência de certos nomes, pois Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho e, em certo sentido, até mesmo o capitão do Exército Mário Travassos, precursores das discussões e pesquisas geopolíticas em nosso país, frequentavam de modo simultâneo associações como a Associação Brasileira de Ensino (ABE), o Itamaraty, o IHGB e a SGRJ. Essas figuras desempenhavam um papel de destaque nos círculos intelectuais próximos dos debates de cunho geoestratégico, mas não deixavam de participar das atividades que esboçaram uma sistematização da geografia acadêmica antes da institucionalização universitária da disciplina (ANSELMO, 2000; VLACH, 2003).

O debate sobre a transferência da capital do Brasil para o interior, que remonta desde ao menos a Varnhagen e não pode ser dissociada das discussões que envolvem a vontade estatal de incorporar os sertões brasileiros à civilização (LIMA, 2010), pode ser visto como um dos principais exemplos da continuidade do tema da coesão territorial no ambiente político e intelectual brasileiro entre o final do século XIX e início do século XX. Nessa passagem de século, a vertente geopolítica do pensamento político-social brasileiro já colocava as questões associadas da integração territorial e da circulação interna do território como fatores fundamentais a serem resolvidos

para que o desenvolvimento e a conseqüente modernização do país fossem bem encaminhados (COSTA, 1992; MIYAMOTO, 1981).

A proeminência de uma visão espacializada do país, percebida por exemplo na vulgarização das leituras que qualificavam como benéficas ou deletérias as características físicas e mesmo sociais (estas vistas por um prisma naturalizador) do território, parece solidificar-se como um dos cerne explicativos da realidade nacional. Erigindo uma espécie de determinismo biomesológico que questiona o papel do meio tropical e da população miscigenada no desenvolvimento do país, esse arranjo explicativo formula um enunciado que traz consigo um intrigante paradoxo: o território brasileiro e a população nele fixada encerrariam um potencial de riquezas ainda não exploradas pelo Estado ou seriam mesmo a motivação principal de nosso atraso? Com qual povo contamos para alavancar nosso progresso?

Entre as principais ações pensadas para resolver os problemas postos pelo paradoxo que opunha as potencialidades do território (leia-se sua natureza) ao atraso da população, interessa-nos a promoção de uma série de políticas governamentais voltadas para a organização de uma renovada configuração territorial. Nessa ótica, o planejamento e execução de medidas visando a reorganização dos fixos e fluxos no espaço brasileiro apresentavam-se como a solução dos problemas relativos ao atraso social e econômico do país, que seriam atenuados pelo estímulo à ocupação, povoamento e conseqüente indução do desenvolvimento industrial e agrário no Brasil, temas recorrentes na vertente geopolítica que informava o núcleo do pensamento autoritário disseminado na época (BOMFIM, 2001).

As vantagens que a otimização do sistema de transportes traria à circulação, vista como um fator geográfico que preocupa a prática política dos Estados, transformam a coesão política de um Estado em tributária da intensidade dos fluxos encetados no sentido de comprimir as tendências centrífugas presentes no território (GOTTMAN, 1952). Contudo, é mesmo na interligação entre os pontos extremos do território nacional que o problema adquire imenso potencial

estratégico, articulando o desenvolvimento de um sistema de comunicações com os objetivos das políticas de povoamento, defesa de fronteiras e integração econômica.

A discussão sobre a necessidade de construir uma rede de comunicações que reduzisse as distâncias continentais a serem vencidas no território brasileiro via-se sempre às voltas com a percepção que se tinha das terras distantes do litoral no início do século XX. Aos olhos dos habitantes das grandes cidades próximas ao Oceano Atlântico, o Norte e o Noroeste do país eram vistos como áreas apartadas do território nacional, lugares isolados verdadeiramente perdidos em meio a um imenso vazio (MACIEL, 1998; 1999). Com efeito, apesar dos esforços dos viajantes que desde o final do século XVIII se embrenharam em missões de reconhecimento do território luso-americano, nos mapas e compêndios geográficos existentes nos lustros iniciais do Novecentos, o interior do Brasil em geral, e o Mato Grosso em específico, figuravam como “terras incógnitas habitadas por índios”, sinônimo de desertos selvagens à espera de integração à civilização.

Ora, se lembrarmos que a conquista e colonização europeia do Brasil central data desde ao menos o início do século XVIII, quando a exploração de ouro e diamantes nas antigas capitanias de Goiás e Mato Grosso canalizou intensos fluxos migratórios para a região, essa imagem de espaço vazio inteiramente desconhecido não deveria se sustentar com tanto apelo ao público letrado no início do século XX.²³

23 Conferir em Nogueira (2012): como consequência desse processo de ocupação que remonta ao período colonial, seria possível inclusive identificar, nos anos imediatamente anteriores ao processo de emancipação política do país, em 1822, as diferentes funções exercidas pela rede de cidades situada a leste do Araguaia goiano, que marcava os limites do território usado em terras luso-brasileiras, e os fortes e vilas planejadas que davam uma feição geopolítica ao Mato Grosso, que resguardava como um posto avançado os limites rarefeitos da pretensão de soberania territorial herdada dos colonizadores lusitanos pelo nascente Estado imperial.

Porém, levando em conta que desde o fim da Guerra do Paraguai a necessidade de construção de uma ligação direta entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso era vista como ação incontornável para a defesa dos limites e fronteiras internacionais, bem como o fato de que entre a antiga capital federal e o sertão mato-grossense havia efetivamente diversos vazios demográficos que dificultavam a afirmação do poder estatal, vê-se que, do ponto de vista geoestratégico compartilhado por boa parte dos intelectuais que orbitavam as Forças Armadas, a qualificação de Mato Grosso como área isolada e inalcançável poderia ajudar a legitimar, junto à opinião pública, o esforço estatal de construir próteses territoriais como o telégrafo e as ferrovias, que intermediariam a integração, a administração e a vigilância das áreas lindeiras do território brasileiro, efetivando a modernização do Estado e a dilatação do mapa do país.

A APROPRIAÇÃO TECNOCIENTÍFICA DO TERRITÓRIO: AS EXPEDIÇÕES CIVILIZATÓRIAS

Nos estudos de história da geografia que conferem à institucionalização da disciplina papel de destaque, a formação de um discurso técnico-científico a respeito do território brasileiro é normalmente associada à sistematização unificada de dados estatísticos e cartográficos que desemboca na fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) ao longo da década de 1930.²⁴ Contudo, há que se

24 Em texto do início da década de 1990, Marcelo Escolar (1996) faz uma resenha exaustiva das interpretações e alternativas historiográficas existentes sobre a história da geografia, situando e qualificando a distinção entre os enfoques “internalista” e “externalista” do campo disciplinar no quadro mais amplo do debate que trata da história das ciências em geral. Comentando as interpretações e os principais trabalhos produzidos até então, o geógrafo argentino oferece também um possível caminho, propondo uma história social da geografia, modalidade analítica que visa privilegiar a gênese do contexto de justificação epistemológica do discurso geográfico sem partir de uma evidência institucional

observar que o incentivo ao esquadrinhamento instrumental do território para fundamentar as tomadas de decisão pela esfera política não se iniciou, no Brasil, com a fundação do dito instituto. Na verdade, Sílvia Figueirôa (1997) e Heloísa Domingues (1995) são bem-sucedidas em indicar a maneira como, desde ao menos o final do Império, foram constituídas comissões de naturalistas e cientistas voltadas para o mapeamento das condições naturais do território visando a incorporação produtiva de áreas consideradas vazias ou não exploradas. A Comissão Geológica Imperial, de 1875, a Comissão Hidrográfica do Império, de 1879, e a Comissão Geográfica e Geológica (CGG), de 1886, tinham a intenção de aperfeiçoar a exploração econômica de potenciais recursos naturais e humanos presentes no território, bem demonstram o papel fundamental da ciência e da técnica na elaboração de estratégias de apropriação territorial (FIGUEIRÔA, 2008).

Idealizada e dirigida em São Paulo pelo geólogo e naturalista Orville A. Derby (1851- 1915), a CGG sintetizava a vitória de um caminho tecnocientífico como alternativa viável para solucionar os problemas que a economia do café vivia ao final do século XIX. Os relatórios produzidos pelas expedições por ela patrocinadas se inscreviam em diversas áreas do conhecimento – geografia, geologia, botânica, meteorologia e hidrologia, entre outras –, o que permite compreendê-los, e à própria CGG, como uma espécie de matriz para o ensino e a prática de inúmeros ramos das ciências naturais e geológicas.²⁵

prévia. Para uma discussão dos caminhos historiográficos trilhados pelos que se aventuram a contar a história da geografia, ver também o artigo de Nilson Crocia de Barros (2006).

25 Esse protagonismo é reconhecível na influência da CGG na organização de diversas instituições até hoje existentes e atuantes no sistema científico e tecnológico paulista, tais como o Instituto Geológico, o Instituto Geográfico e Cartográfico, o Instituto de Botânica, o Instituto Florestal, o Instituto Astronômico e Geofísico, o Museu Paulista e o Museu de Zoologia.

Além das atividades da Comissão Geográfica e Geológica, poder-se-iam citar outros exemplos de expedições que, ao estabelecer uma apropriação científica do território, elaboravam imagens às quais subjaz a ideia de construir o país, que seria assim identificado como um espaço a ser conquistado, e não como uma sociedade. A propósito, em seus estudos sobre o processo brasileiro de formação territorial, Antônio Carlos Robert Moraes (2000; 2002; 2011) trabalha com um argumento que reconhece a existência de uma espécie de razão de Estado, comum a países de formação colonial, que sói identificar o Brasil a seu território, e não a sua sociedade. Reverberando uma visão instrumental dos segmentos populares e servindo como justificativa à elaboração de diferentes estratégias de apropriação territorial, essa concepção espacialista do Brasil, continuamente reposta em formulações diversas desde ao menos meados do século XIX, enraíza-se na ideia de construção do país, mote ideológico que passa a informar um projeto nacional imiscuído numa ótica geopolítica:

O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura-se em torno do conceito de *civilização*, atribuindo portanto à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se autodefine como “representante das ideias da Ilustração” [...]. O papel catalisador que a noção de “civilização” cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de *modernização*. Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado

devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno (MORAES, 2002, p. 118-121, grifos do autor).

Analisando as expedições de intelectuais e cientistas que se dirigiam ao interior do país no início do período republicano, Nísia Trindade Lima (1999) afirma o dualismo entre sertão e litoral como integrante de um campo semântico que entendia o sertão como um lugar afastado do poder público e de seus projetos modernizadores, um lugar a ser incorporado ao Estado e à nação por processos de civilização e conquista que garantiriam o progresso. A concepção do sertão como lugar insalubre e enfermo — que, por consequência, retardava o avanço do país — ajudou a compor uma imagem na qual metáforas organicistas serviam indistintamente para qualificar a sociedade e o território, repondo a questão da população com que o Brasil contaria para se modernizar. Enfim, o sertão e sua população, fatores indissociáveis, eram compreendidos como patologias nacionais, problemas que somente seriam superados pelas ações de saneamento e educação comandadas, evidentemente, pelo cientificismo da maior parte dos envolvidos:

Compreendendo o interior do país como um vasto espaço vazio, em branco, habitado por populações ainda “arredias à civilização”, que representavam barreiras ou limites ao avanço da República, os engenheiros militares ligados à Comissão Rondon defendiam a necessidade de ocupar esses espaços e dilatar as “fronteiras da Pátria” como um dever do Estado a ser conduzido pelo exército, “as forças armadas da nação”. Filia-dos a uma tradição do pensamento positivista e evolucionista, eles defendiam uma perspectiva civilizatória do progresso técnico-científico em que a comunicação telegráfica despontava como um dos mecanismos para manutenção da ordem pública (MACIEL, 1999, p. 167).

A Comissão Construtora das Linhas Telegráficas, organizada pelo Estado republicano para efetuar a ligação entre Goiás e Mato Grosso (1891-1898), mais precisamente entre Cuiabá e Registro do Araguaia, prolongou-se na chamada Comissão de Mato Grosso (1900-1906), que buscava interligar a capital cuiabana com outras cidades mato-grossenses. Ambas as comissões que contavam com a destacada participação do engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon, que inclusive liderou a de Mato Grosso, visavam integrar o interior do país ao sistema de telégrafos já existente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.²⁶

A partir de 1907, novamente chefiada por Cândido Rondon, constituiu-se a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) (1907- 1915). Embora inúmeros comentadores já tenham avaliado o caráter “civilizatório” da CLTE- MTA (Bigio, 2000; Diacon, 2006; Lima, 1998), alguns estudos recentes dedicados à história da ciência vêm destacando o papel das expedições efetuadas no âmbito da Comissão na produção de um inventário dos recursos naturais do território. Realmente, a

26 Trechos dos apontamentos de Rondon (2003, p. 34) a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Mato Grosso, publicados como artigos do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, em 1915, deixam claros os objetivos perseguidos: “[...] tornava-se preciso encerrar os principais pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, nas malhas duma grande rede telegráfica, cujos fios, enfeixando-se em Cuiabá, permitissem ao governo central e à nação estar em constante comunicação com aquelas longínquas paragens do nosso território e sobre elas exercer ativa e proveitosa vigilância [...]. Os trabalhos de construção dessa rede abrangeram o período compreendido de 1900 a 1906, ano em que ela ficou acabada, com 1.746 quilômetros e 813 metros de fios, servindo 17 estações. A fronteira do Paraguai ficou ligada por dois pontos principais – Porto Murtinho e Bela Vista – e a da Bolívia por outros dois – Corumbá e Coimbra –, sem contar com um terceiro, S. Luís de Cárceres, sede, como os demais, de estacionamento de forças militares, mas não colocado, como aqueles, quase sobre a linha que marca a terminação do território brasileiro”.

incorporação de naturalistas, botânicos, geólogos e zoólogos nos quadros da Comissão dá força ao enunciado que entende que no processo de formação territorial, a apropriação e domínio do espaço comporta igualmente um campo que valoriza o trabalho intelectual, relacionando as imagens produzidas a respeito do território ao processo de sua efetiva transformação:

Na Comissão de Mato Grosso ao Amazonas, ciência, caminhos e comunicações adentraram o extremo norte do país juntos, e, nessa conjunção, era persistente a visão de que na Amazônia, sobretudo, caberia, a um só tempo, o “sertão” como abandono por parte dos poderes públicos e “paisagem” destinada a desaparecer; o “território vazio” a ocupar, povoar e modernizar; a “fronteira” a delimitar e precisar nos confins do país; a “floresta” e seus animais, doenças e rios encachoeirados; e, foco principal do nosso interesse neste artigo, o ‘campo’ inaudito para estudos, pesquisas e levantamentos científicos (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 783)

No caso, sob o nome genérico de Comissão Rondon, agrupava-se o conjunto de viagens e atividades desenvolvidas por cientistas e militares brasileiros no intervalo de 1900 a 1930. Além das expedições construtoras de telégrafos já citadas, é possível colocar sob esse rótulo os serviços de administração e conservação das estações e linhas telegráficas, os inúmeros relatórios com a sistematização de resultados, a fundação e consolidação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e os trabalhos de Inspeção de Fronteiras, todos realizados sob o comando de Rondon:

O principal objetivo da Comissão era conhecer, integrar, aproximar espaços tidos como afastados e atrasados e transformá-los em áreas produtivas, preparando-as para uma ocupação que deveria ir à esteira das melhorias da infraestrutura local. O conhecimento destes territórios seria pautado por levantamentos de cunho geográfico se

valendo de rios como caminhos. O telégrafo viria acompanhando, atravessando e margeando importantes rios da região, entre eles o Madeira e o Juruena, por exemplo. O panejamento era ampliar a linha já existente entre o Rio de Janeiro e o Mato Grosso. De Cuiabá, o telégrafo iria até Santo Antônio do Madeira; além desta linha principal, chamada linha tronco, mais três ramais deveriam ser construídos: para o Acre, Purus e Juruá, ficando a cargo da Comissão a escolha do ponto a partir do qual a linha seria estendida até Manaus. Os pontos extremos da linha seriam Cuiabá, Santo Antônio do Madeira e Manaus. A construção do telégrafo em meio à floresta dependia diretamente dos reconhecimentos territoriais, pois eles eram imprescindíveis para o próprio avanço da construção da linha telegráfica (ARANHA, 2012, p. 92-93).

Vinculada institucionalmente a distintos ministérios, como o Ministério da Guerra, o Ministério da Viação e o da Agricultura, Indústria e Comércio, a Comissão Rondon foi se transformando ao longo dos anos. Ao articular as tarefas demandadas pelos diferentes órgãos aos quais se vinculava, ela foi formulando novos objetivos para modificar suas atribuições e alterando seus interesses a partir do trabalho mais específico que iria desenvolver. Quanto à produção científica de seus membros, nota-se o crescimento do caráter utilitário da Comissão a partir da participação ativa de cientistas do Museu Nacional em suas viagens, o que denota o relevo dos trabalhos de reconhecimento do potencial de exploração do território:

A propósito, os relatórios da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas ilustram bem a combinação entre os objetivos mais imediatos e “pragmáticos” – de efetivar a integração dos sertões e a exploração dos recursos naturais do norte do país – às preocupações e ao estilo de trabalho típicos dos naturalistas: volumosas descrições de espécimes da flora e da fauna; detalhadas descrições geográficas e

geológicas acompanhadas de pranchas primorosas; glossário de termos presentes em línguas de vinte nações indígenas (SÁ; SÁ; LIMA, 2008, p. 788).

Essas “missões civilizatórias”, eivadas de um ideário cientificista, operaram um esforço de valorização do sertão, “seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional” (LIMA, 1999, p. 65). A preponderância do tema da integração do interior do território nacional no pensamento político-social brasileiro fica esboçada nas imagens utilizadas pelos partícipes dessas missões na descrição de seus trabalhos. Em uma conferência proferida em 1920 na cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo, significativamente intitulada “Rumo ao Sertão”, Cândido Rondon exprime com clareza a relação que comumente se estabelecia na época entre a interiorização do povoamento, a conquista dos sertões do Brasil central e o futuro desenvolvimento econômico do país, colocando a questão nos seguintes termos:

O problema brasileiro, a meu ver, que de nós mais carinho está a exigir, é o do sertão, ou seja, do seu útil povoamento. É para o sertão que os nossos melhores esforços deviam convergir, na conquista das fabulosas riquezas que a nossa abençoada Terra guarda e conserva com o carinho e zelo da Mãe Extremosa. Desvendar essas riquezas, pô-las ao alcance dos capitais humanos capazes de incrementar o progresso do Brasil incomparável, seria serviço de alto alcance patriótico, a que todos os brasileiros deviam com entusiasmo entregar-se [...]. A expansão deve estender-se terra adentro, no sentido natural em que se tem efetuado todo o progresso humano. Em busca do Oeste as novas gerações brasileiras deviam estender-se formando a coorte moderna dos conquistadores das matérias-primas para a grande indústria. Penetrar o sertão levando nas mãos a força

da indústria moderna, eis o ideal pelo qual deviam as novas gerações nortear a sua atividade e a sua inteligência (RONDON, 1922, p. 57-58).

Na fala de Rondon, o espaço denominado *sertão* não se apresenta como uma área localizável e cartografável dotada de certa homogeneidade e individualidade, “não podendo ser estabelecido como um tipo de meio natural singular nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada” (MORAES, 2009, p. 88). Logo, conclui-se que o *sertão*, uma das categorias centrais das construções literárias e ensaísticas que tinham a nação e seu processo de formação como tema (AMADO, 1995), não se refere a uma realidade fático-material, nem a uma paisagem típica presente no universo empírico da geografia clássica. Isso nos leva a asseverar que, nesses registros, o *sertão* é uma condição atribuída, em circunstâncias determinadas, a diversos lugares. Em outros termos, a definição do *sertão* inclui a projeção de uma valorização futura que irá mudar a condição atual da área assim qualificada.²⁷

27 “Enfim, o *sertão* é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que, ao classificar uma localização, opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador, integrador), o qual almeja – no limite – a superação da condição *sertaneja*. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Por essa característica, é possível estabelecer paralelos entre o papel desempenhado pela ideia de *sertão* na formação brasileira e o uso similar da noção de ‘deserto’ na história da Argentina. No plano conceitual, mas mais distante de conteúdo em função de seu componente democrático (não presente nos conceitos anteriores), estaria a ‘fronteira’ — tal como analisada por Turner — na colonização dos Estados Unidos. Tem-se o *sertão* como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, trata-se de *sertões*, que qualificam *caatingas*, *cerrados*, *florestas*,

Em suma, a necessidade de implantação de mecanismos de controle técnico e científico sobre o território pode ter sido o alicerce de algumas das propostas de reconhecimento das terras interiores do Brasil, encetadas inúmeras vezes na primeira metade do século XX. Para os agentes públicos envolvidos nessas expedições, ao dominar a natureza intocada dos sertões, o Estado estaria construindo o país ao mesmo tempo em que o inseria na modernidade. Em vista disso, a organização dessas missões pode ser entendida como parte de um movimento de forte conteúdo simbólico que acompanhava os projetos políticos então em desenvolvimento.

Nesse sentido, o domínio material dos sertões, que se faria pela construção dos telégrafos, que aprimorariam os fluxos internos engendrados no território brasileiro, aliado à apropriação simbólica dos espaços vazios, que se faria pelos inventários científicos elaborados pela Comissão Rondon, tornar-se-iam fatores de integração nacional, atuando como veículos de difusão da modernidade no espaço.

CONSIDERAÇÕES

Na perspectiva dos saberes geográficos produzidos pela Comissão Rondon, a preparação de um cabedal de informações para a produção de extenso material cartográfico confere destaque à Carta de Mato Grosso, publicada em 1952, a partir dos levantamentos de campo efetuados durante as expedições (BERNARDINO, 2015). Além disso, o trabalho de normalização dos topônimos, a identificação de serras e o detalhamento de cursos de rios, com o levantamento de todos os afluentes brasileiros do rio Paraguai e o mapeamento de 12 rios até então desconhecidos (NOMURA, 2010), têm em comum a forma da coleta e da apresentação dos dados, bem como seu caráter utilitário,

campos. Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernidade no espaço” (MORAES, 2009, p. 97-98).

uma vez que o conhecimento produzido deveria servir como base para a implementação de políticas territoriais que levariam ao progresso e à civilização das regiões descritas (ARANHA, 2012).

A participação de eminentes nomes da ciência nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão em suas diferentes fases — como Frederico Carlos Hoenne (1882-1959), Alípio de Miranda Ribeiro (1874-1939) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) — reforça a contribuição das expedições para a consolidação de inúmeros campos disciplinares como a botânica, a zoologia e a antropologia. Expressivamente, contando apenas o intervalo entre 1907 e 1915, o patrimônio recolhido pela Comissão Rondon para o Museu Nacional “superava proporcionalmente os 100 anos anteriores de constituição de acervo. Havia mais diversidade e variação de exemplares no material recolhido pela Comissão: 8.837 exemplares botânicos, 5.676 espécimes zoológicos e 3.380 artefatos indígenas” (FREIRE, 2009, p. 68).

A preocupação em integrar as áreas qualificadas como sertão por meio da construção dos telégrafos e do desenvolvimento de projetos de colonização, considerada uma das bandeiras da República, que assim se contrapunha à estagnação dos tempos do Império (MACIEL, 2001), indica que a implantação dessas próteses territoriais era considerada ação incontornável para efetivar a mudança que se projetava. Ademais, o debate a respeito dos potenciais benefícios oriundos da conquista tecnocientífica das terras interiores do país traduzia um ambiente no qual a necessidade de mostrar internacionalmente uma nação ajustada sincronicamente ao progresso do mundo desenvolvido passava pela materialização das obras de modernização do território (DUARTE, 2013). Enfim, ao longo da primeira metade do século XX, é perceptível a existência de um conjunto de discursos reiteradamente desdobrados em influentes ideologias geográficas (MORAES, 1988) que em seu conteúdo fundamental repõem, sempre em novas bases, a relação entre a conquista do território, o desbravamento dos sertões e o progresso econômico. No tocante à produção simbólica do espaço, o ideal de

construção de um Brasil moderno, vislumbrado nas interpretações míticas a respeito dos resultados imediatos da Comissão Rondon, que teria conseguido “civilizar” os sertões selvagens, foi desdobrado nas ações heterogêneas que tinham em comum a finalidade da ocupação demográfica e econômica do interior do país. Já quanto ao uso de imagens e conceitos de base espacial pelo pensamento político-social, é pertinente notar a continuidade da discussão acerca da conquista e construção do território mesmo após a década de 1930 (MAIA, 2010).

A reiteração de uma abordagem que concebe o país como sinônimo de seu território e o interior do território como um espaço a ser apropriado e conquistado material e intelectualmente, aponta a existência, dentro do pensamento político-social, de uma demanda pela sistematização de diagnósticos precisos acerca dos problemas enfrentados pelo país. Posteriormente, essa circunstância abriria a possibilidade de a geografia acadêmica aparecer no horizonte da vida intelectual brasileira como uma modalidade discursiva que tenta apreender a realidade a partir de ferramentas analíticas e metodológicas voltadas para esse fim. Mesmo assim, isso pode indicar que, num momento anterior à institucionalização universitária do campo disciplinar, já estaria maduro um ambiente propício à generalização daquilo que se pode chamar de uma cultura geográfica (CARDOSO, 2011).

O estudo pormenorizado do imenso conjunto de documentos legado pelas chamadas “missões civilizatórias”, com a identificação dos problemas postos na época a alguns personagens hoje não tão lembrados, acena para a consolidação de um campo de pesquisa que permanece bem ou mal descoberto nos trabalhos dedicados a contar a história da geografia, uma vez que permite examinar a emergência de conjunturas oportunas à construção de análises geográficas do real sem se prender a uma demarcação institucional prévia.

Depois da década de 1930, com a criação dos cursos universitários e a vulgarização de um tipo de análise surgido a partir da consolidação do campo disciplinar numa situação de afirmação institucional, fundamenta-se um registro discursivo próprio que, numa

visão retrospectiva, se mostrou eficaz na criação de uma expressiva tradição intelectual (NOGUEIRA, 2013). A generalização de um tipo de texto que se pode qualificar como uma monografia regional descritivo-explicativa, que aparece como o estilo modelar de escrita científica da geografia no espaço acadêmico-universitário nacional, acaba por consagrar um novo tratamento a ser dado a antigos problemas, que ganham agora um verniz de cientificidade e pragmatismo que se quer o oposto do diletantismo antes dominante. No caso da geografia acadêmica, a questão da colonização e do povoamento das terras interiores estimula a produção de uma ampla bibliografia, seja vinculada ao planejamento estatal, seja referente às pesquisas conduzidas na universidade (ADAS, 2007; NOGUEIRA, 2015).

No fim, a permanência de temas como a apropriação dirigida dos espaços considerados vazios e a integração do território, que desde o fim do século XIX integravam a preocupação de intelectuais, classes dirigentes e agentes do Estado, pode, no limite, indicar traços de continuidade de determinados assuntos que, alçados ao patamar de questões nacionais, catalisaram estudos e receberam tratamentos distintos de diversas áreas do saber. Essa particularidade permite pensar num enquadramento analítico que questiona o papel do pensamento geográfico nesse movimento, incorporando-o à apreciação do processo de formação do pensamento político-social brasileiro.

Referências

ADAS, S. **O campo do geógrafo:** colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMADO, J. Região, sertão e nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANSELMO, R. C. M. S. **Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira:** Everardo Adolpho Backheuser. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

ARANHA, P. M. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2012.

BARROS, N. C. C. A historiografia da geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. **Revista Geográfica de Instituto Panamericano de Geografia e História**, México, n. 139, p. 83-102, 2006.

BERNARDINO, M. G. Redesenhando a fronteira Noroeste. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 6, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1656>. Acesso em: 7 mar. 2018.

BIGIO, E. S. **Cândido Rondon**: a integração nacional. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

BOMFIM, P. R. A. **Território e movimento integralista**: uma contribuição ao estudo das ideologias geográficas no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920-1930. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, L. P. C. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 85-103, jan./mar. 2011.

CARDOSO, L. P. C. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do séc. XX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 68-84, jan./jun. 2010.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre território e poder. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1992.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DIACON, T. A. **Rondon**: o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOMINGUES, H. M. B. **Ciência, um caso de política:** ciências naturais e agricultura no Brasil Império. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 1995.

DUARTE, R. B. **Incógnitas geográficas:** Francisco Bhering e as questões territoriais brasileiras no início do século XX. São Paulo: Alameda, 2013.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FIGUEIRÔA, S. “Batedores da ciência” em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 763-777, jul./set. 2008.

FIGUEIRÔA, S. **As ciências geológicas no Brasil:** uma história social e institucional, 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREIRE, C. A. R. **Rondon:** a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravideo, 2009.

GALETTI, L. S. G. **Nos confins da civilização:** sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOTTMAN, J. **La politique des États et leur géographie.** Paris: A. Colin, 1952.

LIMA, N. T. Brasília: a capital no sertão. In: SENRA, N. (org.). **Vere-
das de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho.
Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e represen-
tação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LIMA, N. T. **Missões civilizatórias da República e interpre-
tação do Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de
Janeiro, v. 5, p. 163-193, 1998.

MACIEL, L. A. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço tele-
gráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21,
n. 41, p. 127-144, 2001.

MACIEL, L. A. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos ser-
tões: espaço, telégrafo e civilização. **Projeto História**, São Paulo, v.
18, p. 167-189, maio 1999.

MACIEL, L. A. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens
da “Comissão Rondon”. São Paulo: Educ, 1998.

MAIA, M. E. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espa-
cial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados –
Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 621-655,
2010.

MAIA, M. E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento
social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MALDI, D. De confederados a bárbaros: a representação da territo-
rialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista
de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

MALDI, D. Pantanais, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 71, 1º sem. 1992.

MARTIN, A. R. **As fronteiras internas e a questão regional do Brasil**. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MIYAMOTO, S. **O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia, capitalismo e meio ambiente**. 200. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização de geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

NEWMAN, D. On borders and power: A theoretical framework. **Journal of Borderland Studies**, v. 18, n. 1, p. 13-24, 2003.

NOGUEIRA, C. E. A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950). **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 5, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1480>. Acesso em: 6 mar. 2018.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NOGUEIRA, C. E. A conquista do Brasil central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 418(9), 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>. Acesso em: 6 mar. 2018.

NOMURA, H. Centenário da Comissão Rondon (1907-2007): personagens, descobertas e produção bibliográfica. **Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 79-105, jan./jul. 2010.

OLIVEIRA, L. M. L. Natureza e identidade: o caso brasileiro. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: PUC, n. 9, p. 123-134, ago./dez. 2011.

OLIVEIRA, L. M. **Americanos**: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, L. M. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PEREIRA, S. L. N. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SÁ, D. M.; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, 2008.

RONDON, C. M. S. **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, de 1907 a 1915**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

RONDON, C. M. S. **Conferências realizadas perante a Sociedade Rural Brasileira** – São Paulo, 31 de julho de 1920; Cuiabá, 15 de dezembro de 1919; e Piracicaba, 4 de agosto de 1920. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, DF: MCT, 2001.

TAYLOR, P. The state as container: territoriality in the modern world-system. **Progress in Human Geography**, n. 18, p. 151-162, 1994.

VLACH, V. R. F. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**, n. 4-5, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/359>. Acesso em: 6 mar. 2018.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZUSMAN, P. B. **Sociedades geográficas na promoção o saber a respeito do território**: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Capítulo 4

A fluidez do território: capitalismo e fronteira na obra de Pierre Monbeig

No Brasil da primeira metade do século XX, a questão da expansão territorial da sociedade sobre as terras formalmente sob o controle do Estado, que atrelava vulgarmente a compreensão do processo de formação do país à integração do território, aparecia como tema polarizador de boa parte dos debates encetados entre os partícipes do chamado pensamento político-social. Nessa direção, não surpreende que também nos registros dos geógrafos que se dedicaram à análise da difusão espacial do povoamento do Brasil, sobretudo após a institucionalização acadêmica do campo disciplinar, o imperialismo interiorizado exercido nas áreas qualificadas como “sertões” tenha se tornado ponto consensual para as discussões e propostas de ação (NOGUEIRA, 2013).

Nas próximas linhas, essa circunstância será tomada como pano de fundo para se efetuar uma análise a respeito da noção de “frente” ou “franja pioneira”, conforme explicitada na obra do geógrafo francês

Pierre Monbeig, entre as décadas de 1930 e 1950. Em detalhe, objetivava-se indicar, por meio da leitura de um conjunto de textos selecionados desse geógrafo francês, de que maneira a sua descrição explicativa da chamada “marcha do café” (FRANÇA, 1960), ocorrida nas áreas da fronteira oeste de São Paulo e norte do Paraná, pode ser considerada um esforço de construção de uma análise especificamente geográfica sobre a consolidação do capitalismo no Brasil.

Tomando como referência uma definição do conceito de formação territorial que concebe o território simultaneamente como materialidade e representação, relacionando o processo de sua efetiva ocupação material com os discursos e projetos que o têm como objeto (MORAES, 2014), defende-se a hipótese de que Monbeig, por meio de suas análises sobre o Brasil, vislumbra o processo de construção dos sistemas de engenharia que estavam a tecer nexos de solidariedade espacial (SANTOS, 1997) entre distintos pontos do território brasileiro. Tais sistemas de engenharia, traduzidos nas formas de ferrovias, rodovias, fábricas ou mesmo de cidades surgidas da noite para o dia, na febre da conquista de terras, expressam materialmente o processo de territorialização do capital que, no início do século XX, comandava a nova dinâmica da produção do espaço colocada ao país.

FORMAÇÃO TERRITORIAL E CONQUISTA DE TERRAS NO BRASIL

A respeito do processo brasileiro de formação territorial, parte-se de uma argumentação que reconhece a existência de uma espécie de razão de Estado, presente sobretudo nos países de formação colonial, que costuma identificar o Brasil ao seu território, e não à sua sociedade (MORAES, 2002). Reverberando uma visão instrumental dos segmentos populares e servindo como justificativa à elaboração de diferentes estratégias de apropriação territorial, essa concepção espacialista do Brasil, continuamente reposta em formulações diversas desde ao menos meados do século XIX, enraíza-se na ideia de

construção do país, mote ideológico que passa a informar um projeto nacional imiscuído em uma ótica geopolítica (MORAES, 2011).

Nesses parâmetros, em uma primeira consideração do fenômeno pioneiro, no Brasil, a análise de diferentes autores e perspectivas nos deixaria inclinados a atestar a existência de um juízo comum, bem ou mal generalizado pelas classes letradas, até meados do século XX, segundo o qual a explicação das particularidades nacionais aparece como decorrência do relacionamento íntimo entre a conquista de novas terras, o avanço do povoamento, a busca do desenvolvimento econômico e a consolidação da identidade nacional. Nessa operação, insiste-se em se estabelecer um vínculo de cunho essencialista entre o conhecimento sistemático do território, o domínio da natureza tropical, a exploração produtiva de seus recursos e a origem da singularidade do povo brasileiro.

Tendo como referência o que era produzido dentro do pensamento político-social brasileiro desse período, o conjunto dos estudos geográficos sobre as frentes pioneiras pode ser considerado como uma modalidade discursiva que se utiliza preponderantemente de conceitos de base espacial, tais como fronteira, paisagem e região, para elaborar explicações sobre o Brasil. No geral, os estudos geográficos sobre o pioneirismo se preocupariam com questões atinentes ao espraiamento espacial do povoamento, à exploração econômica dos recursos naturais e à integração do território, distinguindo-se em relação a outros tipos de registros que, igualmente, viam o espaço como um dos elementos constitutivos do processo de consolidação dos Estados-nacionais, mas que o valorizavam a partir de aspectos como o identitário ou o cultural (MAIA, 2008; OLIVEIRA, 2000).

Um ponto em aberto no tratamento geográfico das frentes pioneiras é a sua relação ambígua com a chamada “tese da fronteira”. Enunciada, primeiramente, pelo historiador norte-americano Frederick Jackson Turner em 1893, e, desde então, tomada em consideração por diversos autores, a chamada *frontier thesis* associa a fronteira a uma extensão variável de terras onde ocorreriam a expansão e a

consequente perenização da colonização. Em outras palavras, a fronteira serviria para designar o avanço civilizatório da população americana por sobre espaços considerados vazios, o que acaba por conferir uma centralidade à expansão territorial na formação da nacionalidade e na consolidação da democracia estadunidense, pois teria sido a partir da experiência social da fronteira –sempre em movimento– que as instituições que caracterizaram distintamente o processo americano de construção de uma identidade nacional tomaram forma. Acerca desse ponto, Lúcia Osório Silva (2001) observa que, analisado de um viés histórico e historiográfico, o estudo das estratégias de colonização e povoamento, na época de Turner, não era exatamente uma novidade na Europa – novo, na realidade, era o fenômeno mais amplo de expansão de uma sociedade em movimento, que, a partir do século XIX e dos estudos de inspiração turneriana, passou a ser designado pelo conceito de fronteira.

Em uma análise das obras e autores clássicos do pensamento político-social, é comum o recurso ao conceito de fronteira como modo de se compreender as particularidades da civilização surgida nos trópicos como decorrência da mobilidade da colonização lusitana. A conquista do território e a construção da identidade brasileira, não raro, se confundem. Caso conhecido, a interpretação desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda, em seus estudos sobre a expansão do povoamento iniciada a partir dos núcleos situados na São Paulo colonial, pode ser tida como exemplar. Sérgio Buarque considera que a colonização do planalto paulista foi muito influenciada pelas condições desfavoráveis apresentadas pelo meio natural, que exigiram, por parte dos conquistadores europeus, adaptação ao novo espaço em que a apreensão das técnicas e dos ensinamentos dos naturais da terra foi imprescindível (HOLANDA, 1990; 1994).

A busca do caminho, que incita à experiência da fronteira (transformada, depois, num movimento de conquista dos sertões), marcaria, então, as formas de sociabilidade provisórias e itinerantes desenvolvidas, desde o século XVII, entre portugueses, negros,

indígenas e a massa de descendentes mestiços que habitavam o planalto vicentino (KOK, 2004; MELLO e SOUZA, 1997). Isto quer dizer que o ajustamento do colonizador à natureza americana, facilitado pelo aprendizado das técnicas indígenas, teria sido encetado em terras futuramente paulistas com mais afinco e vigor do que em outras localidades da América portuguesa, adensando o caráter singular do novo colono luso-brasileiro que se formava nos trópicos, em oposição ao velho colonizador europeu.

A releitura americana do legado ibérico efetuada por Sérgio Buarque, em livros como *Monções e Caminhos e fronteiras*, que se valem de uma explicação situacional que confere papel ativo à singularidade do espaço do Novo Mundo na transformação dos valores e instituições transladados da Europa pelos colonizadores, foi já notada por Robert Wegner (2000), que avalia a possibilidade de se analisar a importância da fronteira na obra do historiador paulista a partir de uma chave interpretativa de inspiração turneriana. Para Wegner, é produtivo ler os escritos de Holanda que tratam do bandeirismo e da conquista do oeste a partir de certos aspectos presentes no núcleo da tese de Turner, principalmente a influência transformadora recebida pelos colonizadores no contato com os indígenas e com um meio geográfico diverso. Este arranjo explicativo proposto por Wegner permite vislumbrar como Sérgio Buarque pensou a dinâmica de americanização proporcionada pela fronteira mediante a relação engendradora entre o espaço tropical, a tradição ibérica e a modernização imposta a esta tradição no processo de expansão das fronteiras continentais luso-americanas.

No caso dos trabalhos publicados por Monbeig durante a sua estadia no Brasil (1935-46),²⁸ que não deixa de remeter à origem do

28 O geógrafo francês Pierre Monbeig (1908-1987) ocupou a cátedra de Geografia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), entre 1935 e 1946. É, reconhecidamente, um dos principais nomes do processo de institucionalização dessa disciplina no Brasil, formando

movimento de conquista de terras ligado à expansão do café a um passado bandeirante tantas vezes glorificado em São Paulo, o fenômeno descrito pelas frentes pioneiras parece indicar, em certo sentido, uma forma de compreensão da maneira como o capitalismo se desenvolveu no Brasil. O enquadramento por ele construído se fundamenta em uma chave interpretativa que congrega simultaneamente o espraiamento espacial da ocupação do território e a integração dos distintos focos de povoamento do então designado “arquipélago brasileiro”. Como resultado, a expansão dos fluxos internos (representada pela circulação de mercadorias, pessoas, ordens e ideias) é compreendida de maneira conjugada à organização de uma infraestrutura de comunicações compatível com as necessidades de deslocamento experimentadas pela economia do país à época. Desse modo, pode-se mesmo vislumbrar uma incipiente preocupação desse geógrafo francês com o papel do Estado como veículo de difusão das próteses territoriais que garantiriam a fluidez interna e a consequente modernização do território brasileiro.

Esse entendimento ajuda a revelar uma face da dinâmica espacial — no Brasil do século XX, sobretudo — se tivermos em conta o exame das ações de incentivo à economia propostas entre 1930 e 1960. Com efeito, o avanço da modernização do Brasil, durante este período, marcado pela ascensão do nacional-desenvolvimentismo, acentua a formação de paisagens heterogêneas, criadas pela associação existente entre a expansão de produtos agrícolas de exportação (como o café e o algodão), a diversificação do parque industrial do país e o avanço da urbanização.

Seguindo, neste ponto, as pistas deixadas por Antônio Carlos Robert Moraes, que esquadrinha o tratamento do conceito de território na obra de Milton Santos, podemos dizer que, conciliando-se

uma geração de discípulos, em São Paulo, e trabalhando ativamente na consolidação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), entidade que presidiu durante todo o período em que esteve no país.

com as modificações de cunho epistemológico pelas quais passava a geografia, o tema da modernização do território, associado à questão da integração territorial, adquire contornos nítidos nos trabalhos do referido intelectual baiano elaborados entre o final da década de 1960 e o início de 1970 (MORAES, 2013). Por exemplo, no livro *A urbanização desigual*, lançado originalmente em francês, em 1971, Milton Santos compara a evolução urbana dos países industrializados com o caso dos países subdesenvolvidos. Em sua explicação, o geógrafo aponta que a fluidez experimentada pelos fluxos de bens e capitais, que caracterizaria os espaços urbanos nos países industrializados, se torna, quando ausente, uma qualidade distintiva dos espaços subdesenvolvidos. Nesta explicação, Milton elege esta qualidade como um fator explicativo da macrocefalia urbana dos países periféricos, que seria exatamente “o reflexo da não fluidez do espaço e de sua desarticulação” (SANTOS, 2010, p. 128).

Os países subdesenvolvidos, como ponto em comum, teriam, então, que avaliar a necessidade de construção de uma infraestrutura de equipamentos específicos, como estradas, portos e aeroportos, que garantissem a circulação interna dentro de seus territórios e respondessem às condições de modernização da economia:

Enquanto a cidade dos países industrializados é parte integrante de um território que mais ou menos gerou e com o qual viveu, em constantes inter-relações, a mesma aventura histórica e econômica, a cidade dos países subdesenvolvidos aparece muitas vezes como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo. A não integração do território, impedindo a livre circulação dos elementos da economia (homens, bens, capitais), freia, por si só, o desenvolvimento. É por isso que se pode dizer que a cidade dos países subdesenvolvidos se lança à conquista do espaço a partir de duas verdadeiras alienações: a cidade mesma nasce para servir a interesses distantes e, por outro lado, sua zona

de influência é, muitas vezes, um desses “espaços derivados”, cuja vida depende, em grande parte, de fatores externos [...]. Dessa forma, a ausência de ligações fáceis entre as diferentes partes do país constitui fator de atraso, como se pode ver nas dificuldades encontradas pelo Brasil por ocasião de seu desenvolvimento industrial. O país teve de fazer face aos problemas de transportes e serviços de base, anteriormente organizados em função dos interesses da economia de exportação e, por isso, não adaptados para servir um mercado interno (SANTOS, 2010, p. 109-110).

O encaminhamento dado por Milton Santos à questão da urbanização pode se constituir como uma referência na compreensão do resultado do processo da expansão pioneira que fora avaliado por Monbeig, anos antes. De fato, a preocupação com os temas da integração e da dispersão, que marca o pensamento e a realidade brasileira, inspirou os trabalhos de muitos geógrafos que se dispuseram a fornecer a sua contribuição para o entendimento do país. Tais temas aparecem no horizonte das obras daqueles que mais detidamente analisaram as franjas pioneiras sob a forma de análises acerca da infraestrutura de transportes que facilitaria a chegada (ou a manutenção) da população e o escoamento das mercadorias produzidas nas novas áreas produtivas integradas ao espaço econômico do país. Assim, o movimento de incorporação de novas terras ao espaço econômico brasileiro, executado por meio da abertura de amplas áreas dedicadas ao cultivo de produtos voltados para o comércio internacional, permite que identifiquemos um processo de acumulação primitiva mediado pela exploração e valorização destas novas terras, em uma expansão territorial do capital que logrou transformar espaços considerados vazios em áreas economicamente ativas do território nacional.²⁹

29 Sobre a identificação do movimento de apropriação territorial com o momento da acumulação primitiva no processo de expansão do capitalismo, no Brasil, vide: Foweraker (1981); Martins (1975; 2009); e Velho (1972; 1979).

A definição do conceito de franja pioneira proposta por Pierre Monbeig costuma caracterizar o fenômeno pioneiro como homônimo do avanço de um grupo humano que se encontraria num “estágio superior de civilização” por espaços tidos como vazios, num movimento de colonização e povoamento que integra novas áreas a um dado espaço econômico catalisando a formação de identidades nacionais. Dito de outro modo, define-se o movimento pioneiro como um processo de expansão do ecúmeno. Este termo grego, adaptado da biologia darwinista, era utilizado em alusão às áreas do globo terrestre consideradas capazes de fornecer suporte para o desenvolvimento da vida humana. Entre o final do século XIX e o início do século XX, o ecúmeno se transformou numa noção consagrada das geografias de sotaque francês ou alemão: em uma palavra, como queria Maximilien Sorre (1955), o ecúmeno seria sinônimo da ideia de espaço habitado pelo homem.³⁰

Seguindo, pois, uma tradição há muito presente na geografia, as regiões pioneiras definir-se-iam como as áreas da superfície terrestre em via de ocupação pelos grupos humanos, que, ao conquistá-las, libertam-nas da dominação dos meios naturais e as incorporam ao ecúmeno. Além disso, as regiões pioneiras do globo terrestre se

30 Conferir Monbeig (1966, p. 974) sobre: “L’extension de l’œkoumène continue de s’accomplir par la pénétration de groupes humains pionniers dans les secteurs de la planète encore peu habités. Une région pionnière peut se définir comme l’un des ces secteurs en cours d’incorporation à l’œkoumène [...] la région pionnière est le théâtre de contacts et de conflits entre des sociétés humaines techniquement, économiquement, démographiquement et politiquement inégales. On y assiste à la disparition du paysage naturel qui, sous l’action des pionniers, fait place à un paysage humanisé : naissance et formation de campagnes, fondation et croissance de villes, construction d’un réseau de communications. En même temps se constituent de nouveaux foyers de production, de nouveaux courants d’échanges, des régions humaines qui oblitérent les cadres naturels antérieurs, des sociétés originales par leur composition ethnique et démographique autant que par leurs modes de penser”.

apresentam como palcos onde se assiste ao desenrolar de contatos e conflitos entre sociedades que apresentam níveis de desenvolvimento técnico, econômico, político e demográfico desiguais. As frentes pioneiras podem ser vistas, portanto, como resultantes de um movimento de fluxo contínuo que modifica não apenas as paisagens naturais e culturais, mas, igualmente, as populações das áreas apropriadas em sua dinâmica de expansão.

Há, então, como pano de fundo da dinâmica posta pelas frentes pioneiras, um desvelo com a dominação de espaços e homens, que se põem, ambos, à disposição das vontades daqueles que controlam o movimento. O saliente aspecto de luta entre os homens e o meio natural presente nessa definição se traduz no processo de transformação de paisagens naturais em paisagens humanizadas, que resulta na fundação de cidades, no surgimento de novos campos de cultivo e na conformação de uma rede de caminhos. A definição das franjas pioneiras como uma zona de limites imprecisos que separa a “natureza bruta” e os espaços naturais apropriados e conquistados pela “civilização” — para nos remetermos aos vocábulos de uso corrente na época — imprime a este termo um sentido de dominação de povos e terras que recoloca a questão da subordinação de grupos considerados inferiores ou primitivos (BOWMAN, 1931; 1937). Esta antropomorfização dominante do espaço engendrada por uma economia estruturalmente exógena, que dá origem aos “espaços derivados” notados por Milton Santos, se coloca, então, como um aspecto comum a todas as regiões pioneiras ao redor do mundo.

Cumprido, portanto, asseverar que, do ponto de vista da formação territorial, o fenômeno do pioneirismo brasileiro se define, na obra de Monbeig, como o avanço do povoamento impulsionado por uma colonização de base eminentemente agrária sobre áreas pouco ou nada habitadas. Nesta definição, Monbeig identificava, com frequência, entre os sujeitos que pretendiam controlar ou comandar a direção de tais movimentos expansivos — em geral, proprietários

de terras, empresas ligadas à colonização e à exploração agrícola, ou mesmo órgãos ligados ao Estado —, a tentativa de qualificar as áreas de interesse para a colonização como “espaços vazios”.

Essa maneira de conceber o espaço pioneiro implicava no reconhecimento não apenas da aptidão real ou sugerida de tais áreas para a implantação de projetos de colonização, mas, sobretudo, na constatação da disponibilidade das terras ainda não incorporadas política e economicamente à órbita de atuação do Estado para a fixação populacional. Ao fim e ao cabo, tal posição, constantemente reiterada, revela a invisibilidade dos habitantes que viviam nos espaços fronteiriços, antes do início do processo de ocupação, para aqueles que estavam promovendo a ocupação. Com efeito, os povos indígenas, os posseiros e os pequenos agricultores expulsos de suas terras eram, via de regra, concebidos como portadores de técnicas primitivas e os principais símbolos do atraso que se queria superar.

O PIONEIRISMO SEGUNDO PIERRE MONBEIG

Postas as linhas gerais do que se pode compreender como o fenômeno do pioneirismo, comentaremos alguns escritos de Pierre Monbeig que tratam das frentes pioneiras, devendo-se recordar, primeiramente, que os livros que ele publicou sobre a realidade brasileira abarcam, grosso modo, os mais representativos artigos escritos durante sua longa estadia no Brasil. Isto facilitou a realização de nossa leitura, uma vez que os livros fornecem uma periodização que, por evidente, é bem ou mal aceita. Além do mais, essa divisão cronológica das leituras, conquanto limite o material avaliado, serve também como um guia, uma vez que cada escrito fica, assim, mais preso ao contexto da época em que foi redigido. Esta postura ajuda a levar em consideração o processo de amadurecimento de Monbeig em relação a certos temas, bem como a apreciar sua proximidade com teorias e autores que, àquele momento específico, se faziam mais presentes em sua prática científica.

A primeira obra de Monbeig editada no Brasil, intitulada *Ensaio de geografia humana brasileira*, foi publicada em 1940, e congrega os primeiros artigos escritos por este autor ao chegar ao país. Em conjunto, os textos reunidos nos *Ensaio*s permitem observar a maneira pela qual o recém-chegado professor aborda a realidade que irá estudar. Problemáticas então em voga na geografia, como os movimentos migratórios vinculados ao superpovoamento e a questão do surgimento do pioneirismo à escala do mundo, que relacionam a mobilidade de um excedente demográfico com a conquista e a valorização de terras consideradas vazias, são exemplarmente observadas em território paulista. Na verdade, Monbeig surpreende tais fenômenos no exato momento em que eles se desenvolvem, tomando a realidade paulista como “laboratório” e elegendo-a como seu *terrain*.

O segundo livro de Monbeig que trata mais detidamente do fenômeno do pioneirismo é sua tese de doutoramento, redigida ao longo da década de 1940 e originalmente apresentada, em 1950, na Universidade de Paris, sob o título *Marche de peuplement et pionniers de São Paulo*. Publicada em livro no ano de 1952, com o título *Pionniers et planteurs de São Paulo*, ela foi traduzida para o português por dois de seus ex-alunos, Ary França e Raul de Andrada e Silva, somente em 1984 – demora esta que não deixa de ser intrigante, haja vista a penetração e a influência desse autor na geografia brasileira. De todo modo, a obra *Pioneiros e fazendeiros* é um registro fiel da maturação do trabalho de pesquisa didático e científico desenvolvido pelo professor Monbeig durante sua estadia em São Paulo. Em verdade, este livro tem até mesmo uma faceta de trabalho coletivo, uma vez que a presença de estudantes e de outros professores que gravitavam próximos à cadeira de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP) era constante nas viagens de campo empreendidas.

Nessa obra, a expansão do povoamento catalisada pelo avanço do café e do algodão nas zonas pioneiras dos planaltos ocidentais paulistas e do norte paranaense — planaltos estes vistos como mera continuação do movimento animado pelas referidas zonas pioneiras

— recebe um tratamento detalhado que descreve as fases da vaga pioneira em sua infatigável marcha a partir de dois prismas. Por um lado, as cidades, que se sucedem ao longo das vias férreas como “contas de um rosário”, testemunhando os ritmos diversos de um avanço progressivo que as circunstâncias políticas e econômicas mundiais concorrem para acelerar ou retardar, mas não para impedir. Por outro lado, as paisagens que, em sua fisionomia e dinâmica, expressavam, tais como elas então se apresentavam, as marcas e as lembranças de conjunturas históricas que não desapareciam de todo, com a progressão do povoamento e o seu arraigamento.

Por fim, o livro *Novos estudos de geografia humana brasileira*, publicado em 1957, é, em muitos aspectos, parecido com aquele publicado em 1940, congregando textos esparsos já saídos no Brasil e incluindo traduções de artigos publicados originalmente em periódicos estrangeiros. De maneira um pouco distinta da coletânea anterior, contudo, este livro guarda o mérito de reunir em um só volume escritos de uma fase intelectualmente mais madura desse autor, que, de volta à França, procede a uma sorte de reavaliação de seus estudos precedentes sobre o pioneirismo, indicando novos ângulos de observação deste fenômeno ou mesmo alterando juízos e posições defendidos anteriormente.

Exemplificando a filiação metodológica de Monbeig aos cânones da geografia regional francesa, os textos a respeito do pioneirismo saídos nos *Ensaio*s e nos *Novos estudos* seguem, no geral, um padrão de exposição que não se distancia sobremaneira dos modelos fornecidos pelas teses de Raoul Blanchard (1906) sobre Flandres, ou, e principalmente, do trabalho de Albert Demangeon (1905) sobre a Picardia. Ambos são tidos, numa visão retrospectiva, como dois dos trabalhos mais influentes, nos anos subsequentes, pois estabeleceram um modelo de apresentação dos assuntos no qual o tratamento do objeto é dividido em duas partes distintas: uma, preocupada com os aspectos físicos (com destaque para os solos, o relevo, a rede hidrográfica e a vegetação); a outra, dedicada aos aspectos humanos. A

depender da ênfase do autor, a seção dedicada aos aspectos humanos poderia ser subdividida em duas grandes áreas: uma área, ligada à economia regional, tratando da agricultura, das indústrias e das vias de comunicação que servem o comércio regional; a outra, mais afeita ao histórico de ocupação, que se detém nas etapas do povoamento, no surgimento das cidades, na repartição da população, na descrição dos *habitat* e nas divisões das propriedades rurais (WOLF, 2005).

A preocupação de Monbeig com uma série de temas considerados de tratamento incontornável em qualquer inquérito de campo digno deste nome, como a colonização, as vias de comunicação, o povoamento, as migrações, os tipos de habitação, os *habitat* e as transmutações das paisagens urbanas e rurais, seguia, em geral, as indicações pedagógicas de Albert Demangeon, não se afastando do modelo de escrita científica desenvolvida para a geografia pelos cânones da escola de Vidal de La Blache (NOGUEIRA, 2015). De modo representativo, também a preocupação com os aspectos naturais mais ligados à geografia física, que serviam de base para o entendimento dos aspectos humanos, eram descritos conjuntamente com os fenômenos sociais. Tal ocorria porque se tratava de uma geografia física voltada para a exploração humana, já que a valorização positiva ou não de uma dada condição natural seria feita sempre a partir das possibilidades de seu aproveitamento pelos grupos humanos.

Vejamos, mais detidamente, dois textos de Monbeig, quais sejam: “A zona pioneira do Norte Paraná” (1935) e “As zonas pioneiras do Estado de São Paulo” (1937).³¹ Explicitadas as influências básicas deste autor, não é de se estranhar que os capítulos dos *Ensaio*s que tratam do fenômeno do pioneirismo sigam, basicamente, o mesmo caminho já trilhado por Demangeon: primeiramente,

31 Ambos foram escritos originalmente como artigos, e, depois, republicados como capítulos, nos *Ensaio*s. O primeiro, de 1935, foi publicado na revista *Geografia* (AGB, ano I, n. 3, São Paulo), e o segundo, nos *Annales d'Histoire économique et sociale* (année IX, n. 46, juillet 1937).

alguns parágrafos apresentando o assunto de que irá tratar, bem como algumas referências a autores que já produziram estudos na temática geral a ser desenvolvida, tratando de problemas similares na mesma região-objeto ou em outras áreas; depois, como não poderia deixar de ser, passa-se a uma localização geral da região, ao que se segue uma rápida caracterização de seu quadro físico, com especial atenção à estrutura geológica, aos solos, à rede hidrográfica, ao modelado do relevo e à vegetação – neste momento, normalmente, são apresentados a documentação geográfica e os dados estatísticos porventura existentes.

Terminada essa introdução-padrão, Monbeig segue sua exposição, em *Ensaio*, na busca de uma recomposição histórica da região, tentando localizá-la dentro do quadro mais amplo da qual ela faz parte. Em outras palavras, após descrever o sítio, tenta compreender a situação da região analisada, compondo um quadro que abrange uma escala um pouco mais ampla. Posteriormente, passa a descrever a localização das estradas de ferro e de rodagem, assim como a relação destas com a origem das aglomerações humanas, que, nos planaltos ocidentais paulistas, alongavam-se, acompanhando os espigões e os divisores d'água “à moda das vias romanas da Gália”, como diz, a certa altura, num rompante de observador europeu desconcertado tentando se apegar a uma referência conhecida.

Seu próximo passo, invariavelmente, é a descrição histórica de como vieram a se formar as propriedades rurais e os patrimônios urbanos, ou seja, importa a questão do desbravamento das áreas florestais (vale dizer, da derrubada da mata e da formação das fazendas), uma vez que “através de toda a zona pioneira, a colonização encontra sua origem na especulação da venda de terras, especulação que toma formas diversas e, por isso mesmo, imprime variantes sensíveis a esta colonização” (MONBEIG, 1940, p. 25). Embora não toque diretamente no tema da concentração de terras, visto que não discute a questão da formação da propriedade privada nas zonas pioneiras, Monbeig reconhece, em diversas passagens, a ação de especuladores

e grileiros no açambarcamento de terras que deu origem aos grandes domínios agrários observados por ele no início do século XX.

Sendo assim, de forma indireta, a questão da terra assume, em seus escritos, um registro intimamente imbricado com a questão da mão de obra e com os projetos oficiais de colonização, articulando a expansão do povoamento à questão da fixação do trabalhador na terra. Todavia, ao apreciar as tentativas de se elaborarem planos de colonização pelos governos federal e estadual, esse geógrafo diferencia o caso brasileiro do canadense ou americano, afirmando, de maneira surpreendente, que os planos de colonização elaborados por órgão oficiais esbarravam no fato de que, no Brasil, não haveria terras disponíveis para se implantar os projetos:

Convém sublinhar que a colonização oficial no Brasil tornou-se particularmente difícil, porque toda a terra pertencia a um proprietário particular. Os domínios da União ou dos estados eram muito limitados e as terras devolutas eram sempre as mais afastadas, de acesso difícil e condenadas por muito tempo ao isolamento. Para organizar focos de colonização, com pequenas propriedades, escolas, oficinas, direção agrônômica, rodovias e ferrovias, via-se o governo na continência de comprar as terras ou contratar uma empresa privada. A situação jurídica das terras, nesse país provindo da colonização régia portuguesa, foi assim grande obstáculo à execução de um plano de colonização efetiva, cuja concepção não era estranha aos espíritos lúcidos [...]. No estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do estado possui ainda grandes extensões florestais. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do

estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de *free land*, instalar-se ao seu bel-prazer e criar amplos patrimônios, limitados apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho (MONBEIG, 1984 [1952], p. 160-211).

Mesmo que se considere como inaceitável essa pretensa neutralidade do francês acerca da criação das grandes propriedades particulares a partir do patrimônio público de terras, devemos indicar que, para a maior parte dos autores que se debruçaram sobre este tema, a questão da colonização, em vez de se pautar pela necessidade da formação de núcleos fixos de colonização voltados para a manutenção dos pequenos produtores em sua própria terra, esteve sempre vinculada aos interesses imediatos dos quadros dirigentes, como banqueiros, fazendeiros e vendedores de terras. Desse modo, em boa parte dos registros do pensamento político-social que tratam do assunto, os problemas atinentes ao processo de povoamento e colonização apareciam, desde o final do século XIX, como uma questão a ser resolvida a partir das necessidades de mão de obra dos grandes fazendeiros.

Afastando-se dessa posição, Monbeig diferencia a mera exploração agrícola das terras — feita de maneira extensiva, sem preocupações com a preservação dos recursos naturais e com grandes prejuízos para o povoamento do país — da verdadeira colonização, que dizia respeito à formação de uma classe de pequenos ou médios proprietários sedentarizados à feição dos camponeses europeus. Estabelecendo diálogo com a posição expressa por Caio Prado Júnior, que, em duas conferências pronunciadas em 1946, havia tratado das políticas de povoamento e da formação da pequena propriedade rural exatamente a partir da instabilidade do homem rural brasileiro e das exigências de braços para as lavouras nas grandes propriedades exportadoras,

o geógrafo francês vincula o surgimento dos pequenos domínios ao sucesso ou ao fracasso econômico das grandes explorações.³²

Assim, uma colonização digna de ser reconhecida como tal somente ocorreria com a fixação do trabalhador rural à terra. Caso contrário, o que haveria seria apenas uma conquista de terras tributária da mera especulação, fato cada vez mais generalizado com a valorização que conferia aos especuladores lucros inversamente proporcionais à disponibilidade de terras para serem apropriadas. Quando o espaço rareia e aumenta a procura por solos naturalmente férteis, os preços disparam e a venda de terras se torna um negócio cada vez mais procurado, sendo, pois, algo comum à zona pioneira notar que “nos últimos 15 anos, a especulação generalizou-se, a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas e os preços não cessam de aumentar” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 212).

Ora, é exatamente no que diz respeito à colonização e ao efetivo povoamento de novas áreas que encontramos uma diferenciação que irá acompanhar boa parte dos desdobramentos posteriores dos escritos de Pierre Monbeig dedicados ao pioneirismo, a saber, aquela que dá relevo ao contraste entre os métodos de colonização praticados no norte do Paraná pela inglesa Companhia de Terras e

32 Os textos a que se faz referência são “Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural” e “A imigração brasileira no passado e no futuro”, publicados por Caio Prado Jr. (1953) em seu livro *A evolução política do Brasil e outros estudos*. Sem se aprofundar nessa questão, basta dizer que, na época, marcada pela redemocratização do governo Dutra, a questão agrária e a discussão acerca do papel da agricultura no futuro do país ganharam forte relevo. Desse modo, os debates acerca da estrutura fundiária e a defesa das vantagens da pequena propriedade ante o latifúndio se tornaram uma opinião comum, tanto para movimentos de esquerda quanto para certos políticos e intelectuais bem ou mal alinhados com as políticas territoriais do Estado Novo que tiveram continuidade no governo Dutra. Para uma discussão que contextualiza as discussões ocorridas ao longo da década de 1940, a partir das modificações ocorridas no fazer geográfico de Orlando Valverde, vide Adas (2006).

os métodos empregados em São Paulo, que este geógrafo alcunha de “velho sistema paulista”. O primeiro método de colonização, de cariz indiscutivelmente capitalista e moderno, trabalharia com previdência e planos pré-traçados, procurando sistematizar cientificamente aquilo que antes era feito de modo empírico. Como já se pode imaginar, este método abre espaço para a atuação do geógrafo, visto como o profissional mais indicado para secundar, dos pontos de vista técnico e científico, os trabalhos de colonização. Por sua vez, o “velho sistema paulista” seria iniciado, na maior parte das vezes, com a posse de grandes extensões de terras por um indivíduo ou pequeno grupo familiar que apenas irá “abrir fazendas”, desfazendo-se de suas matas intocadas e retalhando-as, quando o proprietário vir a “civilização” se aproximar, ou melhor, quando as áreas de derrubadas chegarem a uma distância de 200 ou 300 quilômetros de seu domínio.

Tendo em vista o que já foi discutido, poderíamos ver, nessa diferenciação entre um tipo “moderno” de colonização e o modelo do grande fazendeiro paulista (herdeiro direto do antigo período colonial), uma discussão acerca das vias de desenvolvimento do capitalismo. Na verdade, a interpretação de Monbeig (1952) sugere que o passado colonial brasileiro, ao criar estruturas econômicas, políticas e sociais expressas na organização espacial das paisagens das grandes fazendas monoculturas, se manteve ativo mesmo em uma situação posterior, sendo, então, a realidade a ser superada pelas mudanças estruturais na economia e nas refuncionalizações do espaço construído herdado, ocorridas com a expansão das relações capitalistas.

Os resquícios desse passado colonial, que continuava a influenciar as direções tomadas pelas correntes de povoamento pioneiras, seriam visíveis nas plantações de café abandonadas e nas grandes extensões de solos desgastados. Tais aspectos decadentes da paisagem eram observados por toda a parte, e deram origem a uma expressão largamente utilizada pelos geógrafos da época para qualificar o abandono: as “capoeiras”, que se referiam exatamente às paisagens humanizadas de outrora que se encontravam em via de serem retomadas

pela natureza. E, mesmo nos modos de pensar dos fazendeiros, que tinham dificuldade em encarar a imigração fora da perspectiva de suas necessidades básicas de mão de obra, pode-se perceber a força com que o passado colonial se fazia presente nos novos arranjos que iam surgindo, compondo uma nova estrutura econômica e social.

Além do mais, os elogios explícitos feitos por Monbeig à colonização efetuada pela Companhia de Terras – tomada como superior ao clássico modelo paulista exatamente por criar uma massa de pequenos e médios proprietários e não se pautar unicamente pelos interesses das classes dirigentes, tradicionalmente favoráveis à manutenção dos grandes domínios – apontam para o fato de que a generalização das relações capitalistas no campo, que perturbava os antigos acordos socialmente estabelecidos, era vista como um caminho seguro para a superação do passado colonial brasileiro – isto é, para a superação do atraso do país, que seria conseguida somente com a introdução de novas técnicas agrárias que auxiliariam as novas formas de relacionamento entre o homem e o meio.

EXPANSÃO DA FRONTEIRA, URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE REGIÕES

Da parte de Monbeig, surpreende sua arguta percepção do entrelaçamento íntimo entre o desenvolvimento urbano então em marcha decisiva, pois que catalisado pela industrialização, e a existência de terras consideradas livres ou vazias. Marcada por uma constante instabilidade, é sob o signo da marcha pioneira em direção ao oeste que se engendram renovados nexos de solidariedade entre pessoas e lugares. Nesse movimento incessante, o novo e o velho se produzem mutuamente, visto que é da conquista progressiva de novas terras e gentes — estas colocadas sob a decisiva órbita de influência do capital — que a esperança da riqueza inexplorada e os dissabores da decadência se interpenetram, expressando-se objetivamente na organização de paisagens urbanas e rurais. Para que se possa apreciar como o

geógrafo francês compreendia esse fenômeno, voltemos nossa atenção ao modo como Monbeig equaciona o fenômeno do pioneirismo, oferecendo uma definição ampla que não esconde sua filiação ao que se convencionou chamar de Escola Francesa de Geografia:

A paisagem do Estado de São Paulo que talvez mais desconserta o recém-chegado ao Brasil não é tanto a planície de bananeiras e mangues de Santos, nem a floresta de vertentes da Serra do Mar, nem tão pouco as vastas extensões plantadas de café, mas sim a paisagem que ele descobre ao acordar, depois de uma noite de trem, entrando nas regiões de derrubada [...]. Ali, uma cidade velha tem vinte, trinta anos no máximo. Deixa-se São Paulo com seus arranha-céus, sua atividade febril, atravessam-se pacatas cidades provincianas que caminham em marcha-lenta apesar de não contarem três quartos de século, e encontra-se outra animação, outra atividade nas cidades de madeira que a estrada de ferro atingiu há cinco anos, às vezes há alguns meses. É a zona pioneira, da qual Isaiah Bowman e os geógrafos americanos fizeram excelentes descrições no Canadá, Austrália, Manchúria ou extremo sul da Argentina, zona que conserva em toda parte um certo ar de família, mas revela-se também grandemente variada para quem procura mais do que uma simples impressão de viajante (MONBEIG, 1940, p. 21-22).

Ficam evidentes, no trecho acima citado, as particularidades que a zona pioneira paulista apresentaria quando confrontada às áreas que, se bem que localizadas em outros países e contando com climas, solos, relevo e vegetação diversos, manteriam com o caso brasileiro “um certo ar de família”. Ao considerar a expansão espacial do povoamento ocorrida no Brasil como uma manifestação regional de um fenômeno mundial, percebe-se que o fenômeno pioneiro teria características comuns que autorizariam um observador atento a enxergar as franjas pioneiras existentes na Argentina, no Canadá

ou em Manchúria como variações ou combinações locais de um tema ou fenômeno global. Não é por outro motivo também que, no primeiro texto que escreveu após a sua chegada em São Paulo, em 1935, dedicado ao exame da zona pioneira do Norte-Paraná, Monbeig fundamenta o tratamento conjunto que irá conferir a esta área na análise dos movimentos migratórios perceptíveis em território paulista. Para ele, esta seria, como afirmamos anteriormente, referindo-nos a Londrina, “uma região que – se bem que pertença administrativa-mente ao estado do Paraná – não deixa de ser de fato uma região de economia paulista” (MONBEIG, 1940, p. 56).

A apreciação conjunta das zonas pioneiras de São Paulo e do Paraná, a despeito das diferenças existentes entre elas, pode ser percebida em um artigo que trata das vias de comunicação do estado de São Paulo, no qual Monbeig descreve as etapas evolutivas de um centro pioneiro originado pelo desenvolvimento de uma estrada de ferro. Neste artigo, ele chama a atenção para o incremento da especulação imobiliária e para a mudança de *status* dos núcleos fixos de ocupação desenvolvidos no entorno das estações, como centros urbanos que, em menos de dez anos, deixavam de ser febris “cidades pioneiras” ou “bocas do sertão”, onde o afluxo de pessoas era incessante e tudo tinha um aspecto provisório, e passavam a viver no ritmo cadenciado das demais pequenas cidades interioranas do Brasil. Para Monbeig, os trilhos eram “criadores de paisagens”, e, por isso, para ele, era impossível separar a análise do povoamento do histórico de construção das vias de comunicação.

Os termos utilizados por Monbeig são suficientemente claros, estabelecendo uma relação direta entre a construção das vias de comunicação, o crescimento demográfico, a conquista de novas terras agricultáveis e a alteração nas paisagens operada pelo incremento das atividades econômicas. Aliás, é forçoso reconhecer que o abastecimento de gêneros alimentícios e as possibilidades de exportação atuavam como fatores limitadores do povoamento, restringindo o raio de alcance e o poder de captura das ferrovias, que somente se

expandiam quando as companhias de estradas de ferro se certificavam, indubitavelmente, do retorno financeiro e da rentabilidade do investimento. Essa circunstância torna a integração e a modernização do território, até certo ponto, efeitos colaterais do caráter capitalista do empreendimento, entrevisto na busca por áreas produtoras de mercadorias cujos fretes poderiam pagar a construção da infraestrutura ferroviária, objetivo maior que não lograva se esconder atrás do véu do “neutro progresso” por muito tempo.

Em resumo, vemos que o desenvolvimento geograficamente desigual engendrado nas franjas pioneiras envolve, por um lado, a existência de um surto agrícola lastreado por um produto comercial de grande penetração no mercado internacional, e, por outro lado, o desenvolvimento de centros urbanos pensados como lugares de atração da produção agrícola, uma vez que os fazendeiros-empresários (como normalmente acontecia) eram também loteadores urbanos. Para alavancar seus negócios e atrair os seus clientes (pequenos, médios ou grandes lavradores, comerciantes, profissionais liberais e demais partícipes da febre pioneira), esses empresários rurais investiam nas instalações industriais aptas a receber a produção agrícola, em cada uma das cidades pioneiras, atraindo para a sua esfera de influência a pauta produtiva semelhante que se estenderia por todas as zonas produtivas.

Logo, o desenvolvimento rural supõe o estabelecimento urbano, pois a realização da produção agrícola é mediada pelas cidades, que exercem o papel de centros de beneficiamento e carreamento de mercadorias, polarizam as áreas rurais e colocam o fruto de sua produção no circuito de reprodução ampliada do capital. Essa complementaridade entre o desenvolvimento industrial das cidades e a ampliação dos desbravamentos rurais existente nos planaltos ocidentais alia um desenvolvimento capitalista (que contava com financiamento estrangeiro) ao estreitamento dos laços de dependência entre as zonas pioneiras e os centros urbanos de comando das atividades econômicas, desenvolvendo nexos de solidariedade territorial que revelam

a possibilidade de haver o que alguns autores caracterizaram como uma “transferência geográfica de valor” (SOJA, 1989).

No caso, a expansão do povoamento e da colonização na franja pioneira paulista, responsável pela formação de campos de cultivo, pastos, uma rede de cidades e de uma infraestrutura de caminhos – manifestações territorializadas da fixação geográfica de valor –, engendrou um sistema de trocas que punha áreas mais ou menos amplas polarizadas por cada uma das capitais regionais em relação com a metrópole paulistana e seu porto de escoamento. Essa circunstância, pela ação dos bancos e casas de crédito que atuavam em São Paulo e em Santos, acabava por mediar os contatos de subordinação das zonas pioneiras do Brasil com o mundo. A dinâmica própria das trocas comerciais encetadas nos planaltos ocidentais e no norte do Paraná, que envolviam gêneros de abastecimento e produtos industrializados voltados para o mercado interno, bem como produtos tropicais de exportação que o mercado internacional demandava, estabeleceu uma divisão territorial do trabalho – expressão da existência de uma hierarquia entre os lugares – que parece mesmo fundamentar o esboço de um processo de circulação de riquezas próximo de uma transferência geográfica de valor entre as capitais regionais, as localidades por elas influenciadas e a capital paulista.

Sendo assim, é necessário reconhecer que o objeto específico do estudo de Monbeig não é exatamente a frente pioneira, mas as paisagens humanas surgidas com o avanço das correntes de povoamento que acompanhavam a expansão das culturas de café e de algodão, uma vez que a apropriação e a exploração de terras com fins meramente especulativos, quando não eram bem sucedidas em fixar os colonos nas terras desbravadas, não criariam paisagens duradouras. É o arraigamento dos grupos humanos nos novos espaços que fornece, ao final, as bases para a construção da nova organização espacial do mundo pioneiro, uma vez que o estabelecimento de núcleos fixos de povoamento implica também na fixação de parte do valor socialmente produzido na forma de próteses territoriais. Por conseguinte,

pode-se dizer que Monbeig está preocupado em observar de que modo a fixidez e a fluidez (ou o movimento) se combinam na franja pioneira, dando origem a paisagens humanas que expressam novos conteúdos a cada momento.

O complexo geográfico³³ da franja pioneira, resultado da ação de uma sociedade em movimento, se define, então, pela mobilidade, mas se realiza plenamente pelo intermédio das formas espaciais imobilizadas na paisagem, em tempos distintos. Por isso, asseveramos que Monbeig percebia esse processo em seus aspectos sincrônicos e diacrônicos, pois ele sublinhava o movimento contínuo de expansão demográfica e econômica que se retroalimentava da construção de cidades, estradas e campos de cultivo, as marcas legadas pelos grupos humanos nas paisagens.

Ademais, ao descrever o processo de formação de regiões ligadas a uma rede de cidades e caminhos, mostrando de que maneira as distintas localidades da franja pioneira paulista reproduzem um relacionamento do tipo centro-periferia em variadas escalas, Monbeig parece exemplificar o padrão espacial de desenvolvimento

33 Por esse princípio, derivado de Vidal de La Blache e aperfeiçoado por André Cholley (que aceitou assumir a direção da tese de Monbeig, em 1947, visto que, desde a morte de Albert Demangeon, em 1940, Monbeig não possuía formalmente um orientador), um complexo geográfico seria o resultado sempre dinâmico de uma combinação dos fatores que incidem diretamente na organização das paisagens de uma região. Cholley tratou acerca das combinações geográficas em sua obra *Guide de l'étudiant en Géographie*, lançada em 1942 e reeditada, com pequenas modificações, em 1951. Nesta obra, afirmou que a geografia deveria estudar a organização do espaço, não tomando em separado apenas um dos diversos componentes da superfície terrestre, isolado analiticamente tal um “fato geográfico” sem relação com os demais fenômenos ocorrentes na superfície terrestre, mas se debruçando sobre o resultado da combinação entre eles. Assim, os geógrafos abordariam de frente a complexidade das paisagens presentes na superfície terrestre, encarando a geografia como uma disciplina de síntese, uma vez que as combinações associam esses diversos fatores numa relação dinâmica de interdependência recíproca. A esse respeito, vide Cholley (1951).

geograficamente desigual (SMITH, 2008) que pode ser atrelado à via colonial de expansão do capitalismo no Brasil. Realmente, os chamados “ciclos econômicos” expressam bem o mecanismo de estruturação dos espaços periféricos, visto que a expansão do cultivo do café ou do algodão, por exemplo, compõe como que um mosaico de assentamentos produtivos que parece migrar dentro do território, manifestando uma espacialidade própria associada a sistemas de engenharia que tornam determinadas localizações privilegiadas para a circulação, que se orienta para fora, como uma verdadeira bacia de drenagem (KAYSER, 1968).

Sendo assim, as etapas de evolução dos centros pioneiros instáveis e transitórios — que normalmente vivenciavam períodos de fausto e riqueza, seguidos de longos anos de decadência e involução das relações econômicas — parecem demonstrar, em certos aspectos, o acerto do enquadramento da situação periférica sugerido por Armando Corrêa da Silva, num escrito atualmente esquecido pelos geógrafos, no qual observa que “desde sua origem e evolução uma região periférica tende necessariamente a passar pelas condições de isolamento, marginalização e complementaridade” (SILVA, 1978, p. 119). Dessa maneira, cada centro pioneiro saía de sua condição de isolamento ao se desenvolver e colocar outras áreas sob sua esfera de influência, passando, pois, a funcionar como uma região marginal ou complementar, a depender das necessidades e dos ritmos da economia dos lugares centrais, que condicionariam, em grande medida, o nível de desenvolvimento dos espaços incorporados.

De todo modo, no conjunto de escritos que reúne os seus estudos sobre esse tema, podemos verificar a recusa de Monbeig em utilizar o conceito de região para se referir à área por onde passaram, desde o século XIX, as movimentações pioneiras. Em seu doutoramento, talvez por imposição dos rituais de exposição de uma tese, mesmo reconhecendo as dificuldades de delimitação da superfície terrestre onde ocorria a expansão das fronteiras, aponta que a franja pioneira paulista se estendia do reverso das *cuestas* da depressão periférica, a

leste, até as bordas do rio Paraná, na fronteira com o Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), a oeste, e do rio Grande mineiro, ao norte, até o conjunto de serras e planaltos paranaenses além do rio Paranapanema, ao sul. Partindo desta grande unidade natural, que guardaria, bem ou mal, certa homogeneidade climática, de vegetação e de relevo, sendo uma área de transição entre o Brasil tropical e a faixa subtropical do Brasil meridional, Monbeig preferiu utilizar a noção de “zona”, ligada ao uso econômico dado a um grupo humano para determinada área, ou mesmo o termo mais amplo de “faixa”, que servia para qualificar tanto as áreas já devastadas e apropriadas pelos grupos humanos, quanto as áreas florestais deixadas intocadas na retaguarda do avanço pioneiro para uma ocupação futura.

Como se pode depreender da leitura de seus textos, haveria, no estado de São Paulo, diferentes regiões em processo de formação dentro dos limites da zona pioneira como um todo. Pondo em relação os termos utilizados por Monbeig, teríamos o uso das noções de “zona” ou “faixa” pioneira para designar o conjunto de lugares onde o fenômeno pioneiro se realiza, isto é, para qualificar as áreas onde os desbravamentos e a exploração produtiva do solo se desenrolam. Nesse caso, uma colonização *stricto sensu* só ocorreria, como já dissemos, se houvesse a fixação dos trabalhadores na terra. Caso contrário, teríamos apenas o aumento da exploração especulativa do solo, visto que a “zona pioneira” seria unificada exatamente pelo impulso da colonização que qualifica decisivamente suas “paisagens” pela provisoriabilidade dos “desbravamentos”. Internamente a este conjunto maior, encontraríamos distintas “regiões”, cada qual em um estágio inicial de formação e integrada à sua “capital regional” – normalmente, o centro urbano de animação principal das atividades econômicas, como Araçatuba, Marília, Presidente Prudente ou Londrina, entre muitos outros (MONBEIG, 1952).

Outra consequência desse modo de qualificar a expansão do povoamento da sociedade pioneira paulista, buscando-se acompanhar o processo de formação de uma região a partir da observação de

momentos diversos da conquista de novas áreas por uma sociedade em movimento, é a possibilidade de uma cidade ou localidade perder o seu *status* de pioneira. Foi este, por exemplo, o caso de Ribeirão Preto, principal núcleo urbano a polarizar a conquista do oeste paulista, no final do século XIX, mas que, no momento em que Monbeig escrevia a sua tese de doutorado, na década de 1940, não poderia mais ser considerada uma cidade pioneira. Conclui-se disto que a condição de “estar” pioneira se refere, pois, a algo transitório, parecendo mesmo se ligar mais à perenidade dos núcleos de povoamento em formação. Surpreender o histórico da ocupação produtiva e definitiva de parcelas do solo, tomadas da natureza pelos grupos humanos, equivale, então, a identificar o processo de formação de uma paisagem humanizada pelo uso de metáforas organicistas, pois o que se discute é exatamente a maturidade do povoamento de determinadas regiões contraposta à juventude ou à senilidade de outras. A condição pioneira se revela, assim, efêmera, tal como a sociedade que lhe dá origem.

As frentes pioneiras se põem, portanto, como um momento do processo de ocupação e conquista da natureza, uma etapa de instabilidade a ser superada pela consolidação das relações sociais entabuladas e pela fixação dos grupos humanos na terra, que expressaria, afinal, a consecução de um equilíbrio na relação homem-meio. Sendo, pois, moldada no processo de apropriação e conquista da natureza pelos grupos humanos, a homogeneidade regional das diversas zonas pioneiras – que é o que autorizaria, em última instância, a possibilidade de se indicar a existência de regiões internamente ao conjunto da franja pioneira paulista – expressaria a combinação complexa de uma miríade de fatores. Logo, a partir do destaque conferido a um fator específico, como a história, a rede de cidades e caminhos ou a economia, é possível identificar a existência de regiões humanas em formação.

A propósito, a concepção de região desenvolvida por Pierre Monbeig, em suas análises do fenômeno pioneiro, coloca em primeiro plano a preponderância dos fatores econômicos na definição

dos distintos setores territorialmente separados. Desse modo, a fundação das cidades e a construção das vias de comunicação, influenciando no funcionamento da economia, adquirem papel fundamental na apreciação das regiões humanas em processo de formação no Brasil, mesmo que não expressem a contento a formação de uma região exatamente conforme constava nos manuais da geografia francesa, nos quais o sentimento de pertencimento regional próprio aos termos *pays* e *paysage* dava suporte à existência de gêneros de vida típicos, resultantes de um longo processo de conquista da natureza pelos grupos humanos.

Com efeito, desde os seus primeiros escritos sobre esse tema Monbeig afirmava que, para os paulistas, os únicos nomes de região popularmente utilizados e conhecidos eram os das estradas de ferro: “Assim a ‘Noroeste’ designa, em linguagem comum, tanto a Estrada de Ferro Noroeste, que liga São Paulo a Mato Grosso, como o conjunto dos municípios servidos pela estrada” (MONBEIG, 1940, p. 23). Desse modo, após ter estudado diretamente no terreno um dos mais céleres processos de conquista de terras pelos grupos humanos ocorridos no Brasil, Monbeig questiona, no último capítulo do livro *Pioneiros e fazendeiros*, intitulado “Regiões ou redes de comunicação”, se a ação humana que modificou as paisagens, nos planaltos ocidentais do oeste paulista e do norte paranaense, conseguiu formar unidades regionais reconhecíveis e observáveis no terreno. Já se teria estabelecido ali, nos lugares onde o desbravamento arrefecera e o povoamento estabilizara, um sentido de pertencimento comparável ao das regiões francesas?

Analisando um a um, os fatores que, em hipótese, poderiam ensejar a criação de uma região bem ou mal homogênea, tais como a origem étnica dos muitos imigrantes que habitavam as diferentes zonas pioneiras, que facilitaria a formação de uma unidade cultural entre grupos mais ou menos numerosos, ou então a habitação dos pioneiros, “expressão do meio e do gênero de vida” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 380), esse autor volta a apontar a grande confusão e

as similaridades existentes entre as realidades da Alta Sorocabana, da Alta Paulista ou da zona de Londrina. Ao fazê-lo, conclui que, sem dúvida, os centros vitais de cada uma destas “regiões”, cujos nomes provêm diretamente das companhias de estradas de ferro, se constituem em uma referência mais próxima para os habitantes de cada uma dessas cidades. Na verdade, a população urbana dos distintos centros se mostrava mais ligada às suas realidades municipais efetivas ou, no máximo, ao espigão rodoferroviário que as une a outras localidades próximas, do que a uma suposta realidade regional, tal como entendida no mundo europeu:

Terra sem passado, não viu ainda a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão, que se apoia na topografia, será talvez o germe das regiões vindouras. Criam os trilhos a unidade, porque asseguram o escoamento da produção e porque o sucesso individual, tanto quanto o das empresas colonizadoras, depende da expedição fácil, contínua e regular dessa produção [...]. Até hoje é mais exato falar em regiões ferroviárias, que em regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira. Fixar os limites dessas regiões é praticamente impossível. Ilude o paralelismo entre as grandes linhas do relevo e o traçado das ferrovias [...]. As ferrovias teriam, pois, transformado cada planalto numa espécie de bacia da qual são elas as artérias mestras, ao passo que as estradas de rodagem, lateralmente construídas, são como afluentes que asseguram a drenagem. Desenham a rede de trilhos e os caminhos, que as completam, uma rede hidrográfica invertida (MONBEIG, 1984 [1952], p. 385).

Como é facilmente perceptível, a questão da integração territorial, viabilizada pelos caminhos, estruturou uma rede de relações hierarquizadas na qual a produção e a circulação, demandando inicialmente as capitais regionais (centros locais de atração), se direcionavam invariavelmente para a capital. Os tentáculos da metrópole

se faziam sentir até em áreas muito distantes, concentrando em sua esfera de controle e influência tanto o comércio interno (seja de gêneros alimentícios ou de matérias-primas de origem agrária produzidos na fronteira), que buscava o crescente parque industrial ou o mercado de sua população sempre em via de aumentar, quanto o comércio de exportação, que São Paulo monopolizava por sua atuação conjunta com o porto de Santos. Esta situação, por sua vez, dificultava o surgimento de quadros regionais fixos dentro da área de atuação de cada uma das ferrovias. Isto porque as disputas entre as diferentes companhias fazia da extensão da área de influência de cada uma das empresas de estradas de ferro uma função de uma série de fatores, como a distância de seus terminais em relação à capital e Santos, a capacidade de transporte dos trens e a organização técnica dos armazéns e postos de estocagem, que influíam mais do que a topografia ou mesmo a legislação no sucesso pela conquista do privilégio de exploração de uma determinada área.

A identificação do único sentimento regional intuído nas zonas pioneiras com um sentimento de classe comum apenas entre fazendeiros e comerciantes é bem representativa do caráter mercantil da expansão pioneira.³⁴ Compreendida como uma modalidade da expansão territorial do capital, a frente pioneira, conforme o que Monbeig indicou, realmente tornaria solidários os principais agentes desta

34 Conferir Monbeig (1984 [1952], p. 387): “O pequeno pioneiro passa da tentação dos grandes espaços ao orgulho municipal. Só para os fazendeiros e os comerciantes, cujos interesses materiais os tornam solidários com a ferrovia, são providos de sentidos os nomes de regiões. Estão eles em relações constantes com a estrada de ferro: pedem-lhe melhores tarifas, vagões mais numerosos, horários mais cômodos; seguem com atenção os progressos dela, que são também os deles. Deve-se reconhecer que tudo isso era muito distante para o sitiante. Fica-se inclinado a ver no sentimento regional, tal como se manifesta atualmente a expressão de interesses comuns de classe. Nada há que incita o sitiante à solidariedade regional, pois a sua fixação é temporária e os interesses, como as dívidas, são de curto prazo”.

expansão: os fazendeiros, grandes comerciantes e negociantes de terras, que veriam na fundação das cidades, na construção de ferrovias e de rodovias e na exploração dos solos, a formação de um traço comum a unificar todas as zonas, a saber, o desejo do enriquecimento rápido e do lucro imediato.

A diferenciação entre os interesses de fazendeiros e comerciantes com a realidade dos pequenos pioneiros e sitiantes, contudo, mostra novamente a fixação dos grupos humanos nos terrenos como a questão básica a ser resolvida para a estabilização do povoamento do mundo pioneiro. As ideias conjuntas de harmonia e adaptação aos meios naturais, intrínsecas ao entendimento do gênero de vida, nos escritos de Vidal de La Blache, se colocam aqui num arranjo explicativo sugestivo, indicando que, numa sociedade em movimento, em que tudo é itinerante e provisório, a dificuldade de se forjar uma identidade regional próxima daquela descrita nas campanhas francesas acompanha as dificuldades encontradas pelos grupos sociais de se manterem enraizados num dado espaço. Contudo, o orgulho municipal a que Monbeig alude, ainda que não possa ser tomado como a base para a formação de regiões, demonstra as possibilidades colocadas pelas formas mais estáveis de ocupação do solo.

CONSIDERAÇÕES

Como um todo, a partir de cada um dos escritos que vimos comentando neste artigo, tentamos evidenciar os traços básicos da prática científica de Pierre Monbeig durante sua estadia na Universidade de São Paulo (USP), entre as décadas de 1930 e 1940. Tendo em vista a conjuntura da expansão mundial do capitalismo e do capital no início do século XX, dentro da qual o incremento do avanço pioneiro paulista é uma manifestação contextualmente adequada, pode-se perceber, com Milton Santos, que a ideia do desenvolvimento geograficamente desigual, prefigurada nas diferentes paisagens surgidas do contraste entre as áreas agrícolas dinamizadas pelos pioneiros, dos

centros urbanos que se dinamizavam e do incremento demográfico e industrial da capital paulista, ganha um novo alcance com a crescente mundialização da economia.

A partir do exame do caso paulista, é possível intuir o modo de propagação dos modernos processos de produção, que, a partir de então, vão se espalhando diferencialmente por todo o globo, e se fixam de forma concentrada em variados pontos da superfície terrestre, precipitando uma intensa especialização dos lugares (SANTOS, 1988). Uma tal especialização do processo de produção do espaço, percebida na coexistência de paisagens pretéritas, que respondiam a um arranjo surgido numa conjuntura histórica de um passado mais ou menos recente, com paisagens modernas, dinamizadas pelos processos urbano-industriais mais atualizados do momento, é uma chave interpretativa frutífera para se compreender as contradições estruturais que opunham as “zonas velhas” da expansão cafeeira (organizadas, ainda no século XIX, sob o regime escravista) às “zonas novas” das frentes pioneiras, surgidas em meados do século XX. Uma avaliação pormenorizada destas últimas, que eram financiadas como um negócio de base capitalista, abre possibilidade para que esse processo possa ser interpretado a partir da concepção que toma o espaço como resultado de uma “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1997).

Ora, no primeiro parágrafo da introdução de seu livro sobre o mundo pioneiro paulista, o geógrafo francês focalizado em nossa análise já alertara para o entrelaçamento de temporalidades diversas engendradas pela expansão do povoamento, nas áreas de fronteira (SALGUEIRO, 2006). No caso, o movimento migratório, por incessante, integrava constantemente zonas “novas” ao espaço econômico brasileiro, com o que teríamos, como consequência, polarizações entre estas áreas recém-conquistadas e as zonas “velhas”, deixadas sem desenvolvimento, na retaguarda das correntes em expansão (ou por elas abandonadas, após um período de fausto a que se seguia um não menos acachapante declínio):

A atividade econômica do estado de São Paulo, centro vital da economia brasileira, recebe, da existência das zonas novas, seu impulso mais forte. O cultivo de terras há pouco recobertas de matas, a avançada constante dos pioneiros, a abertura de novas fazendas são fatores que agem com raro vigor sobre o conjunto da vida paulista. Toda ela se ressentida do contínuo deslocamento de importante massa da população cuja instabilidade, quatro séculos após o desembarque dos primeiros portugueses, persiste como um dos seus traços fundamentais. Por outro lado, o crescimento dos bairros da capital reflete os impulsos do povoamento em tal ou qual direção; dependem as indústrias das matérias-primas fornecidas pelas regiões pioneiras, assim como da absorção dos seus produtos nos espaços recém-povoados; seus operários provêm das terras cuja decadência, em grande parte, não é senão a consequência da proximidade de vastas áreas intactas. Saindo-se da metrópole paulista e percorrendo-se os territórios de mais longa data conquistados e povoados, neles também se revela a influência das zonas novas, ainda que longínquas [...]. Por toda parte, na cidade como no campo, sente-se que nada se estabiliza, nada é definitivo, e que a economia e o povoamento se solidarizam com a marcha pioneira, que inexoravelmente arranca rumo ao oeste, a centenas de quilômetros (MONBEIG, 1984 [1952], p. 21).

O arranjo explicativo sugerido acima adquire ainda maior significação quando percebemos que, na análise que faz da expansão pioneira para o oeste de São Paulo e o norte do Paraná, Pierre Monbeig estava a par da influência das crises mundiais do capitalismo no ritmo da apropriação de terras, catalisada pela itinerância da economia cafeeira. Em seus escritos, esse geógrafo não circunscrevia o entendimento das realidades paulista e brasileira apenas a fatores de ordem interna. Ao contrário, relacionava as modificações das paisagens rurais com a urbanização, a industrialização, o crescimento da atividade bancária e a organização de novas formas de financiamento

para a economia cafeeira. Em outras palavras, apontava para a alteração da divisão social e territorial do trabalho, objetivada em um novo arranjo geográfico projetado para dar suporte às modernas atividades econômicas que se instalavam no Brasil.

Ao comentar o jogo dos fatores econômicos na estruturação do complexo geográfico decorrente do fenômeno pioneiro paulista, mostrando as influências das diversas crises mundiais vividas pelo capitalismo na velocidade da expansão do povoamento e da colonização ocorridas em terras brasileiras, Monbeig faz menção à justaposição de escala das crises. Estas podiam ser observadas ora em escala global, com destaque para o *crack* da economia norte-americana, em 1929, e para as duas conflagrações mundiais, ora em escala localizada, quando as crises são entendidas como frutos das mudanças de políticas internas e das oscilações da própria produção cafeeira. As modulações ocorridas na cultura do café, umbilicalmente dependente dos humores dos mercados externos, expressam, ao fim e ao cabo, a mudança no eixo do comércio exterior do Brasil, que, ao longo do século XX, vai se afastando dos mercados europeus para se atrelar definitivamente na esfera de influência dos Estados Unidos.

Chega-se, pois, à conclusão de que o avanço pioneiro não foi detido pela derrocada da economia mundial, ao contrário, a organização de novas fazendas, a construção de ferrovias e a fundação de cidades, com o aumento da população urbana e a aparição de um incipiente parque industrial, continuaram aceleradamente nas quatro primeiras décadas do século XX, muito embora as crises tenham modificado permanentemente a estrutura da sociedade paulista. Isto se deu na medida em que o abandono das áreas de exploração mais antigas – que, com os solos esgotados, ficavam na retaguarda dos avanços pioneiros, eventualmente valorizando as reservas de matas deixadas desocupadas pelos proprietários em meio às áreas de derrubada – incentivava a venda de terras e a especulação imobiliária. Tal movimento indicaria a transição do antigo sistema colonial das grandes fazendas escravistas para a apropriação capitalista

do espaço em um modelo já hegemônico pelo desenvolvimento industrial e o crescimento urbano, o que influenciou no fim das fazendas de tipo tradicional e contribuiu para o aumento numérico da pequena propriedade.

Nessa passagem de um tipo a outro de paisagem pioneira, resultado das alterações conjunturais pelas quais passavam a economia e a sociedade brasileiras nesse período, a expansividade intrínseca ao funcionamento do capitalismo – seu apetite territorial – resultaria em uma “homogeneização diferenciadora” dos lugares (HARVEY, 2011). Dito de outro modo, é possível identificar uma espacialidade desigual que é fruto dessa tensão entre as contraditórias tendências à concentração e à expansão geográficas, manifestação do capitalismo na diferenciação dos lugares (MORAES, 2011). Além disso, deve-se ter em conta a complexificação das operações financeiras executadas pelos bancos e casas de crédito nacionais e estrangeiras, que passam a custear as atividades agropecuárias desenvolvidas nas frentes pioneiras, cada vez mais afastadas das antigas relações pessoais que permeavam o relacionamento entre fazendeiros e colonos nas fazendas do final do século XIX.

De mais a mais, do ponto de vista da geografia brasileira, que se consolidava como campo disciplinar autônomo na primeira metade do século XX, as frentes pioneiras foram enunciadas como um movimento contínuo de apropriação e de povoamento de novas terras, impulsionado, desde a sua origem, por um atividade agrária de fins comerciais, representada pelas lavouras de café e de algodão e pelo gado, e também por uma selvagem especulação imobiliária, percebida nos loteamentos de terras que originaram, de forma legal e ilegal, grandes domínios fundiários. O nexos comercial dessa corrente colonizadora é repostado e ampliado pela transformação da terra em mercadoria, que estimulava a especulação – feita, de preferência, nas proximidades de um centro urbano ou nas adjacências das estradas.

Conforme se pode depreender da argumentação desenvolvida neste artigo, o importante, para a análise geográfica das frentes

pioneiras, e que sugere uma interpretação do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, não são as relações sociais engendradas nas áreas de movimentação das fronteiras, nem sequer as motivações econômicas e políticas daqueles que comandam a expansão da fronteira, embasando a dinâmica migratória, mas, sobretudo, o aspecto visível das transformações que tais fenômenos impõem à configuração territorial do país. Significa dizer que na análise geográfica do pioneirismo enfoca-se apenas o resultado material que as relações sociais fixam na organização das paisagens.

Ao final, o entrelaçamento entre o crescimento urbano, a industrialização do país e a expansão de sua economia rural, que, na obra de Monbeig, aparece na análise da diferença de desenvolvimento percebida na apreciação das “zonas velhas” e das “zonas novas”, parece indicar a possibilidade de se afirmar, a despeito de não ser esta a sua preocupação, que este geógrafo estava a observar e descrever *in loco* o movimento de desenvolvimento geograficamente desigual que marca a expansão territorial do capitalismo no Brasil. Esta afirmação, no entanto, está ainda em aberto, e, sem dúvida, indica possibilidades para o surgimento de novas pesquisas àqueles que se aventuram a perscrutar a história da geografia.

Referências

ADAS, S. **O campo do geógrafo**: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARRIGUI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996.

BOWMAN, I. **The pioneer fringe**. Nova Iorque: American Geographic Society, 1931.

BOWMAN, I. **Limits of land settlement**: a report on present-day possibilities. Nova Iorque: Council of Foreign Relations, 1937.

CHOLLEY, A. Remarques sur quelques points de vue géographiques (suite). **L'information Géographique**, Paris, Armand Colin, v. 12, n. 4, p. 127-135, 1948.

CHOLLEY, A. **La Géographie**: guide de l'étudiant. Paris: PUF, 1951.

FOWERAKER, J. **The struggle for land:** a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras** (Guia da excursão n.º 3 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLANDA, S. B. **Monções.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

HARVEY, D. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KAYSER, B. **A região como objeto de estudo da Geografia.** In: GEORGE, P.; GUGLIEKMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. (org.). *A geografia ativa.* São Paulo: Difel/Edusp, 1968. p. 279-321.

KOK, G. **O sertão itinerante:** expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção:** o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 2009.

MELLO e SOUZA, L. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. In: NOVAIS, F. (org.). **A história da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MONBEIG, P. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, P. A divisão regional do estado de São Paulo. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945-1946)**, São Paulo, AGB, v. 1, 1949.

MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MONBEIG, P. O problema da divisão regional de São Paulo. **Aspectos geográficos da Terra Bandeirante**, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

MONBEIG, P. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

MONBEIG, P. Les franges pionnières. **Géographie générale, Encyclopédie de la Pléiade**, Paris, Gallimard, p. 974-1005, 1966.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A. C. R. **Território na obra de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/geousp/article/view/81075/84723>. Acesso em: 04 out. 2018.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NOGUEIRA, C. E. A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da geografia brasileira (1930-1950). **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 5, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1480>. Acesso em: 24 out. 2018.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: Edusc, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2010.

SMITH, N. **Uneven development**: nature, capital, and the production of space. Atenas/ Londres: The University of Georgia Press, 2008.

SILVA, A. C. **O espaço fora de lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, L. O. **A fronteira e outros mitos**. Tese (Concurso para docente) – DPHE/IE/ Unicamp, Campinas, 2001.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

SORRE, M. **Les migrations des peuples**. Paris: Flammarion, 1955.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

WEGNER, R. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WOLF, D. **Albert Demangeon (1872-1940)**: de l'école communale à la chaire en Sorbonne, l'itinéraire d'un géographe moderne. Paris: Université de Paris I, 2005.

Capítulo 5

A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia brasileira (1930/1950)

Considerando que o conjunto dos estudos geográficos sobre as frentes pioneiras pode ser compreendido como uma modalidade discursiva que se utiliza preponderantemente de conceitos de base espacial – tais como fronteira, paisagem e região, para elaborar explicações sobre o Brasil –, aventa-se nesse artigo que a análise da geografia acadêmica, uma das mais evidentes expressões do discurso científico sobre o espaço (MORAES, 1988), possibilita rastrear a estruturação de uma explicação especificamente geográfica para inúmeras questões postas como fundamentais para o país na primeira metade do século XX, como o debate sobre qual o melhor caminho para o desenvolvimento econômico, o problema do povoamento e colonização

de áreas até então pouco ou nada ocupadas e a necessidade geoestratégica de integração política e econômica das afastadas regiões que compunham o território.

Com o tema da formação territorial do Brasil (MORAES, 2011) como pano de fundo, a construção da noção de frente ou franja pioneira nos escritos de Pierre Monbeig oferece descrições explicativas para muitos desses temas, revelando de maneira consistente o modo como a geografia acadêmica poderia participar das discussões então colocadas pelo pensamento político-social (NOGUEIRA, 2012). Nessa direção, pode-se dizer que ao trazer a lume a linha formativa de composição de uma explicação geográfica sobre o fenômeno do pioneirismo no âmbito do Departamento de Geografia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) entre as décadas de 1930 e 1950, procuramos avaliar aqui a relação existente entre a expansão espacial do povoamento ocorrida no Brasil na primeira metade do século XX e o processo de formação territorial do país.

Partindo da análise direta dos escritos do geógrafo francês publicados entre as décadas de 1930 e 1950 (MONBEIG, 1940; 1952; 1957), este trabalho procura apontar de que maneira a descrição explicativa das franjas pioneiras como áreas de movimentação de fronteiras dinamizadas pela interiorização da colonização, que impulsionou a fundação de cidades, o desmatamento de florestas e a abertura de campos de cultivo e pastos, comporta igualmente uma análise sobre o processo de construção dos sistemas de engenharia que conseguiram consolidar nexos de solidariedade entre distintos lugares (SANTOS, 1994; 2002), garantindo maior fluidez e integração a um território que passava por bruscas alterações em sua configuração espacial para se adequar às novas necessidades surgidas com a expansão territorial do capitalismo no Brasil (SANTOS, 2010).

Expressivamente, a década de 1930 pode ser tomada como um ponto de inflexão da geografia brasileira pela atuação de algumas figuras de incontestável proeminência, como Pierre Monbeig, cuja obra

é de algum modo continuada por discípulos mais próximos – o que indica a rotinização da produção científica da geografia, que a partir de então passa a ser praticada e consagrada, fundamentada em novos parâmetros. Sua atuação como pesquisador, aliada às suas preocupações didáticas enquanto docente, fez com que sua obra aparecesse como um modelo de escrita dentro do espaço acadêmico-universitário brasileiro, direcionando estudos e consolidando linhas de pesquisa aparentadas que contavam com um vocabulário conceitual único, circunstância que expressa a formação de alguns denominadores comuns entre sua obra e as que a sucedem temporalmente.

Em vista disso, a categoria formação, tal como aparece num esclarecedor ensaio de Paulo Arantes (1997) sobre Antonio Candido, talvez possa ser tomada como o giro explicativo que permite reconhecer um ponto de convergência a unificar a discussão. Comentando o uso metodológico que o crítico paulista dá a essa categoria em sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, Paulo Arantes sublinha a diferenciação levada a cabo por Candido entre literatura e manifestação literária:

Ao distinguir entre *manifestações literárias* avulsas – a cifra mesma da tenuidade brasileira – e *literatura* propriamente dita, encarada como um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns que fazem dela um aspecto orgânico da civilização, um fato de cultura que não surge pronto e acabado, antes se configura ao longo de um *processo cumulativo* de articulação entre sociedade e adensamento artístico, ao rever nesses termos a constituição de uma continuidade literária no Brasil, Antonio Candido dava enfim forma metódica ao conteúdo básico da experiência intelectual brasileira. Mais exatamente, pondo em evidência elementos da assim chamada formação nacional, que alimentavam as escolhas estéticas dos escritores, acabava desentranhando do fato bruto, a que se resumia a referida formação nacional, o fio condutor de uma outra linha de força

formativa, vir-a-ser de um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva. (ARANTES, 1997, p. 21-22).

No esquema interpretativo de Antonio Candido visto por Paulo Arantes, a contribuição isolada de um ou vários autores, ainda que seja relevante do ponto de vista estético, social ou qualquer outro parâmetro de avaliação crítica que se adote, não forma um sistema literário. Isso ocorre principalmente pela falta dos importantes denominadores comuns, que teriam a função de estabelecer um elo de ligação entre as distintas obras, articulando entre elas um ar de família que permitiria a identificação de uma tradição, observada principalmente no aspecto de continuidade e rotinização da produção artística, a partir do qual as obras produzidas em um dado momento influiriam na elaboração de outras, fechando a tessitura do sistema. Alçada à sua expressão metodológica, a categoria formação ultrapassaria o conjunto ensimesmado das manifestações literárias ditas de alta cultura, adentrando o universo cultural da acumulação da produção literária como um todo por um viés que indaga a própria possibilidade de existência de atividade intelectual na periferia da economia-mundo capitalista (ARANTES, 1997; ARRUDA, 2004; CANDIDO, 1987).

Posto isso, a hipótese aqui trabalhada revela a possibilidade de compreender a obra de Pierre Monbeig e seus discípulos nos termos básicos da chave interpretativa utilizada por Antonio Candido para identificar a consolidação da literatura brasileira, pois a influência que o trabalho de Monbeig indiscutivelmente exerceu para a primeira geração de geógrafos formados nas universidades brasileiras, principalmente em São Paulo, pode ser sem dúvida entendida como um marco que permite diferenciar essa fase da geografia brasileira dos períodos anteriores, marcados pela presença de contribuições isoladas e esparsas que, embora relevantes e passíveis de análise em si mesmas, não chegaram a gerar um sistema orgânico de obras dentro do campo disciplinar. Assim, da mesma maneira que Candido

diferencia um sistema literário das manifestações literárias avulsas, pode-se também distinguir, tendo como parâmetro o campo geográfico, as manifestações artísticas, literárias e filosóficas que formulam um discurso culto sobre o espaço, o chamado pensamento geográfico, do discurso mais coeso da geografia científica ou acadêmica *stricto sensu*, que aparece como uma modalidade discursiva passível de ser apreendida enquanto produto social delimitado historicamente e culturalmente (ESCOLAR, 1996; MORAES, 1988).

O sentido de grupo professado de um modo particular pelos geógrafos vinculados à FFCL/USP (ANDRADE, 1987; BERNARDES, 1982), perceptível nas escolhas temáticas, nos procedimentos de pesquisa e no arcabouço metodológico de predominante sotaque francês, permite que se enxergue ali a germinação de um conjunto de obras interligadas por certos denominadores comuns, tais como a predileção pelos conceitos de paisagem, região e *habitat*, a concepção da geografia como ciência de síntese que privilegia as relações homem-meio, a importância conferida ao trabalho de campo e às metáforas organicistas que estabelecem analogias entre os fenômenos físicos-naturais e as relações sociais, já que as últimas, esvaziadas de sentido crítico, seriam em grande medida condicionadas pelos primeiros.

Os resultados concretos da chamada “geografia moderna” assim praticada, conforme foi observado por outros comentadores (MONTEIRO, 1980), adquirem plena maturidade tanto nas teses defendidas na USP nas décadas de 1940 e 1950, quanto nos trabalhos dos geógrafos brasileiros apresentados durante o encontro internacional de geografia da União Geográfica Internacional (UGI), ocorrido no Rio de Janeiro, em 1956, sendo pois absolutamente factível que se compreenda a geografia acadêmica surgida com a consolidação institucional dos cursos universitários como uma componente do imaginário espacial professado abertamente no Brasil durante o período enfocado (MAIA, 2008; OLIVEIRA, 2000; 2011).

Enfim, esse trabalho busca esclarecer se realmente é possível falar de uma linhagem comum entre o mestre e os alunos que, sob

sua orientação direta ou inspiração básica, defenderam trabalhos de pós-graduação ao longo das décadas de 1940 e 1950, como Ary França (1951; 1960), Nice Lecocq Müller (1951) e José Ribeiro de Araújo Filho (1950). Apreciando em detalhe os trabalhos de Müller (1951) e Araújo (1950), pretende-se dar seguimento à ideia de que ao tomar o fenômeno do pioneirismo como um parâmetro de regionalização para o estado de São Paulo (NOGUEIRA, 2013), esse grupo de geógrafos, todos futuros professores da USP, construíram um indicador palpável para avaliar o nível de desenvolvimento dos lugares, visto que era então comum examinar o atraso ou o avanço das paisagens paulistas tendo-se como referencial a herança exercida pela ação ou pela ausência dos fatores que acompanhavam a atividade cafeeira.

A bem dizer, considera-se que a concepção do pioneirismo, entendida como um dos principais vetores da modernidade no território brasileiro, forneceu a estes geógrafos um parâmetro avaliativo para o processo de formação territorial de São Paulo e do país, originando a produção de obras que apresentam uma linguagem ou estilo comum que acaba por conferir aos trabalhos daqueles que mais diretamente se apropriaram das referências metodológicas presentes nos trabalhos de Monbeig um indiscutível ar de família, quando menos, perceptível pela circunstância de a maior parte deles tomar os escritos de Monbeig como o exemplo acabado do que deveria ser um trabalho científico em geografia, do qual a monografia regional descritivo-explicativa, apoiada em farto material cartográfico e iconográfico conseguido por meio das observações diretas efetuadas no campo, seria o epítome.

Especificamente, tenta-se compreender em que medida alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos contidos na noção de franja pioneira foram internalizados e retrabalhados pela primeira geração de geógrafos universitários formada em São Paulo, ganhando uma nova leitura na feitura de suas obras posteriores, dedicadas em boa medida a avaliar questões atinentes ao nível de desenvolvimento do espaço agrário paulista. A propósito, tendo em conta que

a atividade econômica era considerada o principal móvel do processo de apropriação e conseqüente transformação dos meios naturais em paisagens culturais modernas, como então se dizia, indicaremos nesse artigo de que maneira o modo de fazer geografia legado por Monbeig adquire continuidade na prática científica daqueles que frequentaram seus cursos e participaram das excursões de campo por ele comandadas, compartilhando dos termos gerais presentes em sua concepção de geografia mesmo após terem assumido posições institucionais de relevo dentro da estrutura do Departamento de Geografia da FFCL/USP.

Ao fim e ao cabo, as discussões empreendidas pelos geógrafos uspianos, bem ou mal unificadas pelo tema do pioneirismo, podem indicar que a valorização dos fatores econômicos no processo de organização regional das paisagens, mesmo que feita a partir de um viés linear, que considerava o processo de formação territorial de maneira evolutiva, muitas vezes naturalizando as relações sociais e desconsiderando os conflitos existentes, mostrava uma preocupação ímpar em desvendar as alterações que a consolidação de uma nova estrutura social e econômica impunham às paisagens e populações tidas como tradicionais, revelando de que maneira o desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo (HARVEY, 2004; SMITH, 2008) brasileiro podia ser observado, descrito e explicado pela geografia acadêmica recém institucionalizada, que participava assim do debate mais amplo posto pelo pensamento político-social do período (BRANDÃO, 2007).

Como se pretende na medida no possível demonstrar, esse tipo de arranjo explicativo, fundamentado nas excursões que tinham o intuito de validar as hipóteses elaboradas em gabinete com observações efetuadas no terreno, consegue integrar numa mesma chave os elementos mais representativos do enquadramento proposto por Monbeig em suas análises acerca do fenômeno do pioneirismo, a saber: a) a valorização da história e das temporalidades na construção da interpretação geográfica do real; b) a importância das técnicas

e do nível de civilização dos grupos humanos na estruturação e organização das paisagens; e c) o papel das vias de comunicação para a consecução de um desenvolvimento econômico capaz de impulsionar alterações substanciais na configuração espacial das áreas analisadas.

GEOGRAFIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL

Sem nos demorar em demasia nas relações entre a geografia e a história, seria importante frisar a proximidade de Monbeig com os historiadores do grupo dos *Annales*, principalmente Marc Bloch e Lucien Febvre, seus professores em Paris e interlocutores privilegiados dos geógrafos junto às outras ciências humanas no meio universitário francês, e Fernand Braudel, é claro, amigo para a toda vida que conheceu em São Paulo (BURKE, 1997; DOSSE, 2004). Além desses nomes, cumpre lembrar que Albert Demangeon, seu primeiro orientador, é o verdadeiro responsável pela aproximação do círculo de afinidades dos geógrafos da Sorbonne com o grupo intelectual dos *Annales*. Com efeito, em um artigo escrito originalmente como introdução da obra *Traité de Géographie Humaine*, que sua morte deixou inacabada, Demangeon propõe dar um sentido à geografia humana, cujo progresso remontaria ao próprio avanço do conhecimento sistematizado sobre o globo terrestre, definindo-a, por aproximações, como o estudo dos grupos humanos em suas relações com o meio geográfico, termo que acha mais apropriado e amplo do que o genérico “meio físico”, porquanto permite considerar a história da ação contínua das sociedades humanas sobre a natureza (DEMANGEON, 1942).

Depois de definir o objeto de estudos da geografia humana, Demangeon (1942) passa a descrever os três princípios gerais que regeriam seu método: o princípio da causalidade, que age de maneira diversa nos fenômenos sociais quando comparados com a geografia física, pois os fatores naturais não exerceriam um total condicionamento das atividades humanas; o princípio que sustenta a necessidade de a geografia produzir seu conhecimento a partir de uma base

territorial, visto que nenhuma sociedade pode ser estudada fora do solo que habita e lhe serve de fundamento; e o princípio que defende as vantagens de se recorrer ao estudo do passado de um grupo social para bem explicar os fatos da geografia humana.³⁵

Decerto, a dificuldade em enquadrar uma sociedade em movimento, como ele qualificava a sociedade brasileira em geral, e a paulista em particular, num estudo regional clássico preocupado com o gênero de vida, mais adequado para descrever as paisagens de longa duração do Velho Continente, não deve mascarar a importância da história e das temporalidades na apreciação que Monbeig faz das movimentações pioneiras dinamizadas com a expansão das plantações de café e algodão (RONCAYOLO, 2006), já que esse traço da geografia por ele praticada certamente pesa na valorização conferida à história na estruturação das paisagens, ou melhor, na definição dos conteúdos e dinâmicas que as animam.

Explicitamente, Monbeig se refere ao uso da história na explicação das paisagens em duas conferências de extensão universitária intituladas, respectivamente, “Paisagens agrícolas: o exemplo do Mediterrâneo”, proferida na FFCL/USP, no ano de 1937, e “A

35 Conferir em Demangeon (1942, p. 33) “Pour être compréhensive et explicative, la géographie humaine ne peut pas s’en tenir à la seule considération de l’état actuel des choses. Il lui fait envisager l’évolution des faits, remonter dans le passé, c’est-à-dire recourir à l’histoire. Beaucoup de faits qui, considérés en fonction des conditions présentes, nous paraissent fortuits, s’expliquent dès qu’on les considère en fonction du passé. L’histoire ouvre de vastes horizons sur le passé qui a vu se succéder tant d’expériences humaines. Sans elle, la raison de ce qui existe nous échapperait souvent [...]. Voilà pourquoi les travaux de géographie humaine contiennent toujours beaucoup de recherches historiques, et pourquoi les géographes se rencontrent souvent, dans les dépôts d’archives, avec les historiens. Pour expliquer les faits qu’il observe, le géographe ne doit pas se contenter de les situer rationnellement dans l’espace ; il faut aussi qu’il les projette dans le passé. Aussi doit-il savoir se servir des documents historiques et savoir aussi où il peut les trouver”.

paisagem, espelho de uma civilização”, realizada na mesma instituição e local, em 1939. Na primeira delas, diz que a paisagem adquire cidadania científica plena apenas com a geografia moderna, que a constitui desde o início do século XIX como seu campo de trabalho exclusivo, o seu domínio particular, afirmando que um dos exemplos cristalinos da evolução das paisagens devido ao avanço das técnicas de intervenção humana podia ser encontrado exatamente em São Paulo, onde, num período de duas a três décadas, as paisagens simples e monótonas das fazendas de café escravocratas, tradicionalmente monocultoras, cediam lugar a uma paisagem mais equilibrada, com laranjais, terras aradas para o algodão ou campos com hortaliças (MONBEIG, 1940).

Essas considerações foram retomadas e desenvolvidas na conferência posterior, que cunha em seu título uma expressão que resume em termos precisos as indicações metodológicas de La Blache, quais sejam, a de se tomar a paisagem como um “espelho da civilização”, isto é, como o reflexo do nível de desenvolvimento técnico de uma sociedade ou povo, consequência do domínio progressivo exercido por um grupo humano sobre uma área natural que lhe serve de espaço de vivência ao longo da história. De fato, ao notar novamente que a geografia moderna recobra com vigor o interesse científico sobre as paisagens, documentação geográfica verdadeiramente humana, que revelam a ação das sociedades sobre o meio natural, Monbeig diz, na conferência de 1939, que “A história e o método do historiador de hoje podem levar-nos a uma explicação: para julgar-se uma obra humana é necessário recolocá-la no seu meio histórico” (MONBEIG, 1940, p. 234).

Ao final, num exercício prático do tradicional princípio da analogia, Monbeig indaga aos ouvintes acerca da validade científica em se estabelecer, para países novos e de povoamento rarefeito como o Brasil, “onde as civilizações conservaram-se primitivas [e] [...] nos quais a vitória dos homens sobre a natureza data de ontem, de hoje mesmo” (MONBEIG, 1940, p. 244), as mesmas relações entabuladas

entre o nível de desenvolvimento das técnicas, o peso das conjunturas históricas e a formação de paisagens utilizadas para fundamentar a descrição explicativa das paisagens culturais existentes na Europa.

Para ele, a análise das paisagens modeladas nas chamadas “regiões novas”, alvo prioritário do dinamismo pioneiro, apareceriam como o caso de maior interesse para os geógrafos, que em viagens separadas por poucos anos de diferença conseguiriam surpreender empiricamente as alterações efetuadas nas paisagens de antanho, pois entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX novos cenários e relações sociais foram criados, deixando para trás um passado colonial recente com a mesma rapidez com que se derrubavam florestas e se abandonavam antigas fazendas.³⁶

Com efeito, esse enquadramento seria retomado em sua tese de doutoramento, redigida ao longo da década de 1940 e originalmente apresentada em 1950, na Universidade de Paris, sob o título *Marche de peuplement et pionniers de São Paulo*. Publicada em livro no ano de 1952 com o título *Pionniers et planteurs de São Paulo*, ela foi traduzida

36 Conferir em Monbeig (1940, p. 247): “A plantação de café tal como nos descreve Pierre Dennis em seu *Brasil no Século XX*, tal como existe ainda, é um vasto domínio diante do qual o historiador não pode deixar de pensar nos domínios feudais. Tal paisagem exprime, portanto, uma estrutura social caracterizada e uma economia ainda colonial em muitos de seus traços. Em 1939 a paisagem paulista sofreu transformação completa [...]. Não somente a paisagem se anima pelos coloridos variados das diversas culturas, como se povoa pela divisão da grande fazenda: os pequenos proprietários ou mesmo os meeiros que tomam o lugar do antigo fazendeiro, vencido pelas crises econômicas [...]. Nas zonas novas da Noroeste ou de Marília, encontram-se lado a lado a fazenda tradicional com seu cafezal e as casas isoladas dos colonos japoneses, construídas a meia-encosta, acompanhando a curva de nível. Coexistência de dois tipos de “habitat”, de duas estruturas sociais que se concretizam na paisagem [...]. Extraordinária variedade atual das paisagens paulistas, que bem pouco corresponde o que esperava o europeu, à fé de narrativas já velhas de 25 anos, mas que é o reflexo das profundas e surdas revoluções agrárias. Duas épocas da história paulista, dois tipos de paisagens paulistas”.

para o português por dois de seus ex-alunos, Ary França e Raul de Andrada e Silva, somente em 1984 – demora que não deixa de ser intrigante, haja vista a penetração e influência do autor na geografia brasileira. De todo modo, esse trabalho é um registro fiel da maturação do trabalho de pesquisa didático e científico desenvolvido pelo professor durante sua estadia em São Paulo. Em verdade, o livro tem até mesmo uma faceta de trabalho coletivo, uma vez que a presença de estudantes e outros professores que gravitavam próximos à cadeira de Geografia Humana da USP era constante nas viagens de campo empreendidas.

Nesse trabalho, as progressivas modificações verificadas nas direções e no conteúdo das frentes pioneiras em momentos distintos ilustram claramente como as mudanças substanciais pelas quais passava a sociedade brasileira tiveram um imediato reflexo no processo de organização espacial do mundo pioneiro, dando origem a dois tipos distintos de paisagem: um tipo de paisagem residual mais ligado ao antigo mundo dos senhores de escravos, que se concentrava nas chamadas “regiões velhas”, e um outro tipo de paisagem moderna, o das “regiões novas” do oeste paulista e norte do Paraná, que mesmo mantendo ainda a grande fazenda como forma básica de ocupação do solo, já dava sinais de alterações em seu conteúdo (MONBEIG, 1952).

No caso, a caracterização de uma região como dinâmica ou decaente, termos que diziam respeito à prosperidade das atividades econômicas desenvolvidas em cada área, é um critério de diferenciação espacial que somente ganha sentido se se leva em conta o início da colonização engendrada em São Paulo pela expansão das lavouras de café e algodão, pois uma área seria considerada dinâmica ou decaente sempre em relação às zonas pioneiras que apresentavam maiores níveis de produtividade, assim como o povoamento só poderia ser visto como recente ou antigo tendo-se no horizonte o início do afluxo das levas de migrantes estrangeiros e nacionais ocupados com a abertura das frentes pioneiras desde o século XIX.

Isso quer dizer que uma região como a do vale do rio Paraíba, imemorial área de passagem entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que havia sido a primeira a assistir à marcha dos cafezais no início do século XIX, podia sem problemas ser considerada, ao alvo-recer da década de 1940, uma região de povoamento antigo que apresentava sinais de decadência após o esgotamento dos solos causado por uma cultura caracterizada pelo uso intensivo de recursos naturais, com a involução das atividades econômicas e a fuga dos habitantes para outras áreas. Nesse registro, as paisagens organizadas quando da época áurea do ciclo cafeeiro ainda no século XIX, com seus casarões, fazendas e antigos campos de cultivo, apareceriam num momento seguinte como paisagens residuais, que para os observadores ostentavam um claro aspecto de abandono e regressão das atividades.

Não obstante, a partir da década de 1950, com o desenvolvimento da indústria, a urbanização das capitais paulista e fluminense e a construção da nova estrada de rodagem entre as duas maiores cidades do Brasil, houve uma recuperação econômica e demográfica de muitas das cidades que já haviam sido alcunhadas de “mortas” no início do século XX, o que deu início a um processo de reaproveitamento dessas antigas paisagens, que foram refuncionalizadas a partir das novas demandas colocadas por uma estrutura social, política e econômica cada vez mais hegemônica pelas relações capitalistas em expansão e puderam “rejuvenescer”, modificando as relações estabelecidas entre o meio geográfico e os grupos humanos.

Seja como for, de maneira idêntica ao que ocorria na maior parte dos trabalhos inspirados no modelo regional cunhado por Albert Demangeon e Raoul Blanchard, também nas teses de doutoramento dos geógrafos brasileiros a ordem de exposição dos assuntos seguia a sequência básica quadro natural, história, homens e atividades, generalizada para praticamente toda a produção geográfica brasileira acerca do mundo agrário nas décadas de 1940 e 1950, período definido como os “anos dourados” da geografia agrária brasileira (FERREIRA, 2002).

Iniciando-se pela descrição do sítio, com atenção à caracterização do meio natural em suas principais linhas, ou seja, pelas formas de relevo, pelo tipo de vegetação e pelo clima predominante, fatores que ajudariam a delimitar o espaço-objeto do qual se vai falar mais a fundo, seguiam-se observações sobre o histórico do povoamento, o que era feito por meio dos relatos de viajantes estrangeiros ou nacionais que visitaram o país ao longo do século XIX e com o recurso dos raros documentos estatísticos e cartográficos existentes. Neste capítulo sobre o povoamento antigo, era comum incluir referências sobre as rotas de desbravamento e os primevos núcleos fixos de população, tidos como os responsáveis pela abertura da região incorporada ao domínio dos grupos humanos.

Após a reconstrução do processo de conquista dos meios naturais pelos grupos humanos, que podia também comportar indicações acerca dos ciclos econômicos mais importantes desenvolvidos na área analisada, desembocava-se na análise da evolução das paisagens, o que era feito sobretudo através da apreciação do estágio atual da economia regional, avaliando-se a situação da localidade escolhida em relação à circulação, pois isso influenciaria sobremaneira o nível da produção e o alcance da comercialização dos principais gêneros agrícolas ou industriais regionalmente considerados. Por fim, ao tratar dos aspectos mais próximos da geografia humana, era inescapável também fazer indicações sobre a estrutura agrária e o *habitat*, o que incluía avaliações sobre os tipos de habitação e indicações acerca da relação estabelecida entre as moradias e os gêneros de vida locais.

Nesse detalhe, urge notar que a identificação dos chamados tipos tradicionais, que cada autor observa em sua área de estudos com as formas singulares de gênero de vida que se teriam desenvolvido ao longo dos séculos de colonização pelos quais passaram os trópicos brasileiros, não é um procedimento utilizado abertamente por Monbeig, que notava os perigos de se transplantar procedimentos de pesquisa consagrados na Europa

para a análise das situações observadas em países de colonização recente. Embora Monbeig se utilizasse da expressão “caboclo” como modo de qualificar os descendentes dos antigos colonizadores lusitanos, isto é, para identificar a população encontrada no país antes das levas de imigrantes estrangeiros terem tomado conta dos planaltos ocidentais paulistas e norte-paranaenses, ele estava longe de estabelecer uma relação direta entre os tipos tradicionais, os gêneros de vida e os meios naturais por eles ocupados tal como esta podia ser encontrada nos escritos de seus discípulos, que sem dúvida herdaram esse modo de apreensão da realidade brasileira de outro francês: Pierre Deffontaines.

OS GÊNEROS DE VIDA E OS TIPOS TRADICIONAIS

A Revista Brasileira de Geografia (RBG), publicada desde 1938 pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) com o objetivo de produzir e divulgar estudos originais sobre a realidade brasileira, enfatizando a relação dos grupos humanos com os meios naturais, foi fundada num momento em que o processo de construção da identidade nacional, comandado pelo Estado, ancorava-se nas particularidades de cada região – ação que revela o intuito de esvaziar a articulação política das antigas oligarquias estaduais por meio do fortalecimento de um regionalismo cultural que concebia a identidade brasileira como a soma das identidades regionais. De fato, a partir de seu quarto número, a RBG, num esforço de representar os matizes geográficos mais característicos do país, passou a publicar a seção “Tipos e aspectos do Brasil”, constituída por imagens de paisagens ou pelos chamados tipos tradicionais da população retratados pelo artista Percy Lau, que se faziam acompanhar de pequenos textos redigidos por técnicos e especialistas do próprio CNG (SALGUEIRO, 2005).

Uma vez que a iniciativa teve uma boa acolhida do público em geral, a partir de 1940 os textos e desenhos da seção “Tipos e aspectos” são organizados em uma coletânea, dando origem a um livro que

foi sendo progressivamente aumentado com o passar dos anos, dada a continuidade da seção na RBG. Ora, em seu livro *Geografia Humana do Brasil*, lançado em 1940 e também originado de um conjunto de artigos publicados na RBG, Pierre Deffontaines dedica todo um capítulo à análise do efetivo humano do Brasil. Ali, destaca-se desde logo a parte intitulada “Os personagens-tipo”, claramente inspirada na seção do periódico do CNG, acima referida. Com efeito, Deffontaines afirma que uma região humana definir-se-ia fundamentalmente:

[...] pelo conhecimento dos gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a exploração do solo. **Esses gêneros de vida encontram sua expressão em personagens-tipo cuja enumeração ocupa o primeiro lugar na caracterização de cada região** [...]. Os personagens de uma região não aparecem todos ao mesmo tempo; há alguns muito antigos e outros mais recentes; pertencem a ciclos econômicos distintos e é necessário pesquisar-lhes a idade (DEFFONTAINES, 1952, p. 113, grifos nossos).

Nos trabalhos dos geógrafos uspianos, os personagens-tipo surgem num registro bem próximo ao encontrado nos escritos deste discípulo de Jean Brunhes. Contudo, é bom que se diga que acompanhando uma alteração ocorrida no pensamento político-social brasileiro no início do século XX, expressa por meio dos escritos de Gilberto Freyre e Josué de Castro, entre outros, os geógrafos que escreveram seus trabalhos ao longo das décadas de 1940 e 1950 não consideravam que tais elementos demográficos fossem preguiçosos, tampouco concordando acerca da disponibilidade ilimitada de recursos naturais tropicais que manteriam a suficiência de seus hábitos alimentares, salientando a situação de miséria e a extrema pobreza em que vivia a maior parte desses habitantes, que tinham o aspecto físico de doentes subnutridos. Assim, o planejamento e a introdução de

novas técnicas agrárias eram os caminhos apontados como os ideais para solucionar o atraso das paisagens e das populações tradicionais.³⁷

Partindo da definição de gênero de vida como o conjunto de técnicas desenvolvidas no exercício de uma ação contínua e metódica dos grupos humanos sobre a natureza (SORRE, 1984), veremos a seguir de que maneira a expansão da colonização e do povoamento impulsionada pelas frentes pioneiras, que catalisou intensas modificações nas antigas relações de acomodação existentes entre as formas de ocupação desenvolvidas secularmente nos trópicos brasileiros e os meios naturais que lhes serviam de suporte, foi apreciada nos trabalhos de doutoramento dos geógrafos paulistas. No geral, todos empreendiam uma tentativa de examinar as mudanças ocorridas em gêneros de vida historicamente arraigados a partir de uma série de procedimentos similares: primeiramente, faziam a reconstrução temporal das relações sociais e das paisagens, como uma verdadeira monografia de geografia histórica clássica, uma vez que descreviam em minúcias a configuração territorial de seu espaço-objeto numa dada secção temporal, que ficava restrita aos períodos cobertos pelas raras fontes primárias que continham dados estatísticos.

Após terem estabelecido em linhas gerais a dinâmica que teria resultado em uma determinada configuração espacial em épocas anteriores, num exercício de reconstrução das geografias passadas não muito afastado das propostas do inglês H.C. Darby (1953), passavam

37 Conferir em Moraes (2011), nesse caso, seria importante verificarmos a mudança ocorrida no entendimento da população e espaços sertanejos nesse período, pois se durante o primeiro governo de Getúlio Vargas a extrema diversidade das regiões brasileiras pôde ser tomada como pura positividade, com os sertões sendo encarados como o repositório da verdadeira identidade nacional, a partir da década de 1950 as singularidades culturais de cada região, exemplarmente expostas pelos gêneros de vida dos tipos tradicionais da população, passam a ser consideradas como indicadores de subdesenvolvimento e atraso, entendidos então como o epítome das características nacionais que a expansão da economia, da industrialização e da urbanização iriam remediar.

então a analisar de que maneira o desenvolvimento (ou não) de uma nova atividade econômica influenciava a evolução dos gêneros de vida e a organização das paisagens do presente, verificando se tais elementos geográficos haviam se modernizado pela consolidação de uma nova estrutura econômica e social ou, ao contrário, se os fatores humanos que garantiam a dinâmica paisagística haviam regredido e entrado em decadência. Nesse registro, percebe-se que, do ponto de vista do arranjo explicativo projetado, o interesse estava no presente, mas era a história que punha as paisagens em movimento, permitindo avaliar o nascimento e a formação de unidades regionais. Ao final, nas conclusões, apontava-se então possíveis soluções para cada caso, num belo exemplo do papel utilitário da geografia.³⁸

38 “Matéria de ensino, a geografia é também um instrumento moderno que pode servir eficazmente as coletividades públicas ou grupos privados. A pesquisa geográfica é suscetível de aplicação e a opinião dos geógrafos mereceria, muitas vezes, ser ouvida. Não se veja nisso estranha novidade! Da mesma maneira que se admite dever-se consultar um geólogo antes de se construir uma barragem, o economista antes de se desenvolver um ramo de produção, e até mesmo um sociólogo antes de se legislar sobre a imigração, acabar-se-á por considerar normal a consulta ao geógrafo. Qual é o valor prático duma pesquisa geográfica? [...] Deve-se isto ao fato de que, por toda a parte surgiu e se impôs o problema da organização do território da forma mais racional possível, da melhor forma de ocupação do solo a fim de aumentar a produção e melhorar a produtividade. Ora, ninguém mais indicado que o geógrafo para fazer inquéritos onde podem surgir decisões concernentes a esses problemas. Se, precisamente, o geógrafo estuda as relações complexas dos meios naturais e dos grupos humanos em sua localização e em função de sua área espacial, é ele, por excelência, o técnico da organização do espaço. Mas não basta organizar o espaço, é preciso organizá-lo bem [...]. Mas, atenção! Impõe-se prudente reserva. A participação dos geógrafos a esse tipo de inquérito não exclui a participação de outros especialistas. O geógrafo não é onisciente e o que lhe cabe é apenas um lugar numa orquestra, mas não é ele toda a orquestra! Conferir Monbeig (1957, p. 20-23, grifos nossos).

A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS: O CAFÉ COMO FATOR DE REGIONALIZAÇÃO

Pela similaridade com o tratamento conferido ao tema por Monbeig, iniciemos comentando o trabalho de Nice Lecocq Müller, cujo título é *Sítios e sitiantes no estado de São Paulo*. Apresentado em 1946 à cadeira de Geografia Humana, o trabalho foi publicado sem modificações somente em 1951. Filiando-se ao ramo de estudos da geografia humana, “que tem por escopo o estudo das inter-relações entre as sociedades humanas e os fatores do meio natural” (MÜLLER, 1951, p. 11), o estudo de Nice Lecocq preocupava-se especificamente com o meio rural, concebido como “aquele cuja população vive diretamente da exploração do solo sob as formas da agricultura, pastoreio ou coleta” (MÜLLER, 1951, p. 12). Em pormenor, questionava-se sobre o surgimento de um elemento demográfico novo no tradicional mundo rural paulista: o sitiante, pequeno produtor rural que praticava a policultura.

Aqui, pode-se perceber a influência do fenômeno do pioneirismo na definição de seu objeto de estudo, uma vez que esse novo elemento demográfico acompanhava, de certo modo, as alterações causadas pela vaga pioneira no mundo rural paulista. Assim, se no início do século XX o café atraía todas as atenções, generalizando a grande fazenda e a paisagem do mar verde do café por todos os cantos, o que imprimia no mundo rural uma estrutura social em que o fazendeiro, tipo social dominante, polarizava-se com os colonos, meros substitutos da mão-de-obra escrava, essa simplicidade monótona deixara de existir por volta da década de 1940, quando o fracionamento das propriedades e a queda dos preços internacionais do café sugeriam novas soluções para a continuidade da colonização e do povoamento em São Paulo:

À monocultura vai sucedendo a policultura, criando novas paisagens, mais variadas, novos gêneros de vida, também mais variados. Por outro lado, zonas que não foram atingidas pelo ‘rush’

do café, como o litoral, têm encontrado algumas oportunidades, ainda que modestas, de reerguimento, reintegrando-se na vida do estado; e, nessas zonas, que tinham ficado isoladas, também aparecem novas paisagens e novos gêneros de vida, algumas vezes *rejuvenescidos* pela influência da colonização estrangeira. O 'pivot' dessa transformação foi o fracionamento da propriedade e o desenvolvimento da policultura. Para estudá-la seria preciso, segundo cremos, partir do novo tipo de homem rural que agora toma pé e conquista seu lugar ao sol: o pequeno produtor policultor, ou seja, o *sitiante*. Eis, finalmente, o nosso assunto. Evidentemente, não pretendemos estudar o sitiante à luz de sua evolução histórica, econômica ou social: seria outra tese e de assunto que não é, diretamente, o nosso. O que nos propomos a fazer é estudar quem é esse sitiante do ponto de vista geográfico, ou seja, como se distribui, de que forma ocupa a terra, qual o seu gênero de vida, quais as paisagens por ele criadas. Em resumo, iríamos, dentro do ambiente rural, estudar o sitiante em duas regiões – a de povoamento antigo e a de povoamento recente, levando sempre em consideração o fator café e as diferenças do meio natural (MÜLLER, 1951, p. 13).

Definido o tema, percebe-se que o esforço de delimitar a contento o que seria o viés geográfico não prescindiria dos empréstimos que necessariamente se fariam às chamadas ciências afins, como a economia, a sociologia ou a antropologia social, o que a leva a tentar uma primeira definição de sitiante que de maneira surpreendente não se afasta muito dos termos até hoje utilizados nos trabalhos de geografia agrária para designar o chamado camponês: “é o pequeno produtor baseado numa organização familiar de exploração do solo que visa, direta ou indiretamente, a prover à sua própria subsistência” (MÜLLER, 1951, p. 14). Avançando nessa definição, a geógrafa tenta refazer o trajeto de utilização do termo sitiante, localizando em que época da história brasileira a palavra passou a designar o pequeno

produtor policultor preocupado com a subsistência de seu grupo familiar, em oposição ao grande produtor ocupado com a monocultura comercial da cana ou do café.

Tendo como fonte primária os relatos do viajante naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que visitou o Brasil no início do XIX, e se utilizando livremente dos escritos de Oliveira Viana (*Populações meridionais do Brasil*) e de Caio Prado Jr. (*Formação do Brasil contemporâneo*), Müller tenta rastrear nos documentos antigos o termo que mais se aproxima da noção de sitiante tal como ela se lhe colocava na década de 1940, pois somente ao final do século XIX a palavra surgira fazendo referência ao pequeno produtor rural que não era dependente da grande fazenda, como o agregado. Referindo-se às suas fontes primárias, a autora dá mostras do trabalho verdadeiramente historiográfico que desenvolve: “a palavra ‘sitiante’ parece ter sido reservada desde os primeiros tempos de seu emprego, entre nós, para designar exclusivamente os pequenos lavradores independentes, pois que, nos mesmos textos, encontramos também referências ao agregado” (MÜLLER, 1951, p. 26).

Por fim, após enumerar os fatores que agiram favoravelmente no desenvolvimento do tipo social do sitiante, como a fragmentação das grandes propriedades cafeeiras tanto nas zonas velhas de solos esgotados quanto nas novas zonas recém-conquistadas à natureza, a fuga dos proprietários para as cidades, que catalisou o desenvolvimento do arrendamento como forma de exploração indireta do solo, a formação dos núcleos coloniais de imigrantes e até mesmo a urbanização e a industrialização, que conferiram valor comercial aos produtos de abastecimento produzidos pelos sítiantes ao organizar um mercado interno, diz que o melhor critério para se definir o conceito de sitiante é “o de considerar a opinião do próprio homem do campo a respeito” (MÜLLER, 1951, p. 27).

Desse modo, fundamentada nas pesquisas que efetuou diretamente no terreno, a geógrafa desenvolve um viés comparativo analisando os sítiantes encontrados em dois tipos de municípios:

aqueles localizados nas zonas de povoamento antigo e os que habitavam o meio rural das zonas de povoamento recente³⁹. Para tanto, a autora dá-nos sua definição objetiva de sitiante: é todo e qualquer pequeno produtor rural que trabalha diretamente o solo com a ajuda da família e, muito ocasionalmente, com o recurso de uma mão-de-obra assalariada. Dito de outro modo, a definição de Nice Lecocq Müller, que leva em consideração o que chama de “fator café”, tomado como o principal parâmetro do nível de desenvolvimento econômico e demográfico por trás da divisão entre as zonas “velhas” e as zonas “novas”, pois que novas paisagens e novos gêneros de vida se desenvolveram a partir desta atividade, supõe que a principal condição do conceito de sitiante seja a exploração direta do solo e o volume da produção, ficando o regime desta exploração (mão de obra familiar, assalariamento ou as diversas formas de parceria e arrendamento) e mesmo a questão da propriedade da terra num segundo plano. Logo, o mais relevante na definição de sitiante é o tipo de exploração do solo desenvolvido por aqueles que trabalham na terra, e, por isso, as distinções passíveis de se fazer entre os sítiantes proprietários e os não proprietários da terra em que trabalham, como os posseiros, moradores, arrendatários ou parceiros, é de menor importância, já que o interesse geográfico por esses elementos demográficos são as consequências resultantes do trabalho executado na criação dos quadros paisagísticos: “O critério [da propriedade da terra] não tem base em fenômenos

39 Conferir Müller (1951, p. 16-19): “Em resumo, iríamos, dentro do ambiente rural, estudar o sitiante em duas regiões – a de povoamento antigo e a de povoamento recente, levando sempre em consideração o fator café e as diferenças do meio natural. Pretendíamos assim obter, dentro desse domínio em que inter-relações geográficas são mais diretas – o meio rural – uma análise comparativa de como elas se processam em relação ao sitiante, quer onde são antigas quer onde são recentes, sofrendo, ou não, a influência de um passado ou de um futuro cafeicultor”.

geográficos, isto é, nas inter-relações diretas entre o homem e o meio” (MÜLLER, 1951, p. 28).⁴⁰

Já no capítulo sobre a vida econômica, Lecocq Müller nota que a sucessão de ciclos econômicos em São Paulo originou estruturas econômicas que não guardavam abertura para a integração do pequeno produtor, o que deixou os sitiantes à margem do mercado. Esse tipo clássico de sitiante praticando sua agricultura de subsistência, “o resultado da ausência das vias de comunicação” (MÜLLER, 1951, p. 109), tinha sua vida econômica “presa a um mercado estritamente local” (MÜLLER, 1951, p. 109), visto que o mais comum era o sitiante trocar algum excedente em espécie por sal ou instrumentos de trabalho nas vendas, casas de comércio de alcance local que servem de centro para a formação de um *habitat* cuja característica é a dispersão, seja a linear ou a coagular.

Concluindo, as paisagens criadas pelos sitiantes, que ainda estavam longe de atingir a estabilização, corresponderiam aos vários tipos de exploração, ocupação e técnicas praticadas pelos diferentes grupos, havendo muitos matizes entre os dois extremos representados pelas paisagens dos grandes domínios monocultores e a organização espacial fragmentada da policultura. Afinal, as paisagens das zonas novas, marcadas pela variedade derivada da própria conquista do solo, têm uma fisionomia paisagística distinta daquelas das áreas localizadas na retaguarda das frentes pioneiras, que apresentam as

40 Conferir Müller (1951, p. 28-32): “Por trabalhar direta e pessoalmente na terra, e por fazê-lo com a ajuda da família ou de alguns empregados assalariados, o sitiante distingue-se, de um lado, do pequeno proprietário absenteísta e, de outro, do fazendeiro. No primeiro caso, se o pequeno proprietário não tem ligações diretas com a terra, não é, pelo homem do campo, considerado como sitiante. Lembro-me de ter perguntado se uma pessoa nessas condições cabia dentro do conceito e a resposta foi: “Não, ele é o dono do sítio, mas não é sitiante; ele mora na cidade [...]”. Essas diferenças, porém, apesar de seu inegável interesse, não são capazes de, por si só, criar classes geográficas de sitiantes”.

marcas da ocupação do solo escalonadamente em diferentes estágios de humanização da paisagem, cada degrau representando uma época da conquista:

Rústica ou humanizada, monótona ou variada, a paisagem criada pelo sitiante está longe de ter atingido a cristalização: assim como ainda conta com elementos que testemunham o passado, ela só representa um elo no dinamismo do meio geográfico. Especialmente nas zonas novas, as paisagens do sitiante estão ainda em plena elaboração, às vezes não passam de mera transição para um quadro mais estável que se instalará logo depois: lembramos os sítiantes que só cultivam o terreno para prepará-lo para os pastos [...]. As paisagens dos sítiantes nos dão uma síntese de todos os aspectos que nele nos interessam: da ocupação e exploração do solo, dos elementos geográficos de sua vida econômica, de sua distribuição, de seu *habitat*, de sua técnica de trabalho. Mas não é só isso, porque delas podemos tirar ensinamentos de caráter mais amplo: a compreensão clara da posição da pequena exploração rural e do homem que a desenvolve no conjunto da economia paulista. (MÜLLER, 1951, p. 186-196).

A feição de relatório de campo que o trabalho deixa transparecer em inúmeras passagens é confirmada quando percebemos que diversos pontos indicados por Nice Lecocq foram posteriormente retomados e aprofundados por Monbeig no livro *Pioneiros e fazendeiros*. Em seu conjunto, os temas tratados por Nice Lecocq Müller guardam grande similaridade com o trabalho do francês, e isso até por seu objeto de estudo, qual seja, os traços paisagísticos introduzidos no mundo rural paulista pela fragmentação das grandes propriedades, o que dava base para o surgimento dos sítiantes, um elemento demográfico que, se não era totalmente desconhecido no estado de São Paulo, começava a ser notado em suas necessidades, bem como a fazer parte da vida econômica mais complexa

introduzida com a urbanização e a industrialização, fatores novos que incentivavam especializações produtivas, sustentando uma divisão territorial do trabalho mais complexa ao criar um mercado fixo para a policultura secularmente praticada pelos grupos familiares que trabalhavam diretamente a terra.

Embora elabore um estudo de geografia regional de uma área litorânea, a Baixada do rio Itanhaém, José Ribeiro do Araújo Filho retoma muitos dos temas postos por Monbeig e Nice Lecocq Müller. Caracterizando a sua área de estudo como um “sertão bruto”, o que pode parecer estranho à primeira vista, caso tenhamos em conta a oposição generalizada no pensamento político-social brasileiro do período entre o litoral e o sertão (SOUZA, 1997) – conquanto isso não seja estranho à definição de sertão proposta neste trabalho, que o concebe mais como um espaço a ser conquistado, um qualificativo de áreas sujeitas a implantação de estratégias de dominação (MORAES, 2003) –, Araújo segue seu orientador formal, Pierre Gourou (1947), que ocupou por um ano o lugar deixado por Monbeig na cátedra de Geografia Humana após a volta deste para a França, em 1946, ao dizer que as florestas fechadas e o clima quente e úmido que definem essa paisagem como tipicamente tropical tornavam insalubre a baixada itanhaense, descrevendo um cenário natural que desafiava a penetração humana.

Como outras tantas baixadas tropicais despovoadas ao redor do planeta, a região de Itanhaém permanecia, pois, “sufocada” pelos fatores naturais, caracterizando-se, do ponto de vista da ocupação, por sua economia primitiva e por sua pouca civilização. Estabelecendo então uma comparação desta área com os planaltos ocidentais, que se abriam à valorização e ao progresso pioneiro do café, adequando-se à temporalidade do mundo desenvolvido, o autor demonstra claramente o peso que o pioneirismo tinha no equacionamento de seu estudo:

A baixada do Itanhaém é um dos muitos exemplos de baixadas tropicais, que o litoral brasileiro oferece, com toda a série de problemas que o quadro natura, ainda não vencido pelo homem, deixa perceber. Justamente num momento em que se fala da penetração do interior, simbolizada na tão explorada frase “a marcha para o oeste”, é interessante mostrar que temos ainda muitas terras para explorar na retaguarda, em zonas que, embora palmilhadas desde a colônia, ficaram à margem da valorização, mercê de uma série de circunstâncias. O curioso é que a maioria dessas zonas marginais se situa à beira-mar, particularmente no litoral paulista, porta de entrada da mais rica região brasileira [...]. Questões de ordem puramente física (clima tropical super-úmido, florestas densas e emaranhadas, manguezais, zonas arenosas, solos difíceis de serem trabalhados), impediram o homem de ali criar riquezas compensadoras, de acordo com os métodos então usados (ARAÚJO FILHO, 1950, p. 8).

Seguindo a lógica expositiva consagrada nos cânones franceses, após ter descrito o quadro natural opressivo que a baixada litorânea sul-paulista representava para o estabelecimento dos grupos humanos, Araújo Filho dedica algumas páginas ao povoamento antigo e à população atual que davam vida aos núcleos de Peruíbe, Itanhaém e Praia Grande, destacando o primitivismo generalizado que ainda vigorava nas paisagens e nos gêneros de vida ali encontrados, o que lhe permite concluir que o tipo característico de habitante da região, o caçara, “em nada procurou diferenciar-se de seus antepassados [...] este tipo de praiano não admite modificação no que ele herdou de seus avoengos: um gênero de vida primitivo e de acordo com o meio hostil que o rodeia” (ARAÚJO FILHO, 1950, p. 30). Ao considerar o caçara paulista como um resquício de um passado que se quer superar, Araújo o qualifica como um elemento demográfico que se encontra em uma situação inferior tanto em relação a outros caçaras, como os do Nordeste, quanto ao caboclo planaltino, que

mesmo sem escolas ia se educando aos poucos “através do contato com certos fatores do progresso, como estradas de ferro ou de rodagem” (ARAÚJO FILHO, 1950, p. 30):⁴¹

Ao lado das paisagens naturais que o litoral paulista oferece à argúcia dos estudiosos, um tipo humano bem característico, completamente influenciado pelo meio e sem recursos para dele fugir, aparece, como que reproduzindo à beira-mar o tipo tão conhecido do “jeca” do planalto. De fato, o caiçara nada mais é do que uma variedade de caboclo, com algumas diferenças apenas do caipira de serra acima; diferenças essas que, mercê do meio em que vive, o obrigam a uma vida à primeira vista mais folgada, mas que na realidade é mais dura que a do seu irmão planaltino. Se o caiçara dispõe a seu favor de uma natureza relativamente pródiga, como mar e a floresta a lhe oferecerem alimentos, para aproveitá-los, contudo, tem de desenvolver um trabalho que, devido à técnica primitiva, não lhe traz quase resultado (ARAÚJO, 1950, p. 31-32).

Para Araújo, o clima hostil, aliado aos solos pobres e à técnica deficiente dos caiçaras, são os fatores que, combinados, tornaram-se obstáculos consideráveis para a verdadeira instalação humana. Com efeito, a antiga ocupação que teria dado origem aos caiçaras não era considerada uma colonização digna desse nome, mas apenas um povoamento primário que deveria ser superado, o que implicava

41 Conferir em Araújo Filho (1950, p. 30): “Ora, isso não acontece no litoral. O caiçara, tipo que até hoje está à margem da civilização, mesmo quando teve ocasião de entrar em contato com o progresso, nada aproveitou. É que sobre ele pesam mais de dois séculos de vida rudimentar e de abandono. Há mais de um século que se abrem zonas pioneiras ininterruptamente nas terras do planalto; que se colonizam com contingentes novos, nacionais ou estrangeiros, áreas enormes de São Paulo; que se fundam cidades, abrem-se estradas, criam-se, enfim, riquezas cada vez maiores. Nada disto, porém, foi conhecido do caiçara, que, na sua limitada zona, só entrou em contato com a natureza hostil”.

considerar que essa faixa do litoral sul-paulista continuava à espera dos fluxos modernizantes que iriam libertá-la do domínio da natureza. Assim sendo, o geógrafo nota que o elemento que poderia ter atenuado essa situação de atraso e abandono não era a expansão cafeeira, que nunca se instalou nas terras do litoral de São Paulo, mas a introdução dos bananais no início do século XX, que estruturou aquilo que o geógrafo chama expressivamente de uma “zona pioneira litorânea”.

Desse modo, embora a população sazonal que periodicamente afluía para os bananais tivesse contribuído para melhorar consideravelmente a situação econômica da região, o seminomadismo dos trabalhadores não levou à baixada itanhaense uma colonização fixa, com o que o pioneirismo dinamizado nas zonas litorâneas não ocasionou uma alteração dos quadros naturais e uma modificação dos gêneros de vida, que teimavam em permanecer os mesmos. Em resumo, o homem não teria ainda conseguido dominar o meio tropical hostil à sua fixação, uma vez que a cultura da banana, por ser “baseada em métodos que absolutamente não condizem com os modernos princípios de racionalização do trabalho” (ARAÚJO, 1950, p. 10), falhou em transformar os quadros naturais de Itanhaém em paisagens humanas modernas.

Tendo se desenvolvido com rapidez sobretudo a partir da década de 1920, quando os bananais deixaram a região de Santos e São Vicente, a zona pioneira itanhaense não proporcionou riqueza e desenvolvimento à sede municipal, porquanto sua zona agrícola, através da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, ligava-se diretamente a Santos, numa operação típica de transferência geográfica de valor (MORAES, 1994).⁴² Após o esgotamento dos solos de Santos e São

42 Falando sobre o marasmo que tomava conta do núcleo urbano de Itanhaém mesmo com o desenvolvimento da cultura da banana, afirmava Araújo Filho (1950, p. 48-49): “Nem a estrada de ferro que a liga a Santos desde 1915, nem os bananais que se formaram em seu reduzido *Hinterland*, deram-lhe forças para

Vicente, os empresários da banana, dentre os quais o próprio pai de Araújo ocupava posição de destaque, tomariam decisão idêntica à dos cafeicultores do planalto, partindo em busca de novas áreas de solos férteis, ação que ao fim e ao cabo conferiu territorialidade própria a verdadeiras zonas pioneiras localizadas ao norte e ao sul de Santos.

Na verdade, a expansão das lavouras da banana é o fator ao qual se deveria imputar a consolidação da ocupação de extensos trechos do litoral paulista, uma vez que seu cultivo contribuiu para a criação de um novo tipo de riqueza que incentivou o desbravamento de muitas áreas litorâneas que se conservavam até então em um estágio de letargia, como então se dizia. Por outro lado, o enquadramento dessa questão ficaria incompleto caso não se notasse o surto de construções feitas nas áreas de mangue, que após 1940 cederam espaço para a edificação das casas de veraneio dos turistas do planalto, nicho de negócios que cresceu assustadoramente principalmente depois de 1950, quando foi terminada a Via Anchieta. Realmente, ao se referir às modificações ocorridas no núcleo antigo de Itanhaém, Araújo novamente exemplificava de que maneira o fenômeno do pioneirismo planaltino poderia ser tomado como parâmetro desejável para a evolução e desenvolvimento, e isso tanto para os meios rurais como para os urbanos:

Aqueles aspectos tão próprios das cidades novas paulistas, verdadeiros milagres urbanos saídos do espírito empreendedor dos pioneiros planaltinos, onde, ao lado das residências, muitas vezes de madeira, já se encontram armazéns, lojas, confeitarias, cinema,

reagir. Embora Itanhaém possuísse nos últimos vinte anos as zonas pioneiras mais importantes do litoral, com a criação em seus arredores de uma riqueza representada por mais de 4 milhões de touceiras de bananeiras, nem assim, à sede municipal se poderia dar, sob o ponto de vista comercial, o título de capital regional. É que aquela imensa riqueza agrícola se solara na baixada interior, estabelecendo relações diretamente com Santos, apenas transitando pela cidadezinha em viagem para o grande porto exportador, sem nada lhe deixar”.

etc., tudo no mesmo ritmo de desenvolvimento e de vida, fazem contraste com o evoluir vagaroso da Itanhaém de hoje [...]. Conquanto existam grandes diferenças entre as zonas pioneiras litorâneas e as do planalto, quer no que diz respeito aos métodos, quer nas suas conseqüências, nelas se encontram alguns aspectos comuns. Por exemplo, no litoral as terras são “griladas” como as do planalto; também são elas ocupadas pela lavoura extensiva para fins comerciais, de maneira que glebas devassadas há dez ou quinze anos são logo deixadas para trás como pouco produtivas, à medida que se vai avançando num desbravamento sem limites. Belo exemplo desse pioneirismo destruidor, iniciado em pleno século XX em vários trechos de nossa costa, nos é dado pela Baixada do Itanhaém, onde, há justamente vinte anos, o homem vem desenvolvendo uma das maiores áreas bananeiras do país (ARAÚJO FILHO, 1950, p. 51-59).

Por fim, o geógrafo pontua que embora a região por ele estudada possuísse um dos povoamentos mais antigos de todo o Brasil, uma vez que o núcleo original de Itanhaém foi o segundo núcleo fixo de povoamento fundado por Martim Afonso na capitania de São Vicente, no ano de 1549, ela está ainda à espera de uma reação do homem ante ao meio hostil, pois a zona litorânea paulista, que não acompanhava o progresso do planalto, necessitava da adoção de novos métodos de trabalho para que suas paisagens fossem completamente humanizadas. Da mesma maneira que Monbeig, Araújo também parece considerar que o processo de organização espacial era mediado pelo trabalho, isto é, que a humanização das paisagens estava atrelada à valorização do espaço. Por isso, a circunstância de a maior parte da população instalada nessa área ser constituída pelos caiçaras tornava-se, pois, uma das provas inequívocas de que o domínio exercido pela natureza caracterizaria as paisagens regionais, que conseqüentemente eram consideradas atrasadas quando comparadas com o restante do estado de São Paulo:

Mas a geografia moderna nos ensina que, mesmo nas regiões mais ingratas ao estabelecimento do homem, pode este, através da ciência e da técnica, e de um trabalho constante e bem dirigido, fazer verdadeiros milagres na sua reação contra os elementos naturais [...]. Entre nós, porém, continuam as baixadas litorâneas no esquecimento, em resultado da famosa “marcha para o oeste”. Já é tempo, pois, de fazermos qualquer coisa em prol de zonas que, mesmo difíceis de serem trabalhadas, estão em situação privilegiada quando comparadas com as longínquas terras do Centro-Oeste ou da Amazônia. Devemos, antes de mais nada, explorar, dentro dos métodos racionais de trabalho, os vazios que se encontram ainda na retaguarda dos nossos grandes centros, colonizando-os, o mais breve possível. Povoando nossas baixadas litorâneas, estaremos não só criando novas riquezas, como, particularmente, provado que nas zonas tropicais também o homem branco pode criar civilizações (ARAÚJO FILHO, 1950, p. 9).

O trecho supracitado é revelador. Nele, pode-se observar que o trabalho científico do geógrafo, partindo de informações coletadas diretamente no terreno, poderia ser uma ferramenta útil para a análise de situações problemáticas do ponto de vista do desenvolvimento, valorizando a ciência e a técnica como forma racional de se obter sucesso na colonização e povoamento de áreas consideradas naturalmente hostis à instalação dos grupos sociais. Esse traço da geografia, a “ciência da colonização” por excelência, como a considerava Isaiah Bowman (1931), um dos únicos autores textualmente citados por Monbeig em sua tese de mais de 400 páginas, influenciou o juízo de Araújo em suas avaliações sobre a faixa tropical paulista, que contrastava com o desenvolvimento alcançado na franja pioneira planáltina. Para o futuro titular da cátedra de Geografia do Brasil, uma ocupação produtiva do espaço seria a solução ideal para transpor a barreira interposta à evolução pela hostilidade do meio natural, uma vez que ao lado dos fatores de ordem física, como o solo e

o clima, também os fatores de ordem humana, expressos nos métodos utilizados pelos trabalhadores, contribuem para conferir a algumas áreas um aspecto de abandono e decadência.

Ao fim e ao cabo, os trabalhos analisados conseguem pôr numa mesma chave os elementos antes descritos como os mais representativos do enquadramento proposto por Monbeig, tais como a valorização das temporalidades, a importância das técnicas na organização das paisagens humanas e o protagonismo das vias de comunicação para a integração do território.⁴³ Conforme tentamos evidenciar, os traços comuns existentes entre os trabalhos de Lecoq Müller e Araújo Filho, que poderiam se multiplicar caso fosse possível enveredar na apreciação de outras obras e autores, são por demais ilustrativos, com o que ficamos inclinados a referendar que houve mesmo em São Paulo a constituição de um grupo de trabalho afinado com os ensinamentos geográficos obtidos na década de 1940, período que

43 A propósito, no primeiro texto que Monbeig (1940, p. 50-51) escreveu sobre a zona pioneira de São Paulo, em 1937, já é possível perceber como o seu entendimento do fenômeno do pioneirismo podia ser aplicado como um parâmetro de avaliação para se compreender as modificações que ocorriam em outras localidades: “Com efeito, se a zona fronteira onde, pela primeira vez, o homem tenta implantar suas culturas é nitidamente definida no norte do Paraná, ao longo da Sorocabana, a partir de Presidente e em redor, como para além de Marília, o termo zona pioneira poderia ser usado por muitas outras regiões paulistas: acompanhando o litoral, que foi o centro de povoamento na época colonial, mas que tinha adormecido, aparentemente para sempre, assiste-se hoje a uma retomada de posse do solo, ou, como seria mais certo escrever, uma tomada de posse do solo, porque a floresta cobriu inteiramente os antigos cafezais e plantações de cana; na costa norte, perto de São Sebastião, uma imensa plantação de frutas foi feita às expensas dos mangues, assim como no sul do estado; na costa meridional, a colonização japonesa faz reviver um dos antigos focos de colonização portuguesa. O vale do Paraíba, que foi a primeira grande zona cafeeira do estado, que se despovoou durante meio século, está de novo valorizado, quer pela criação, quer pelos arrozais, quer pelas plantações de laranjas, e suas cidades mortas ressuscitam”.

marca a atuação de Pierre Monbeig na Universidade de São Paulo. Nessa direção, o fenômeno do pioneirismo e a expansão da colonização e do povoamento impulsionado pelo café cumpriram o papel de temas unificadores, conferindo aos geógrafos uspianos, por vezes de maneira indireta, um horizonte ideal de análise para seus trabalhos de doutoramento.

Por outro lado, a importância dos fatores econômicos no processo de organização das paisagens, mesmo que utilizado a partir de um viés que carrega uma indisfarçável linearidade, como se pode inferir do recurso aos ciclos econômicos para qualificar a estrutura social existente em outras épocas, alça a questão da circulação e da integração entre as distintas regiões a um primeiro plano, abrindo àqueles que se aventuram a contar a História da Geografia novas possibilidades para a compreensão de como o processo de formação territorial e de consolidação do capitalismo brasileiro aparecia nas descrições explicativas dos geógrafos dessa geração.

Referências

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: UFPE, 1987.

ANGOTTI-SALGUEIRO, H. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 13, n. 2, São Paulo, jul./dez., p. 21-72, 2005.

ARANTES, P. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, O. F.; ARANTES, P. E. **O sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido**, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO FILHO, J. R. **A Baixada do rio Itanhaém: estudo de geografia regional**. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras**, São Paulo, USP, n. 116, Geografia n. 5, 1950.

ARRUDA, M. A. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004.

BERDOULAY, V. **La formation de l'École Française de Géographie (1870-1914)**. Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.

BERNARDES, N. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 44, n. 3. Rio de Janeiro, IBGE, p. 519-527, jul./set. 1982.

BOWMAN, I. **The pioneer fringe**. Nova Iorque: American Geographic Society, 1931.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

CANDIDO, A. **A educação pela noite – e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

DARBY, H. C. On the relations of geography and history. **Transactions and papers**, Institute of British Geographers, n. 19, p. 1-11, 1953.

DEMANGEON, A. **Problèmes de géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1942.

DEFFONTAINES, P. **Geografia Humana do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DOSSE, F. **História e ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2004.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil (1930-1990). São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

FRANÇA, A. **A ilha de São Sebastião** – estudo de Geografia Humana. Tese (Concurso à cadeira de Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Guia da excursão n° 3, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: CNG, 1960.

GOUROU, P. **Les pays tropicaux**: principes d'une géographie humaine et économique. Paris: PUF, 1947.

HARVEY, D. **Justice, nature and the Geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MONBEIG, P. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952.

MONBEIG, P. **Novos estudos de Geografia Humana brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. **A geografia no Brasil: avaliação e tendências** (1934-1977). São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1980.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. Fixação de valor e capital fixo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 72, São Paulo: AGB, 1994.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R. O “sertão”: um outro geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, GTHPG, ano III/IV, n. 4/5, 2003.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MÜLLER, N. L. Sítios e sitiantes de São Paulo. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 132, Geografia, n. 7, 1951.

NOGUEIRA, C. E. Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, p. 315-335, 2012.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar a fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, L. L. Natureza e identidade: o caso brasileiro. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC- Rio, n. 9, p. 123-134, ago./dez. 2011.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RONCAYOLO, M. Tempos geográficos e construção dos espaços na análise de Pierre Monbeig. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: Edusc, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2010.

SMITH, N. **Uneven development: nature, capital, and the production of space**. Athens/ Londres: The University of Georgia Press, 2008.

SOUZA, C. V. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, F. J. (org.). **Max. Sorre: geografia**. (Col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1984.

Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943)

No seu livro *A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, cujo título é tão citado quanto desconhecido o conteúdo do que nomina, Yves Lacoste formula uma crítica contundente ao estado da arte da geografia acadêmica no início dos anos de 1970. Para o geógrafo francês, haveria, na construção e na prática dos saberes geográficos engendrados até aquele momento, uma oposição entre a “geografia dos Estados-Maiores” e a “geografia dos professores”.

A primeira, de origem muito antiga e de caráter eminentemente estratégico, teria sido historicamente apropriada pelas minorias dirigentes e utilizada como instrumento de poder, servindo indistintamente aos projetos de poder de militares, estadistas e, no final do século XX, ao comando de grandes corporações internacionais. Já a segunda, surgida somente no último quartel do século XIX, teria

como uma de suas funções “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço” (LACOSTE, 1988, p. 31), dissimulando a eficácia das análises espaciais como forma de exercício do poder e as transformando em um saber monopolizado que “é bem mais eficaz porque a maioria não dá nenhuma atenção a uma disciplina que lhe parece tão inútil” (LACOSTE, 1988, p. 31).

Nos estudos de história da geografia produzidos no Brasil, Antônio Carlos Robert Moraes, em seu livro *Geografia: pequena história crítica*, talvez tenha sido o primeiro a estabelecer diálogo com os escritos de Lacoste em uma visão sintética a respeito do desenvolvimento do campo disciplinar. Em resumo, Robert Moraes diz que a “geografia dos Estados-Maiores”, compreendida como as diversas estratégias de ação elaboradas ao longo da história como forma de dominação da superfície terrestre, se utiliza da suposta neutralidade da “geografia dos professores” para conseguir dados precisos sobre os lugares sem necessidade de indicar o uso que fará dessas informações. Desse modo, a oposição de Lacoste exporia o papel da denominada geografia tradicional “como instrumento de dominação da burguesia, dotado de alto potencial prático e ideológico, assim pondo a descoberto o seu caráter de classe” (MORAES, 1981, p. 115).

Nesse registro, a geografia teria exercido um papel central na execução dos projetos de poder do Estado, seja como técnica de intervenção no espaço, seja enquanto ideologia que justifica a tomada de certas escolhas políticas sob o véu da neutralidade científica. Como esperado, a estruturação do IBGE pelo governo Getúlio Vargas, durante o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), é sempre mencionada como modelo paradigmático dessa relação estabelecida entre o conhecimento geográfico, as classes dirigentes e o poder.

Tendo em vista o alcance dos escritos de Moraes como base para a idealização dos cursos de história do pensamento geográfico nas universidades brasileiras nos últimos 35 anos, parece lícito indicar que, com o passar dos anos, houve certa simplificação dos termos por ele expostos, o que culminou em uma apropriação vulgar da

oposição posta por Lacoste nas interpretações correntes a respeito do processo de institucionalização da geografia acadêmica no país. No limite, generalizou-se o conteúdo elementar desse enquadramento para distintas situações, e praticamente todo movimento de criação de cursos superiores de geografia Brasil afora pôde ser compreendido, em si mesmo, como medida que comprovaria a ligação da geografia com os interesses do Estado. Em outras palavras, após a afirmação do caráter estratégico do conhecimento geográfico – e o reconhecimento da possibilidade de seu uso como instrumento de dominação –, o surgimento de todo e qualquer curso universitário passou a ser visto, no Brasil, como prova cabal da centralidade da geografia para os negócios estatais.

Ora, a mera criação de cursos superiores de geografia não basta para comprovar o caráter estratégico do conhecimento geográfico para o Estado, tampouco sendo referência suficiente para elucidar os liames de indivíduos e instituições com posições políticas específicas ou certos projetos de poder. Dito de outro modo, em que pese a consolidação de uma renovada historiografia da geografia brasileira desde o final da década de 1990, há que se ressaltar a escassez de estudos empíricos dedicados a questionar a relevância do pensamento geográfico para a formulação e execução de políticas territoriais que conseguiram, com sucesso, imprimir uma nova feição ao território.

Nesse caso, restaria em aberto responder, para épocas e lugares determinados, como se deu a circulação dos saberes geográficos e de seus produtores individuais e coletivos nas esferas decisórias politicamente mais influentes. Trocando em miúdos, tendo o processo de formação territorial do país como pano de fundo, vêm a calhar indagações como: quais trabalhos produzidos pela geografia acadêmica auxiliaram na implementação de ações de modificação do território? Como agentes estatais, empresas (públicas ou não) e sujeitos privados se apropriaram, ao longo da história, do acervo de conhecimentos produzidos pelos cursos universitários e centros de pesquisas geográficas espalhados pelo país?

IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E POLÍTICAS TERRITORIAIS NO ESPÍRITO SANTO

Como hipótese, esse texto busca destramar em que medida as imagens construídas a respeito do rio Doce pelo grupo político que encabeçou o governo estadual entre 1930 e 1945 revelam o imaginário de conquista territorial presente em distintos momentos da história brasileira, inspiram a elaboração de políticas e participam do processo de formação do território do Espírito Santo. Em pormenor, ajusta-se a análise para a conjuntura regional da época em que as expedições geográficas ao norte do rio Doce foram organizadas, avaliando-se a relevância de tais expedições do CNG no processo de organização das práticas científicas a serem normalizadas e reproduzidas na afirmação do campo disciplinar.

Para tanto, remete-se a uma pesquisa, ainda em andamento, que pretende apreciar as expedições efetuadas por geógrafos do CNG ao vale do rio Doce, em seu trecho capixaba, ao longo dos anos de 1940.⁴⁴ A leitura dos relatos das diferentes expedições que tiveram a região norte do Espírito Santo como destino pode ser uma ferramenta útil na apreciação da maneira como alguns dos princípios contidos nas políticas de povoamento e integração econômica levadas a cabo pelo Estado brasileiro manifestaram-se regionalmente.

Em sua dimensão espacial, as políticas desenvolvidas no âmbito do governo que tinham em comum a finalidade da ocupação demográfica e econômica dos espaços qualificados como vazios agrupavam-se dentro do conjunto heterogêneo de ações governamentais que compunham o programa “Marcha para o oeste”. Tais ações davam corpo a um *slogan* derivado da estratégia geoeconômica de valorização dos sertões, prática intencional do regime que visava atrair a

44 Esta pesquisa é parte integrante do projeto “Formação territorial e pensamento geográfico no Espírito Santo – século XX” (8998-2018), desenvolvido junto ao Departamento de Geografia (Ufes).

participação política de amplos setores da opinião pública. No geral, a “Marcha para o oeste” assentava-se numa proposta que combinava colonização agrária e industrialização, facilitando o exercício do “imperialismo brasileiro”, agente construtor da nação que faria coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas, e resolveria a diagnosticada fragilidade da unidade econômica e cultural do país:

A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riqueza; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente [...]. O imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a sua integração ao Estado, “tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país” [...]. Eis o desafio que o Estado Novo lança para si mesmo: se o Estado é a extensão territorial do país; se o país encontra-se talhado em duas partes opostas – uma que produz, exporta manufaturas e capitais, a outra que os recebe e remete matéria-prima de volta – cabia, através do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental. (LENHARO, 1986, p. 18-24).

Descortina-se, pois, a existência de uma relação potencial entre o interesse do CNG em analisar o vale do Rio Doce ao longo da década de 1940, coligindo uma série de informações recolhidas diretamente no terreno, e a formatação das políticas territoriais que culminaram, entre outras, no início das operações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942, circunstância de importância reconhecida no processo de reestruturação do espaço espírito-santense. Quando menos, reconhece-se que o acervo de conhecimentos produzidos pelo CNG

sobre o vale do rio Doce poderia expressar discursivamente a adequação, para a realidade capixaba, de um conjunto de ideologias geográficas bem ou mal relacionadas aos desígnios de desenvolvimento do país postos ao longo da Era Vargas (1930-1945).

No Espírito Santo, a conquista e colonização das terras localizadas no vale do rio Doce resultam de um projeto nascido no final do século XIX, sobrevivendo, posteriormente, a diferentes governos nos Novecentos. Em termos materiais, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), iniciada em 1902, marca uma mudança no movimento de apropriação das terras do norte capixaba. Quando alcança a cidade de Colatina, às margens do rio Doce, em 1906, a EFVM auxilia na consolidação de núcleos fixos de ocupação a partir dos quais vão se originar diversos fluxos em direção ao norte e noroeste do estado. De fato, os povoados surgidos das estações da EFVM, posteriormente encampada pela CVRD, foram as grandes armas utilizadas pelos governos espírito-santense e mineiro na tomada das terras indígenas da região, o que somente se efetivou, depois de séculos de resistência, ao longo da segunda metade do século XX.

No Espírito Santo, os anos de 1940 marcam o início de um período qualificado comumente como o tempo da crise do café. Nesse momento, a economia capixaba permanecia vinculada à atividade cafeeira, caracterizando-se por seu caráter primário-exportador, por sua inserção subordinada no cenário econômico nacional (BITTENCOURT, 2006) e pelos intensos processos de transferências geográficas de valor (MORAES, 2011), sobretudo em direção ao Rio de Janeiro (FALEIROS, 2010).

De modo mais preciso, é possível identificar o período varguista com a gênese de um movimento de transição no padrão de acumulação da economia espírito-santense, que paulatinamente perde seu caráter agrário-exportador. Nessa época, que assiste ao nascimento de um ideário desenvolvimentista (DARÉ, 2010), inicia-se a construção de uma infraestrutura que irá permitir, a partir dos anos 1960,

a ancoragem das atividades econômicas em uma base cada vez mais urbano-industrial (ROCHA e MORANDI, 1991):

O Espírito Santo, portanto, a exemplo do Brasil até as primeiras décadas do século XX, desenvolveu uma economia primário-exportadora cuja variável determinante de crescimento estava dada pelas exportações de seu principal produto, ou seja, a dinâmica desta economia e os aumentos da renda advindos de sua atividade nuclear estavam exogenamente determinados pela variação dos preços do café no mercado internacional. No entanto, dado o caráter de produtor marginal, nem mesmo indiretamente, através do controle de oferta, o Espírito Santo poderia interferir no preço de seu principal produto, ficando entregue a própria sorte, ou pior, às flutuações do preço no mercado internacional [...]. Se não gerou estímulos para uma diversificação agrícola e industrial, e apesar de a economia cafeeira não ter fomentado as condições para o aprofundamento da divisão social do trabalho, foi ela o principal vetor de crescimento da economia do Espírito Santo e seu mais importante elemento de organização territorial, até meados do século XX. Isto contribuiu para a construção da base material e o desenho espacial sobre o qual se daria a diversificação promovida pelo crescimento da indústria e dos serviços a partir da década de 1960, quando se criaram alternativas para superar a dependência secular do café (MACEDO, 2013, p. 29-30).

A construção de uma nação moderna (IANNI, 1992), objetivo básico colocado pelo Estado brasileiro na elaboração das políticas de desenvolvimento territorial implementadas ao longo do século XX, envolvia as respostas dadas às crises econômicas vivenciadas pelo país. Para compreendê-las, seria importante visualizar a forma como o Estado considerava as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, pois o avanço da sociedade brasileira sobre seus fundos territoriais era uma ação não raro apontada como o

principal meio de saída de situações de atraso e subdesenvolvimento econômico (MORAES, 2011):

Visto em perspectiva histórica ampla, o Brasil parece um arquipélago. As suas diversidades sociais, econômicas, políticas e culturais, com frequência expressas em termos locais, estaduais, raciais e outros, fazem com que o país dê a impressão de um arquipélago que se forma e transforma ao longo do tempo. Daí a impressão de que periodicamente busca novos arranjos, encontra outras dispersões. Os movimentos no sentido da integração parecem atravessados pelos movimentos no sentido da dispersão. Tem-se a impressão de que as mesmas forças germinam tendências contraditórias, não só divergentes, mas frequentemente opostas. Essa é uma história antiga. O tema da integração e dispersão atravessa a realidade e o pensamento brasileiros. Em dadas ocasiões, ele se põe de novo, umas vezes em termos bem diversos dos anteriores, outras com ingredientes antigos [...]. Por isso, o Brasil dá a impressão de um país em busca de uma fisionomia (IANNI, 1992, p. 159-160).

A imagem do Brasil como um país em permanente transformação, arquipélago dilacerado por forças contraditórias, permite que imaginemos, do ponto de vista territorial, que a busca por uma fisionomia sugerida por Otávio Ianni seja compreendida como uma corruptela do imperativo da conquista que marca o processo da formação brasileira desde o berço (MORAES, 2002). Especificamente, entende-se a formação territorial como um processo que relaciona a produção material do espaço, resultado de sua valorização mediada pelo trabalho, com a elaboração de imagens que visam promover diferentes estratégias de ocupação territorial (MORAES, 2014). Nesse sentido, ao tratarmos do tema da consciência e representação do espaço, vemos surgir diferentes níveis de abordagem que contra-põem o pensamento geográfico, construção que tenta abarcar como

um todo as formulações e discursos do saber culto sobre o espaço, as ideologias geográficas, vistas como concepções politicamente orientadas do espaço, discursos que explicitamente embasam as ações que perseguem a produção e transformação do espaço material em uma dada direção:

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política (MORAES, 1988, p. 44).

Sendo assim, podemos distinguir, dentre as atividades do Estado, as políticas públicas gerais, que concebem o território como mero suporte para a execução de ações, das políticas territoriais, que envolvem uma ideação intencional e explícita acerca do espaço nacional (COSTA, 1988). As políticas territoriais caracterizam-se, portanto, por assumirem a forma de estratégias de intervenção política executadas ao nível da estrutura territorial, comportando um programa de governo bem definido e demandando o desenvolvimento de mecanismos capazes de viabilizar os planos e metas a serem alcançados.

Em tese, toda vez que o Estado modifica os nexos de solidariedade espacial estabelecidos regionalmente, alterando de forma deliberada a localização dos objetos dentro de um território, essa ação se dá fundamentada em uma concepção clara daquilo que os setores sociais que orbitam as cadeias de comando do aparato estatal definem como “espaço nacional”. A análise dessa concepção específica do espaço nacional, que passa de algum modo a informar os objetivos

projetados para a nova geografia material que se quer implantar, auxilia a revelar aspectos das modulações histórico-culturais presentes na maneira como os sujeitos percebem, compreendem e representam espacialmente uma determinada realidade.

Afinal, no jogo pelo controle do poder político, a elaboração ideal de uma dada imagem acerca do território nunca consegue monopolizar completamente o imaginário social, só se realizando plenamente enquanto ideologia geográfica quando efetivamente se materializa em ações concretas de produção e valorização do espaço. Em outras palavras, é somente na execução das políticas territoriais que tentam replicar no terreno os pressupostos teóricos e os diagnósticos práticos nos quais tal concepção sobre o território se apoia que a finalidade da ideologia geográfica se consuma por completo.

Por isso, de um ponto de vista estritamente operacional, as noções de política territorial e ideologia geográfica têm seu alcance explicativo expandido quando empregados em conjunto na análise de uma situação histórica concreta. A depender da circunstância examinada, pode-se selecionar preferencialmente, dentre o amplo espectro de registros do pensamento geográfico que podem ser considerados como ideologias geográficas, aqueles que mais diretamente embasaram, teórica ou praticamente, a elaboração e execução de políticas territoriais que transformaram de modo determinante a geografia material da realidade considerada. Nessa operação, a análise transitária do plano cultural e simbólico das ideologias geográficas para o mundo concreto das políticas territoriais. Logo, o uso integrado do par ideologias geográficas/políticas territoriais torna-se uma ferramenta analítica eficaz no exame das disputas ocorridas entre as distintas forças políticas atuantes em um dado recorte espaço-temporal, amenizando o tom oficialista que, geralmente, envolve a análise da formação territorial dentro do temário tradicional da geografia política.

Fazendo um ajuste de foco para a proposta de efetuar um estudo sobre o processo de formação territorial do Espírito Santo na primeira

metade do século XX, parte-se do pressuposto de que os trabalhos surgidos a partir das expedições efetuadas pelos geógrafos do CNG ao norte do rio Doce podem ser entendidos como manifestações de algumas das ideologias geográficas generalizadas no pensamento político-social brasileiro da época, revelando a adequação do imaginário espacial difundido pelo governo central à realidade regional. O que ainda permaneceria em aberto, dado o caráter inicial da pesquisa em que se fundamenta esse texto, seria a real participação do conhecimento geográfico produzido pelas expedições geográficas na fundamentação das políticas territoriais que promoveram modificações substantivas na geografia material do Espírito Santo.

Para esboçar uma resposta a respeito do contexto no qual se inseria a organização das expedições de campo do CNG, seria fundamental fazer referência ao modo como a questão da necessidade de integração do território, verdadeiro *leitmotiv* do Estado Novo, foi recebida, apropriada e difundida em terras capixabas. A dominação dos espaços vazios – ideologia geográfica que via a ocupação produtiva de terras como pressuposto do desenvolvimento nacional – colocava a exploração racional do território pela via do planejamento dirigido como corolário do projeto estatal de reestruturação da economia e da sociedade brasileiras. O objetivo seria enaltecer a capacidade humana de ação teleológica sobre o espaço, isto é, a intencionalidade da criação de uma nova organização geográfica, o que facultaria aos propagandistas oficiais amplamente subvencionados pelos órgãos oficiais de cultura do regime varguista converter as migrações interiores e a conquista de terras numa obrigação patriótica continuamente reposta.

No Espírito Santo, as imagens construídas a respeito do norte do rio Doce não se distanciam sobremaneira dos conceitos de base espacial utilizados para classificar as terras do interior profundo do país. Termos como “sertão”, “fronteira” e “espaço vazio” eram fartamente empregados. Como soía ocorrer, a tipificação dos lugares só se completava com a caracterização estereotipada dos habitantes

— indígenas ou não — que porventura lá já estivessem. Essa população, invariavelmente alcunhada de “bárbara” e “selvagem”, seria a portadora de todos os signos doentios do atraso que se queria superar. Caso paradigmático, o uso do epíteto “sertões do rio Doce”, herdado dos tempos da Colônia e do Império, sobrevivia na primeira metade do século XX nos discursos e textos de governantes e instituições culturais, estabelecendo nítido traço de similaridade entre o norte capixaba e outras tantas áreas do país oportunamente qualificadas como “sertanejas”.

Exemplo representativo dessa forma de apreender e representar o espaço pode ser encontrado no livro de memórias de Ceciliano Abel de Almeida (1978), lançado originalmente em 1956, *O desbravamento das selvas do rio Doce*. Engenheiro envolvido diretamente nos trabalhos de construção da ferrovia Vitória-Minas, Ceciliano, natural de São Mateus, considera a chegada dos trilhos como símbolo do fim do atraso da região. Em seu relato, a presença indígena e a floresta intransponível eram ainda as características dominantes, e o norte do rio Doce continuava a ser descrito de forma muito similar ao que, no XIX, haviam feito Sait-Hilaire, Hartt, Steains, Maximilliano de Neuwied, a Princesa Teresa da Baviera ou o Imperador D. Pedro II (ROCHA, 1971).

Para avaliar a permanência dessa imagem, utiliza-se aqui como fonte um conjunto de discursos de Jones dos Santos Neves (1901-1973) proferidos em 1943. Interventor federal (1943-1945), senador (1947-1951) e governador eleito (1951 e 1955), Santos Neves é um dos mais eloquentes representantes do nacional-desenvolvimentismo no Espírito Santo, sendo, por isso, um expressivo interlocutor do ideário varguista em terras capixabas. Do ponto de vista de sua filiação ideológica, Santos Neves aproxima-se dos próceres do reformismo autoritário de traços nacionalistas dominante no período (ACHIMÉ, 2010). Em seu discurso, é possível notar uma preocupação constante em sincronizar os eventos que ocorriam no Espírito Santo com o ritmo do desenvolvimento econômico projetado pelo governo central para o país.

O SENTIDO SUL-NORTE DA “MARCHA PARA O OESTE” CAPIXABA

De maneira simplificada, nas primeiras décadas do século XX a configuração territorial espírito-santense poderia ser caracterizada pela presença de três cidades que polarizavam, cada qual, grandes áreas de influência. Ao sul, Cachoeiro do Itapemirim, principal centro econômico do estado até 1920, comandava uma estrutura de negócios ligados ao café nos vales do Itabapoana e do Itapemirim, conectando-se por ferrovia com o porto do Rio de Janeiro, que drenava parte do valor ali produzido. Ao centro, Vitória exercia inegável polarização na região serrana onde foram introduzidos imigrantes estrangeiros ainda no XIX. Porém, somente após a década de 1940, com a criação da CVRD e as melhorias efetuadas no complexo ferrovia-porto, a capital vai consolidando sua centralidade e atraindo para si importantes fluxos de mercadorias, capitais e pessoas. Por fim, ao norte, capitaneada pela cidade de Colatina, a produção de café efetuada a partir da conquista de novas terras e da imigração de elementos nacionais e estrangeiros suplanta, nos anos 1930, a tradicional produção centrada em Cachoeiro, tornando-se o novo eixo econômico do estado:

Esse quadro de transformações internas refletia a importância crescente da cidade de Vitória, cujo porto e ferrovia da CVRD permitiram-lhe ampliar seu raio de influência para além da região serrana do estado – área cafeeira que lhe foi tradicionalmente tributária –, capturando progressivamente todo o território capixaba como sua hinterlândia imediata. Com isso, o eixo econômico e também político desloca-se do sul do estado, mais especificamente da área de influência de Cachoeiro do Itapemirim, direcionando-se para Vitória [...]. Além dos efeitos aglomerativos do porto e da ferrovia, os investimentos em infraestrutura rodoviária aumentaram a centralidade da capital, ampliando sua influência sobre o interior do estado (MACEDO, 2013, p. 37-38).

Em relação ao interesse na apropriação das terras ao norte do rio Doce, poder-se-ia citar a articulação de alguns elementos. Primeiramente, conforme notado por Geiger (1951), que visitou pessoalmente a região, após a construção da EFVM e o início do povoamento para além de Colatina, a exploração da madeira, com a instalação de inúmeras serrarias, tornou-se uma atividade extremamente lucrativa. A derrubada da floresta, que precedia o surgimento dos pastos, gerava grande interesse no imenso estoque de terras devolutas ou habitadas por indígenas, ambas consideradas disponíveis. Ademais, há que se notar o encontro de três diferentes frentes de expansão: uma vinda da Bahia, dinamizada pelo cacau; outra ligada à expansão do povoamento de Minas Gerais em direção ao leste, aguçada com o desenvolvimento da exploração do aço e do complexo siderúrgico; e, por fim, uma terceira vinda do Espírito Santo, baseada no café e acentuada pela política oficial de colonização do governo estadual no final dos anos 1920. A confluência desses fatores está na raiz das diversas disputas fronteiriças havidas na região. Afora as seculares disputas com os indígenas, pode-se dizer que o embate ocorrido entre Minas Gerais e Espírito Santo pela posse da chamada região do Contestado, originada pela dúvida a respeito da extensão e limites da Serra dos Aimorés, foi o conflito mais duradouro. Iniciada ainda no século XIX, a questão lindeira mineiro-capixaba quase descambou para um enlace bélico, tendo sido resolvida apenas em 1963.

Entre o último quartel do XIX e meados do século XX, o Espírito Santo travou disputas fronteiriças com Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No caso do embate com os mineiros, que disputaram jurisdição em praticamente toda a extensão de suas fronteiras compartilhadas com os capixabas, o início da contenda das terras no entorno do vale do rio Doce remete ao início da República. Em 1905, definiu-se a serra dos Aimorés como marco dos limites, mas não se obteve sucesso em sua identificação diretamente no terreno. O avanço da ocupação em ambos os estados levou a uma nova tentativa de definição da ditosa serra em 1911. Em vista da discórdia permanente a

respeito dos divisores d'água e linhas de continuidade da serra, levou-se a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF), que apresentou uma solução em 1914. O STF, em laudo arbitral informado por trabalhos topográficos de campo — dos quais, inclusive, tomou parte Ceciliano Abel de Almeida —, ratificou as “linhas de cumeadas” da serra como balizas dos limites a serem demarcados.

Sendo rejeitado por ambas as partes, o laudo do STF serviu de base para que, em 1940, o Serviço Geográfico do Exército (SGE), incumbido pela Constituição de 1937, tentasse, uma vez mais, pôr fim à questão. A solução proposta pelo SGE, que levou em conta os aspectos históricos, geográficos e jurisdicionais anteriormente comprovados, mantinha a serra dos Aimorés como principal linha e referência da demarcação dos limites. Aprovada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1945, no Decreto-Lei 7.840, a proposta não chegou a ser acatada nem demarcada pelas partes. Resta evidente, portanto, a relevância que o controle das terras ao norte do rio Doce ganhava para a classe política espírito-santense no início dos anos 1940.

Durante o período varguista, apenas duas pessoas foram nomeadas para o comando do estado. Inicialmente, o capitão João Punaro Bley (1900-1983), chefe do governo espírito-santense entre 1930 e 1943, foi o nome escolhido para a interventoria em meio a uma forte disputa entre diversas facções da antiga oligarquia capixaba, historicamente ligada à economia cafeeira. Como modo de acomodar os interesses em disputa, o reformismo autoritário de Bley: “concebido, no plano estadual, como forma de acompanhar as políticas públicas que se executavam nesses anos a partir de diretrizes emanadas do governo federal” (ACHIAMÉ, 2010, p. 91), privilegiou exatamente as demandas dos setores sociais envolvidos na exportação e comercialização do café, que durante a II Guerra experimentou um aumento exponencial de seus preços no mercado internacional.

Além disso, em seu governo, consoante ao que ocorria no restante do país, houve um incentivo à diversificação e à introdução de melhorias técnicas na produção agrícola. O esforço na aquisição

de máquinas e implementos é digno de nota, bem como a construção de um aparato técnico capaz de dinamizar a atividade em novas bases, com a criação da Escola de Prática Agrícola de Santa Tereza (1940) e a organização do Instituto de Crédito Agrícola (1935), antecessor do Banco do Estado do Espírito Santo, o Banestes.

Santos Neves, que substituiu Bley no comando do governo estadual, deu continuidade às reformas autoritárias de cunho modernizantes que estavam em andamento, com destaque para o aparelhamento do porto, a expansão de ferrovias e rodovias que demandavam a capital e a consolidação das atividades da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), fundada em 1942. Contudo, se Santos Neves aprofundou certos aspectos das políticas propagadas até o momento, a fisionomia política do Espírito Santo continuou caracterizada, até 1945, pela devoção de seus dirigentes à cartilha ditada a partir do Rio de Janeiro.

A utilização da ciência e da técnica como auxiliares no delineamento das políticas de fomento à produção agrícola e à industrialização é uma das marcas da atuação de Jones dos Santos Neves. É o que se pode notar em um discurso feito no município de São Mateus, sua terra natal, em 1943, intitulado “O rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo”. Ali, Santos Neves compõe para o estado uma imagem que irá perdurar por décadas. Tal como ocorria no país, no Espírito Santo também haveria uma cisão a dividir o estado em dois. Porém, se em escala nacional era possível identificar uma separação entre o Brasil do leste litorâneo, urbanizado, industrial e dinâmico, e o Brasil dos sertões do poente, rico em recursos naturais, mas habitado por uma população atrasada e letárgica, incapaz de explorar o que a natureza lhe havia concedido, em terras capixabas haveria uma separação entre o sul e o norte. Desse modo, emulando o espírito da “Marcha para o oeste”, que levaria ao interior do país o progresso e o dinamismo do litoral, no Espírito Santo, a colonização redentora far-se-ia no sentido sul-norte, avançando sobre as margens ainda incultas do rio Doce:

Um simples relance ao mapa do Espírito Santo, e se descortina, de logo, o panorama nítido e insofismável de uma retalhação definitiva. A parte sul do “grande rio” povoada, enriquecida, próspera e satisfeita, vive a epopeia triunfal de um trabalho fecundo e progressista, enquanto, do lado oposto, uma população esparsa, desprotegida, inerte e sem conforto contempla, na passividade de uma resignação sem esperança, o drama angustiante do seu abandono. O Espírito Santo, como o Brasil, não cresceu igual. Há mesmo uma semelhança evidente na marcha ascensional da civilização de ambos, com se o pequeno estado procurasse amoldar-se à silhueta do imenso País, a copiar, assim, a grande Federação [...]. O surto de progresso que segue rota vertical, partindo do sul, amortece e declina ao abeirar-se do rio Doce, como se receasse vadeá-lo. E surgem, dentro dos limites de nossa fronteira, duas fisionomias diversas, duas estruturas econômicas opostas. É o sul que termina e o norte que começa. Lá, as chaminés fumegantes das indústrias, o esforço colonizador intensivo, a produção variada e crescente, os transportes e comunicação rápidas e fáceis; aqui, o primitivismo rude de uma raça forte a bracejar, indômita, contra a virgindade agressiva do solo, mourejando ao sol ardente, investindo sobre a floresta densa e intransponível, violando a selva bruta e inóspita, transpondo rios e percorrendo pântanos. O mesmo sentido heroico das bandeiras de outrora freme e palpita no ímpeto desbravador dos povoadores deste solo e a mesma seiva ardente de vida, herança de antepassados audazes, pulsa e lateja nas artérias moças da gente mateense, pioneira do progresso e sentinela avançada da civilização no extremo norte do Espírito Santo (NEVES, 2002, p. 47-48).

No trecho destacado, os argumentos utilizados para caracterizar a realidade espírito-santense trazem um aspecto de luta entre homem e natureza que é habitual a certas correntes do pensamento político-social do período. Em mais de um momento percebe-se na fala um

incontido culto nostálgico à figura do desbravador isolado lutando sozinho contra as agruras do meio e a ameaça dos povos indígenas. Encontra-se, inclusive, referências textuais ao “sentido heroico das bandeiras de outrora”, de quem os povoadores e colonizadores dos anos 1940 teriam herdado o ímpeto desbravador, num movimento que não é de todo estranho ao pensamento geográfico, mormente se temos em mente as pesquisas sobre a expansão territorial do café efetuadas por Pierre Monbeig em São Paulo (NOGUEIRA, 2013).

Com efeito, há, dentro do pensamento político-social brasileiro, uma argumentação construída sobre o critério espacial-geográfico que foi manuseada como eixo de uma tipologia do caráter nacional (VELLOSO, 1990). Em tal argumentação, a tentativa de aproximar os pioneiros americanos dos bandeirantes luso-brasileiros, reinterpretando suas ações para forjar um mito que reforça o caráter nacional da expansão territorial por eles engendrada, ganha no século XX uma versão atualizada (OLIVEIRA, 2000). Nesse registro, os fazendeiros paulistas que estavam à testa da expansão do café iniciada no XIX, considerados os herdeiros diretos do legado bandeirante, poderiam sem prejuízo ser chamados de “novos bandeirantes”. Por meio das cidades que fundavam e das fazendas que abriam, esses fazendeiros e seus prepostos, não por acaso integrantes da elite econômica e política do estado de São Paulo, eram compreendidos como agentes ativos da modernidade. Em seu movimento expansivo, punham-se a conquistar terras “vazias” para o Estado brasileiro, levando a economia da nova civilização industrial aos longínquos sertões indevasados do território nacional.

A adaptação dos termos básicos dessa interpretação para a realidade capixaba não surpreende caso se leve em conta que o aumento dos preços do café impulsionou, no norte do Espírito Santo, a conquista de terras feitas a partir de uma atividade agrária de fins eminentemente comerciais desde meados dos anos de 1930. Inclusive, em mais uma possível aproximação com os argumentos manejados pelos propagandistas do regime, ao final dos anos 1940, alguns geógrafos

que estudaram o vale do rio Doce identificaram a existência de uma “zona pioneira” em pleno funcionamento (EGLER, 1951; GEIGER, 1951; WAIBEL, 1979), legitimando a apropriação local da mitologia bandeirante transfigurada em ação patriótica de conquista de terras consideradas vazias, tal como previsto na “Marcha para o oeste”:

Durante muitos anos pelejou o povo desta terra – que também é minha – isolado e sozinho, o rude combate contra a natureza hostil. Pelas quebradas das montanhas, como nos brejais paludosos das planícies, muitos fortes sucumbiram na ânsia febricitante da conquista. Outros, porém, empunhavam o bastão e retomavam a marcha interrompida, no louco afã de suprimir os espaços vazios mal delineados ainda nas cartas geográficas [...]. Norteados agora pela bússola infalível do Estado Nacional, redobrarão os nordestinos do Espírito Santo a acometida audaz de vencer a distância e dilatar a esfera da civilização. Mesmo porque, em seu ânimo aventureiro, já antessentiam sua missão histórica [...]. O esforço colonizador, porém, apenas começa. Sentimos a necessidade de, no Espírito Santo, acompanhar o Brasil, uno e indivisível, sob a alta inspiração de um só Chefe. A transmigração intensiva no sentido sul-norte, que se observa hoje para o milagre da renascença amazônica, deve servir de paradigma para o Espírito Santo. Precisamos criar também o “espaço social” dentro do “espaço político” delimitado pelas fronteiras do nosso estado. A *mise-em-valeur* desta extensa área, que representa quase precisamente a metade do nosso território, não pode mais ser protelada. [...] É dever indeclinável dos órgãos administrativos do estado integrar, definitivamente, o norte do rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo. Abrindo estradas, fomentando a produção, restabelecendo uma recolonização mais intensa, valorizando o elemento humano, provendo as suas necessidades e estimulando, enfim, o seu progresso (NEVES, 2002, p. 48-49).

Como resta evidente, alguns dos pontos que caracterizavam a “Marcha para o oeste”, como o anseio de fazer “dilatara esfera da civilização” pela colonização de terras vazias, surgem aqui ajustados à realidade capixaba. Em mais de um momento, a menção à liderança de Getúlio Vargas e o elogio ao comando centralizado do Estado nacional no ditame das políticas de desenvolvimento desnuda a adesão de Santos Neves à autoridade exercida pelo governo central. Contudo, não se pode refutar que essa estratégia discursiva poderia ser bem sucedida também para outros objetivos, uma vez que se recorria ao poder de atração da figura do presidente como forma de reforçar a própria posição de mando na esfera local.

Ainda em 1943, na cidade de Colatina, outros pontos constantes nos objetivos do programa “Marcha para o oeste”, como a associação entre desenvolvimento agrícola e industrialização, ficam patentes em sua exposição. Chama a atenção, em dado momento, a citação ao encaminhamento de um “Plano de Fomento da Produção”, que teria o objetivo de estimular a produção de alimentos para prover a futura necessidade de abastecimento dos “10.000 a 15.000 trabalhadores” que seriam deslocados para a região nos “trabalhos de reconstrução rodoviária de todo leito da Companhia Vale do Rio Doce” (NEVES, 2002, p. 52).

Colatina, situada geograficamente no ponto mais central do Espírito Santo, é bem o coração que pulsa e lateja impulsionando o sangue do progresso pelas artérias moças das estradas recém-abertas da região. Para o norte se estendem em leques suas rodovias, vadeando rios e acometendo a selva inóspita na ânsia desbravadora da conquista; para o sul se encaminham elas, escalando montes e rompendo escarpas, pela rota ascensional do vale Canaã – a terra da promessa – no justificado afã de procurar o caminho do mar aberto. E o simples enunciar dessa urdidura do seu sistema rodoviário põe de manifesto a importância vital desta célula administrativa no metabolismo econômico do todo orgânico espírito-santense. Das terras dadivosas e ferazes da zona

norte do rio Doce deve brotar a produção variada e intensa a se encaminhar, em corrente caudalosa e contínua, buscando o porto exportador da nossa capital. [...] Com as pesadas e espinhosas responsabilidades de Interventor no estado, sinto-me no dever de conclamar a todos para a incruenta “Batalha da Produção”. Adotemos, senhores, as corajosas palavras do Presidente Roosevelt, adaptando-as aqui ao setor da produção rural, sob a guarda inviolável de vosso patriotismo e do vosso fecundo labor: “Precisamos produzir mais e mais, e haveremos de produzir muito mais” [...]. Atravessamos, não há dúvida, um momento de profunda transformação da nossa estrutura econômica [...]. Mercê do precioso auxílio da nobre nação americana, rolarão, dentro em breve, por este caminho, buscando o mar, as imensas riquezas da opulenta região mineira, e uma soma imprevisível de novas riquezas surgirá aqui, graças a comunhão de interesses que ditaram as condições basilares dos acordos de Washington. Far-se-á a valorização sanitária do homem e se conquistará a recuperação econômica de extensas áreas, antes desaproveitadas e inúteis (NEVES, 2002, p. 51-52).

Novamente, a recuperação econômica a ser realizada pela diversificação da produção ia pouco a pouco amansando a ferocidade das florestas do norte do rio Doce, e colhendo os frutos de uma terra dadivosa. A definição da sociedade como um organismo, do qual cada cidade (ou região) seria uma célula, emprega uma imagem que, desde ao menos as viagens dos médicos e sanitaristas ao interior do país, no início do XX, era recorrente no pensamento político-social brasileiro (LIMA, 1999). Ademais, a menção aos acordos do governo brasileiro com os Aliados durante a II Guerra, que estão na origem da fundação da CVRD, confere à conquista e colonização das terras do vale do rio Doce um indisfarçável aspecto geopolítico. Nos discursos de Santos Neves, o processo de valorização do espaço no norte capixaba torna-se parte integrante do esforço

de guerra. Missão patriótica executada pela população, mas guiada pela mão forte do governo, a exportação de ferro e a produção de alimentos eram concebidas como uma espécie de sacrifício que a sociedade espírito-santense se dispunha a fazer pela construção do território e o desenvolvimento país.

Deixando claro que a superação da natureza hostil do norte capixaba e sua conquista pela técnica seria condição inescapável para a definitiva integração do Espírito Santo ao espaço econômico nacional, remete-se mais uma vez a Colatina. Durante ato de inauguração da pavimentação de concreto da ponte sobre o rio Doce, Santos Neves discorre sobre o tema em palestra significativamente intitulada “O rio Doce de ontem e de hoje”:

O rio Doce, que nos primórdios da colonização constituía o caminho natural dos primeiros desbravadores; que oferecia a esteira marulhante de suas águas para singradura triunfal dos bandeirantes indômitos; que ocultava, na emboscada de suas selvas, perigos sem conta, de guarda, vigilantes, como sentinelas insones velando a defesa de tesouros inacessíveis; que escondia, no mistério insondável de suas nascentes, pedreiras cintilantes onde verdeluziam as esmeraldas preciosas; que era, enfim, motivo de cobiça e sonho de aventura; o rio Doce, senhores, já não possui hoje o mesmo sentido romântico dos antigos feitos heroicos. A roda do progresso abriu-lhe sulco às suas margens, construindo o caminho das locomotivas; a ocupação colonizadora do homem desbravou-lhe as distâncias; o trabalho venceu-lhe a resistência; e a inteligência superou-lhe a foça e consumiu-lhe o encanto. O homem iniciou, por terra, “a marcha para o oeste”. A técnica descobriu em suas nascentes um tesouro de ferro. Transmudou-se o eixo da conquista para o sentido longitudinal de suas margens, e construíram-se pontes para vadeá-lo. O “grande rio” indomável e hostil foi vencido afinal, e hoje, como presa submissa e dócil, vive uma fase nova de progresso e civilização (NEVES, 2002, p. 59).

O tom triunfalista, tipicamente utilizado em momentos como esse, de inauguração pública de uma grande obra, reveste-se aqui com um manto de satisfação. Como acaba por dizer o interventor, a ponte de concreto sobre o rio Doce é para o Espírito Santo um marco do progresso, um signo “que sintetiza a aspiração de uma época; porque delimita um capítulo novo da história contemporânea da região” (NEVES, 2002, p. 60), simbolizando a incorporação de um espaço tido como vazio aos limites das fronteiras demográficas do país. Tratava-se, novamente, de relacionar a realidade regional aos anseios nacionais, pois a nova ponte, ao modificar a organização territorial do norte capixaba, catalisaria não apenas o ressurgimento econômico da região, mas engendraria um movimento “que transfigura a fisionomia de todo o nosso imenso Brasil ao sopro vitalizador do Estado Nacional, sob a égide maravilhosa do gênio de Getúlio Vargas” (NEVES, 2002, p. 60).

Por fim, é relevante sublinhar que as ações de modificação das condições geográficas experimentadas pelo norte do rio Doce surgiam, nos discursos políticos avaliados, como exemplos da capacidade humana de modificação da natureza. Uma ponte, estrada ou campo de cultivo tornava-se prova do sucesso das ações colonizadoras ancoradas em novas técnicas e parâmetros científicos. Com o auxílio de um Estado centralizador e desenvolvimentista conseguia-se, enfim, superar as armadilhas da natureza e amansar os sertões. Sob a benção do grande líder, extensas áreas do território eram tiradas de seu secular marasmo e integradas aos fluxos modernizantes da economia capitalista em expansão, cumprindo o ideal projetado para a nação desde as bandeiras.

AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DO IBGE AO RIO DOCE CAPIXABA

A mobilização de forças para a criação de um sistema centralizado de informações estatísticas no Brasil, necessidade básica para a prática do poder estatal, foi decisivamente impulsionada ao desfraldar a

década de 1930. A organização do Conselho Nacional de Geografia (CNG) como parte integrada ao IBGE pode ser entendida, em parte, como o cume de um processo de maturação de uma cultura geográfica no país tributário do movimento que levou à aceitação do Brasil aos quadros da União Geográfica Internacional (UGI). Para o que nos interessa mais especificamente, valeria esboçar em tintas mais nítidas a imbricação entre os estudantes do curso de geografia da FNFi e o CNG, destacando, nessa relação, o papel das excursões de campo na consolidação do campo disciplinar. Acompanhando de perto a orientação teórica e metodológica de outros centros de tradição na produção do conhecimento geográfico, com destaque para a França, no Brasil, o trabalho de campo foi alçado à condição de atividade *sine qua non* para a produção do conhecimento geográfico (SALGUEIRO, 2006). Nesse detalhe, chama a atenção a atuação de nomes como o de Pierre Monbeig, que comandou a cátedra de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, entre 1935 e 1945, e Francis Ruellan, que dividiu seus trabalhos entre a orientação científica de técnicos do CNG e a formação de estudantes da FNFi durante sua estadia no país, entre 1940 e 1956. Deve-se ao labor de Ruellan, que intentava criar um espaço de reserva profissional até então inexistente para a carreira de geógrafo no Brasil, a proximidade desenvolvida entre os estudantes de geografia da Universidade do Brasil e o CNG/IBGE.

Em uma visão retrospectiva, o esmero com uma série de temas considerados de tratamento incontornável em qualquer inquérito de campo digno desse nome, como a colonização, as vias de comunicação, o povoamento, as migrações, os tipos de habitação, o *habitat* e as transmutações das paisagens urbanas e rurais, seguia, em geral, as indicações pedagógicas de Albert Demangeon, que havia escrito um questionário-guia na época em que encabeçava as famosas excursões interuniversitárias que perscrutaram o território da França ao longo das décadas de 1910 e 1920 (WOLF, 2006; 2013). Publicado originalmente nos *Annales de Géographie*, em 1909, esse trabalho inspirou inúmeras monografias regionais, sendo inclusive adaptado para orientar o olhar de

pesquisadores iniciantes no campo e largamente utilizado nas recém-mencionadas excursões interuniversitárias (DEMANGEON, 1909).

No Brasil, país que no início do século XX contava com uma escassa documentação cartográfica e estatística para servir de base aos estudos sobre o território, enxerga-se a mesma preocupação com a normalização dos procedimentos de pesquisa e dos inquéritos de campo. A título de exemplo, Monbeig publicou, em 1945, dois textos de destacado valor pedagógico no apêndice intitulado *A excursão geográfica – guia do professor*, primeira publicação da Biblioteca Geográfica Brasileira, do CNG. Seus artigos, “Guia para o estudo monográfico de uma fazenda” e “Questionário para estudo de uma cidade”, completavam o texto principal, “A excursão Geográfica”, redigido por Carlos Delgado de Carvalho alguns anos antes, em 1941, para a Revista Brasileira de Geografia (CARVALHO, 1945). Seguindo o mesmo caminho didático-pedagógico postos nestes manuais, Aroldo de Azevedo igualmente redigiu, em 1943, o opúsculo “Monografias Regionais”, que por décadas auxiliou os alunos iniciantes da Universidade de São Paulo em seus trabalhos de pesquisa de campo.

De todo modo, compreende-se que o IBGE criou um nicho de atuação para geógrafos e demais profissionais que desempenhavam as funções técnicas requeridas por seus Conselhos. Órgão afinado com os interesses do governo federal, principalmente na sistematização das informações de base que poderiam ser utilizadas na elaboração das políticas territoriais demandadas pelas ações governamentais, a estruturação do Instituto veio a garantir aos egressos dos bancos universitários uma opção por um destino profissional mais ou menos estável (ALMEIDA, 2004; MACHADO, 2009). A condição histórica de o Rio de Janeiro ser a capital fornecia uma proximidade com o centro do poder que, possibilitando uma ligação mais direta entre o Estado e os intelectuais, não pode ser desprezada, já que facilitava o acesso a recursos financeiros para viagens de campo e excursões de pesquisa, ambas fundamentais para o desenvolvimento de um projeto epistemológico mais afeito a um perfil técnico.

Nessas circunstâncias, há a possibilidade de se interpretar as expedições científicas organizadas pelo CNG como um momento fundamental do processo de formação do profissional geógrafo, mormente se tivermos em conta as muitas vezes em que os alunos da FNFi foram convidados a participar das excursões, o que reforça o caráter pedagógico e de treinamento dos trabalhos de campo. Acompanhando as sendas deixadas por David Livingstone (2003), vê-se que a atividade de campo funcionaria, nesse enquadramento, como um lugar de produção do conhecimento, verdadeiro laboratório de experiências a moldar os indivíduos que seriam considerados qualificados para desempenhar a tarefa de construção dos saberes científicos do novo campo disciplinar que se afirmava no Brasil.

Como afirma Claval (2013), entre o final do XIX e meados do XX, a prática do campo adquire um lugar central na mitologia do geógrafo, verdadeiro rito iniciático de passagem para aqueles que desejavam se tornar geógrafos profissionais. Além de cavar um espaço profissional a partir da prática do terreno (ROBIC, 1996), o trabalho de campo acabou por definir um método próprio para a geografia que então se institucionalizava (ZUSMAN, 2011).

Fazendo um recorte para as expedições que tiveram o vale do rio Doce como destino, o levantamento feito por Vera Abrantes (2014) mostra que, no ano de 1943, o CNG coordenou 17 expedições que tiveram a região como destino. Desse total, sem sombra de dúvidas, 11 foram efetuadas em Minas Gerais, e outras 5 concentraram-se no trecho capixaba do rio. A dúvida que resta diz respeito à expedição identificada como “Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana ao vale do rio Doce”, liderada por Francis Ruellan e que contou com a participação de pesquisadores do CNG, de alunos da FNFi e dos biólogos A.G. Lagden Cavalcanti e José Antunes, para a qual não há especificação do trecho percorrido.

Quadro 1: Expedições do CNG ao rio Doce capixaba (1943)

Itinerário	Objetivos	Técnico-chefe	Publicação
Vale do Rio Doce – trecho Governador Valadares-Vitória	Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana	Ma. Teresinha de Segadas Viana	BG, v. 2, n. 20, nov. 1944, p. 1182
Vale do Rio Doce – Vitória	Estudos sobre a paisagem capixaba e sobre o Porto de Vitória	José Veríssimo da Costa Pereira	BG, v. 2, n. 20, nov. 1944, p. 1189, p. 1193, p. 1198
Vitória, Linhares e Lagoa de Juparanã	Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana	Regina P. Guimarães Spindola	BG, v. 2, n. 21, dez. 1944, p. 1357
Vale do Rio Doce – Vitória e Cachoeiro do Itapemirim	Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana	Miguel Alves de Lima	BG, v. 2, n. 21, dez. 1944, p. 1361
Zona Pioneira ao norte do Rio Doce	Reconhecimento geográfico; levantamento de coordenadas geográficas; estudos de geografia humana	Dalmi Rodrigues de Souza	BG, v. 5, n. 49, abr. 1947, p. 80

Fonte: Abrantes (2014).

Através da leitura das fontes primárias citadas pela autora, verificou-se que a expedição conjunta CNG/FNFi, liderada por F. Ruellan, cuja referência nos veículos impressos do IBGE, como o Boletim Geográfico (BG) e a Revista Brasileira de Geografia (RBG), antecede as demais, diz respeito ao início do conjunto de viagens ao vale do rio Doce detalhadas posteriormente, e não uma expedição de campo apartada das demais. Ficariamos, então, com um total de 16 expedições. Outrossim, ao cotejar essa informação com a coligida

em outra fonte da mesma autora, que recentemente mapeou os arquivos de fotografias das expedições geográficas do IBGE, é possível notar um pequeno desencontro, pois a excursão coordenada pelo engenheiro Dalmi Rodrigues foi, sem maiores explicações, retirada da listagem das excursões geográficas efetuadas ao rio Doce capixaba (ABRANTES E LEITE, 2018):

É comum considerar que os trabalhos de campo foram as principais ferramentas da Geografia no processo de reconhecimento do território brasileiro, mas uma análise mais apurada mostra que os profissionais da Geodésia foram os que encararam o “campo” antes dos geógrafos, sob a condução de Allyrio Hugueney de Mattos, em 1939, na campanha de determinação das coordenadas geográficas das sedes municipais para o censo de 1940. A Geografia inicia suas expedições nos primeiros anos da década de 1940, em função da demanda governamental para o estudo dos processos de ocupação do território via mecanismos de colonização e da macrorregionalização [...]. Essa demanda, de certa forma, deu o tom das principais orientações de pesquisa, como os estudos de habitat rural, além das novas interpretações dos processos geomorfológicos (ABRANTES e LEITE, 2018, p. 14).

Como visto, há nesse trecho uma diferenciação entre os trabalhos de campo dos profissionais da seção de geodésia e os executados pelos geógrafos, o que permite sugerir uma tipologia mais minuciosa entre as diversas expedições efetuadas pelo IBGE ao longo dos anos de 1940. Seja como for, para dissipar as dúvidas a respeito do número de expedições ao vale do rio Doce, remete-se ao BG de número 49, editado em 1947, onde é possível encontrar um relatório apresentado pelo presidente do IBGE ao presidente da República. José Carlos de Macedo Soares inicia seu relato a Getúlio Vargas com uma explanação das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Geografia no ano de 1943, apontando a organização dos trabalhos de campo

como uma das funções básicas do Conselho: “Prosseguindo com o maior vigor em sua obra para o melhor conhecimento do território nacional, o Conselho chamou a si a organização e realização de excursões científicas ao interior, mediante colaboração entre órgãos do seu sistema” (SOARES, 1947, p. 75).

A certa altura, Macedo Soares separa uma seção do relatório para mencionar as expedições científicas realizadas anualmente ao interior do país “com a finalidade de fornecer elementos cartográficos para a atualização da carta geral” (SOARES, 1947, p. 80). Falando especificamente da expedição feita à região norte do rio Doce, valoriza os resultados obtidos:

Expedição de menor vulto que a primeira [destinada ao Jalapão, em Goiás], mas também com excelentes resultados, foi feita à região ao norte do rio Doce, na parte percorrida pelos rios São Mateus do Sul e São Mateus do Norte. Trata-se também de área relativamente pouco conhecida, para a qual os mapas usuais apresentavam grandes divergências. Confiada à direção do engenheiro Dalmi Rodrigues de Sousa, também dos mais competentes técnicos da campanha de coordenadas empreendidas pelo Conselho, essa expedição cumpriu perfeitamente o programa traçado. Foram percorridos 668km de caminhamentos e determinadas as coordenadas geográficas de 21 pontos, além do levantamento de todos os povoados e vilas visitados. Do mapa que condensou os resultados desse trabalho, resultam grandes correções a fazer nas cartas atuais, no trecho correspondente à zona explorada. Tratando-se de uma região de povoamento recente, em plena “faixa pioneira”, em que o homem vai conquistando terras para a cultura, em luta com densa floresta virgem, muito interessantes foram ainda os estudos sobre Geografia Humana (SOARES, 1947, p. 81).

Em outra seção do relatório, o presidente do IBGE comenta as “Tertúlias Geográficas Semanais” organizadas pelo CNG e publicadas

em seção separada do BG.⁴⁵ Pensadas como verdadeiros seminários, as Tertúlias completavam o treinamento oferecido no campo. Era no momento das apresentações e discussões entre os *tertulianos* que os materiais elaborados durante as pesquisas no terreno eram apreciados. A redação de textos monográficos, a feitura de mapas, croquis e desenhos, a escolha das fotografias, enfim, todas as etapas que se deveriam cumprir para que se construísse um estilo científico de escrita geográfica eram ali avaliadas. Entre os temas debatidos nas tertúlias detalhadas no relatório de Macedo Soares, há uma seção dedicada às “excursões de estudos” em que se pode ler o que segue:

Prestigiando as iniciativas da Faculdade Nacional de Filosofia – de onde tem saído regular número de servidores da Seção de Estudos Geográficos – tem o Conselho preparado com a mesma Faculdade várias excursões conjuntas. Com essa medida visa não apenas estimular os estudos geográficos de campo, mas também observar o trabalho de elementos jovens, passíveis de aproveitamento, depois de formados. Fornecendo técnicos já

45 Conferir Backheuser (1943, p. 8): as “Tertúlias Geográficas” eram encontros semanais, organizados pelo CNG, nos quais se discutiam coletivamente temas geográficos. Funcionava como um seminário ou grupo de estudos, com a participação de estudantes, professores, técnicos e demais interessados em Geografia. No segundo número do BG, Everardo Backheuser fornece uma explanação detalhada a respeito, elogiando a técnica singular de desenvolvimento dos trabalhos: “Alguém propõe o estudo de um tema, por exemplo, para citar alguns trazidos ao tablado, a correlação entre chuvas e terrenos florestados, o formador principal de um rio, a hipótese de trabalho em geografia, o plano de campanha de uma região pouco conhecida do Brasil. O tema é exposto por quem haja sido designado pelo presidente. É exposto objetivamente em curtas palavras, sem floreios retóricos [...]. Nessas discussões tem sido ouvidas palavras de extensa gama de erudição. Desde o rapazola saído apenas dos cueiros acadêmicos até os pioneiros dos picadões da delimitação de fronteiras, desde o professor de tarimba até o “curioso” dos temas geográficos. Cooperação. Esforço comum. Mútuo auxílio na base da lealdade”.

experimentados, contribui para o melhor adestramento dos principiantes e, cedendo material de estudos, procura cobrir a deficiência verificada no aparelhamento da Faculdade, deseja de atingir o verdadeiro objetivo de seu curso de Geografia. [...] A excursão do vale do rio Doce realizou-se entre os dias 12 de agosto e 1º de setembro. Promovida pela Faculdade Nacional de Filosofia e pelo Conselho, tal excursão teve por fim exercitar os geógrafos que dela participaram, especialmente os candidatos ao doutorado daquele estabelecimento de ensino superior, na pesquisa de campo, e, ainda, realizar um inquérito regional sobre o vale, dado o interesse econômico e social que este oferece. Como as demais, foi essa última expedição chefiada pelo geógrafo Francis Ruellan [...]. O programa organizado pelo referido professor compreendeu as seguintes pesquisas de campo, a cargo de três grupos: 1º.) Geologia, Geomorfologia e Topografia; 2º.) Climatologia, Hidrografia e relações entre esses fenômenos e a vegetação; 3º.) Geografia Humana e Econômica (SOARES, 1947, p. 85).

Considerando a localização textual da menção a cada uma das expedições no relatório de Macedo Soares, que constrói seções separadas no texto (“expedições científicas” x “excursões de estudos”), bem como os objetivos expressos, que são diversos, infere-se que, em 1943, além das quatro excursões de estudos efetuadas de modo conjunto com os acadêmicos do curso de geografia e história da FNFi, houve ainda uma expedição científica de reconhecimento e marcação de coordenadas no terreno que, provavelmente, contou apenas com técnicos do CNG. Assim, no quadro síntese aqui construído, optamos por considerar as cinco expedições ao rio Doce que tiveram o Espírito Santo como destino no ano de 1943.

Entretanto, deve ser feita a ressalva de que a expedição chefiada por Dalmi Rodrigues era provavelmente parte do esforço de produção de material para a elaboração da nova carta geral do país, ou seja, pode ser compreendida como uma expedição de cunho geodésico.

Já a excursão de estudos organizada com a associação entre a FNFi e o CNG, chefiada por F. Ruellan, estava voltada, fundamentalmente, ao treinamento de geógrafos recém-formados, inserindo-se em um escopo mais amplo, pois não se tratava apenas do impulso de produção de uma nova documentação geográfica sobre o país.

Como corolário desse entendimento, é possível divisar diferenças nos esforços levados a cabo pelo CNG para organizar pesquisas diretamente no terreno. De um lado, teríamos os trabalhos de campo de cariz mais técnico, voltados para a consecução de objetivos específicos, como a marcação de coordenadas ou a retificação de informações em aberto na confecção de mapas e cartas. Por outro lado, haveria todo empenho do Conselho em oferecer o treinamento necessário para a formação de profissionais aptos a desenvolverem os serviços especializados que o Estado requeria para as novas funções técnicas criadas. Aqui, a imbricação entre a FNFi e o CNG fica patente, e as expedições de pesquisas, além de produzirem informações de primeira mão, funcionam como autênticas especializações, que completavam a formação de cunho mais pedagógico oferecido pelas licenciaturas:

Problema fundamental, a cuja solução tem dado o Conselho melhor atenção, é o preparo de um corpo de técnicos em sua repartição central, efetivamente capazes e habilitados a empreender pesquisas geográficas de real valor. O maior cuidado tem presidido à admissão dos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, desde sua criação. [...] Para as seções técnicas, maiores são certamente as exigências no tocante ao preparo dos seus componentes. Por esse motivo, para a Seção de estudos Geográficos tem havido preferência pela admissão de jovens geógrafos portadores do diploma de licenciado em Geografia e História pelas Faculdades de Filosofia, únicos estabelecimentos onde existe o ensino da Geografia em nível superior (SOARES, 1947, p. 85).

Confirma-se tal leitura na primeira referência à expedição, feita na 57ª Tertúlia, realizada a 21 de março de 1944. Apresentando em minúcias o contexto da organização e o itinerário da excursão, realizada entre 12 de agosto e 1 de setembro de 1943, Francis Ruellan reafirma que a excursão havia sido realizada “graças a um entendimento entre o CNG e a FNF”, tendo dela tomado parte “não principiantes e sim candidatos ao doutorado, gente afeita ao trabalho científico, pelo menos de gabinete”. Após diferenciar o trabalho de campo com fins puramente didáticos, ideal para os iniciantes, daqueles em que os excursionistas, já afeitos à pesquisa, participam ativamente das observações científicas, frisa que a excursão ao rio Doce fazia parte das excursões que “constituem introdução ao trabalho no interior do Brasil”. Idealizada pelo então diretor da FNFi, San Tiago Dantas, “cuja atenção foi atraída pela nova fase de exploração do minério em Minas Gerais”, a excursão visava aprofundar o conhecimento do vale do rio Doce a partir de um de um trabalho “não apenas escolar, e sim, com característica mais elevada de um estudo regional” (RUELLAN, 1944, p. 332).

Como se vê, o interesse em se estudar a região estava atrelado ao início das operações da CVRD, em 1942, que inaugurava, no Brasil, uma nova etapa da exploração do minério de ferro e do desenvolvimento da indústria metalúrgica. O itinerário projetado, sempre por trem, deveria possibilitar a observação da nova configuração territorial que se desenhava a partir da atividade metalúrgica. Saindo do Rio de Janeiro em direção a Belo Horizonte, a excursão iria até Governador Valadares. De lá, pela EFVM, seguiria até Vitória. Após o reconhecimento geral do porto, embarcaria, sempre por ferrovia, até Linhares. De volta à capital capixaba, rumar-se-ia a Cachoeiro do Itapemirim, e, depois, de volta ao Rio.

Examinando os relatos havidos sobre o Espírito Santo, é interessante fazer referência à 80ª Tertúlia semanal, realizada em 3 de outubro de 1944, quando Maria Teresinha de Segadas Viana dá continuidade à apresentação do relatório geral da excursão, detalhando o trecho

Governador Valadares-Vitória. Mesmo restritas ao vagão do trem, as observações davam conta de perceber o recente processo de valorização do espaço em sua espiral de crescimento. Num estilo que privilegiava as detalhadas descrições da paisagem natural, as informações a respeito do processo de transformação do espaço surgem como detalhes, deixando-se entrever, por exemplo, na descrição do inter-relacionamento entre a atividade madeireira, a exploração mineral e a expansão da pecuária:

A Cia. Belgo Mineira possui, antes de Traíras, uma grande propriedade, de onde extrai a madeira para seu consumo [...]. Existe em Cuité a grande serraria Souza Pinto, que dá trabalho a cerca de 40 pessoas, datando sua prosperidade de cinco anos. Depois de atravessada a ponte metálica sobre o rio Cuité, foi observada, num ângulo formado pelo rio e a via férrea, a fazenda de criação de Antônio Batista [...]. Essa zona é célebre pelas jazidas de turmalina e mica aí existentes e, atualmente em exploração, encontrando-se as principais, a 10 km da estação, na serra do Itatiaia e são, talvez, as mais importantes do Brasil. Na estação, via-se grande quantidade de madeira, aguardando transporte, traduzindo a intensa exploração da floresta, na região (VIANA, 1944, p. 1182).

Na descrição do trajeto entre Governador Valadares e Vitória, os excursionistas destacam com mais vagar duas cidades: Aimorés (MG) e Colatina (ES). Digno de nota é a menção ao Posto Indígena Krenak, quase na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Reminiscência de uma forma de ocupação do espaço herdada dos antigos centros de atração de indígenas construídos no início do XX, a existência desses Postos em ambas as margens do rio Doce, ainda nos anos 1940, revela a intensa ocupação indígena desse espaço, tido, no mais, como “vazio”. Há de passagem uma tentativa de explicação da gênese de formação da Serra dos Aimorés. Centro da discórdia da disputa fronteiriça, a questão lindeira entre Minas Gerais e Espírito Santo não é referida, mas será indiretamente retomada:

Trata-se de uma série de pontões freqüentemente agudos, às vezes isolados, outros agrupados em maciços, que se multiplicam, à medida que nos aproximamos da cidade de Aimorés. Essas alturas encontram-se alinhadas, no prolongamento da serra do Mar. O nome de serra é muito mal escolhido, nesta região, situada em ambas as partes do rio Doce, sendo preciso não esquecer que o relevo é muito mais contínuo ao norte e sobretudo ao sul, onde se encontra o maciço do Caparaó [...]. É evidente que a dita serra dos Aimorés, atacada dos três lados, encontra-se aí reduzida a alguns núcleos de rocha resistente. Nessa obra de erosão poderosa, prosseguida pela rede do rio Doce, observa-se uma certa orientação dominante dos rios e, sobretudo, lombadas alongadas, deixadas entre seus vales (VIANA, 1944, p. 1183).

No geral, o padrão do uso e ocupação do solo permanece similar em toda parte, com as serrarias e a exploração mineral combinando-se com as atividades agropecuárias. A tentativa de fazer coincidir as divisões fisiográficas das paisagens naturais com as formas de ocupação humana parece indicar, igualmente, para o desenvolvimento de uma forma padronizada de observação geográfica do espaço, tal uma técnica especializada que, com a descrição explicativa e a escrita objetiva, formariam as bases para a elaboração dos relatórios dos trabalhos de campo:

Nessa zona entre Crenaque e Resplendor, as serrarias se sucedem, próximas à via férrea, havendo, além disso, pequenas plantações de cana de açúcar e grandes fazendas de gado [...]. Nessa zona, encontra-se tudo do ponto de vista agrícola, dominando, porém, o café, nas zonas mais afastadas do rio [...]. Observam-se, ainda, numerosas pedreiras em exploração, sendo isso, bem como as numerosas habitações operárias da região, devido à correção da linha Vitória-Minas [...]. Após Itaba, o povoamento é muito disperso, mas, pouco depois, casas maios ou menos aglomeradas,

boas pastagens e fazendas com cercas revelam uma pecuária evoluída [...]. Chega-se, então, a Colatina, onde o rio está somente a 39,5m de altitude, achando-se enquadrado por encostas de declive relativamente forte, mas cortadas por um terraço rochoso, que se segue ao longo de todo o percurso [...]. Colatina é uma cidade de grande importância e o município possui grandes fazendas de criação, dispostas às margens do rio. A região de Colatina é, na viagem Governador Valadares-Vitória, o limite entre a zona do médio rio Doce e a zona de terraços, que irá seguir; constitui também um grande centro comercial, que se desenvolveu, na zona de navegação do baixo rio. Na região até aí percorrida, Aimorés marca o limite da planície do médio rio Doce com a zona tormentada da serra dos Aimorés, constituindo a aglomeração mais importante do percurso, sem dúvida devido à sua situação, numa zona de contato físico, econômico e político [...]. Logo após Colatina, a via férrea deixa o vale do rio Doce e dirige-se de norte a sul, para Vitória, seguindo a zona de contato entre os contrafortes da serra dos Aimorés e o platô terciário dessecado. Entra-se então na região de Barbados, pantanosa e coberta de vegetação típica. Existe nessa zona uma grande serraria, que lembra a importância florestal do baixo rio Doce. Atinge-se, assim, uma zona de colonização já antiga, com cafezais abandonados e um grande vale pontilhado de coqueiros indaiá, onde existem habitações dispersas [...]. A região percorrida, entre Governador Valadares e Vitória, é uma das mais interessantes, quer física quer humanamente, devido à variedade de regiões atravessadas e à multiplicidade dos tipos de ocupação. A zona do interior caracteriza-se por uma ocupação mais recente, variada e progressista, representada pelas duas grandes concentrações que são Governador Valadares e Aimorés, enquanto que depois de Colatina entramos numa zona de povoamento mais antigo com certas culturas, como a do café, em decadência. Na zona atravessada pela linha férrea, Colatina, no limite entre duas zonas de relevo e ocupação

diversos, é o verdadeiro centro de trocas entre a costa e o interior, bem mais que Vitória, que é, antes de tudo, um porto orientado para a cabotagem e o grande comércio internacional (VIANA, 1944, p. 1183-1185).

Após o fim da apresentação, abriam-se então os debates com os presentes na Tertúlia. Como de praxe, instigava-se algum participante que porventura tivesse certo conhecimento da região ou assunto tratado para opinar sobre o tema apresentado. Era o caso de Lúcio de Castro Soares. Tomando a palavra para pontuar a respeito do início da colonização do rio Doce, que identificava, pelo lado mineiro, como um refluxo da exploração aurífera provinda de Sabará, Soares asseverava que: “a onda de povoamento contou, porém, com três obstáculos principais: a falta de comunicações, os ataques dos Botocudos e a malária endêmica” (SOARES, 1944, p. 1186). Continuando, corrobora com a imagem de isolamento do norte espírito-santense ao afiançar que:

O contato entre Vitória e o rio Doce só alcançava Linhares, situada no sangradouro da lagoa Juparanã; daí vinham as madeiras de lei [...]. A impraticabilidade da navegação matou Linhares e assim surgiu a necessidade da estrada de ferro; Linhares, sede de comarca, com importante porto fluvial, decaiu completamente. A partir do litoral, pela linha férrea, é em Barbados que aparece pela primeira vez o rio Doce; a uma légua adiante surgiu Colatina, que começou a florescer, emitindo raios de povoamento. A estrada continuou rio acima e foi acompanhada pelo café, que se bifurcou em numerosos ramos ao longo do tronco da ferrovia, dando surto às colonizações italiana, alemã e mais recentemente polonesa. Colatina tornou-se, pois, verdadeiro centro pioneiro e daí partiram as levas de domadores da floresta densa do rio Doce, que Hartt comparou à amazônica. Vários núcleos despontaram: Santa Luzia, na zona litigiosa, fronteira de tensão [...]. A madeira

de Colatina atravessava o rio em balsas e em 1928, o norte e o sul (as margens do rio) foram ligados por uma ponte de concreto armado de 750m e muito dispendiosa, confirmando assim o desenvolvimento que já se previa para aquela região; ia ser ligada por estrada de ferro até São Mateus, mas esse projeto não foi avante. Mas dela parte uma rodovia que corta o sertão e estende sua influência para o sul, até Santa Joana de Pancas. Colatina manipula com café, madeiras e pedras preciosas, atualmente (SOARES, 1944, p. 1186).

Iniciado um debate entre José Veríssimo da Costa Pereira e Lúcio de Castro a respeito da origem de Colatina, que o primeiro entendia como resultante de um encontro entre as duas correntes de penetração – a vinda de Minas Gerais, ao leste, e a capixaba, ao oeste –, chegou-se ao consenso de que o sítio de Colatina foi “escolhido para servir de penetração da floresta, facilitada pelo vale do rio Pancas, bem fronteiro” (SOARES, 1944, p. 1186), ao que completou José Veríssimo: “assim, Colatina surgiu por uma escolha espontânea em parte. Entre Santa Luzia e Guandu houve um verdadeiro vazio, a que corresponde a zona litigiosa” (PEREIRA, 1944, p. 1186). Aprofundando o tema, José Veríssimo completa:

Aimorés se estende ao longo da via férrea e é separada do Espírito Santo por um pontilhão. Do ponto de vista da geografia física, a separação de duas unidades físicas de caracteres próprios estaria em Resplendor e as elevações que se seguem ao sul podem ser admitidas como outrora ligadas ao Caparaó. É, pois, provável que Aimorés e Colatina resultaram da ação humana nas circunstâncias físico-geográficas que detiveram as duas penetrações: desnivelamentos impediram os mineiros de um lado e de outro os capixabas, e de um lado e de outro surgiram Aimorés e Colatina. Ressaltou que o assunto devia ser examinado principalmente depois de Resplendor, quanto aos fatores de ordem natural (PEREIRA, 1944, p. 1187).

Para que possamos compreender o alcance dessas propostas, que a princípio parecem apenas repor a batida e desmentida tese da neutralidade científica da Geografia clássica, é necessário fazer novamente referência, mesmo que rapidamente, à questão de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. A esta altura, 1943, o contestado laudo apresentado pelo SGE ainda não havia sido aprovado pela presidência da República. Por isso, a tentativa de identificar “unidades físicas de caracteres próprios” na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecendo as interseções entre os conjuntos fisiográficos e a ocupação, bem como a proposta de explicação da gênese da serra dos Aimorés, pode revelar traços da disputa por espaços de atuação especializados que o CNG talvez estivesse empreendendo frente aos tradicionais Serviços Geográficos Militares (PEREIRA, 2010; SENRA, 2008). Nesse caso, ganha outro significado trechos como o presente na 84ª Tertúlia, de 07 de novembro de 1944:

No conjunto, a região entre Vitória e o rio Doce é limitada a W pelos contrafortes da serra dos Aimorés, grande escarpamento de bloco falhado dissecado. Num dado momento houve aí grande zona montanhosa que foi levantada, falhada e depois intensamente atacada pela erosão; desta zona, onde a rocha se decompõe facilmente graças ao clima, só restam montanhas-testemunho e formas muito bizarras, por causa a ação erosiva elementar e fluvial. Trata-se de uma região de tal modo dissecada, que muita atenção é necessária para encontrar a continuidade da serra dos Aimorés (RUELLAN, 1944, p. 1359-1360).

Ora, a definição de uma continuidade entre o conjunto das diversas montanhas-testemunho que formavam a serra os Aimorés era exatamente o ponto de discórdia desde que se havia definido, ainda em 1905, as “linhas de cumeadas” como base para o estabelecimento da fronteira. Assim, os geógrafos do CNG, e o conhecimento produzido a partir de suas excursões de campo, apresentavam-se como os

detentores do saber técnico capaz de solucionar uma delicada questão que, até aquele momento, restava em aberto.

CONSIDERAÇÕES

No geral, a forma como a região norte do Espírito Santo aparece nos relatos não foge muito da estrutura básica antes utilizada por Santos Neves: uma zona de mata, rica em recursos florestais, com uma ocupação esparsa e concentrada em poucas cidades. A caracterização da região como sertão, e a importância conferida à exploração da madeira, que evidencia um processo de conquista da natureza em plena marcha, não deixa dúvidas a esse respeito. O caráter técnico da descrição, bem como o estilo próprio dos relatos colhidos nas Tertúlias, entretanto, não nos permitem tecer maiores afirmações que permitam aferir a real participação do pensamento geográfico institucionalizado na formulação de políticas territoriais no Espírito Santo. Infelizmente, não localizamos as fontes primárias fundamentais, isto é, os relatórios completos das expedições geográficas, cuja leitura seria fundamental na apuração da hipótese levantada.

Apesar disso, sabe-se que, entre 1951 e 1955, Santos Neves, que instituiu em sua gestão um Plano de Valorização Econômica, construiu mais de 900 km de estradas, interligando definitivamente o norte e o sul do estado, com destaque para a Rodovia Pedro Nolasco, entre Vitória e Colatina, e para a grande ponte sobre o rio Doce, na cidade de Linhares. Desse modo, é em sua segunda passagem pelo governo que a obra de conquista e integração que vislumbrara ainda nos anos 1940 vai ganhar contornos ainda mais sólidos. Como quer que seja, nos anos 1950 o norte do estado continua a ser concebido como isolado, despovoado e distante, o que confere certo ar de continuidade com o período anterior.

Ao final, se o objetivo de verificar a participação do acervo de conhecimentos produzidos por essas excursões científicas como base na elaboração de políticas territoriais que foram efetivamente

implementadas no estado segue em aberto, carecendo de estudos mais aprofundados, o estudo das expedições do CNG permitiu problematizar o papel do trabalho de campo no processo de padronização da formação do geógrafo profissional num momento chave do processo de institucionalização do campo disciplinar.

Referências

ABRANTES, V. “Era preciso redescobrir o Brasil”. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/982>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ABRANTES, V. L. C.; LEITE, F. M. C. **As expedições geográficas do IBGE: um retrato do Brasil (1941-1968)**. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2018.

ACHIAMÉ, F. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ADAS, S. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, R. S. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, R. S. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º encontro. Campinas: AFHIC, 2004.

BACKHEUSER, E. Tertúlias geográficas. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-8, 1943.

BITTENCOURT, G. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CARDOSO, L. P. C. O projeto pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o curso superior livre de Geografia (1926-1927). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 36, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639653>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARVALHO, D. **A Excursão geográfica (guia do professor)**. Rio de Janeiro: CNG, 1945.

CLAVAL, P. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins**, n. 17, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.12414>. Acesso em: 10 abr. 2021.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DARÉ, R. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CCHN/UFES, Vitória, Espírito Santo, 2010.

DELFOSSÉ, C. Emmanuel de Martonne, tisseur de réseaux internationaux de géographes. In: BAUDELLE, G.; OZOUF-MARIGNIER, M.; ROBIC, M. **Géographes en pratiques (1870-1945), le terrain, le livre, la cité**. Rennes: Presses Universitaires, 2001.

DEMANGEON, A. Enquêtes régionales. Type de questionnaire. **Annales de Géographie**, Paris, t. 18, n. 97, p. 78-81, 1909.

EGLER, W. A Zona pioneira ao norte do rio Doce. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 223-64, 1951.

FALEIROS, R. N. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. **Heera**, v. 5, n. 8, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-HEERA-faleiros-aprovado-para-pdf.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GEIGER, P. P. Alguns problemas geográficos na região entre Teófilo Otôni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 403-442, 1951.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KOHLHEPP, G. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 29-75, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n2p029-075>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas/São Paulo: Papirus, 1988.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste**. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MACEDO, F. C. **História econômica e organização espacial**: o caso capixaba. Goiânia: Gráfica e Editora América/IHGES, 2013.

MACHADO, M. S. **A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MAIA, J. M. E. As ideias que fazem o estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, v. 53, n. 3, p. 621-655, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000300004>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MORAES, A. C. R. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas** – espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A. C. R. **Geografia, interdisciplinaridade e metodologia**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/geousp/article/view/81075/84723>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NEVES, J. S. **Com vistas ao futuro** – discursos (1943-1954). Vitória: IHGES, 2002.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos**: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PEREIRA, S. L. N. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**: origens, obsessões e conflitos (1883-1944). 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEREIRA, S. L. N. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. *In*: SENRA, Nelson (org.). **Veredas de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 51-76.

ROBIC, M. (org.). **Géographes face au monde**. Paris: L'Hartman, 1996.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo (1955-1985). Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: Edusc, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SENRA, N. **História das estatísticas brasileiras**. 4 vol. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SOARES, J. C. M. Relatório do presidente do IBGE-Conselho Nacional de Geografia: referente ao exercício de 1943. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, p. 75-88, 1947.

VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/277>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.

WOLF, D. Albert Demangeon: un géographe face au monde rural (jusqu'en 1914). **Ruralia**, n. 18/19, 2006. Disponível em: <http://journal.openedition.org/ruralia/1241>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WOLF, D. La pratique du terrain d'un géographe moderne, Albert Demangeon (1872-1940). **Belgeo**, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.400/belgeo.10791>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, ano 7, n. 7, p. 15-32, 2011. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

Índice

A

Apropriação, 9, 19, 20, 21, 28,
37, 44, 57, 63, 67, 68, 78,
82, 104, 114, 115, 116,
119, 122, 123, 126, 132,
136, 142, 158, 162, 168,
169, 170, 175, 177, 183,
216, 220, 228, 233

B

Brasil, 3, 4, 8, 9, 12, 22, 28, 30,
37, 54, 60, 62, 63, 66, 73,
75, 76, 77, 80, 81, 83, 85,
89, 93, 94, 95, 96, 97, 98,
99, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 110,
111, 112, 113, 115, 116,
117, 118, 121, 123, 124,
128, 129, 130, 131, 132,
133, 134, 135, 136, 137,
139, 140, 142, 145, 146,

147, 150, 152, 155, 156,
158, 160, 161, 163, 169,
171, 173, 174, 175, 177,
178, 179, 181, 186, 187,
189, 191, 192, 197, 206,
207, 210, 211, 212, 213,
216, 217, 221, 222, 230,
231, 233, 237, 238, 239,
240, 244, 247, 248, 256,
257, 258, 259, 260

Brasileiro, 11, 14, 70, 93,
100, 109, 110, 114

C

Colônia, 22, 23, 27, 40,
76, 79, 85, 226
colonização, 12, 13, 19, 22, 27,
29, 35, 36, 38, 41, 44, 46,
49, 56, 62, 64, 68, 73, 81,
84, 89, 91, 96, 113, 122,
124, 126, 127, 138, 143,

- 144, 145, 150, 151, 152,
153, 154, 158, 161, 169,
172, 178, 188, 190, 191,
193, 195, 196, 203, 204,
207, 208, 209, 219, 220,
228, 230, 234, 235, 236,
238, 242, 250, 251, 256
- Comissão Rondon, 117, 119,
120, 123, 124, 125, 130,
132, 133, 148, 149, 150,
152, 153, 154, 158,
161, 169, 172, 178
- Conquista, 9, 12, 37, 56, 65,
78, 81, 84, 100, 102,
106, 113, 117, 121, 122,
124, 125, 130, 132, 136,
137, 138, 139, 140, 141,
146, 152, 154, 156, 162,
163, 165, 176, 190, 196,
199, 200, 218, 219, 220,
222, 225, 227, 232, 233,
234, 235, 236, 254
- Conselho Nacional de
Geografia (CNG), 14,
173, 191, 238, 242
- D**
- Desenvolvimento, 12, 14, 19,
20, 24, 27, 29, 32, 35, 37,
38, 43, 44, 48, 50, 51, 65,
68, 73, 106, 109, 112, 113,
121, 123, 124, 137, 141,
142, 143, 144, 153, 154,
156, 157, 159, 160, 166,
167, 170, 171, 178, 182,
183, 184, 186, 187, 189,
194, 196, 197, 198, 204,
205, 206, 207, 211, 216,
220, 221, 223, 225, 226,
228, 234, 236, 240, 244,
247, 249, 252, 258
- E**
- Espacialidade, 21, 67, 116, 170
- Espaço, 56, 92, 98, 131, 175, 259
- Espaço vazio, 13, 113, 117, 225
- Espírito Santo, 2, 9, 11, 14, 15,
215, 218, 220, 221, 224,
225, 226, 228, 230, 231,
232, 233, 234, 236, 237,
245, 247, 248, 252, 253,
254, 256, 257, 260, 265
- Estado, 14, 22, 23, 24, 26, 28,
29, 54, 57, 60, 63, 64, 66,
68, 73, 74, 82, 85, 103,
105, 112, 113, 114, 116,
117, 118, 123, 126, 128,
130, 135, 136, 140, 145,
148, 152, 155, 191, 216,
217, 218, 219, 221, 223,
225, 230, 232, 233, 234,
237, 239, 246, 257
- F**
- Formação, 9, 101, 105,
136, 179, 197, 218

- Formação territorial, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 56, 60, 61, 65, 97, 103, 104, 116, 119, 136, 144, 178, 182, 183, 184, 209, 213, 215, 217, 222, 224, 265
- Formas, 18, 20, 21, 44, 61, 67, 68, 69, 88, 89, 107, 136, 138, 149, 154, 159, 166, 168, 190, 193, 195, 198, 249, 253
- Frente pioneira, 13, 31, 48, 66, 158, 165
- Fronteira, 8, 9, 12, 23, 24, 25, 29, 37, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 86, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 108, 118, 119, 122, 128, 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 154, 161, 165, 167, 171, 173, 175, 176, 177, 213, 225, 231, 251, 253, 260, 262
- G**
- Geografia, 1, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 23, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 39, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 91, 92, 96, 97, 98, 100, 101, 102, , 103, 106, 108, 109, 114, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 139, 146, 148, 155, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 183, 184, 188, 191, 192, 195, 201, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261
- Getúlio Vargas, 193, 216, 229, 234, 237, 242
- Goiás, 23, 25, 27, 28, 74, 76, 78, 80, 101, 113, 118, 243
- H**
- História, 1, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 29, 32, 33, 34, 35, 54, 55, 57, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 209, 211, 213, 246, 257, 259, 261, 265
- I**
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 14, 109, 114
- Integração 9, 13, 23, 28, 37, 38, 68, 76, 105, 106, 108, 111, 113, 114, 120, 121, 123, 128, 135, 137, 140, 141, 142, 157, 164, 178,

- 199, 208, 209, 218, 219,
222, 225, 236, 254
- J**
Jones dos S.Neves, 14, 226, 230
- L**
Limites, 8, 12, 25, 26, 29, 39, 42,
59, 60, 61, 62, 64, 66, 68,
73, 77, 79, 82, 86, 89, 99,
103, 108, 113, 114, 117,
144, 161, 164, 206, 228,
229, 231, 237, 253
Lugar, 17, 19, 20, 23, 51, 57,
63, 68, 79, 84, 117, 122,
132, 175, 176, 186, 187,
192, 194, 196, 201, 213,
240, 258, 260, 263
- M**
Marcha para o Oeste, 9, 202,
207, 218, 219, 227,
230, 233, 234, 236
Materialidade, 18, 19, 22, 25,
30, 73, 104, 136
Mato Grosso, 7, 11, 12, 13, 15,
23, 25, 27, 28, 60, 68,
69, 70, 71, 73, 75, 76, 78,
79, 80, 81, 82, 84, 85, 86,
89, 91, 92, 93, 94, 96, 99,
100, 104, 105, 113, 114,
118, 119, 120, 123, 127,
129, 133, 161, 163
- Meios, 20, 37, 38, 43, 67, 72,
143, 166, 183, 190,
191, 193, 194, 205
- N**
Nação, 23, 26, 28, 31, 38, 42, 54,
57, 60, 61, 62, 91, 103, 105,
117, 118, 122, 124, 127,
130, 219, 221, 235, 237
Natural, 43, 49, 77, 83, 101,
121, 122, 138, 144, 148,
161, 186, 189, 190,
195, 196, 201, 202, 207,
226, 236, 248, 252
- O**
Ocupação, 8, 12, 24, 27, 37, 41,
43, 44, 46, 51, 63, 64, 66,
68, 69, 71, 73, 76, 77, 79,
80, 81, 82, 85, 87, 88,
89, 104, 112, 113, 119,
125, 129, 136, 140, 143,
145, 148, 156, 161, 162,
166, 188, 193, 194, 199,
200, 201, 205, 207, 218,
220, 222, 225, 228, 236,
242, 248, 249, 250
- P**
Paisagem, 17, 19, 21, 41, 44,
47, 48, 54, 68, 77, 89,
119, 122, 137, 153,
155, 159, 162, 170, 177,

- 181, 186, 187, 188, 195, 200, 201, 241, 248
- Paul Vidal de La Blache, 33, 147, 158, 165
ver La Blache, 34, 109, 148, 159, 166, 186
- Pensamento geográfico, 8, 16, 29, 126, 181, 216, 217, 218, 222, 224, 232, 254, 265
- Pierre Monbeig, 9, 13, 29, 33, 34, 57, 66, 132, 135, 136, 139, 143, 145, 152, 162, 166, 168, 175, 178, 179, 180, 209, 213, 214, 232, 238, 260
- Pioneirismo, 9, 35, 38, 50, 137, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 155, 171, 178, 182, 183, 195, 201, 204, 205, 206, 208, 209
- Política, 8, 12, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 55, 57, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 93, 94, 100, 101, 112, 113, 115, 128, 129, 131, 132, 145, 152, 175, 178, 189, 191, 213, 219, 223, 224, 228, 229, 230, 232, 259
- Portugal, 23, 24, 28, 55, 57, 68, 72, 73, 74, 77, 79, 82, 89
- Povoamento, 13, 24, 25, 36, 40, 43, 44, 47, 63, 64, 69, 70, 76, 80, 82, 83, 84, 100, 101, 106, 112, 113, 121, 126, 135, 137, 138, 140, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 178, 186, 188, 189, 190, 193, 195, 196, 198, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 218, 228, 238, 243, 249, 250, 251
- Processo, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 40, 43, 49, 51, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 75, 76, 80, 82, 88, 100, 102, 103, 105, 112, 115, 118, 121, 125, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 150, 157, 158, 160, 161, 162, 166, 170, 177, 178, 181, 182, 187, 188, 189, 190, 205, 208, 216, 217, 218, 221, 223, 234, 237, 239, 241, 247, 253, 254
- Produção, 11, 19, 21, 22, 27, 28, 30, 31, 33, 39, 48, 65, 67, 68, 74, 81, 85, 89, 104,

- 105, 118, 120, 123, 124,
126, 132, 136, 157, 164,
167, 169, 179, 180, 182,
189, 190, 194, 198, 222,
223, 224, 227, 229, 230,
231, 233, 234, 235, 236,
238, 240, 245, 246
- R**
- Região 91, 127
- Representações 11, 19, 32,
65, 85, 92, 94, 98, 104,
105, 129, 132, 175,
210, 213, 223, 260
- República 23, 108, 117, 124, 130,
133, 228, 242, 253
- Rio de Janeiro, 13, 14, 19, 43,
47, 48, 50, 51, 53, 55, 57,
91, 93, 96, 101, 102, 106,
108, 109, 110, 114, 118,
120, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 172, 173,
174, 176, 181, 189, 210,
211, 212, 213, 220, 227,
228, 230, 239, 247, 256,
257, 258, 259, 260, 261
- Rio Doce, 219, 234, 241
- S**
- São Paulo, 11, 14, 23, 30, 34, 35,
37, 39, 41, 43, 53, 54, 55,
56, 57, 58, 71, 78, 91, 92,
93, 94, 95, 96, 97, 98, 99,
100, 101, 102, 108, 115,
118, 121, 127, 128, 129,
130, 131, 132, 133, 134,
136, 138, 139, 140, 146,
148, 150, 153, 155, 156,
158, 161, 163, 165, 166,
168, 172, 173, 174, 175,
176, 178, 180, 182, 184,
186, 187, 188, 189, 195,
199, 200, 203, 204, 206,
208, 209, 210, 211, 212,
213, 214, 232, 238, 239,
256, 257, 258, 259, 260
- Sertão 8, 13, 36, 65, 74, 76, 77,
88, 91, 92, 93, 94, 96, 101,
103, 114, 117, 119, 121,
122, 124, 127, 129, 130,
156, 173, 201, 213, 214,
225, 252, 254, 259, 260
- Soberania 24, 25, 26, 28, 60, 62,
64, 66, 68, 73, 74, 79, 84,
86, 106, 107, 113
- T**
- Territorialidade 25, 28, 61, 81,
88, 96, 104, 130, 205
- Território 8, 56, 94, 97, 103, 128,
131, 174, 175, 213, 259
- Trabalho 4, 13, 20, 22, 27, 30,
33, 39, 61, 67, 68, 70,
105, 119, 120, 123, 146,
147, 151, 158, 169, 178,
180, 181, 182, 186, 188,
195, 197, 198, 199, 200,

201, 203, 204, 206, 207,
208, 221, 222, 231, 236,
238, 240, 243, 244, 247,
248, 255, 257, 258

178, 209, 212, 213, 238,
239, 256, 260, 265

Universidade de São Paulo
(USP) 23, 146, 166

U

Universidade de São Paulo 23,
54, 56, 57, 91, 92, 94, 96,
97, 99, 100, 127, 128,
129, 131, 132, 133, 134,
139, 146, 166, 172, 175,

V

Valorização do espaço 20,
21, 22, 54, 65, 68, 69,
81, 82, 92, 103, 116,
206, 224, 235, 248

Sobre o autor

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA, geógrafo, é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre e Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, integra o coletivo de pesquisadores Rede Brasilis – a Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, desenvolvendo pesquisas que relacionam o processo de formação territorial do Brasil com a história do pensamento geográfico junto ao Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (Laces/Ufes). Contato: carlo.nogueira@ufes.br

